

**Caderno de Resumos: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**

Sessão Extensão

Oral

ARTIGO: 4295

TÍTULO: FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

RESUMO:

O Curso de Promotoras Legais Populares (PLPs) foi criado inicialmente pela União de Mulheres do Município de São Paulo e se espalhou por diversos Estados do País, sendo trazido agora para o Rio de Janeiro. O curso de extensão tem por objetivo a conscientização de direitos para a formação de mulheres que sejam multiplicadoras na construção da cidadania feminina, trabalhando para o fortalecimento dos direitos de outras mulheres e para o combate à discriminação e à opressão, por meio do conhecimento dos caminhos do acesso à justiça. As promotoras legais populares podem prestar orientação, aconselhar e promover a função instrumental do direito no dia a dia das mulheres, com intervenções individuais ou coletivas. Trabalha-se com a ideia de uma troca de saberes entre as participantes do curso e as facilitadoras, com base horizontal e de educação popular, segundo o uso do método de Paulo Freire para a educação popular e aulas dialógicas. Essa perspectiva prático-metodológica destaca a necessária troca de saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos no processo. Para Freire, o conhecimento é um processo constante de troca dialógica de saberes e experiências entre os diferentes sujeitos. Nesse sentido, no curso, preza-se a construção horizontal do saber, de modo que as facilitadoras e as próprias discentes acabam construindo o conhecimento juntas, opondo-se à hierarquia de saberes e de falas. Além das aulas expositivas e recursos audiovisuais utilizados, também são realizadas visitas de campo aos centros de atendimento à mulher. O presente curso tem como referencial metodológico as experiências de extensão universitária. Pode-se ressaltar, ainda, que o modo das ofertas de vagas, direcionadas, em sua maioria, para o público externo à Universidade, estende ainda mais a oportunidade dessas pessoas estabelecerem um contato com o meio acadêmico e a produção intelectual, de modo que redirecionem o conhecimento adquirido para demandas externas que envolvam seus coletivos, organizações, instituições, etc., incentivando a troca de conhecimento entre a academia e os saberes produzidos nas lutas sociais. Da mesma forma, para as discentes, é uma oportunidade de estreitar relações com os movimentos sociais, estabelecendo parcerias com os órgãos das Redes de Atendimento e de Enfrentamento à violência. As aulas do curso são interdisciplinares, de modo que, a partir da escolha das facilitadoras, que não são necessariamente profissionais do Direito ou professoras, torna-se possível analisar a temática de gênero e as suas desigualdades não só a partir da ótica do Direito, mas em conjunto com outras áreas epistemológicas. Assim, pode-se pensar as desigualdades de gênero na esfera da educação, da saúde, da segurança pública, entre outras.

PARTICIPANTES:

THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, SALO DE CARVALHO, IANA GONÇALVES SOARES, MARIANA DE ASSIS BRASIL E WEIGERT, LUMA SILVA PINTO MOTA, LARISSA FREIRE DE OLIVEIRA BARBOSA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, CRISTIANE BRANDÃO

ARTIGO: 4572

TÍTULO: A IV JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA NA FND: UM DIÁLOGO ENTRE NAJUP LUIZA MAHIN E O MST

RESUMO:

O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin com o intuito de promover um diálogo entre a Universidade e a Comunidade, consolidando a ideia de extensão universitária, busca uma parceria de forma ampla, coletiva, interdisciplinar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fim de construir diversas atividades e eventos que tenham como objetivo sensibilizar os estudantes sobre a questão do direito e a luta pela terra, dando maior visibilidade para as ações de luta – tendo em vista a importância do tema que, em regra, é ignorado durante a formação acadêmica. Com essa parceria, foi possível promover na Faculdade Nacional de Direito (FND) a IV Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) - evento que ocorre em várias universidades do país, como forma de recordar o Massacre de Eldorado do Carajás. Neste ano, com o tema “Pão, terra e paz: contra a criminalização e a retirada de direitos”, a FND recebeu o evento pela ação conjunta do MST somado ao NAJUP e a Pró- Reitoria de Extensão/PR-5, através de reuniões. Em quatro dias de evento, o tema foi desdobrado em mesas de debates compostas por professores, pesquisadores da questão agrária e militantes do movimento que discutiram sobre: a educação popular do Paulo Freire refletida no campo, relembrando o legado da sua obra após vinte anos da sua morte; a análise da luta dos camponeses na Rússia em 1917 comparada com a luta nos dias atuais, em virtude dos cem anos da Revolução Russa; e, o impacto da Reforma da previdência para as trabalhadoras e trabalhadores do campo, visando a importância do tema no cenário político de desmonte de direitos. Na construção do evento, ainda, tiveram atividades culturais a partir de um sarau e “místicas” (método utilizado pelo MST para ajudar a refletir o tema) feita pelos alunos que interviram em todos os dias do evento com poemas, música, sarau performático e o teatro do oprimido. Além disso, foram promovidas visitas ao assentamento Roseli Nunes, localizado em Pirai e ao acampamento Marli Pereira da Silva, em Paracambi para aprofundar o diálogo e proporcionar à comunidade acadêmica um contato ainda maior. Nas duas visitas foram promovidos momentos de conversa com os trabalhadores para saber a história de luta e as dificuldades do movimento, visita aos lotes dos assentamentos e acampamentos, místicas e atividades para integrar os estudantes na realidade comunitária que vivem. Como resultado do evento promovido, evidenciou-se uma resposta dos estudantes com maior interesse pelo tema, tendo em vista a grande adesão deles nas idas ao acampamento e assentamento do MST e a participação no NAJUP Luiza Mahin. Além disso, é válido ressaltar que a parceria do NAJUP com o MST segue em construção com a proposta de articular outras ações para que a

Universidade esteja em contato com o Movimento.

**PARTICIPANTES:**

THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, ALICE MACIEL, RAFAELLA MOURÃO, IANA GONÇALVES SOARES, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, MARIA LUÍZA MIRANDA ALEXANDRE

ARTIGO: 4626

TÍTULO: PROJETO DE GERENCIAMENTO DOS SETORES DE ARQUIVO DO COLÉGIO PEDRO II

**RESUMO:**

As entidades da área documental (bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação) possuem papel fundamental no processo de gerenciamento da informação. As mesmas diferenciam-se não somente quanto ao tipo de documento ou material tratado, mas também com relação aos procedimentos técnicos para organização e descrição de seus acervos. Os arquivos, segundo a Lei nº 8.159, de 1991, são “[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.”. No entanto, as instituições públicas tendem a negligenciá-los e não percebem o seu valor enquanto centro vital de informação (CALDERON et al, 2004). Deste modo, o presente trabalho pretende abordar as técnicas arquivísticas aplicadas nos setores de Arquivo do Colégio Pedro II (CPII), que é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Todavia, seu primeiro concurso para o cargo de Técnico de Arquivo aconteceu em 2013 e, até o momento, não possui Arquivista. É válido ressaltar, ainda, que de acordo com a Constituição Federal, de 1988, todos os produtos e serviços oferecidos pelos setores de Arquivo do CPII devem atender aos requisitos de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tal atendimento torna-se ainda mais premente com a promulgação da Lei nº 12.682, de 2012, que propõe a digitalização dos documentos, e arquivamento dos documentos físicos originais. Isto posto, com o aprimoramento das Tecnologias de Informação e Comunicação, os Arquivos viram-se implicados a rever pressupostos teóricos e práticos da arquivística em função das mudanças nas necessidades e comportamentos informacionais dos usuários. Com isso, o profissional de Arquivologia deve preocupar-se hoje com a intermediação entre usuário e informação. No caso do CPII, isso foi verificado por questionário aplicado aos servidores dos Arquivos e, a partir deste cenário, formulou-se um Projeto, a ser apresentado à Reitoria do CPII, que visa o gerenciamento das estruturas dos Arquivos, que são fisicamente distintas, mas possuem objetivos em comum. Desta maneira, a aprovação, implantação e acompanhamento do projeto são fundamentais para que os setores de Arquivo estejam alinhados em prol da missão do CPII: formar pessoas. REFERÊNCIAS BRASIL. Constituição, de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. BRASIL. Lei 8.159, de 1991. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)> BRASIL. Lei 12.682, de 2012. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm)> CALDERON, W. R., et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. Disponível em <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1037/1102>>

**PARTICIPANTES:**

VANESSA DE AVILLA ALMEIDA SIMÕES, ANTONIO VICTOR BOTÃO

ARTIGO: 4707

TÍTULO: ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR À COMUNIDADE DA ESTRADINHA

**RESUMO:**

O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin é um grupo de pesquisa e extensão da Faculdade Nacional de Direito que fomenta na academia a relevância da assessoria jurídica popular. Suas principais frentes de atuação e estudo envolvem a luta política pelo direito à moradia, a Reforma Agrária e a educação popular. Neste trabalho, o grupo definiu como campo de atuação a Comunidade da Estradinha, localizada na Ladeira dos Tabajaras, em Botafogo. Importante contextualizar que a comunidade sofreu fortes ameaças de total remoção por parte do Poder Público, a partir de novembro de 2009. A motivação seria o risco de deslizamentos em áreas ocupadas em função das chuvas e erosão do solo. Reagindo a este fato, moradoras e moradores, reunidos em um grupo de resistência, conseguiram garantir a própria permanência no local travando embates políticos com a Administração Pública. Judicialmente tramitam três ações relativas a luta pela permanência da comunidade em condições dignas, e pelo reparo Estatal aos danos promovidos aquele espaço e pessoas. Além de acompanhar as ações judiciais, o NAJUP atua junto ao coletivo técnico (onde estão engenheiros, arquitetos, advogados, e outros) que auxilia a luta da Associação de Moradores em conjunto com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. O projeto tem como objetivos principais a troca de saberes entre as/os estudantes e a Comunidade da Estradinha/Ladeira dos Tabajaras; a contribuição para uma formação cidadã, em que se valorize especialmente a luta por efetivação de direitos e que permita à/ao futura/o profissional do direito atuar nos conflitos sócio-jurídicos, contribuindo nas transformações relevantes para uma sociedade mais justa; assim como auxiliar na efetivação das políticas públicas voltadas para essas Comunidades, tais como um projeto de urbanização com a participação dos moradores de forma democrática, e como na criação de soluções em conformidade com a lei para a permanência de todas/os as/os moradoras/es na Comunidade. Como destacado, a Prefeitura tem promovido negociações com a Comunidade no que se refere ao direito à moradia, a urbanização e regularização fundiária da Comunidade, nesse sentido é fundamental a continuidade do trabalho de assessoria jurídica universitária e de socialização do conhecimento jurídico com a Comunidade. Também se nota imprescindível a manutenção do contato dos estudantes de direito com a Comunidade e demais movimentos sociais, pois tem permitido a percepção dos discentes de direito sobre os desafios da concretização dos direitos sociais já assegurados no nosso ordenamento jurídico e da luta política existente. A extensão universitária, de maneira geral, demonstra ser de extrema importância para uma formação plena e conectada com o mundo que rodeia a universidade.

## PARTICIPANTES:

FÁBIO GUERRA, MARINA EVANGELISTA, CAROLINA HENNIG GOMES, THIZA MARRY JACOME GURGEL, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, VIVIANE CARNEVALE HELLMANN, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES

ARTIGO: 5334

TÍTULO: UMA MARÉ DE ARTE NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS

## RESUMO:

O projeto de extensão “A arte e a luta por direitos humanos no Complexo da Maré” integra o Laboratório de Direitos Humanos (LADIH) da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), que tem como um dos seus objetivos desenvolver projetos de pesquisa e extensão que versem sobre os direitos humanos em uma perspectiva interdisciplinar, abordando de maneira crítica a atual situação desses direitos em nossa sociedade. Neste sentido, o projeto surge como tentativa de dar uma resposta à problemática decorrente da violação de direitos básicos a que estão sujeitos, diariamente, os moradores do Complexo da Maré. Dante Gastaldoni, jornalista e um dos criadores da Escola de Fotógrafos Populares que funcionou por cerca de 10 anos no Complexo da Maré, na apresentação do livro fotográfico “Rio de Janeiro. Cidade em Jogo. Remoções, militarização e protestos”, descreve esta realidade da seguinte maneira: “O discurso da mídia hegemônica brasileira tem produzido, de modo recorrente, uma inversão de valores ao apresentar as favelas como territórios violentos”, apresenta “um cenário caótico que se mostra naturalizado no imaginário social, o que acaba conspirando para eclipsar a histórica negação de direitos à população pobre por parte do poder público”<sup>[i]</sup>. Desta forma, pensamos um projeto que leve ao morador um debate sobre os direitos humanos e seus mecanismos de efetivação, ressaltando a produção artística. Entendendo que o Complexo da Maré, pese a ser um local de constantes violações de direitos, sobretudo por parte do Estado, comporta diversos projetos sociais e artísticos consolidados que abordam essas questões problemáticas e criam o debate acerca dos direitos dos moradores. Objetivos: Nesse contexto, o presente projeto pretende promover atividades culturais que estimulem o debate sobre os direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica do Direito. Preocupando-se sempre para que sejam os próprios participantes que reflitam a sua realidade, dando-lhes ferramentas para o desenvolvimento de uma visão crítica que agregue conhecimentos e experiências aos trabalhos já ativos ou em formação na comunidade. Metodologia A metodologia consistirá na realização de palestras, workshops, rodas de conversas e debates, cineclubes, saraus e oficinas culturais (música, fotografia, literatura, teatro etc.), culminando com a produção de um registro fotográfico ou audiovisual sobre arte e direitos humanos na Maré. Semanalmente, a equipe realizará: 1) Reuniões para debater e planejar as atividades; 2) Pesquisas sobre os temas das atividades; 3) Preparação, junto à comunidade, das atividades culturais; 4) Atividade culturais na comunidade da Maré (oficinas de fotografia, teatro, leitura, saraus, exposições, exibição de filmes com debates etc.) 5) Rodas de conversa, palestras ou workshops sobre temas que relacionam arte e direitos humanos. [i] GASTALDONI, Dante. Rio de Janeiro Cidade em Jogo. Fundação Rosa Luxemburgo, Brasil/Alemanha, 2016.

## PARTICIPANTES:

PEDRO DE OLIVEIRA DA CUNHA AMORIM DE SOUZA, FRANCISCA GONZALEZ, VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER

ARTIGO: 5819

TÍTULO: ANÁLISE DAS DEMANDAS JURÍDICAS DO SEGMENTO T ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO, QUESTÕES DE GÊNERO, HOMOFOBIA E DIREITO À CIDADANIA NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

## RESUMO:

A visibilidade e a mobilização política das minorias sexuais no Brasil adquiriram força, aderência e representatividade, e na última década com estudos desenvolvidos sobre a masculinidade, feminilidade e identidade de gênero, criou-se um estudo mais sistemático de pessoas em situações de vulnerabilidade. Nessa conjuntura, torna-se crescente a procura pelo Judiciário, na tentativa de garantir direitos básicos, sobretudo para a efetivação da dignidade da pessoa humana. Diante da precariedade de atendimento para essa população surgiu o projeto de extensão Educação, Questões de Gênero, Homofobia e Direito à Cidadania, criado em 2009, que envolve professores, alunos e técnicos administrativos, a fim de fornecer amparo jurídico gratuito ao público que necessite de assistência jurídica gratuita para defesa dos seus direitos em situações de discriminação relacionadas às questões de gênero. No âmbito das matérias trabalhista, cível, criminal e sucessões fazemos os atendimentos nas dependências do NPJ da FND, buscando conscientizar mulheres e cidadãos LGBTI sobre seus direitos e valores culturais para a vida em uma sociedade justa. Esses atendimentos nos permitem um contato direto com os assistidos, o que nos proporciona o aprofundamento sobre a situação de cada pessoa, em cada caso. Nos deparamos com a situação de precariedade, em todos os aspectos, que essas pessoas vivem, seja para conseguir um simples contato por telefone ou email, ou casos mais graves, em que não é possível o comparecimento por situações de ameaça e falta de condições financeiras. Diante dessas realidades, a importância do acompanhamento direto para fornecer o máximo de atenção e ajuda para que saibam de seus direitos é importantíssimo. Acreditamos levar conhecimento e cidadania à essas pessoas para que se sintam acolhidas e possam ter seus direitos básicos, garantidos e o preconceito combatido a cada caso procedente. Buscamos envolver o máximo de pessoas no projeto, por meio de divulgação na internet, pelos corredores do prédio da FND e em parceiros que colaboram com o projeto, como o Rio sem Homofobia. A fim de mapear os perfis e demandas apresentadas, dos assistidos aplicamos um questionário semiestruturado com variáveis para compreender os direitos violados e como prestar o melhor auxílio. Diante da problemática da população LGBTI, criamos um projeto de pesquisa, como forma de complementar a extensão, voltado para o estudo dos direitos do Segmento T (transsexuais, travestis e transgêneros), por meio de casos emblemáticos do STJ e STF sobre alteração do registro civil e cirurgia de redesignação sexual, ampliando nosso rol de conhecimento. Como perspectiva futura, promover parcerias educação preventiva, por meio de palestras, oficinas e cursos a serem ministrados a policiais, profissionais de saúde, professores e alunos da rede pública de ensino médio no RJ para conscientizar a todos sobre os direitos e valores de pessoas em situação de vulnerabilidade em uma sociedade democrática.

## PARTICIPANTES:

MAYARA FONTANA, GEORGIANA LIMA, EDGAR JOAO JUNIO DE SOUSA, TAIS MAGALHAES MARUCCO, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA

---

ARTIGO: 1010

TÍTULO: OS IMPACTOS NA LUCRATIVIDADE DE EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL INCLUÍDAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS: FOCO NAS EMPRESAS DO RAMO DE FERRAGENS NO RIO DE JANEIRO

RESUMO:

Apesar do tratamento diferenciado, quando se trata de ICMS Substituição Tributária, as empresas optantes pelo Simples Nacional se igualam às empresas de regime normal. Objetivamente, o presente estudo analisa os efeitos nos preços praticados pelas empresas do Ramo de Ferragens do Rio de Janeiro em função da adoção do regime de substituição tributária do ICMS no período de 2016. Quantitativamente, será utilizada a regressão linear múltipla com Dados em Painel de Efeitos Fixos, onde com a dummy (ST) se buscava relacionar seus efeitos com os preços dos produtos. Os resultados do modelo estatístico indicarão a relação da variável substituição tributária com a variável dependente preço. Há expectativas que este estudo auxilie na melhor compreensão de um assunto ainda complexo. Os resultados esperados são: ampliação do conhecimento sobre substituição tributária que ainda gera dúvidas aos empresários, estudantes e demais usuários da informação; E a percepção, por parte do empresariado, dos impactos que este regime traz aos seus resultados financeiro

PARTICIPANTES:

FREDERICO OTAVIO SIROTTEAU CAVALCANTE, PRISCILA ARAUJO

---

ARTIGO: 2432

TÍTULO: AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO DE CASO CURSO DE EXTENSÃO ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

RESUMO:

O presente trabalho está relacionado a experiência do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, oferecido pelo Projeto Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB). Esse curso é uma parceria entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Curso foi criado em 2008 com o propósito de promover uma maior integração entre a universidade e as lideranças sociais, expandindo o acesso de organizações da sociedade civil e movimentos populares ao saber científico-acadêmico e, ainda, pretende contribuir para a capacitação dos alunos aprofundando o seu conhecimento sobre as relações entre energia, meio ambiente e sociedade no capitalismo contemporâneo. O foco dessa pesquisa é avaliar o desempenho do Curso como objeto mediador da interação universidade-sociedade. Está realizada através do levantamento de dados referentes às últimas turmas, da definição das metas propostas pelos coordenadores do projeto, da avaliação que os próprios alunos fazem após a experiência do Curso. Acredita-se que a partir destas informações seja possível apresentar resultados que transpareçam a contribuição acadêmica e social do projeto. Como trata-se de uma atividade extensiva de interesse da sociedade é importante que a mesma tenha mais informações sobre tal. Portanto, o nosso objetivo é publicizar os resultados do projeto ao fazer um balanço entre o que foi originalmente planejado e o que está sendo realizado ao longo dos anos de execução deste curso de extensão universitária.

PARTICIPANTES:

ANA BRAGA, VINÍCIUS BORDIGNON SARMENTO, CARLOS BERNARDO VAINER

---

ARTIGO: 3457

TÍTULO: PROJETO DE EXTENSÃO “BIBLIOTECA COMUNITÁRIA NA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ”

RESUMO:

O Projeto Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ está inserido no Programa de Inclusão Social – Vila Residencial da UFRJ, e é desenvolvido por estudantes e professores do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), em parceria com a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ (AMAVILA). Objetiva implantar e manter uma biblioteca comunitária em parceria com a comunidade local, dando suporte às atividades comunitárias e servindo de espaço público de agregação, informação, lazer, aprendizado e memória local. Acredita-se que bibliotecas comunitárias devem possuir gestão comunitária, mas tendo acesso a recursos e apoio técnico públicos, sendo uma das formas em que isso pode ser realizado através de ações extensionistas. É apresentado o percurso do projeto e suas atividades, enfocando o período atual. O projeto foi iniciado em setembro de 2014, a partir de uma demanda da comunidade, que possuía um acervo inicial de livros. No início não havia um espaço destinado à biblioteca, então em maio de 2015 se iniciou uma atividade mensal denominada Biblioteca a Céu Aberto, realizada na praça da Vila, que se constitui em mediação de leitura, empréstimo de livros e atividades temáticas. A partir de maio de 2016, a AMAVILA disponibilizou uma sala para a instalação da biblioteca, que passou a abrir uma vez por semana, mantendo a Biblioteca a Céu Aberto uma vez por mês. Em abril de 2017, foi feito um mutirão para seleção do acervo, cuja organização permanece em andamento, mediante política de desenvolvimento de coleções elaborada. O acervo é composto por doações, recebidas desde o início do projeto. Alguns livros precisaram ser descartados e encaminhados a doação ou reciclagem, devido a sua deterioração e/ou contaminação diversas, ou por serem livros didáticos desatualizados ou técnicos-científicos específicos. O acervo conta com literatura infantil, juvenil e adulta, enciclopédias, conhecimentos gerais, quadrinhos e jogos. A Biblioteca passou a funcionar quatro vezes por semana, inclusive sábados. A Biblioteca a Céu Aberto continua a ocorrer na praça, agora duas vezes por mês, com um público assíduo de crianças e pré-adolescentes, e um público ocasional de adolescentes e adultos. O projeto passou a realizar uma nova atividade, itinerante, juntamente com a Biblioteca a Céu Aberto, que consiste em levar livros às



casas dos moradores, dando-lhes a possibilidade de solicitar empréstimo ou receber leitura domiciliar. Também passou a participar de mais atividades integradas com outros projetos de extensão do programa e com a AMAVILA, reforçando os laços de interdisciplinaridade e parceria. A Biblioteca tem traçado caminhos para intensificar suas atividades, de forma a despertar o prazer pela leitura, visando a ampliação do conhecimento e o lazer. E tem buscado garantir maior integração e parceria com a comunidade local, a fim de que pertença, física e simbolicamente, cada vez mais à Vila Residencial e a seus moradores.

**PARTICIPANTES:**

PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO, DANILLO PESTANA DE FREITAS, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO, NADIR FERREIRA ALVES, HUGO SUZART PINTO, SARA LOPES CORRÊA, TATIANE DA SILVA COSTA, THAYNARA MOTTA DOS SANTOS

**ARTIGO: 3785**

**TÍTULO: A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CURSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM MEIO AMBIENTE**

**RESUMO:**

Trata-se de um relato de experiência, cuja finalidade é apresentar a vivência no Projeto de Extensão "A Competência em Informação no Curso Integrado em Meio Ambiente" realizado em um colégio federal localizado no estado do Rio de Janeiro em parceria com o Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no período de maio de 2016 a maio de 2017. Descreve o Projeto que objetiva inserir os alunos do ensino médio no contexto das práticas de pesquisa a partir da promoção da competência em informação dos alunos no acesso e no uso às fontes de informação por meio de métodos expositivos e práticos, levando ao uso consciente e crítico da informação desde a identificação da necessidade de informação até o uso da informação na produção acadêmica. Detalha as atividades desenvolvidas pelos discentes do CBG envolvidos no Projeto (bolsistas e voluntários) sob a orientação das professoras coordenadoras. Utiliza como procedimento metodológico uma pesquisa com característica exploratória de abordagem qualitativa sobre o ensino no contexto da extensão universitária. Expõe como resultados a análise do impacto do Projeto na comunidade escolar atendida, o impacto na comunidade universitária e a produção de diferentes conhecimentos no diálogo entre teoria e prática na construção coletiva do conhecimento, impactando diretamente na formação dos discentes do Colégio e da Universidade.

**PARTICIPANTES:**

ISADORA ESCALANTE, LUIZ BARROS, MARIANNA ZATTAR, NYSIA SÁ

**ARTIGO: 4597**

**TÍTULO: O USO DAS TÉCNICAS DO TEATRO DO OPRIMIDO PELO NÚCLEO DE ACESSORIA JURÍDICA POPULAR LUIZA MAHIN**

**RESUMO:**

O Teatro do Oprimido, desenvolvido por Augusto Boal, é uma técnica teatral para tratar de opressões, refletir sobre seu papel nelas e, a partir dessa reflexão sobre a realidade, criar intervenções e lutas. Então, além de uma atividade teatral, é uma manifestação política com o objetivo de transformação social que integra diferentes atores sociais na sua produção. Ao longo da dinâmica, desenvolvem-se uma série de atividades lúdicas visando "desentorpecer o corpo, alienado, mecanizado, ritualizado pelas tarefas quotidianas da sociedade capitalista" (BOAL, 1982, p.9). Por trabalhar com uma perspectiva de reflexão sobre a realidade dos oprimidos e das oprimidas, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin entende que o método tem um potencial para gerar debate político e conscientização sobre outras realidades. Assim, desde 2014, o NAJUP realiza na Faculdade Nacional de Direito (FND) a técnica do Teatro do Oprimido para dar início às suas atividades semestrais e receber os novos integrantes do curso de Direito. O objetivo é apresentar o grupo de extensão além de integrar os estudantes recém chegados ao espaço da universidade. Atualmente, temos também a proposta de atuar junto ao corpo social – estudantes, professores e funcionários - do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, realizando oficinas sobre temas levantados pelos estudantes utilizando métodos de educação popular, incluindo o Teatro do Oprimido. Durante a atividade, ficou clara a demanda por discussões sobre violência de gênero, lgbtphobia, racismo e violência policial; e foi tirado como proposta para o NAJUP um debate sobre o primeiro tema na escola. É importante ressaltar que já assessoram este colégio durante o movimento de ocupação pelos secundaristas em 2016 e é importante que a nossa atuação proporcione parcerias como essa.

**PARTICIPANTES:**

MAHARA VIEIRA TELES, DANIELLA PONTES, MAX ROBERTO SILVA, JULIANA OLIVEIRA TEIXEIRA DE JESUS, VIVIANE CARNEVALE HELLMANN, LUIZA MELLO, MARINA EVANGELISTA, THALIA MARTINS DE ANDRADE, LUANA NOBREGA DE ALCANTARA, LUCAS HENRIQUE JUSTINO DE SOUZA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MARIA LUÍZA MIRANDA A

**ARTIGO: 4624**

**TÍTULO: ACESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR À OCUPAÇÃO SOLANO TRINDADE/MNLM**

**RESUMO:**

Desde 2016, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin acompanha a Ocupação Solano Trindade, localizada no distrito de Campos Elísios no Município de Duque de Caxias. A ocupação é organizada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN-RJ). Desde 2014, cerca de 50 famílias ocupam a parte ociosa de um terreno, que o Centro Pan Americano de Febre Aftosa alega ser de sua posse, lutando pelo cumprimento da função social da

propriedade, como enuncia o artigo 184 da Constituição Federal de 1988. O NAJUP se consolida como um grupo de pesquisa e extensão universitária que pretende colocar no centro do debate acadêmico a relevância da assessoria jurídica popular. Assim, o grupo escolheu por atuar e estudar o direito à moradia e a luta dos movimentos sociais para a efetivação desse direito. Uma das bases metodológicas é a interação dialógica, com base no Plano Nacional de Extensão Universitária. O diálogo pressupõe uma troca de saberes em que os sujeitos não estejam em posição hierárquica um perante o outro; pelo contrário, os mais diferentes saberes e os lugares de fala dos atores sociais envolvidos devem ser respeitados. Assim, nossa metodologia atenta para ir contra uma concepção bancária de educação, crítica feita por Paulo Freire, em que a narrativa da educação se constrói com a preponderância de uma saber em detrimento de outras formas de se interpretar a realidade. De forma mais específica, na nossa metodologia, para irmos além do que a discussão do universo jurídico permite, utilizamos exposições cinematográficas, oficinas de teatro do oprimido, dinâmicas de grupos e debates aliados à contribuição da atuação política do movimento de modo que todos os atores envolvidos sejam educadores e educandos neste processo que visa compreender a realidade para a sua transformação a partir da luta. Assim, o projeto tem um impacto na comunidade da ocupação e na formação dos universitários, repercutindo na universidade. Nesse contexto, o movimento de ocupação não só visa um direito à moradia, mas consiste em um direito à cidade por entrar na disputa por significados que se produzem no espaço urbano. Nossa aproximação com a ocupação possui o objetivo geral de fortalecer e colaborar para construção de cidades mais justas, em que os direitos fundamentais garantidos constitucionalmente sejam respeitados. De forma mais específica, assessoramos o movimento segundo suas demandas mais urgentes. Atualmente, acompanhamos os processos judicial e administrativo a fim de contribuir para a regularização fundiária da ocupação e a construção de habitação de interesse social. Analisando os discursos feitos em torno do direito à propriedade, para além do que consta no ordenamento jurídico, é possível observar que valores e interesses perpassam nessa disputa quando se reflete sobre o contraste entre o direito positivado e a construção da luta na ocupação e sobre a utilização do aparelho judicial para coibir a resistência.

**PARTICIPANTES:**

VIVIANE CARNEVALE HELLMANN, MARIA LUÍZA MIRANDA ALEXANDRE, LUCAS HENRIQUE JUSTINO DE SOUZA, MARINA EVANGELISTA, THALIA MARTINS DE ANDRADE, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

---

**ARTIGO: 1596****TÍTULO: MARKETING EM JOGOS ONLINE: O CASO DE LEAGUE OF LEGENDS****RESUMO:**

Os videogames trouxeram uma revolução no modo que os consumidores se relacionavam com o entretenimento. Se antes as pessoas assumiam apenas o papel de espectadores com o rádio, a televisão e o cinema, os videogames possibilitaram uma interação nunca vista antes do ser humano com a tecnologia. Os jogos online funcionam em sua grande maioria com um enorme número de jogadores conectados ao mesmo tempo. É necessário, assim, que as empresas despendam uma boa dose de sua energia e receitas, não apenas atraindo novos jogadores, mas, também, gerando uma comunidade ativa que por si só dê vida ao jogo em questão, assegurando que tenha sempre uma boa quantidade de jogadores conectados no jogo ou participando de alguma interação em outros espaços sobre destinados ao público do jogo, como fóruns e grupos online. Entre os jogos online, existe uma categoria chamada eSports, ou esportes eletrônicos. Essa categoria refere-se às competições organizadas de alguns jogos online. Esses jogos, em sua grande maioria, são de alguns gêneros como luta, esportes, jogo de tiro em primeira pessoa, estratégia em tempo real e MOBA (Multiplayer Online Battle Arena) ou Arena de Batalhas Online para Vários Jogadores. O mercado de jogos eletrônicos é lucrativo, aumentando cada vez mais seus lucros. Em 2016 a receita total do mercado de games, que inclui jogos para computador, console e aparelhos móveis, foi de US\$99.600.000.000,00, enquanto que em 2015 o gerado total foi de US\$91.800.000.000,00. Ao redor do mundo as competições de eSports geraram um total de US\$892.400.000,00 em 2016. O jogo online mais lucrativo dos últimos anos é o League of Legends, um jogo free-to-play (grátis para jogar) para computador que se destaca entre os eSports. Em 2016, o jogo da empresa Riot Games teve uma receita de cerca de US\$1,7 bilhões. O trabalho a ser apresentado consiste em identificar e descrever a estratégia de marketing utilizada pela empresa Riot Games no jogo League of Legends, bem como fazer uma correlação com o avanço dos E-Sports mundialmente nos últimos anos. Para alcançar este objetivo, foi realizado um estudo de caso para o jogo League of Legends. Os dados e informações foram coletados através de uma revisão bibliográfica, utilizando como base de marketing livros de autores como Kotler e Ferrell. Já os dados referentes ao jogo league of legends e ao cenário dos jogos onlines e jogos competitivos foram retirados de artigos e notícias em sites na internet, principalmente os sites oficiais dos jogos, de empresas que trabalham com recolhimento de dados desse mercado de games (Newzoo e SuperData Research) e grandes portais de notícias. O trabalho encontra-se em estágio de finalização e revisão.

**PARTICIPANTES:**

THOMAS COMIN GREGORIO VIDAL, PAULO CESAR LOPES PEREIRA

---

**ARTIGO: 3794****TÍTULO: CONHECENDO A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO (UFRJ): UM RESGATE DA MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL****RESUMO:**

Oriunda da fusão entre a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito, no ano de 1920, a Faculdade Nacional de Direito (FND) é um destaque histórico-cultural da região central da cidade do Rio de Janeiro. Localizada no antigo Palácio do Conde dos Arcos, prédio tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), e que abrigou entre 1826 e 1924 o Senado do Brasil, a FND apresenta um rico acervo histórico que remonta não só à sua história, como também a acontecimentos políticos e culturais que marcaram o estado e o país. Diante de tal legado, o presente Projeto propõe-se ao conhecimento e à preservação do acervo histórico-cultural da FND, viabilizando a reconstrução das dimensões coletiva e social – e, por extensão – institucional, da memória que permeia o prédio que abriga

atualmente a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaca-se, portanto, um objetivo de ordem geral: a promoção do resgate artístico-cultural do patrimônio da Faculdade Nacional de Direito. Em específico, o Projeto objetiva: a) a realização do inventário, bem como o tombamento, do acervo histórico mobiliário da FND e; b) a promoção de visitas guiadas ao corpo social e usuários externos às áreas históricas e artisticamente mais relevantes do prédio da Faculdade. Neste diapasão, cabe destacar que o prédio e boa parte do mobiliário da Nacional de Direito remetem aos mais diversos períodos históricos nacionais, com destaque para o período Imperial, a implantação da República, a Ditadura Militar e a Redemocratização, sendo palco de luta pela democracia e justiça social. Os objetivos se integram no intuito de trazer à tona as mais variadas manifestações culturais ocorridas na FND, muitas delas de cunho crítico. Ademais, busca-se contribuir para a compreensão de sua trajetória político-acadêmica, reafirmando, dessa forma, a importância estratégica da FND na construção de saberes e da cidadania, além de estimular o desenvolvimento de novas atividades artísticas e culturais na Faculdade..

**PARTICIPANTES:**

MATHEUS BAIA DE ANDRADE, MARIA ISABEL SANTANA POMAROLI, FLAVIO ALVES MARTINS

**ARTIGO: 3041****TÍTULO: DELIMITANDO A CRISE POLÍTICO INSTITUCIONAL DO BRASIL: O PROTAGONISMO DO DIREITO****RESUMO:**

O presente trabalho pretende apresentar os primeiros resultados da pesquisa em curso acerca do atual momento de crise política brasileira e sua relação com a crescente formulação e aplicação de programas de austeridade no âmbito econômico. A discussão, ademais, é introduzida no quadro maior do novo momento constitucionalista latino-americano, com a Constituição Brasileira analisada entre suas análogas do continente, sobretudo no que toca ao tratamento dado aos direitos fundamentais. O histórico de formação de um constitucionalismo próprio à América Latina é abordado com base na literatura pertinente ao tema, alcançando o período de transição democrática dos países a partir dos anos 1980-90 como marco-chave nos processos constitucionalistas na configuração de uma nova realidade de poder. As diferentes vertentes de tratamento dado aos Direitos Fundamentais são estudadas, com foco no caso brasileiro. Segue-se à presente etapa da investigação proposta, diante do processo de instabilidade política pós-Junho de 2013 e, particularmente, pós-Impeachment. Quais os impasses e retrocessos representados por tal circunstância em face dos projetos nacionais pretendidos pelo citado constitucionalismo? Busca-se desenhar os limites de como se configura atualmente o constitucionalismo latino-americano para responder à questão da contenção da presença do Estado e do direito. Propõe-se que tal contenção enquadra-se dentro de uma política de austeridade. A pesquisa engloba igualmente a perspectiva comparativa das políticas de contenção do Estado em sociedades como Portugal, Espanha e Grécia. A esse universo agrega-se a Argentina. Outro ponto importante metodologicamente é o corte cronológico da investigação, desde o período pós-crise econômica internacional de 2008 até o pós-Impeachment, elemento central no estudo de caso da sociedade brasileira. Examinaremos as medidas legislativas propostas pelo Executivo de modo a classificá-las. A esse conjunto veremos as relações institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo em termos de encaminhamento dessas políticas de austeridades. Por fim, traçaremos o perfil da judicialização e sua relação com os limites da atuação do Estado.

**PARTICIPANTES:**

FILIPE SOARES NOVAES, JOSÉ RIBAS VIEIRA

**ARTIGO: 4086****TÍTULO: O PAPEL INSTITUCIONAL DOS CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****RESUMO:**

A pesquisa visa observar os pequenos mecanismos que de fato efetiva a democracia, voltando o olhar não para os grandes institutos, como o próprio TCE em si, mas os pequenos valores democráticos que, se observados, adquire-se grandes efeitos benéficos. O olhar para o órgão legislativo fiscalizador estatal se justifica pela atual conjectura política e econômica que o Estado do Rio de Janeiro vem passando, quando se tem 6 dos 7 Conselheiros impedidos de exercer a função pública por vícios funcionais, democracia começa a ser questionada. De outro modo, impende ressaltar que o TCE-RJ é o órgão que, pelo artigo 79 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, é responsável, no que couber, pelo controle dos atos administrativos do Estado e dos Municípios do Rio de Janeiro; ademais, o artigo 122 da mesma Constituição Estadual, vem nos trazer algo que demonstra a importância do TCE-RJ e nos diz indiretamente que se tal órgão legislativo estiver corrompido, todo o Estado estará corrompido, lá diz que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder, e tal controle externo, que auxilia o poder Legislativo, será exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, segundo o artigo 123 da mesma Constituição. Visto essa grande importância legal conferida ao tribunal de contas busca-se uma análise democrática.

**PARTICIPANTES:**

MICAEL BRITO, PEDRO HENRIQUE NUNES DE OLIVEIRA, LUCAS D'ÁVILA, CARLOS BOLONHA

**ARTIGO: 4916****TÍTULO: A ARTE E A LUTA POR DIREITOS HUMANOS NA MARÉ****RESUMO:**

O trabalho surge como um projeto de pesquisa com objetivo de, a partir do reconhecimento dos direitos humanos como

processos culturais de luta, identificar a integração destes com processos artísticos da Maré. Considerando as diretrizes do nosso referencial teórico, entendemos que o impacto do projeto é ampliado ao integrar pesquisa à extensão. Assim, o trabalho integra hoje essas modalidades, visando atuar de acordo com a metodologia de transformação da Teoria Crítica dos Direitos Humanos. O projeto é fundado na revisão bibliográfica e na realização de encontros sobre direitos humanos em projetos ligados à Associação Redes de Desenvolvimento da Maré. A primeira é o estudo de teóricos críticos dos direitos humanos, da Sociologia Jurídica Crítica e do pós-colonialismo. A segunda são encontros temáticos sobre direitos humanos, que se concretizam na forma de rodas de conversa, clubes de leitura, saraus, cineclubes e outras modalidades, integrando o debate de direitos à produção artística. Tais atividades objetivam a troca de conhecimentos entre a produção acadêmica, sobretudo da teoria crítica, e a vivência dos moradores frente as violações de direitos humanos na Maré. Ao longo do ano de 2016, estabelecemos uma troca com o Redes da Maré, que tem como missão promover uma rede de Desenvolvimento Territorial, através de projetos de educação, arte, cultura, mobilização social etc. Optamos por atuar em conjunto com essa estrutura de projetos concretizada, de forma a potencializar o impacto já promovido. Em parceria com os coordenadores do Redes, foi realizado o primeiro módulo junto com os seus tecedores, foram seis encontros durante os meses de junho, julho, agosto e setembro de 2016 com o tema "O que são Direitos Humanos?". Promovendo o debate acerca do que eles entendem como direitos humanos e a existência desses na Maré, introduzimos a perspectiva da Teoria Crítica, com base nos textos de Herrera Flores estudados desde 2015. No decorrer do ano de 2017, o projeto vem enfrentando o desafio de fechar parcerias com os projetos já existentes dentro do Complexo da Maré, além da dificuldade de achar espaço disponível para realizar os encontros em um período de grandes violações de direitos na Maré. Foram realizadas visitas ao Mureu da Maré com o objetivo de expandir a apresentação do módulo "O que são Direitos Humanos?", para que assim se possa desenvolver o debate crítico sobre direitos humanos aliado à produção artística. HERRERA FLORES, Joaquín. El proceso cultural. Materiales para la creatividad humana. \_\_\_\_\_. A (re)invenção dos direitos humanos. \_\_\_\_\_. Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os Direitos Humanos como produtos culturais. \_\_\_\_\_. Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade de Resistência. SANTOS, Boaventura de Souza. Poderá o direito ser emancipatório?, QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.

**PARTICIPANTES:**

ANA CLARA CABRAL DE MEDEIROS, VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER

ARTIGO: 5290

TÍTULO: ACESSO À JUSTIÇA: PESQUISA NO ÂMBITO DO NIAC UFRJ.

**RESUMO:**

Trata-se o Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania - NIAC de programa de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com praticamente 11 anos de existência. Os diferentes projetos do NIAC ofertam base comum de atividades de ensino, pesquisa e extensão: orientação aos alunos, grupos de estudos, cursos de extensão, publicações, assessoria técnica e atendimento jurídico, psicológico e social, orientado para a promoção dos direitos à cidadania e à justiça nas comunidades vizinhas ao Campus Ilha do Fundão, da UFRJ, em especial à população do Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. Dentre os projetos, destaca-se o Escritório da Cidadania, voltado para a defesa dos direitos humanos e sociais por meio de atendimentos interdisciplinares (Direito, Serviço Social e Psicologia), que ofertam atendimento psicológico, social e jurídico, buscando promover, no usuário, todas as suas potencialidades, para que se torne um verdadeiro agente de transformação no seu meio. O Escritório é estruturado a partir do "primeiro atendimento", reunião em que há acolhimento do usuário para oitiva de todas as suas demandas. Após o primeiro atendimento, os extensionistas discutem as demandas e seus possíveis encaminhamentos — dentro das três áreas —, agendando retorno do usuário, para atendimento focado nas demandas apresentadas. Quanto ao atendimento jurídico, há grande recorrência de temas ligados ao Direito do Consumidor, de Família, de Sucessões e Assistenciais. Deve-se levar-se em conta o contexto social, econômico e cultural dos usuários, cabendo, aos extensionistas e professores, buscar soluções jurídicas — judiciais ou extrajudiciais — que satisfaçam as necessidades e peculiaridades de cada usuário e contexto. A metodologia utilizada será, principalmente, entrevista complementada por revisão bibliográfica. O foco do presente é o estudo de casos em que foram celebrados acordos extrajudiciais, realizados no âmbito do Escritório. Observou-se com o dia-a-dia de trabalho no NIAC que vários usuários preferem celebrar acordo extrajudicial em vez de judicial. Essa tendência talvez se deva ao fato de a autocomposição ser a melhor das soluções possíveis para a controvérsia, como também a certa desconfiança em relação ao Poder Judiciário por parte dos assistidos, vulneráveis, que vivem na Maré. Serão realizadas entrevistas com usuários atendidos ao longo dos anos no Escritório da Cidadania, para constatar se existe preferência pela resolução de litígios por acordos extrajudiciais, do que por soluções impostas unilateralmente pelo Judiciário e/ou por acordos celebrados em processo judicial já instaurado. A celebração extrajudicial de acordos promove sua resolução mais célere, rápida e efetiva. Trata-se o presente trabalho de pesquisa em fase inicial, buscando investigar se existe, por parte dos usuários, preferência pela resolução extrajudicial de conflitos e a razão desta preferência.

**PARTICIPANTES:**

BRUNO GARCIA REDONDO, ANDRÉ PEREIRA SOARES, JUNYA RODRIGUES BARLETTA

ARTIGO: 5304

TÍTULO: A GUARDA COMPARTILHADA COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DO NIAC UFRJ

**RESUMO:**

O projeto Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania iniciou-se em 2006, com atendimento jurídico, social e psicológico aos moradores da Maré. São objetivos do NIAC articular e potencializar redes de acesso a direitos (judiciário e outras formas de composição e resolução de conflitos). O atendimento interdisciplinar traz relevantes resultados para os usuários atendidos, por abarcar as necessidades por diversas óticas, promovendo a cidadania emancipada. Nesses dez anos de NIAC, verificou-se a grande incidência de casos relacionados ao Direito de Família, em especial, debate de guarda de





filhos em processos de separação. As novas formas de família impulsionaram grandes estudos jurídicos, sobretudo a partir da Emenda Constitucional 66/2010 e dos precedentes do Supremo Tribunal Federal, no sentido de uma releitura do art. 226 da Constituição. Oafeto e a imposição de responsabilidade surgem como ferramentas essenciais ao novo conceito de família. A partir deste novo conceito, situações antes não observadas vieram à tona, fazendo com que o NIAC abraçasse a ideia de garantir a defesa dos direitos fundamentais àquelas pessoas e famílias vulneráveis. A guarda compartilhada promove o compartilhamento equânime de deveres e direitos entre os pais separados em relação à vida do menor. Desde o final de 2014 ela é a regra geral, ainda que os pais não coabitem, a não ser que um deles não queira ou não possa ter a guarda, resultando em guarda unilateral (exercida por apenas um genitor, restando ao outro o direito de visita, vigilância, educação e criação). A Lei 13.058/2014 define guarda compartilhada como “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”, buscando que, independentemente de haver ou não relacionamento conjugal, mães e pais continuem exercendo seus papéis de forma equilibrada e isonômica na vida do filho. Estudos já provaram que, para uma saudável formação, a criança necessita de contato que lhe proporcione situações da vida cotidiana com ambos os genitores, o que fica inviabilizado com a guarda unilateral e a mera visita alternada. Buscamos demonstrar os pressupostos e conteúdo da guarda compartilhada, analisar a importância, consequências e como essa modalidade de guarda pode ser eficiente nos casos de separação atendidos pelo NIAC. É também objetivo deste trabalho o levantamento de casos em que a guarda compartilhada ocorreu, como ela se desenvolveu e como ela pode ser eficaz no desenvolvimento de uma criança sadia e protegida, inobstante a separação dos pais, que podem inclusive recorrer, a qualquer momento, às equipes interdisciplinares (serviço psicológico e social) das Varas de Família. Por derradeiro, pretende-se perceber o quanto a guarda compartilhada pode ser útil no combate à Síndrome da Alienação Parental, fazendo remissão direta à contribuição do Instituto da Guarda Compartilhada para a erradicação da SAP.

**PARTICIPANTES:**

BRUNO GARCIA REDONDO, BRENDA MATOS DA SILVA AZEVEDO, FELIPE ANTONIO MENDES FERREIRA, JUNYA RODRIGUES BARLETTA

---

ARTIGO: 5856

TÍTULO: PROJETO MARÉ: ESCRITÓRIO DA CIDADANIA

**RESUMO:**

A pesquisa do projeto procedeu-se no NIAC (Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Comunidade), inserido na Divisão de Integração Universidade Comunidade (DIUC), localizada na Prefeitura Universitária. A DIUC é um espaço de diálogo onde as organizações sociais podem apresentar suas demandas e, dessa forma, receber auxílio de alunos pesquisadores e extensionistas. O NIAC atua como agente de bem-estar humano, social e jurídico, através de diferentes projetos das áreas do saber, quais sejam: Direito, Psicologia e Serviço Social, soluciona demandas de moradores provenientes do Complexo da Maré e redondezas, com o intuito de atender a população vulnerável, inserida numa situação de desigualdade social e de violência, no âmbito jurídico, psicológico e social. O “Projeto Maré: Escritório da Cidadania”, que possui o Direito como área atuante, o qual foi precursor do desenvolvimento do programa proposto, tem como intuito o atendimento de interesses da população civil, de modo a oferecer orientação e assistência jurídica a esses, a partir da mediação de conflitos e, quando o acordo não for possível, com o ingresso da equipe com ação na Justiça, assegurando-lhes uma maior proteção de seus direitos. Nesse sentido, o objetivo principal do projeto proposto foi de analisar a relação entre os casos atendidos e suas respectivas áreas, a fim de submeter uma maior compreensão acerca da frequência nas demandas populares atendidas pelo NIAC, oferecer aos estudantes um processo de aprendizagem que articule ações de ensino, pesquisa e extensão e estimule habilidades e competências relativas a: capacidade de trabalho em equipe, articulação teórico-prática, competência técnico-operacional, compromisso ético-político com o Programa e com os usuários do NIAC. A partir disso, os procedimentos metodológicos utilizados foram de observação e análise de todas as pastas de casos ativos (nome dado aos casos em andamento) desde o ano de fundação do núcleo, em 2007. Dessa forma, a análise adquirida ao final do projeto, que teve sua duração de um ano, foi de que a mediação entre as partes só funciona se estas estiverem dispostas, há barreiras sociais e processuais que impedem o acesso à justiça aos usuários que vêm da Maré e arredores, considerados hipossuficientes, além de uma percepção de maior destaque da área da Psicologia, num âmbito geral.

**PARTICIPANTES:**

ANDREA PIRES BAPTISTA, JUNYA RODRIGUES BARLETTA

---

ARTIGO: 5468

TÍTULO: RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E A SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

**RESUMO:**

A crise econômica vivenciada no Brasil, país de grandes desigualdades econômicas e sociais, impacta sobremaneira o mercado de trabalho, ampliando a importância do trabalho desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/COPPE/UFRJ, como alternativa para geração de emprego e renda, especialmente para a população que vive à margem da sociedade. Por outro lado, o autofinanciamento das Incubadoras Sociais é fundamental para garantir a continuidade e ampliação do trabalho desenvolvido, tendo em vista os imensos desafios a serem transpostos a cada novo empreendimento atendido. Um olhar para o mercado mostra que o papel das organizações na atualidade vai muito além do atendimento da demanda do mercado e geração de lucro. Espera-se que as organizações cumpram um papel mais amplo na sociedade. A globalização, o aumento da consciência socioambiental do consumidor e o surgimento de novas tecnologias contribuíram para o aumento da complexidade dos negócios e da competitividade entre as empresas. Isto torna premente a busca de novas estratégias de gestão e diferenciais competitivos para as empresas. A responsabilidade social surge, então, como estratégica para organizações, nacionais e internacionais, na busca de competitividade, diferenciação e potencialização de seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, o Projeto de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, parceiro da

ITCP/COPPE na área de gestão, tem trabalhado na investigação e avaliação de experiências de Responsabilidade Socioambiental de organizações nacionais e internacionais. O objetivo é identificar caminhos efetivos de desenvolvimento de parcerias que viabilizem a continuidade do processo de apoio aos empreendimentos sociais. Foi realizado um levantamento de organizações nacionais e internacionais, que utilizam a responsabilidade social como diferencial estratégico. A partir desse mapeamento será elaborado um painel de orientação para as ITCPs de todo o país, que servirá de orientação para o estabelecimento de futuras parcerias, com vistas a viabilizar a tradução das ações efetivas de responsabilidade socioambiental em melhoria na qualidade de vida e renda das populações economicamente fragilizadas. Referências: ASHELY P.A.(coord.),2002. Ética e Responsabilidade Social nos Negócios, São Paulo, Saraiva. HARTMAN, L., DESJARDINS, J., MACDONALD, C., Business Ethics: Decision Making for Personal Integrity and Social Responsibility (2013) , Third edition, Mcgraw-Hill. REGO, A., CUNHA, M. P., COSTA, N. G., GONÇALVES, H. e CABRAL-CARDOSO, C. (2006). Gestão Ética e Socialmente Responsável. RH Editores.

**PARTICIPANTES:**

ELIANE RIBEIRO PEREIRA,GONÇALO GUIMARÃES,JOSÉ ROBERTO MAFRA,LUCAS REDKO DE CARVALHO,ROMAN BERTOLDO,JOÃO BRUM,ROBERTO WESTENBERGER

ARTIGO: 5559

TÍTULO: CAMINHOS PARA A FORMALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

**RESUMO:**

Cooperativas são associações de pessoas com interesses comuns, economicamente organizada de forma democrática, que conta com a participação livre de todos e respeita os direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. As cooperativas podem ser classificadas em 13 ramos (Portal do Cooperativismo), sendo um deles chamado de Especial (ou Social), formado por “pessoas que se encontram em desvantagem (nos termos da Lei 9.867/99) (...) promovem a inclusão social, a inserção no mercado de trabalho, a geração de renda e a cidadania.” A ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares atua há 22 anos na Incubação de Cooperativas Sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e renda de pessoas socialmente excluídas. O Projeto de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, em parceria com a ITCP, vem discutindo elementos de gestão de empreendimentos populares. Este trabalho visa discutir os desafios enfrentados por este público para obter sua legalização e, especialmente, manter sua atividades em funcionamento, já que são muitos os desafios por eles enfrentados para manterem-se na legalidade. O trabalho integra pesquisa e extensão discutindo caminhos teóricos e práticos para apoio à Legalização de grupos socialmente vulneráveis, inclusive no que se refere à discussão de Políticas Públicas. O trabalho aborda o desenvolvimento de ferramentas de gestão a partir da realidade de empreendimentos incubados, realimentando a teoria a partir de elementos vivenciados no dia a dia. A metodologia utilizada, quanto aos objetivos, é considerada descritiva e metodológica, já que visa identificar e sistematizar os passos e ações necessárias para a obtenção das licenças de instalação e funcionamento dos empreendimentos sociais. Quanto aos meios, foram utilizados levantamentos bibliográficos e documentais, exploração dos sítios de internet dos órgãos de governo responsáveis, para a identificação dos procedimentos necessários na legalização desses empreendimentos. Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa. Foram identificados 15 passos a serem implementados para a legalização e operação desses empreendimentos, que precisam ser continuamente monitorados, de forma que o empreendimento mantenha-se apto a atuar legalmente. Os passos identificados permitiram a elaboração de um instrumento de coleta, que tem servido de base para o levantamento, diagnóstico e orientação em 08 empreendimentos assistidos. Os resultados deste trabalho servirão de base para a confecção de um manual de orientação para legalização de empreendimentos sociais. O correto monitoramento dos empreendimentos é fundamental para garantir que os grupos, retirados da informalidade, mantenham-se na legalidade. Referências: Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas.

**PARTICIPANTES:**

JOSÉ ROBERTO MAFRA,ELIANE RIBEIRO PEREIRA,SÉRGIO LUIZ ARGOLO,ROBERTO WESTENBERGER,MARIA CECILIA CARVALHO CHAVES,CLARICE VITORIA RODRIGUES SILVA DE LIMA,LUIZA SILVA ROGATO DE MORAES,AGATA LIMA MARCELINO,REBECA DE CERQUEIRA DIONIZIO,RENZO AVACIL PIRES DE CARVALHO,FELIPE GURGEL DE ARAUJO,SANDRIELLE REGINA GOMES SANTOS,JONATHAS DA SILVA TOME,J

ARTIGO: 5625

TÍTULO: O ESTUDO DA LEGISLAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO

**RESUMO:**

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP é um programa de extensão universitária da COPPE UFRJ, que há mais de 20 anos vem promovendo estratégias que visam a formação e consolidação das Cooperativas Populares. Com o intuito de modificar positivamente a vida de grupos sociais vulneráveis, a ITCP planeja ações que possibilitem criar novas formas de geração de trabalho e renda, culminando na capacitação profissional e na formação cidadã dos futuros cooperados ou na incubação de Cooperativas que necessitam de desenvolvimento econômico e social para garantir a competitividade de seus Empreendimentos Econômicos Solidários no mercado em que atuam. É dentro dessa missão que foi proposto como ação institucional o levantamento das leis, decretos e portarias, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, que dizem respeito diretamente ao Cooperativismo e aos temas que o cercam. O objetivo é dar sustentação legal e segurança jurídica tanto para as Cooperativas em processo de incubação, quanto para a ITCP em seus projetos e ações. Além disso, também é objeto desta ação a identificação e a realização de estudos sobre as propostas parlamentares em trânsito, que por finalidade ou contextualmente, possam vir a afetar de diferentes formas as Cooperativas Populares ou suas organizações institucionais. O trabalho será estruturado em linha cronológica e subdividido em esferas governamentais, tendo como fontes de informações os sites virtuais dos governos Federal, Estadual e Municipal do país. Também serão fundamentais a participação em espaços de discussão acerca do tema, para melhor compreensão da aplicação e da

efetividade das leis, bem como conversas com os cooperativistas e visitas às suas instituições. Como ferramentas de trabalho serão realizados questionários aos cooperativistas e editores de texto para a sistematização do conteúdo adquirido. Como produto final, espera-se construir uma base sólida de informações para que possam servir de consulta e embasamento nos projetos de incubação da ITCP; propiciar análises pelos engajados no campo do cooperativismo sobre a efetividade e realidade das leis existentes; e, ainda, sustentar as demandas do setor em suas frentes parlamentares que visam consolidar o sistema cooperativo no país e estimular a sua propagação, objetivando melhorias nas condições de trabalho, ampliar a renda e garantir qualidade de vida e bem-estar social aos cooperados. Por se tratar de um projeto que envolve leis, e estas estão em constante mudança, e a sua efetividade dentro de um cenário atual, buscando refletir as condições reais de trabalho dos cooperados e do sistema cooperativista como um todo, este trabalho não espera encerrar-se em si, mas que haja uma constante atualização dos dados e informações obtidas, bem como novas fontes de pesquisa e análise.

**PARTICIPANTES:**

JOSÉ ROBERTO MAFRA, LUCAS REDKO DE CARVALHO, RODRIGO TOLEDO DE JESUS, JOÃO BRUM, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, ROBERTO WESTENBERGER, GONÇALO GUIMARÃES

ARTIGO: 369

TÍTULO: DESIGUALDADES RACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

**RESUMO:**

A experiência do Curso de Extensão Desigualdades Raciais e Políticas Públicas de Inclusão surge a partir de uma discussão promovida através do Coletivo Maria José Justino de Ações Afirmativas para a implementação das ações afirmativas para estudantes negros nos cursos de pós-graduação do IPPUR (mestrado e doutorado). Diante do diagnóstico da necessidade de aprofundar o debate interno acerca do tema, o curso nasceu, em 2016, com uma agenda de discussões que incluía pesquisadores das áreas de Antropologia, Planejamento Urbano e Regional, Filosofia, Educação e Psicologia, docentes do ensino fundamental e médio público, docentes de instituições públicas de ensino superior, funcionários de ONGs, Associações de Moradores de Favelas, discentes da graduação e pós-graduação e técnicos administrativos da UFRJ como interlocutores no diálogo acerca das relações étnico-raciais. Nesse sentido, foram discutidos temas relativos a relação entre desigualdade racial e desigualdade territorial, em particular a questão da justiça ambiental e do racismo ambiental, temas relevantes, porém ainda tratados de forma incipiente no campo do Planejamento Urbano e Regional. Assim como também foram discutidos temas como o papel das ações afirmativas como política de enfrentamento ao racismo, bem como a teoria da Afrocentricidade enquanto ferramenta de recentramento da diáspora africana e o racismo enquanto tecnologia de poder. Os encontros da equipe do projeto ocorriam semanalmente nas instalações do IPPUR sob o formato de aulas expositivas, seminários e participação de especialistas nas temáticas escolhidas, contando com um processo horizontalizado de debate e a interlocução com outros professores convidados e apresentação dos textos por parte de alguns alunos. A mobilização das ações do Coletivo Maria José Justino em conjunto com o Curso de Extensão resultou na ampliação e aprofundamento do debate sobre racismo e desigualdade racial, extrapolando a experiência do curso de tal forma que ganhou a adesão dos corpos docente e discente da instituição e figurando como ator importante na decisão de adoção de cotas para estudantes negros no processo seletivo para o mestrado e doutorado do IPPUR a partir de 2017.

**PARTICIPANTES:**

CAROLINNE PAULINO ARRUDA, CECILIA CAMPELLO DO AMARAL MELLO

ARTIGO: 3467

TÍTULO: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES PELOS DIVERSOS ATORES POLÍTICOS E SOCIAIS: HORIZONTES PARA A REVISÃO

**RESUMO:**

Análise da implantação dos planos diretores nos municípios fluminenses pelos diversos atores políticos e sociais: horizontes para a revisão. Os municípios brasileiros, a partir da Constituição Federal de 1988, foram erigidos à condição de entes federativos autônomos, com competências determinadas, dentre elas o poder-dever de promover a política de desenvolvimento e expansão urbana, através (dentre outros instrumentos) do plano diretor, eleito constitucionalmente como o instrumento básico da política urbana municipal. Neste contexto, assumem especial relevância questões como: o que efetivamente foi implementado do plano diretor nesses municípios? Que cenário e perspectivas emergem, para a política urbana no Brasil, a partir do maior ou menor grau de implantação desses planos? Que ajustes seriam necessários no modelo de plano diretor adotado no país? Desse modo, o intuito do presente trabalho, e da pesquisa que o alimenta, é o de enfrentar e de refletir a respeito de tais questões, tendo por referência os municípios fluminenses. Os Municípios inicialmente analisados foram: Angra dos Reis, Niterói, Petrópolis e Rio de Janeiro. Os resultados obtidos em etapa inicial de pesquisa apontam para convergências e desafios comuns nas políticas urbanas municipais fluminenses, que ganham importância especialmente no momento atual de revisão, pelo qual passa alguns dos planos diretores objeto de análise, dada a exigência contida no artigo 40, par. 3º do Estatuto da Cidade. Os objetivos da presente pesquisa são: contribuir para a atualização do debate a respeito da elaboração e aplicação dos planos diretores pelos municípios, por meio da problematização das condições e obstáculos à sua aplicação; desenvolver critérios e técnicas no sentido de apurar o grau de efetividade socioespacial e jurídica dos planos diretores; avaliar os planos diretores quanto à sua efetividade com ênfase nos seus instrumentos de funcionalização social da propriedade fundiária; produzir material bibliográfico que estimule a ampla reflexão sobre o plano diretor, no contexto de sua revisão obrigatória para os municípios eleitos para pesquisa empírica, e que subsidie gestores públicos e movimentos sociais em suas respectivas atuações. Assim, busca-se atender aos critérios de representatividade e relevância da amostra proposta na pesquisa. O universo empírico da presente pesquisa compreende a análise de 15 município do Estado do Rio de Janeiro, entre eles: Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda, em decorrência do critério

populacional e Angra dos Reis, Cabo Frio, Itaperuna, Nova Friburgo e Três Rios por representarem regiões de governo. Do ponto de vista teórico, a pesquisa busca inspiração no método sócio-jurídico-crítico, que objetiva captar as interações e mútuos condicionamentos entre a instância jurídica e as demais instâncias de regulação da vida social.

**PARTICIPANTES:**

THAMARA FRANCISCONI VIEIRA PEREIRA, ALEX FERREIRA MAGALHAES, VICTOR FERNANDO GUIMARÃES VIEIRA DA CUNHA

---

ARTIGO: 4061

**TÍTULO: FLUXOS PRISIONAIS: O DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTOS CARCERÁRIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E A SUBJUGAÇÃO DOS CORPOS.****RESUMO:**

A desativação das unidades concentradoras de pessoas presas provisoriamente, sob os cuidados da Polícia Civil, e o compromisso de criar novas vagas a partir das construções de casas de custódias trouxeram impactos diretos sobre a vida de familiares de custodiados da região metropolitana do Rio de Janeiro. Consequentemente a logística de custodiados para fins de atendimentos médicos e apresentação ao juízo também sofreu alteração. Outro ponto que ganha destaque na pesquisa é o desaparecimento de equipamentos carcerários dentro da própria região e o surgimento dos mesmos em regiões cuja renda per capita é baixa e está distante da capital e da região metropolitana do Rio de Janeiro, mesmo sendo esta onde ocorre o maior número de prisões. O Princípio da Individualização da Pena é questionado por conta da dificuldade de acesso aos presos para fins de visitação, o isolamento social não consiste portanto em aspectos intramuros, mas se intensifica a partir do deslocamento da concentração de presos para regiões distantes da capital do Rio de Janeiro, tornando evidente o castigo imposto aos familiares para manter a visitação no curso da duração do processo criminal enquanto está custodiado o respectivo familiar. Por fim, observaremos a partir das construções de novas unidades e o surgimento de novas vagas, a manutenção da superlotação carcerária e as constantes violações da dignidade humana mesmo após todas as mudanças, revelando que para além de modernizações estruturais e tentativas de humanização, o que resta é perceber que as formas degradantes que viviam os custodiados na Polinter permanecem, mas agora, os custodiados estão fora da capital, nos restando refletir se a proposta era a mudança no cumprimento da pena ou se era apenas a remoção dos seres indesejáveis para alojamentos distantes da capital.

**PARTICIPANTES:**

SAMUEL LOURENÇO FILHO, SORAYA SILVEIRA SIMÕES

---

ARTIGO: 4636

**TÍTULO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO MECANISMO DE DEFESA DO DIREITO À MORADIA: A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO POPULAR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA O TERRITÓRIO DO LABORIAUX - ROCINHA****RESUMO:**

O presente projeto visa construir um plano popular de regularização fundiária com os moradores do Laboriaux, subárea da Rocinha - ocupada por cerca de mil famílias - localizada no Rio de Janeiro. Insta salientar que os moradores desse território representam um exemplo de resistência contra a política arbitrária de remoções compulsórias de moradias no contexto das olimpíadas na cidade sob o discurso oficial generalizado do risco ambiental, sem apresentação por parte da prefeitura de laudo técnico de comprovação de área de risco, o que mostra desrespeito e descaso com as famílias. Segundo a Associação de Moradores do Laboriaux, a Prefeitura removeu cerca de 130 famílias sob o discurso generalizado do risco ambiental, mesmo com a resistência dos moradores que lutaram pela permanência no território. Ademais, é importante destacar que o Laboriaux estava em processo de regularização fundiária realizado pela Fundação Bento Rubião quando foi paralisado pela Prefeitura em 2010, estando interrompido até o presente momento mesmo com as reivindicações dos moradores. Por essa razão, faz-se necessário que um novo plano de regularização fundiária seja construído junto com os moradores com o intuito de garantir a segurança da posse, a qual fornece à sensação de pertencimento a cidade e impede remoções de moradias arbitrárias feita por decreto do poder executivo. Ressalta-se que a regularização fundiária é um importante mecanismo de defesa do direito à moradia e do direito a posse. Para tornar efetivos esses direitos integrados, o Estatuto da Cidade elencou em seu art. 4º instrumentos da política de regularização fundiária, quais sejam: a concessão de direito real de uso; a concessão de uso especial para fins de moradia; e a usucapião especial de imóvel urbano. Neste projeto, constata-se que o mecanismo jurídico mais adequado para o processo de regularização fundiária do local será através da concessão de direito real de uso, visto que a posse no Laboriaux incide sobre imóvel público, da Prefeitura. Neste sentido, objetivava-se capacitar alguns moradores, para uma atuação mais efetiva frente ao poder público, sobre instrumentos técnicos e jurídicos que permitam melhor acompanhamento, fiscalização e monitoramento do projeto de regularização fundiária no território do Laboriaux, Rocinha - Rio de Janeiro, bem como atividades de capacitação e nivelamento da equipe composta por moradores e estudantes universitários, com a finalidade de levantar informações sobre o projeto de regularização iniciado pela Fundação Bento Rubião, em seguida construir junto com os moradores um plano de regularização fundiária. Referências Bibliográficas BRASÍLIA. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, na parte que estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial de 11 de setembro de 2001. Disponível em. Acesso em: 5 jun 2017.

**PARTICIPANTES:**

RANIELLEN GOMES BRAGANÇA, ALEX FERREIRA MAGALHAES, SIMONE RODRIGUES

---

ARTIGO: 304

**TÍTULO: MODELOS DE GESTÃO SOCIAL NO BRASIL****RESUMO:**



Este trabalho tem por objetivo identificar os melhores modelos de gestão social no Brasil, apresentando suas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relativas ao potencial de inovação de um empreendimento social (OLIVEIRA, 2004). Para tanto, os modelos de gestão social apoiados e/ou financiados pela organização sem fins lucrativos Ashoka, referentes às 27 federações brasileiras e 10 anos de dados, foram determinados como a população cujas características deseja-se descrever, bem como foram operacionalizados em três categorias: desenvolvimento social, controle social e gestão ambiental (ROHM, 2016), com a finalidade de constatar em quais categorias os modelos de gestão social expressam-se como mais fortes ou fracos e apresentam mais oportunidades ou ameaças com relação à inovação. Neste trabalho, foi necessário coletar os investidores de cada modelo de gestão social da Ashoka visando utilizá-los como indicadores de mensuração da inovação (GODÓI-DE-SOUSA, E.; GANDOLFI, P.; GANDOLFI, M., 2011), bem como base para trabalhos futuros, em outras dimensões que caracterizam os modelos de gestão social no Brasil. Cada indicador foi obtido por meio de técnicas de levantamento e pesquisa documental. A pesquisa encontra-se em fase de revisão teórica acerca das políticas públicas do terceiro setor, do empreendedorismo social dos modelos de gestão e dos modelos de gestão social. As próximas etapas do ensaio consistirão em uma análise dos indicadores por meio de métodos estatísticos descritivos (média, moda, variância, desvio padrão, percentis, coeficientes de variação, entre outros) buscando bases para a análise comparativa dos modelos de gestão social e a posterior identificação dos melhores entre eles.\*  
\*Este trabalho pertence ao PEP-ROHM - Programa de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano, Formação de Lideranças Transformadoras e Governança Social

**PARTICIPANTES:**

RICARDO HENRY DIAS ROHM, ANDREZA DE LIMA GONÇALVES, THÁIS MARIA DO NASCIMENTO BENTO

**ARTIGO: 307****TÍTULO: O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS****RESUMO:**

Considerando-se a necessidade brasileira atual, tanto de líderes como de transformação social, este projeto buscou compreender a liderança transformadora e seu desenvolvimento no âmbito da formação acadêmica na Universidade (ROHM, 2016). Mediante mapeamento e análise das ementas pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento de competências de liderança, este estudo almejou apreender como a UFRJ, em suas graduações em Administração, Administração Pública e Engenharia de Produção, contribui na formação de lideranças transformadoras, ou seja, ética, social e ambientalmente responsáveis. Não obstante a produção do conhecimento científico sobre o tema, visto a importância de se discutir a universidade como formadora de futuros tomadores de decisão (RIBEIRO, 2013), esta pesquisa se prestou a propor possíveis sugestões de melhoria aos respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs). Liderança transformadora está entrelaçada ao conceito de mudança (BASS; RIGGIO, 2006 apud MATZLER; BAUER; MOORADIAN, 2015), que transmuta drasticamente a visão que o indivíduo tem sobre si e o mundo em que vive, e que está no cerne do aprendizado (BROWN; POSNER, 2001), chancelando a importância das Universidades, sobretudo as públicas, no Brasil. De acordo com o Plano Desenvolvimento Institucional da UFRJ (PDI - 2006), consiste de sua missão "proporcionar à sociedade brasileira os meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora", indicando que nutrir e promover lideranças transformadoras constituem "estratégias essenciais à Universidade contemporânea no intuito de cumprir seu papel socioeconômico, político e humanista" (ROHM, 2016). O uso efetivo dessas práticas, além de produzir conhecimento, lapida o potencial e as competências dos indivíduos, e forma uma cultura de liderança e aprendizado que, segundo Brown e Posner (2001), é a ação suprema para desenvolver lideranças, e mais além, no desenvolvimento humano, em seu desafio de construir integridade (ROHM, 2016), o que revela a potência de uma Universidade transformadora e ética. Adotou-se a metodologia qualitativa de pesquisa, uma vez que o estudo se utilizou de análise documental (CRESWELL, 2010), das ementas dos cursos e do PDI da UFRJ (2006), e de revisão da literatura, que não revelou pesquisa anterior sobre o tema, para compor o arcabouço teórico e inseri-la no diálogo maior na academia (COOPER, 1984; MARSHALL; ROSSMAN, 2006 apud CRESWELL, 2010). Quanto à enumeração das competências da liderança transformadora, utilizou-se a técnica de análise qualitativa do conteúdo com a criação de categorias a priori e a posteriori (FRANCO, 2003), partindo-se daquelas preexistentes, elencadas pela literatura sobre o tema (STONE; RUSSELL; PATTERSON, 2004) e incluíram-se outras que possam retratar as especificidades desse tipo de liderança, e o modo como ela permeia e se entrelaça às ementas analisadas.

**PARTICIPANTES:**

RICARDO HENRY DIAS ROHM, MARIANA FERREIRA DE NADAI, JOSÉ OTÁVIO MARTINS

**ARTIGO: 335****TÍTULO: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS ESTUDANTES INGRESSANTES PELA AÇÃO AFIRMATIVA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CCJE/UFRJ: DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA****RESUMO:**

A implementação das Ações Afirmativas (AA) na UFRJ além de tardia, se comparada a outras universidades públicas que implantaram suas políticas no início dos anos 2000, não ocorreu sem resistências. Estas ações, também conhecidas como políticas de reconhecimento ou de discriminação positiva, se distinguem, sobretudo pelo seu caráter específico, ou seja, são ações voltadas para grupos que vivem em condições históricas de subalternidade, como os negros, mulheres, portadores de deficiência, homossexuais, dentre outros. (SALVADOR; HERINGER; OLIVEIRA, 2014). No ano de 2011, a universidade, por meio do seu Conselho Universitário, optou pela reserva de vagas para alunos oriundos apenas de escolas públicas estaduais que ingressassem pelas vagas disponibilizadas através do ENEM. No ano de 2012, a UFRJ decidiu utilizar exclusivamente o sistema ENEM/SiSU para ingresso nos cursos de graduação, destinando 30% das vagas oferecidas em cada curso para reserva de vagas, aliando ao critério escola pública (já adotado no ano anterior), o critério de renda, definindo o valor de um salário mínimo per capita familiar como limite desse critério. Em 2013, considerando a necessidade de aplicar o estabelecido

na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 (“Lei de Cotas”), o Conselho Universitário definiu o percentual de vagas em 30% e 50%, respectivamente, para o ingresso nos anos de 2013 e 2014 para os candidatos oriundos de escola pública, mantendo o critério de renda ao estabelecido na referida Lei. Esta pesquisa consiste na obtenção de dados empíricos para análise das condições de permanência e da trajetória acadêmica dos alunos ingressantes pela AA nos cursos do CCJE. Objetiva-se evidenciar, num primeiro momento, a situação de matrícula dos alunos ingressantes em 2013 e 2014 nos referidos cursos. Pretende-se: a) observar se a matrícula continua ativa ao final de 2016/2, no mesmo curso de ingresso; b) verificar se os ingressantes nas diversas modalidades de AA continuam com matrícula ativa na UFRJ em 2016/2, mas em curso diferente daquele em que ingressaram; c) identificar (quantitativamente) os casos de trancamento ou abandono; d) verificar se os alunos ingressantes descritos em “a” e “b” (desde que a mudança seja para cursos do CCJE) estão com trajetória acadêmica compatível com a média dos estudantes do curso. Os dados servirão para o acompanhamento dos estudantes ingressantes pela AA, oferecendo parâmetros para a aferição dos impactos decorrentes da Lei de Cotas. O referencial teórico está ancorado em Bourdieu (1998) e Coulon (2008). BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A., (Orgs.). Escritos da educação. Petrópolis: Vozes, 1998. COULON, A. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008. SALVADOR, A.C.; HERINGER, R.R.; OLIVEIRA, A.J.B. Políticas de ação afirmativa: direito e reconhecimento. O Social em Questão, Ano XVII, nº 32, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2014.

**PARTICIPANTES:**

ANA LUCIA DA SILVA DO NASCIMENTO, SUZANA SILVA DE LIMA BRANCO, DAVI BARCELOS DOS SANTOS, ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA, VITOR MARIO IORIO IORIO

**ARTIGO: 437****TÍTULO: INCLUSÃO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES \*****RESUMO:**

Um estudo sobre diversidade e ambiente de trabalho descortina uma multiplicidade de possibilidades de enfoques de pesquisa (IRIGARAY E FREITAS, 2013). A literatura científica brasileira sobre diversidade sexual nas organizações, apesar de ainda pouco explorada, tem focado na vantagem competitiva trazida às organizações que valorizam a diversidade e sua importância (ROHM, FERNANDES E CABRAL, 2012). Uma maior diversidade da mão-de-obra incentiva a criatividade dos empregados, contribui para a melhoria no processo decisório da empresa, uma vez que a torna mais flexível e ágil, pois facilita a troca de informações sobre experiências, valores, atitudes e a apreensão de novas abordagens (IRIGARAY E FREITAS, 2013). Porém, pouco se fala sobre gerenciamento dessa diversidade, criação de políticas organizacionais inclusivas e sensibilização da força de trabalho das organizações. Esta pesquisa propõe uma metodologia de certificação brasileira para empresas “amigas da diversidade LGBT”. Segundo a International Organization for Standardization (ISO), certificação é a concessão, por um organismo independente, de garantia escrita (um certificado) que o produto, serviço ou sistema em questão atende a requisitos específicos. Os requisitos do modelo proposto são práticas de inclusão e gestão da diversidade de orientação sexual. Demonstra-se, também, sua relevância estratégica para as organizações, pois, as pessoas performam melhor quando podem ser elas mesmas e a organização está demonstrando ativamente seu comprometimento com a igualdade LGBT (Workplace Equality Index, 2017) ao certificar-se. Para atingir este objetivo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia; fez-se uma revisão da literatura dos últimos dez anos acerca dos certificados existentes no âmbito internacional e selecionou-se os de maior repercussão por terem maior engajamento e reconhecimento de empregadores como ferramentas de benchmarking em inclusão da diversidade LGBT. Entre estes, o Corporate Equality Index, o qual obteve resposta de 327 das empresas Fortune 500 em 2017 e foi desenvolvido pela Human Rights Campaign, organização estadunidense que trabalha em prol da igualdade para a minoria LGBT no país, e o Workplace Equality Index, do Reino Unido, o qual teve o envolvimento de 439 organizações em 2017, desenvolvido pela Stonewall, que, como uma de suas vertentes, desenvolve um programa, Diversity Champions, o qual busca auxiliar organizações a se tornarem mais inclusivas para a minoria LGBT. No âmbito nacional, analisou-se o Selo Paulista da Diversidade criado em 2007 pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Ao descrever-se os processos de obtenção dos certificados dessas instituições buscou-se mediante o benchmarking as melhores práticas e, ao mesmo tempo, as que se ajustam à realidade brasileira com vistas a se propor um modelo de certificação nacional. \* Pesquisa realizada no âmbito do PEP-Rohm.

**PARTICIPANTES:**

RICARDO HENRY DIAS ROHM, JAILSON DE MOURA PEREIRA, JULIANA PAES COSTA DE OLIVEIRA

**ARTIGO: 3069****TÍTULO: A CULTURA DO MANAGEMENT E O ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO DOS FUTUROS GESTORES****RESUMO:**

A partir dos anos de 1980, intensifica-se a disseminação da cultura do Management, que é um conjunto de valores e comportamentos com base nos princípios de Administração desenvolvidos nos Estados Unidos. Tais valores baseiam-se numa escolha racional que pode ser adotada em qualquer contexto, evidenciada por um pensamento triangular: o Management é neutro, visto que é resultado, apenas, da racionalidade e por isso pode ter aplicabilidade universal. Historicamente, o que é entendido como Administração no Brasil, desde o ensino a medidas empresariais, é originado dos Estados Unidos. No entanto, a problemática do Management no Brasil está em como é feita a sua implementação, pois, não há leitura sociocultural, além de ser observada uma ignorância quanto às divergências de valores e princípios entre as duas culturas. Dessa forma, é importante verificar em que extensão os valores da cultura do Management estão sendo incorporados aos traços culturais dos alunos do curso de Administração durante o período em que permanecem na universidade, o que sugere a seguinte questão de pesquisa: De que maneira os alunos do Curso de Administração se posicionam frente aos valores implícitos nos pressupostos do Management? Existe uma maior aceitação desses valores por parte dos alunos no final do curso, quando comparados aos alunos dos períodos iniciais? Ou seja, o presente estudo tem por

finalidade descrever e comparar os valores compartilhados por estudantes do Curso de Administração que estejam no final do curso (dois últimos períodos) e dos alunos que estão ingressando no curso (dois primeiros períodos), verificando de que maneira se aproximam ou se afastam daqueles implícitos na cultura do Management. Para atingir esse objetivo, numa primeira etapa, foi elaborado um roteiro de entrevistas com base em pesquisa bibliográfica a respeito dos valores do Management e da cultura brasileira. Numa segunda etapa, serão realizadas entrevistas em profundidade com 10 alunos de cada um dos períodos acima citados. As entrevistas serão analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando estabelecer categorias que evidenciem os traços culturais dos respondentes. Em seguida, os resultados serão confrontados com os valores implícitos na cultura do Management e com os valores atribuídos à cultura brasileira na literatura, de modo a verificar de que maneira se aproximam ou se afastam dos mesmos, procurando evidenciar em que extensão o conhecimento aprendido durante o Curso de Administração é capaz de contribuir no sentido de buscar novas formas locais de organização e administração.

**PARTICIPANTES:**

ANA CAROLINA PIMENTEL DUARTE DA FONSECA, MARCOS ANTONIO FERNANDES SOUSA JUNIOR, PRISCILLA JULIASSE DE FREITAS

---

**ARTIGO: 5197****TÍTULO: FATORES DE PROPENSÃO À EVASÃO EM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO****RESUMO:**

O objetivo central do estudo foi identificar os fatores que influenciam a propensão à evasão no curso de Administração da UFRJ e ainda caracterizar o perfil dos alunos do Curso. A pesquisa bibliográfica apoiou-se na consulta ao portal de periódicos da CAPES, além das bibliotecas eletrônicas Scielo e Spell, com emprego da palavra chave "Evasão", em artigos científicos revisados por pares. Foram selecionados aqueles que tratavam de evasão em Educação, a partir da leitura dos resumos. Foi realizada uma pesquisa quantitativa, descritiva, com a técnica de survey. O instrumento utilizado foi composto por duas partes com um total de 90 itens, sendo a primeira parte referente a fatores de propensão à evasão, retirados das dimensões propostas por Tontini e Walter (2012); itens da Escala de Avaliação da vida Acadêmica (EAVA), elaborada por Vendramini et al. (2004) e alguns itens inseridos para adequar o estudo à realidade da instituição estudada. A segunda parte continha itens ou aspectos retratados por Araújo, Oliveira e Araújo (2011) e por Peñalosa e Bastos (2005) sobre perfil dos alunos. Os questionários foram enviados aos 775 alunos que integravam o Curso, de acordo com informações obtidas em maio de 2016. Desses, 133 responderam ao questionário, compondo assim a amostra final. O questionário foi disponibilizado através do Google Forms a todos os alunos do Curso e divulgado por e-mail institucional, informes em sala de aula e em grupos de rede social. Para a análise dos dados, foi utilizado o Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Foram calculadas estatísticas descritivas (média e desvio padrão) dos fatores de propensão à evasão, bem como de seus respectivos itens e frequências e percentuais para os dados de perfil. Em relação aos resultados de propensão à evasão, os nove fatores em ordem decrescente de média, foram: Conservação da estrutura da Instituição Federal de Ensino Superior, Condições para estudo e desempenho acadêmico, Ambiente universitário, Satisfação com o curso, Envolvimento em atividades não obrigatórias, Habilidade do estudante, Situação pessoal e familiar, Futuro profissional, Compromisso com o curso. Percebe-se que os fatores relativos ao desempenho individual ou envolvimento do aluno com o curso em questão receberam, em média, avaliações mais altas enquanto os fatores relacionados à estrutura da Universidade ou sobre o serviço oferecido pela mesma, ficaram, em média, com as piores avaliações. Como limitação, este estudo apresenta um tamanho da amostra menor do que o necessário para se validar estatisticamente o instrumento reformulado devendo ser feito em estudos futuros e sugere-se que se realizem pesquisas com outros cursos para que se possa comparar com o estudo realizado. Porém os vários aspectos evidenciados merecem a atenção da Instituição, e outras similares, a fim de reduzir a evasão em curso superior.

**PARTICIPANTES:**

ALEXANDER DOS REIS MOREIRA, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

---

**ARTIGO: 2042****TÍTULO: O IMPACTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS EMPRESAS NA RENTABILIDADE AOS ACIONISTAS: UM ESTUDO SOBRE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES****RESUMO:**

A crise de 2008 movimentou as estruturas gerenciais dos mercados financeiro globais. A governança corporativa ganha importância como uma ferramenta de controle e transparência de gestão, de modo a detalhar melhor as informações aos acionistas. Diante disso, o presente estudo busca a melhor compreensão sobre a relação entre a governança corporativa dos fundos de investimentos em ações e a rentabilidade ao cotista. Para efeito dessa pesquisa o estudo focou em analisar 10 fundos de investimentos em ações listados na B3, regularizados na CVM, que estejam abertos para captação e com tempo mínimo de 36 meses, durante o período de 2013 e 2015, pós-crise mundial. Os resultados comprovaram uma relação direta na aplicação da governança corporativa com a rentabilidade dos fundos, além de uma crescente preocupação de gestores e também de acionistas com dados de rentabilidade e transparência na gestão. Ademais, verifica-se a crescente percepção a cerca da relevância do tema, uma vez que o sistema financeiro demanda melhores práticas de gestão.

**PARTICIPANTES:**

RENNAN JUNIOR PAIVA LOPES, RENATO NUNES BITTENCOURT

---

**ARTIGO: 4868****TÍTULO: GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO PESADA**

## RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo identificar e descrever as práticas de governança corporativa nas empresas brasileiras de capital aberto dos segmentos de Construção Pesada e Edificações e compará-las com as recomendações do código de "melhores" práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa emitido em 2015. As iniciativas de normatização das práticas organizacionais que partem dos mais diversos órgãos especializados no estudo da governança, visam incentivar as empresas brasileiras a adotar padrões que assegurem uma maior segurança ao investidor e um ambiente de negócios mais justo e ético. A produção da literatura científica especializada na área de Governança Corporativa discorre a respeito dos mais diversos efeitos não só para a sociedade em geral, mas também para as empresas em si, que a adoção das "melhores" práticas pode proporcionar, tais como a diminuição da percepção do risco de investimento, diminuição do custo de capital e ganho de legitimidade. Foi realizada pesquisa quantitativa, descritiva, com o emprego da técnica de pesquisa documental. Foram analisados documentos corporativos, como os estatutos sociais, códigos de conduta, formulários de referência e demonstrações financeiras padronizadas (DFP's). Os resultados foram apresentados em quadros com frequências absolutas e relativas, além do uso de gráficos com as informações da amostra total e dos segmentos em separado, tanto de Construção Pesada quanto de Edificações. A análise dos resultados evidenciou divergências e semelhanças entre o que se esperava de uma "boa" governança e o que acontece na prática nas empresas brasileiras dos setores analisados. Pode-se concluir que as empresas de Construção Pesada estão significativamente mais distantes dos padrões de governança corporativa, ao comparar-se com os resultados obtidos pelas empresas do segmento de Edificações. No geral, as empresas brasileiras desses setores possuem indicativo bastante positivo quanto ao nível de disclosure (divulgação) de suas informações e relação com as auditorias independentes, principalmente após associação aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) instituídos em 2000. Foi constatado um aumento de 42 pontos percentuais na observância das práticas recomendadas pelo IBGC após a análise em separado das empresas participantes do Novo Mercado, um dos segmentos diferenciados da Bovespa. Contudo, verifica-se ainda um cenário de grande desafio para as empresas na tentativa de se adequarem aos padrões de governança, dadas suas tradições de organizações familiares e de carência de legislação protetiva aos investidores no país, que interferem definitivamente no nível de independência e longevidade de mandatos nos conselhos de administração em geral.

## PARTICIPANTES:

MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA, RODRIGO LINS

## ARTIGO: 5422

TÍTULO: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NOS SITES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NACIONAIS

## RESUMO:

Trata-se de uma pesquisa empírica e exploratória que tem como objetivo examinar os sites das Agências Reguladoras Nacionais e avaliar se estão em conformidade com os critérios e recomendações de transparência ativa e passiva estabelecidos na lei 12.527/2009 – lei de Acesso à Informação (LAI), além de medir a efetividade das instituições em sanar as dúvidas dos cidadãos. Um dos desafios que as organizações se deparam é a dificuldade em se adaptar aos modelos de transparência e conformidade adotados como ideais, e devidamente regularizados em legislações próprias. Adotar políticas de conformidade (compliance) significa adotar padrões e regras que devem ser seguidos. Para atingir seu objetivo o estudo abordou o histórico da LAI no país. Essa é uma regulamentação que permite o acesso à informação a pessoa física e jurídica (RAUTA, 2016). No tocante a parte empírica foi feito um estudo descritivo e comparativo acessando os sites das 10 Agências Reguladoras Nacionais. A análise da conformidade na transparência ativa de cada portal foi feita a partir de oito requisitos e recomendações publicados no artigo 8º da lei de acesso à informação: 1) Ferramenta de Busca; 2) Fale conosco; 3) Perguntas mais Frequentes; 4) Possibilidade de acesso por diversos sistemas; 5) Acessibilidade para pessoas com deficiência; 6) Informações atualizadas; 7) Possibilidade de gravação de Relatórios; 8) Divulgação dos formatos utilizados para estruturação das informações. Esses critérios foram escolhidos, pois tratam da estrutura dos sites e da formatação necessária para as informações oferecidas. Para transparência passiva foi analisado, no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-sic), a quantidade de perguntas feitas a cada agência e quantas foram respondidas no período de maio de 2016 a maio de 2017. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ALVES, Diego Prandino. Acesso à informação pública no Brasil: um estudo sobre a convergência e a harmonia existentes entre os principais instrumentos de transparência e de controle social. Disponível no endereço [http://www.cgu.gov.br/concursos/6\\_ConcursoMonografias.asp](http://www.cgu.gov.br/concursos/6_ConcursoMonografias.asp). Acesso em 18 jun de 2017. RAUTA, L. M.C. Estudo da conformidade da Lei de Acesso à Informação (LAI): uma avaliação sobre a transparência ativa em ministérios. Disponível em: <<http://obgi.org/wp-content/uploads/2017/05/Monografia-de-Lucas-Mateus-Castro-Rauta-DRE-111344426.pdf>>. Acesso em: 13 jun 2017. RESENDE, Walisson da Costa; NASSIF, Mônica Erichsen. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 1-16, abr. 2015. VIEIRA, Vânia Lúcia Ribeiro. A Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <[http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/46754/Acesso\\_informacao\\_texto.pdf?sequence=1](http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/46754/Acesso_informacao_texto.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 jun 2017.

## PARTICIPANTES:

BIANCA DE SOUZA JUNQUEIRA, HARICIA PEREIRA TIAGO, LIVIA MENEZES LIMA MOREIRA, LUCAS BASTOS, ANA MARIA BARCELLOS MALIN

## ARTIGO: 5744

TÍTULO: A CIDADE E O REFUGIADO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

## RESUMO:

Refugiados são indivíduos que, diante de certas situações – sejam elas conflitos, naturais, religiosas, políticas, étnicas, entre



outras – se veem forçados a sair do seu país com o único objetivo de garantir suas vidas. Para isso, ao chegarem num novo país, eles contam, em boa parte dos casos, de ajuda humanitária – trabalho esse coordenado e liderado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ou ACNUR, que garantiu, em 1951, que o refúgio fosse considerado um direito garantido a todos os estrangeiros. Já no contexto nacional, tal direito foi garantido por lei somente em 1997. Desde 2010, os pedidos de refúgio no Brasil vêm crescendo de forma considerável. Os pedidos aumentaram de 700 em 2010 para 26.000 em 2015 (Conare, 2016). Há uma demora muito grande em aceitar esses pedidos. Enquanto isso, boa parte encontra-se no país com um visto especial humanitário, incertos se terão seus pedidos aceitos ou não. Além disso, nota-se, especialmente, um crescimento considerável de pedidos de refúgio da Síria, devido à guerra de Síria que já forçou o deslocamento de cerca de cinco milhões de sírios desde o início da década. Desse número, uma pequena porcentagem está no Brasil (cerca de 1.230 já tiveram seus pedidos aceitos). O Brasil tem um histórico longo de migração e refúgio, porém pouco adota políticas públicas de integração desses refugiados na sociedade. Apenas recentemente, com o fortalecimento do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), que algumas políticas – poucas e com vagas muito limitadas – começaram a surgir. Torna-se necessário, então, pesquisar e entender os motivos pelos quais essas políticas vêm ocorrendo de forma lenta e excludente e como adotar novas e mais políticas que: facilitem a entrada dos refugiados no mercado de trabalho, já que grande parte faz parte da população economicamente ativa e normalmente possuem as qualificações necessárias para entrarem no mercado e políticas que ajudem a integrá-los numa cultura completamente diferente. É necessário tirar esses refugiados do periférico, da esfera informal, onde grande parte se encontra hoje em dia e não garante seus direitos enquanto trabalhadores. Um indivíduo em situação de refúgio não é menos cidadão por causa do seu status e deve ter a paridade de direitos garantida. A pesquisa, então, tem o objetivo de entender o sistema de refúgio brasileiro e entender e explicar as políticas de integração dos refugiados – focando especialmente em indivíduos oriundos de áreas em conflitos (nota-se: África subsaariana e oriente médio) e como a cidade oferece oportunidades, desafios e como interage com eles. Há muitas barreiras e aos poucos estas devem ser derrubadas, seja ela uma barreira linguística, cultural, independente de qual seja. Já os procedimentos metodológicos utilizados serão as pesquisas bibliográfica e de campo, e quanto aos fins, descritiva.

**PARTICIPANTES:**

ANA CAROLINA MOREIRA FERREIRA, RENATO NUNES BITTENCOURT

**ARTIGO: 294****TÍTULO: IMPACTOS E DESAFIOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO E EXERCÍCIO DA LIDERANÇA TRANSFORMADORA.****RESUMO:**

A tecnologia acompanha o desenvolvimento do homem, simplificando processos e facilitando o bem-estar. Segundo Turkle (2012), com o desenfreado crescimento da tecnologia digital, iniciou-se um distanciamento entre como nos apegamos à tecnologia e a maturidade necessária para utilizá-la. A forma inapropriada de se lidar com a tecnologia, modificada devido a este fenômeno, torna ela mesma seu próprio fim, como observa-se nas redes sociais, onde ampliou-se seu espaço no mundo como instrumento de comunicação. Para evitar tomar a tecnologia como finalidade, Toyama (2015) propõe que haja um intermediário, um professor, um tutor, alguém que guie a aprendizagem da tecnologia, permitindo sua utilização consciente e focada. Essa conjuntura e outras analisadas no estudo afetam a formação e desenvolvimento de novas lideranças transformadoras, preferencialmente comprometidas com o desenvolvimento humano e organizacional de seus seguidores (HAY, 2010). O presente estudo faz uma revisão bibliográfica a fim de parametrizar quais são as competências da liderança transformadora, além de identificar os fundamentos do uso das tecnologias e suas consequências mediante análises de materiais publicados nacionais e internacionais sobre o tema a partir de 2010. Pretende-se com esse estudo estimular uma reflexão crítica no público de formação de lideranças em ambientes organizacionais, de modo que tenham maior conhecimento sobre os benefícios da liderança transformadora e os desafios da tecnologia moderna para seu desenvolvimento.

**PARTICIPANTES:**

GUILHERME KOTCHERGENKO BATISTA, RICARDO HENRY DIAS ROHM

**ARTIGO: 301****TÍTULO: PRÁTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS COM RELAÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL EM EMPRESAS BRASILEIRAS NA ATUALIDADE: UMA REFLEXÃO ÉTICA, POLÍTICA E ESTRATÉGICA RUMO À MAIOR IGUALDADE E INCLUSÃO DAS MINORIAS E À EXCELÊNCIA EM PROCESSOS DE INOVAÇÃO.****RESUMO:**

O conceito de minoria não se refere a uma questão quantitativa, mas sim à falta de poder político e de tomada de decisão dentro de uma organização, ou meio social, por parte de um grupo que compartilha de características que o diferencia daqueles que detêm o poder (ROHM, 2017). Com a diversificação das formas de trabalho e o aprofundamento, ainda que modesto, do tema no âmbito científico e da opinião pública, a busca por uma gestão efetiva da diversidade organizacional começou a ganhar algum destaque. A crescente preocupação com a busca por maior diversidade na gestão provém de uma resposta empresarial à diversificação crescente da força de trabalho e às necessidades de competitividade (FLEURY, 2000), levando em consideração as comprovadas vantagens competitivas ligadas à criatividade e à inovação que essa nova prática na gestão de pessoas, porquanto inclusiva e plural, confere às organizações (ROHM, FERNANDES E CABRAL, 2012). Todavia, não se trata de aplicação de ações afirmativas, mas diz respeito à busca por práticas de equal employment opportunity – acesso igualitário ao trabalho (GILBERT, STEAD E IVANCEVICH, 1999; KELLY E DOBBIN, 1998). Falar de diversidade e inclusão é também uma forma de se praticar direitos humanos (ROHM, 2017). Nesse sentido, esta pesquisa objetiva analisar as práticas de recursos humanos voltadas à inclusão da diversidade nas organizações brasileiras na atualidade e realizar uma reflexão ética de suas consequências nas dimensões sociopolítica e econômica das relações de trabalho entre os

colaboradores destas organizações. Visa-se, mediante este trabalho, dar continuidade a obras de pensadores que tenham contribuído aos estudos de diversidade organizacional, com enfoque no empoderamento do capital humano frente às discriminações LGBTfóbicas nas organizações. A pesquisa é qualitativa, para permitir que a imaginação e criatividade dos autores proporcionem um trabalho que explore novos enfoques (GODOY, 1995), e seus objetivos serão desenvolvidos a partir de uma pesquisa exploratória, uma vez que este método proporciona maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito e a construir hipóteses (GIL, 2007). Também será realizado, evidentemente, um estudo bibliográfico das práticas de gestão da diversidade vigentes no Brasil nos últimos 10 anos, permitindo conhecer o que já se estudou sobre o tema (FONSECA, 2002), e um levantamento de estudos de caso, a fim de proporcionar análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007) das práticas em questão. Busca-se identificar, nas práticas de recursos humanos para com a comunidade LGBT, as motivações que levam a organização a exercê-las, o principal impacto destas práticas para os grupos e, também, as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores em sua implementação para que se torne possível propor-se melhorias às atividades em vigor e sugestões de novas práticas de inclusão de pessoas LGBT que sejam implementadas de forma mais efetiva.

**PARTICIPANTES:**

GABRIEL DE SOUZA VALUANO, JOSÉ OTÁVIO MARTINS, RICARDO HENRY DIAS ROHM

**ARTIGO: 446****TÍTULO: DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS: UM MODELO DE FORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DE LÍDERES DE PROJETOS SOCIAIS****RESUMO:**

A sociedade atual tornou-se insustentável e o capitalismo moderno se mostra muitas vezes um sistema de poder ilegível (SENNET, 2012). Sucessivas crises ambientais, econômicas e éticas vêm se desenvolvendo nas últimas décadas, trazendo não só desafios ao desenvolvimento econômico e ao processo civilizatório, como também uma oportunidade de alterar o rumo do desenvolvimento humano mediante lideranças socialmente engajadas e transformadoras, e meios de produção pautados no tripé da sustentabilidade -econômica, ambiental e social- (ROHM, 2016). Nesse contexto, permanece o desafio de ajustar a perspectiva das lideranças para que se pense e aja nas transformações de ruptura no status quo, que resgatem valores humanistas e éticos na formação de novos líderes ao considerar-se outras dimensões além do desenvolvimento econômico (Rohm, Cabral; 2013). Para esta pesquisa, adota-se o conceito de Liderança Transformadora como “uma liderança coerente com as necessidades dos novos tempos, unindo uma visão holística e integrada para reconstruir um sistema valorativo, estabelecendo nas bases do caráter as tomadas de decisão” (ROHM, 2013). Entende-se aqui por caráter uma cadeia de valores éticos atribuídos aos próprios desejos e as relações com os outros (SENNET, 2012). A presente pesquisa tem por objetivos identificar e analisar os principais modelos de formação de lideranças empreendedoras vigentes em instituições de reconhecida visibilidade neste campo, modelos estes que adotem as competências similares às de uma Liderança Transformadora, as quais serão identificadas e descritas oportunamente. Espera-se demonstrar com os resultados da pesquisa as competências a serem desenvolvidas nesta liderança transformadora voltada ao empreendedorismo social bem como sugerir as bases conceituais para um modelo de formação específico. Tem-se observado uma tendência crescente dos sistemas de governo no sentido de estimularem o empreendedorismo porquanto diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico na atualidade (O’CONNOR, 2012). Paralelamente aos governos, o mercado também tem cobrado um perfil empreendedor de seus colaboradores e as competências necessárias para liderar as empresas frente às crises. Nos últimos anos tem crescido o movimento de empreendedorismo social no Brasil tornando-se “uma via promissora da renovação da intervenção social, das oportunidades do mercado de trabalho, da criação de formas alternativas de produção econômica e de participação social e democrática” (GODÓI, 2011). O empreendedorismo social, portanto, enseja a necessidade de se capacitar pessoas para serem os agentes dessa mudança de perspectiva rumo a maior equidade e inclusão social, mediante práticas de gestão eficazes, inovadoras e de custos mais eficientes (ROHM, 2017). Esta pesquisa é bibliográfica, cobrindo a literatura científica dos últimos cinco anos, nas línguas inglesa, portuguesa e espanhola, e também documental, no estudo dos programas adotados em instituições formadoras de empreendedores.

**PARTICIPANTES:**

RICARDO HENRY DIAS ROHM, LUIZ FELIPE FRACALLOSSI CARREZ

**ARTIGO: 1324****TÍTULO: A CRISE ÉTICA E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS.****RESUMO:**

As transformações advindas do processo de globalização, definido por Aktouf (2005) como um fenômeno de expansão, em escala mundial, do capitalismo financeiro promovido, sobretudo, pelas empresas norte-americanas, vem se intensificando durante o século XXI, alterando a ordem e a lógica socioeconômica, resultando em um cenário contemporâneo que representa uma crise ética e moral devido a propagação de novos princípios funcionalistas. Paine (1994) ressaltou a importância do líder no comportamento ético da organização. No que tange à ética no processo decisório, essa conjuntura afeta a formação de novas lideranças transformadoras, detentoras de um propósito nobre, que inspira pelo exemplo o caráter e a ética (ROHM, 2016), e resulta em desafios a serem superados para se reverter essas crises. O presente estudo propõe uma análise teórica e crítica sobre como a crise ética e moral da atualidade impactam na formação de lideranças transformadoras em um novo cenário socioeconômico, sendo a ética, definida por Vásquez (1990) como a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Tal estudo realizado mediante revisão da literatura e análise de textos complementares de revistas e livros pretende elucidar o leitor quanto à forma como é estudado e abordado o tema atualmente na literatura científica brasileira, revelando os desafios que terão que ser enfrentados pelas novas lideranças transformadoras em formação, diante do atual cenário crítico e antiético. Espera-se com os resultados da atual

pesquisa demonstrar, como resposta para a crise ética e moral contemporâneas, que é imprescindível resgatar valores e princípios abandonados durante a transição para o capitalismo financeiro, visando evidenciar a importância de um propósito virtuoso, pautado em princípios íntegros para os grandes líderes em formação. Busca-se inspirar os grandes gestores, CEO'S, governantes e administradores a governarem e gerir para os outros e priorizando o bem-estar da sociedade e não apenas seus interesses individuais ou corporativos.\*  
\*Programa de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano, Formação de Lideranças Transformadoras e Governança Social (PEP-ROHM)

**PARTICIPANTES:**

CEZAR FIGUEIREDO FERNANDES, RICARDO HENRY DIAS ROHM, THAIS MOURA REGUFFE

**ARTIGO: 588****TÍTULO: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS CULINÁRIAS NO AMBIENTE DIGITAL: O SITE TUDO GOSTOSO****RESUMO:**

Por meio da culinária “grupos humanos demonstram sua ‘capacidade de por em prática uma ideia” (MELO, 2011, p. 1). Nesse sentido, para Melo (2011, p. 1), por meio da preparação e apresentação de alimentos, as pessoas exercem habilidades que despertam sensações e produzem reações. As receitas culinárias constituem-se de valores imensuráveis no entendimento do modo de vida e das relações estabelecidas entre as pessoas e os alimentos. Seus registros, em livros e cadernos de receitas tornaram-se legados familiares transmissores de saber e experiências (MORCERF; RIBEIRO, 2016). O advento do que ficou conhecido como Web 2.0, aliado às novas tecnologias, permitiu que essas receitas, antes restritas aos livros físicos, pudessem se inserir em sites e blogs de culinária. Dentro do campo da Consumer Culture Theory (CCT) a competência foi estudada de diversas maneiras (Alba & Hutchinson, 1987; John, 1999; Ekstrom, 2006). Para Cova e Dali (2009), a competência está associada às habilidades criativas subjetivas, com as quais os consumidores poderão adaptar algumas práticas de acordo com o que desejam alcançar. Considerando o ato de cozinhar como algo que compreende a necessidade de aplicação de conhecimentos técnicos e práticos, o objetivo desta pesquisa é analisar o desenvolvimento de competências pelos usuários do site Tudo Gostoso na produção e consumo de receitas culinárias. O Tudo Gostoso foi escolhido para esta pesquisa por ser o maior site de receitas culinárias do Brasil (cerca de 65 milhões de acessos mensais), além de ser totalmente colaborativo: usuários são fundamentais para o funcionamento e continuidade da plataforma, pois enviam a maior parte das preparações alimentícias, comentam, observam e ajudam uns aos outros. A metodologia de pesquisa adotada foi a netnografia, termo cunhado por Kozinets (2002; 2015) para descrever uma etnografia online. O Tudo Gostoso foi analisado de outubro de 2016 até maio de 2017. Durante esse período, foram escolhidas as dez primeiras receitas da seção “Mais Vistas da Semana”, seus comentários e avaliações foram copiados e classificados a partir de categorias indutivas e provenientes da literatura. Após essa fase perceberam-se três níveis de competência: iniciante (sem conhecimentos aprofundados); generalista (conhecimento superficial, suficiente para adaptação de receitas); e, por fim, expert/profissional (grande conhecimento de técnicas para realização de receitas). A partir dessa distinção, as interações entre os usuários foram investigadas, em um segundo nível de análise, apontando processos de aquisição e compartilhamento de expertises dos utilizadores da rede, segundo seus diferentes perfis.

**PARTICIPANTES:**

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO, ROBERTA DIAS CAMPOS, NILMA MORCERF DE PAULA

**ARTIGO: 1007****TÍTULO: CONSUMIDORES E CRÉDITO: UM ESTUDO SOBRE O ENDIVIDAMENTO NO BRASIL****RESUMO:**

O estudo tem como objetivo apresentar um panorama sobre o endividamento no Brasil, observando seus níveis de endividamento, possíveis fatores que estimulam ou mantêm inalterados o acúmulo de crédito, reflexões acerca dessa situação e as consequências que esse comportamento de consumo pode gerar. A presente pesquisa se baseia no levantamento de dados secundários e de bibliografia sobre o tema, analisando informações reunidas sobre os níveis de endividamento no país e artigos publicados em revistas brasileiras e internacionais das áreas de marketing, comportamento do consumidor, antropologia e sociologia. Ambas as buscas tiveram recorte temporal referente aos últimos cinco anos (2012 a 2017), tendo como objetivo apresentar uma visão mais recente sobre a situação de inadimplência e endividamento dos consumidores. O trabalho busca analisar como o nível do endividamento no país se alterou ao longo desses últimos cinco anos, destacando a evolução do fenômeno do superendividamento. Entende-se que o superendividamento é caracterizado pela impossibilidade existente de um indivíduo conseguir pagar suas dívidas de consumo, vencidas ou a vencer, sem o risco de ocorrer um prejuízo grave no sustento próprio ou familiar (Oliboni, 2004). No lugar de uma visão puramente econômica, o trabalho procura apresentar estudos que priorizem uma visão sociocultural a respeito do endividamento, destacando ainda sua relação com o consumo. Assim, o trabalho faz um levantamento e organiza as temáticas apresentadas por artigos dentro da área de comportamento do consumidor, antropologia e sociologia, inventariando os temas de endividamento, conceitos fundamentais e lógicas que permeiam o relacionamento dos indivíduos com a dívida. Desta forma, busca-se contribuir numa reflexão mais extensa a respeito do comportamento do consumidor, tendo como eixo central os aspectos relacionados aos temas de crédito e dívida.

**PARTICIPANTES:**

GISELE ARAUJO DE LIMA, MARIBEL CARVALHO SUAREZ

**ARTIGO: 1258****TÍTULO: TURBANTE, QUEM PODE USAR?****RESUMO:**

Este trabalho tem como objetivo investigar representações associadas ao turbante, relacionadas ao uso por mulheres negras. Discussões recentes sobre tal objeto apontam certa polêmica quanto ao seu uso por mulheres autodeclaradas brancas, como no caso da publicação em redes sociais feita por uma jovem de Curitiba. A moça alegava que, ao usar o turbante em público, teria sido repreendida por mulheres negras que defendiam que o turbante deveria ser usado somente por negros. O episódio teve grande repercussão nas redes sociais e levantou posicionamentos em torno da temática da apropriação cultural e questionamentos quanto à veracidade do ocorrido e a divulgação da mídia, supostamente, sem averiguação adequada do acontecimento. Neste trabalho, apresenta-se um breve histórico sobre uso do turbante e certos costumes africanos, que contribuam para explicar aspectos simbólicos presentes no consumo desse acessório. Espera-se levantar questões, em alguma extensão, motivadoras das discussões em torno de temas como representatividade e apropriação cultural. A revisão de literatura apoia-se nos tópicos identidade negra, apropriação cultural e consumo simbólico. Particularmente, os estudos de Nilma Lino Gomes, integrante do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG, servem de ponto de partida para tratar da identidade negra. A autora entende identidade negra como uma construção social, histórica e cultural que implica na construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. (GOMES, 2002). Não localizamos estudos que tratem especificamente do tema apropriação cultural. Contudo, estudos que trouxeram reflexões sobre cultura e a relação entre grupos sociais parecerem tangenciar a questão. Portanto, Denys Cucho (1999) e as definições de hierarquias sociais e hierarquias culturais atenderam, adequadamente, a abordagem da temática proposta. O método consiste em analisar dados secundários presentes em discussões midiáticas diversas, levantados no último ano. Espera-se identificar categorias simbólicas, representativas do uso do turbante por mulheres negras. Parte-se da premissa de que o uso desse acessório revele não só uma questão estética, mas a luta de uma parcela da população contra o que pode representar uma "pulverização" de sua identidade cultural, à qual, em muitas esferas da vida social, é conferido "menor valor".

**PARTICIPANTES:**

TAMIRIS DA SILVA PENICHE NUNES, LETICIA MOREIRA CASOTTI, ANA RAQUEL COELHO ROCHA

**ARTIGO: 4309****TÍTULO: O CONSUMO DO TURISMO NA TERCEIRA IDADE****RESUMO:**

O consumo de turismo na terceira idade Instituições governamentais brasileiras e movimentos sociais conquistaram ao longo dos anos medidas e leis que regularizaram o reconhecimento de pessoas idosas na sociedade civil. De acordo com o Art. 1º do Estatuto do idoso, são considerados pertencentes à terceira idade aqueles com idade igual ou superior a sessenta anos (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). A chegada à terceira idade pode significar perdas biológicas, psicológicas e sociais. No entanto, proporciona ganhos como liberdade, tempo e experiência de vida (ARAÚJO, 2000). Neste sentido, o turismo se configura como uma das principais atividades para esses indivíduos. Afinal, com a vida estabilizada, esse segmento da população possui maior tempo e renda disponíveis para realizar viagens (FERREIRA; PESSETTO, 2007). Com isso, o objetivo central deste trabalho investiga tendências de consumo por indivíduos da terceira idade, em especial, o consumo de turismo. Para essa pesquisa, foi escolhida a netnografia como metodologia, termo cunhado por Robert Kozinets para descrever uma etnografia online. A netnografia é uma pesquisa observacional participante que tem grande parte dos dados coletados através da análise de comunicações no ambiente online (KOZINETS, 2010). Nesse estudo, a netnografia proporcionou a análise de blogs, sites e perfis nas redes sociais. Um dos perfis analisados, por exemplo, foi "Jô: morando onde a mala está" (<https://www.facebook.com/MorandoOndeAMalaEsta/>). Em especial, este perfil retrata o sentimento da "Jô" em viajar para diferentes destinos após ter se dedicado aos estudos, trabalhos e cuidados com filhos. Agora aposentada, vendeu tudo o que possuía para realizar o desejo de viajar, adotando um novo estilo de vida. A partir da análise desses perfis, foi possível perceber a tendência de alguns idosos em buscarem um estilo de vida mais saudável e ativo. O turismo, então, proporciona bem-estar através das recordações pessoais adquiridas nas viagens. Além disso, condições que facilitam a prática de viajar como o barateamento de passagens e a garantia de meio entrada em atrações turísticas, parecem facilitar o acesso desses idosos a esse tipo de consumo. Com essa pesquisa busca-se, portanto, compreender comportamentos de consumo de idosos que viajam e registram suas experiências na internet, bem como observar de que forma esse consumo transforma suas vidas. Referências Bibliográficas ARAÚJO, C.M.S. Turismo para a terceira idade: refletindo o futuro. Turismo: visão e ação, v. 3, n. 7., p. 9-30, 2000. FERREIRA, S.C.D.; PESSETTO, E. As oportunidades das empresas para atender o consumidor da terceira idade brasileiro: Um estudo exploratório das significativas mudanças de atitudes e comportamentos deste mercado crescente. X SEMEAD, 2007. KOZINETS, R. V. Netnography: Doing ethnographic research online. London: Sage publications, 2010.

**PARTICIPANTES:**

BEATRIZ LOPES SCHIRMER, LETICIA MOREIRA CASOTTI, RENATA GARANITO DE ABREU RODRIGUES

**ARTIGO: 5379****TÍTULO: SATISFAÇÃO E LEALDADE DE CLIENTES A CLÍNICAS DE ESTÉTICA DO RIO DE JANEIRO****RESUMO:**

O objetivo do estudo é identificar os principais atributos dos serviços que influenciam a lealdade de clientes a clínicas de estética do Rio de Janeiro. A lealdade foi abordada de acordo com a definição de Oliver (1999) entendida como um comprometimento para recomprar ou referendar firmemente um produto ou serviço preferido, mesmo diante das inúmeras influências existentes ou ações de marketing capazes de alterar o comportamento na hora da compra. Para o levantamento bibliográfico foram utilizadas na biblioteca eletrônica www.scielo.br com a busca por assunto, sendo satisfação and lealdade, onde foram encontrados nove artigos dos quais foram utilizados seis, após leitura dos resumos. Também se valeu da busca





pelo assunto “marketing de relacionamento”, tendo como resultado 20 artigos sendo quatro analisados. Também foram referenciados livros sobre satisfação e lealdade de clientes e sobre marketing de serviços. Como metodologia da pesquisa empírica utilizou-se a abordagem qualitativa com finalidade descritiva, com emprego da técnica de entrevista semi-estruturada com 16 mulheres frequentadoras de uma clínica de estética no Rio de Janeiro há pelo menos seis meses. O tratamento dos dados consistiu em análise de conteúdo, a partir de categorias criadas a posteriori. Foram encontradas 11 categorias de satisfação (preços acessíveis, cumprimento do agendamento, agilidade no agendamento, resultados satisfatórios, produtos de qualidade, qualidade no atendimento, profissionais qualificados, ambiente físico adequado, equipamentos modernos, higiene nos processos, higiene pessoal do profissional); e 15 categorias de lealdade (boa localização, preço acessível, oferecer descontos, bom tratamento dos funcionários, profissionais qualificados, atenção voltada ao cliente, forma de pagamento, bom atendimento, ambiente com atmosfera agradável, higiene do ambiente físico, produtos de qualidade, cumprimento do agendamento, fiscalização da qualidade, honestidade). Foi confirmada a relação positiva entre satisfação e lealdade do consumidor, apontando que clientes satisfeitos tendem a lealdade. A satisfação pode ser o principal determinante do comportamento de compra dos consumidores. Ademais, as consequências da satisfação revelaram além da lealdade a propaganda boca-a-boca. Conclui-se que empresas que buscam a retenção de clientes, precisam entender os requisitos básicos para manter os clientes satisfeitos. Quanto as limitações do estudo encontram-se o número de entrevistas realizadas e a utilização de uma única clínica de estética. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras abranjam outras clínicas de estética localizadas em bairros e/ou estados diferentes, ou ampliar o estudo de modo que abarque empresas de serviços relacionadas a beleza de uma forma geral, como clínicas de estética, spas, salões e esmalterias.

**PARTICIPANTES:**

ANA CAROLINA DE SOUSA MORAIS, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

**ARTIGO: 5734****TÍTULO: MARKETING E LOGÍSTICA EM INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: UM ESTUDO PRELIMINAR NO SEGMENTO VITIVINÍCOLA****RESUMO:**

A crescente competitividade faz com que as empresas busquem novas formas de competir de maneira sustentável, superando a concorrência. E, neste sentido, as ações de marketing e logística exercem papel estratégico no que tange a disponibilizar o produto e serviço no momento e local corretos, com a qualidade desejada pelo cliente, causando uma boa impressão para agregar valor e garantir a continuidade do ciclo de compras. Assim, este estudo, em sua totalidade, objetiva verificar a implicação das ações de marketing e a gestão logística das Indicações Geográficas (IGs) do Vale dos Vinhedos-Brasil e Vale do Uco-Argentina nos resultados obtidos na sua gestão. As IGs, no Brasil, são conceituadas como institutos da propriedade intelectual e dividem-se em Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Na Argentina dividem-se em Indicação Geográfica (IG) e Denominação de Origem Controlada (DOC) com normas semelhantes às da União Europeia, o que as torna diferentes do tratamento brasileiro. Entretanto, o crescimento e advento das IGs em toda América do Sul, desde a década de 1990, ganha cada vez mais destaque com vistas ao aumento de competitividade e busca pela qualidade no mercado internacional. Atualmente, o Brasil possui 55 produtos IGs, sendo 38 IPs e 17 DOs, 8 estrangeiras e 9 nacionais. No entanto, por se tratar de uma etapa preliminar do projeto de pesquisa, foi efetuado um levantamento das publicações realizadas no período de 2005 a 2015, com fator de impacto até 1,4 na base de dados Journal Citation Reports–JCR. Essa etapa da pesquisa consiste em uma análise bibliométrica dos indicadores de produção na área de Administração e Gestão (Management). Posteriormente, serão efetuadas buscas pelas seguintes palavras-chave: indicações geográficas, denominações de origem, gestão de marketing, gestão logística, setor vitivinícola, a fim de obter um enfoque maior na pesquisa efetuada. A partir disso, parte-se para entrevistas in loco nas IGs e DOs supramencionadas, que farão parte da análise prática, configurando um estudo multicase. Os resultados auferidos na pesquisa até então apontam um crescimento de aproximadamente 6% no quantitativo de artigos publicados pelos periódicos avaliados pelo JCR no período considerado para pesquisa. Percebe-se um aumento na quantidade de artigos publicados na área e estima-se que também tenha havido um crescimento das publicações relativas às IGs e DOs, devido a maior disseminação da temática e aumento dos pesquisadores na área, desenvolvendo não só a temática, mas as IGs e DOs como um todo.

**PARTICIPANTES:**

CAMILA AVOSANI ZAGO, BEATRIZ NASCIMENTO DOS SANTOS, ANTÔNIA ROUSSOULIÉRES GONÇALVES DA FONTE, ELIZABETH HATCHUEL, LUIZA CUNHA MUNER

**ARTIGO: 671****TÍTULO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: AÇÕES PARA O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA****RESUMO:**

Contexto O atual PSBM - Plano Brasil Sem Miséria (www.brasilsemmiséria.gov.br) constitui uma das ações do Governo Federal iniciada no Governo Lula e conhecida como o Programa Fome Zero. As numerosas ações desta iniciativa são divididas nos três principais grupos de políticas – estruturais, específicas e locais. Objetivos O presente estudo tem como objetivo levantar informações sobre o nível de conhecimento do alunado de Segundo Ano em 2016 (atualmente considerado como Terceiro Ano do Ensino Médio em 2017) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CAp/UFRJ sobre a fome e o PSBM, bem como coletar opiniões dos alunos sobre a problemática da fome e apontar as disciplinas do Colégio e formas de expressão que abordam o tema da fome. Métodos Visando conhecer o grau de divulgação do PSBM e as críticas sofridas por este junto à sociedade, desenvolveu-se questionário aplicado junto aos alunos do CAp/UFRJ de Segundo Ano, em 2016. O questionário constou num total de 9 perguntas, sendo sete de opções de múltiplas escolhas para facilitar a investigação no que tange ao grau de conhecimento dos alunos quanto ao Programa Brasil Sem Miséria. As outras duas foram abertas visando coletar opiniões e críticas sobre o tema abordado. O questionário foi respondido por total de 52 alunos do Segundo Ano em 2016 do CAp/UFRJ. As respostas das perguntas de 1 a 7 puderam ser tabeladas numa

abordagem quantitativa, enquanto que as duas últimas foram analisadas com enfoque qualitativo. Resultados Num universo de 52 alunos, todos responderam ao questionário. (1) O nível de conhecimento do PSBM por parte do alunado é básico. É surpreendente o baixo conhecimento do PSBM e de seus resultados por grande parte dos alunos; (2) Internet constitui a opção mais comum para a maioria dos respondentes como fonte de conhecimento do PSBM; (3) Disciplina de Área Humana (Geografia) domina a abordagem sobre tema Fome Zero no CAp/UFRJ; (4) Fotografia é destacada como a principal forma de expressão em que a Fome tenha sido retratada em obras; (5) Discussões com os familiares é a opção mais frequente enquanto que discussões com os professores representam apenas opção dentre as menos votadas; (6) Os alunos acreditam que o Governo é o principal responsável para reduzir ou erradicar a fome no Brasil; (7) A principal ação apontada que ajudaria a combater o problema da fome no Brasil foi a criação de empregos; (8) As principais críticas ao PSBM foram a sua má divulgação, deficiente repartição dos benefícios que deveriam ser propiciados às famílias mais carentes e transparência no uso dos recursos alocados; (9) As principais sugestões para inserir conhecimento sobre o PSBM no CAp/UFRJ é promover debates e palestras assim como incluir o tema em sala de aula ao alunado principalmente na disciplina de Geografia mas também História e Sociologia. Conclusão O estudo mostrou que é necessário uma maior conscientização, estudos e atividades extracurriculares e mais conteúdos em sala de aula.

**PARTICIPANTES:**

CAIO GONDIM DE CARVALHO BRITTO, PIERRE OHAYON

**ARTIGO: 1082****TÍTULO: INDICADORES DE DESEMPENHO NA GESTÃO DE TRANSPLANTES****RESUMO:**

O presente projeto de pesquisa possui o objetivo geral de discutir a necessidade da utilização de indicadores de desempenho em atividades de doação e transplante de órgãos. É feito um levantamento da bibliografia sobre possíveis indicadores e, ao final, propõe-se uma pesquisa com as centrais brasileiras de transplantes para conhecer a adequação do atual quadro de indicadores em utilização. Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizados dados do SNT (Sistema Nacional de Transplante), dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e artigos de diversas bases. Embora a literatura sobre o tema seja escassa, foi possível reunir um relevante conjunto de indicadores que, se utilizados, podem melhorar a eficiência do processo de transplante de órgãos. A análise dos artigos específicos ao tema retornou a possibilidade de benchmarking de um sistema europeu de indicadores ODEQUS (2013), que estava sendo criado e em processo de teste durante a publicação dos artigos analisados. O trabalho começa definindo indicadores de desempenho, para que servem, e apresenta as diversas categorias em que os mesmos podem ser classificados. A seguir é abordada a questão da doação e transplantes de órgãos, mostrando as atividades que constituem tal processo e a necessidade de mensuração do que é realizado em cada etapa. Em continuação, como resultado da busca bibliográfica, é apresentada uma lista de possíveis indicadores de desempenho em gestão de transplantes. Por fim, o trabalho propõe uma pesquisa a ser realizada com os gestores das centrais brasileiras de transplantes de modo a conhecer quais os indicadores de desempenho que utilizam em suas atividades, de modo a comparar os indicadores que utilizam com o conjunto de indicadores levantados no atual projeto. BIBLIOGRAFIA BOHMER, R. Arquitetura e planejamento na gestão da saúde. Porto Alegre (RS): Bookmann, 2012. HRONEC, Steven M. Sinais vitais: usando medidas do desempenho da qualidade, tempo e custo para traçar a rota para o futuro de sua empresa. Makron Books, 1994. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. The balanced scorecard: measures that drive performance. Harvard business review, v. 83, n. 7, p. 172, 2005. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. The balanced scorecard: translating strategy into action. Harvard Business Press, 1996. MOURA, Luciana Carvalho et al. An analysis of the quality indicators of the organ donation process in São Paulo, Brazil. Clinical transplantation, v. 29, n. 12, p. 1047-1053, 2015. PEREIRA, W. A.; Fernandes, R. C.; Soler, W. V. Diretrizes básicas para captação e retirada de múltiplos órgãos e tecidos. São Paulo: ABTO; 2009. Disponível em: <http://www.abto.org.br/abto03/Upload/pdf/livro.pdf> Acessado em maio de 2017. SIQUEIRA M. M.; Araujo, C. A.; Roza, B. A.; Schirmer, J. Indicadores de eficiência no processo de doação e transplante de órgãos: revisão sistemática da literatura. Rev Panam Salud Publica. 2016;40(2):90-97.

**PARTICIPANTES:**

DAHRA MEDEIROS, KLEBER FIGUEIREDO

**ARTIGO: 1206****TÍTULO: A INFLUÊNCIA DO ÍNDICE DE VOLATILIDADE NA DINÂMICA DO MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO****RESUMO:**

Em finanças, a volatilidade é vista como sendo o risco de um ativo ou índice de mercado, estando diretamente relacionada às variações dos preços dos ativos. Quanto maior a variação no preço de uma ação, maior será a volatilidade observada e consequentemente maior o risco de se ganhar ou perder dinheiro negociando essa ação. Por ser a única variável não observada no mercado, a volatilidade costuma receber especial atenção de acadêmicos e agentes de mercado devido à sua importância nos modelos de precificação de ativos e opções e gestão de risco. Sendo assim, como o intuito de minimizar tal incerteza, a Bolsa de Valores de Chicago criou o VIX. O VIX foi o primeiro índice de volatilidade implícita a ser criado, tendo como objetivo condensar a superfície de volatilidade em um único valor. Em seu estudo, Giot (2005) buscou estudar a relação entre o índice da Bolsa. Num primeiro passo ele considerou as mudanças nos índices contemporâneos da bolsa (S&P 100 e Nasdaq 100) e o seu correspondente índice de volatilidade (VIX e VXN, respectivamente). Assim como Whaley (2000), Giot (2005) obtém uma relação negativa e estatisticamente significativa para ambos os mercados acionários e seus respectivos índices de volatilidade. Já num segundo passo, o foco foi a possível relação entre o índice de volatilidade implícito e o retorno futuro do mercado acionário. O objetivo era verificar se altos índices de volatilidade implícita podem ser vistos como sinais de compra para termos de curto e médio prazo, ou seja, se esses índices representam oportunidades de ganho. A partir do exposto, o objetivo do presente trabalho é aplicar o estudo feito por Giot para as informações do mercado acionário brasileiro (Ibovespa) e seu índice de volatilidade implícita, IVOL-BR, calculado pelo Nefin. A presente pesquisa é

motivada pela perspectiva de compreender uma nova dinâmica de mercado, dado que há poucos trabalhos sobre índice de volatilidade acionária no Brasil e considerando o fato de o país estar passando por um período de instabilidade política e financeira. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GIOT, P. Relationships between Implied Volatility Indexes and Stock Index Returns: are implied volatility indexes leading indicators? The Journal of Portfolio Management, v. 31, n. 3, p. 92-100, 2005. WHALEY, R. E. The Investor Fear Gauge. Journal of Portfolio Management, n. 26, v. 3, p. 12-17, 2000.

**PARTICIPANTES:**

DIOGO LEMOS OLIVEIRA, PEDRO GIL ANTUNES ALCÂNTARA, VINICIUS MOTHÉ MAIA

**ARTIGO: 3982****TÍTULO: FRONTEIRAS DETERMINÍSTICAS DE EFICIÊNCIA ECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA GESTÃO DOS RECURSOS NO DESEMPENHO DE UNIDADES HOSPITALARES.****RESUMO:**

A gestão ineficiente dos recursos aplicados na prestação de cuidados hospitalares de saúde destaca-se entre as principais razões para o aumento dos gastos no setor. Este tem sido tema de preocupação em todo o mundo, seja por parte de formuladores de políticas ou gestores hospitalares, além de importante questão de investigação científica na atualidade. Este estudo visa lançar luz sobre aspectos da gestão dos fatores de produção hospitalar no desempenho econômico. Para tanto, propõe-se o levantamento e análise dos recursos, ou inputs, e resultados hospitalares, ou outputs, investigados por meio da modelagem matemática determinística e não paramétrica Data Envelopment Analysis (DEA), principal metodologia de análise da produtividade hospitalar. Através de procedimentos de revisão sistemática e metanálise dos dados, serão analisados resultados empíricos sobre o desempenho hospitalar na literatura nacional e internacional. Desta forma, espera-se contribuir para o avanço da modelagem matemática de fronteiras no contexto dos serviços hospitalares e para o avanço do conhecimento sobre aspectos de influência no desempenho dos hospitais. A metodologia proposta tem início com o levantamento dos resultados empíricos publicados nas principais bases de dados (EBSCO, BVS, Web of Science, ProQuest e Science Direct), obtidos através dos termos de busca: (data envelopment analysis" or "análise envoltória de dados") and (hospital or hospitais). Após extração dos resultados da busca, seguiu-se à eliminação: dos artigos duplicados; artigos cuja publicação não tenha sido feita em português ou inglês; e publicações fora do formato de artigo científico. Atualmente, este estudo encontra-se na fase de análise dos estudos identificados por pares (cerca de 3,8 mil publicações). Espera-se eliminar nesta etapa as publicações cuja análise da eficiência: não delimite o contexto da prestação dos serviços às unidades hospitalares; e cuja dimensão de análise não seja da performance geral. Nas etapas subsequentes serão levantados os recursos hospitalares e serviços de saúde, bem como informações quanto à influência dos fatores de produção na eficiência dos hospitais. Além disso, serão coletados os índices médios de eficiência hospitalar para posterior metanálise, e demais informações bibliométricas que permitam o mapeamento deste campo do conhecimento. Resultados parciais têm indicado que houve intensificação das publicações sobre o tema na última década e que grande parte das análises empíricas estão concentradas nas publicações originárias dos EUA, seguido pela Alemanha e Taiwan.

**PARTICIPANTES:**

CAROLINA BRANDÃO, KLEBER FIGUEIREDO

**ARTIGO: 4089****TÍTULO: DESAFIOS COMPETITIVOS DA INDÚSTRIA DE AVIAÇÃO COMERCIAL: UM OLHAR LONGITUDINAL SOBRE O SETOR NOS EUA****RESUMO:**

Em todo o mundo e ao longo de sua longa existência, a aviação comercial é marcada pelo surgimento e desaparecimento de empresas, muitas das quais cresceram, tornando-se importantes atores econômicos para mais adiante deixarem de existir. Avanços tecnológicos constantes, alteração progressiva na infraestrutura aeroportuária e nos serviços prestados, bem como mudanças em parâmetros regulatórios são algumas das características do dinamismo desta indústria ao longo de sua existência. Este estudo realiza uma investigação exploratória na população de companhias aéreas norte-americanas de capital aberto desde a década de 1930. Para tanto, os manuais anuais publicados pela agência Moody's constituem a base de informações a partir da qual se identifica as empresas atuantes e suas eventuais extinções (seja por aquisição ou por descontinuidade das operações). Além disso, estudos de caso que historicam o desenvolvimento das empresas de aviação, das empresas fabricantes de aeronaves e do setor de aviação comercial nos EUA complementam informações específicas sobre o objeto de pesquisa. A análise das informações coletadas contempla a plotagem das curvas de crescimento das firmas, utilizando indicador de tamanho desenvolvido por Fleck (2001), bem como a montagem de mapas visuais propostos por Langley (1999), reunindo de forma longitudinal informações diversas sobre aspectos internos às firmas e aspectos do ambiente tecnológico, regulatório, econômico e competitivo, entre outros. A discussão dos resultados produzidos pela análise considera possíveis implicações para a gestão de empresas de aviação comercial, bem como do setor. Resultados iniciais da análise realizada indicam expressiva volatilidade na população de empresas nos períodos iniciais do estudo. Por exemplo, durante as três primeiras décadas estudadas, 59 empresas estiveram atuantes, embora somente 9 delas tenham atuado durante todo o período. Tal se deveu, de um lado, à criação de novas empresas e, por outro lado, à mortalidade de empresas. A extinção de empresas nem sempre foi derivada de fracasso e falência, mas também ocorreu pela via de fusões e aquisições.

**PARTICIPANTES:**

ROGÉRIO MOREIRA DA SILVA JUNIOR, DENISE FLECK

**ARTIGO: 4284****TÍTULO: POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: O CASO DOS BRICS**

## RESUMO:

Diante da crescente atuação dos países emergentes nas relações econômicas internacionais durante as últimas décadas, o presente trabalho busca analisar o caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Assim, a pesquisa pretende analisar as políticas públicas direcionadas ao apoio à internacionalização de empresas nas últimas duas décadas, assim como mapear as agências governamentais que dão suporte a esse processo e o escopo de suas atuações. Nesse sentido, vale ressaltar a atuação do Estado como uma espécie de agente catalizador e indutor do ganho de competitividade, dando suporte à expansão internacional de suas empresas em um contexto cujo processo de internacionalização da economia ainda é embrionário e as empresas consideradas entrantes tardias. Para tanto, a metodologia empregada foi de natureza qualitativa, histórico-descritiva, considerando documentos fornecidos pelos agentes estatais, dados gerados por instituições internacionais (UNCTAD, Banco Mundial, FMI) e bibliografia especializada. Os resultados apontaram que as iniciativas de suporte governamental dos países emergentes para essa área têm crescido nos últimos anos, assim como a presença das empresas oriundas dessas nacionalidades (BRICS) no exterior, o que sugere uma correlação positiva entre esses fatores.

## PARTICIPANTES:

BRUNA MACHADO TARGINO,ARIANE CRISTINE RODER FIGUEIRA

## ARTIGO: 5648

TÍTULO: INFLUÊNCIA DOS FILTROS NO COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E NA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

## RESUMO:

O presente trabalho apresenta a influência dos filtros no comportamento informacional e na competência em informação, a partir de uma fundamentação teórico-metodológica de autores ligados à área da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Direito, com foco na busca por informações por meio do buscador Google e o ponto em comum entre este e os conceitos de Big Brother e Panóptico. Objetiva apresentar o controle do Google sobre a sociedade da informação. Analisa esses conceitos e compara com o comportamento do Google diante de uma sociedade cada vez mais conectada e necessitada de informação, mas vigiada em sua liberdade na busca, no acesso e no lançamento de dados. Examina o ponto comum com base nas definições previstas nas obras "1984" de George Orwell e "Vigiar e punir" de Michel Foucault. Conclui com a definição do comportamento do Google como o controlador e definidor do comportamento informacional, a partir dos mecanismos de busca personalizada, individualizada, subjetiva, logo, um Google visto, na atualidade, como o Big Brother de George Orwell e Panóptico de Jeremy Bentham, sendo este trazido por Michel Foucault como uma realidade presente na vida da sociedade.

## PARTICIPANTES:

JOÃO VICTOR MENDES SOUZA,PAULO CÉSAR DO PRADO,RENATO NUNES BITTENCOURT

## ARTIGO: 5662

TÍTULO: MEDIDAS INTERNACIONAIS DE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

## RESUMO:

Este estudo apresenta a primeira parte dos resultados do projeto de iniciação científica que tem como objetivo analisar medidas internacionais destinadas a mapear inovação no setor público, a fim de subsidiar futura proposição de uma medida específica para a realidade brasileira. A pesquisa envolve um levantamento bibliográfico em periódicos nacionais e internacionais, compreendendo o período entre 2006 e 2016, e uma pesquisa empírica das principais medidas que vêm sendo adotadas no Brasil e no mundo. Nos nacionais, a pesquisa foi feita em 12 periódicos de Administração que possuíam algum fator de impacto segundo a Classificação Qualis/CAPEs de 2014, usando como critérios os radicais public\* e inov\*. Nos internacionais, a pesquisa foi feita em seis periódicos de Inovação/Criatividade, usando a palavra-chave public\* e em 47 periódicos específicos da área de Administração Pública, usando o radical innov\*. Os periódicos foram selecionados a partir da classificação do Journal Citation Reports (JCR) de 2015, que descreve seu fator de impacto. A pesquisa empírica será qualitativa, descritiva e com o emprego da técnica de pesquisa documental. Incluirá relatórios diversos sobre medidas de inovação no setor público, identificados em pesquisas feitas em ferramentas de busca na internet, nos sites das 10 melhores universidades internacionais de acordo com a classificação do QS World University Rankings (2016-2017) e nas referências de medidas contidas nos artigos identificados no levantamento bibliográfico. Como resultado preliminar foi encontrado um total de oito medidas internacionais e nenhuma nacional, a saber: Achieving innovation in central government organizations - National Audit Office (2006); Innovation across central government - National Audit Office (2009); Innobarometer on innovation in public administration - The Gallup Organization (2010); Measuring public innovation in the nordic countries (BLOCH, 2010); Innovation in public sector organizations (HUGHES; MOORE; KATARIA, 2011); Nesta: Innovation in the public sector (MULGAN, 2014); HARVARD Kennedy School: Ash Center for Democratic Governance and Innovation (SAICH, 2013); e OECD: Measuring Public Procurement of Innovation (GALINDO-RUEDA, 2012). Na segunda etapa da pesquisa, os documentos serão analisados com detalhamento, descrevendo os conceitos de inovação no setor público; o tipo de setor público estudado; objetivo das medidas e sua relevância para o país que a criou; o método empregado para o desenvolvimento da coleta de informações, dentre outros aspectos e destacar fatores que necessitam de investimento em inovação no setor público; descrição das áreas ou tipo de instituições públicas mais e menos inovadoras e outros aspectos que se mostrem relevantes para se planejar uma medida de inovação para a realidade brasileira.

## PARTICIPANTES:

ISABELA SANT'ANA BITTENCOURT DA SILVA,THAINÁ FILGUEIRA MACEDO DE SOUZA,ARTHUR RAFAEL DIAS DOS SANTOS,MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA



ARTIGO: 5688

TÍTULO: GORVERNANÇA NA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO EM VITIVINÍCOLAS BRASILEIRAS E ESPANHOLAS

RESUMO:

A globalização da economia, os avanços tecnológicos e a complexidade cada vez maior nas transações fizeram e fazem pressão competitiva para que as organizações se adaptem à essa nova realidade, adotando estratégias de gestão que otimizem a forma de entrega dos produtos e a sua forma de interação no mercado. Desde a década de 80, vários estudiosos têm pesquisado as mudanças nas estratégias adotadas na gestão da cadeia de suprimentos, o que para Lambert e Cooper (2000) e Richey et al (2010), faz com que as organizações atuem em conjunto, buscando relações e interações duradouras. Uma alternativa para fazer frente a esse novo modelo de gestão, é a governança, que consiste na coordenação das atividades econômicas (HUMPHREY;SCHMITZ,2000). Segundo Williamson (apud ALVAREZ,SILVA;PROENÇA,2002,p.7) governança “compreende tanto a forma como o trabalho é organizado como, os meios através dos quais é coordenado”. Face ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo verificar as estruturas de governança adotadas na cadeia de suprimentos vitivinícola. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas semiestruturadas com seis empresas pertencentes às Denominações de Origem do Vale dos Vinhedos–Brasil e Montilla-Moriles–Espanha, três em cada país. As vinícolas foram selecionadas com base na oportunidade e de acordo com o seu porte (pequena, média e grande). Pôde-se perceber, preliminarmente, que a forma de coordenação das atividades econômicas é estabelecida a partir de contratos, porém mantendo sempre relações de parceria, amizade e proximidade com os demais membros da cadeia de suprimentos. Essa gestão conjunta permite que as organizações ampliem a satisfação dos seus stakeholders (públicos envolvidos) por meio de uma relação colaborativa na cadeia, fazendo com que os produtos e serviços sejam entregues na quantidade, lugar, prazo e condições desejadas pelos consumidores. REFERENCIAS ALVAREZ,R.R.;SILVA FILHO,S.J.M.;PROENÇA,A.Redes simétricas e seu processo de definição de estratégia coletiva e modelo de governança:propostas no âmbito das redes de incubadoras e parques tecnológicos,2000.Disponível:<[www.gpi.ufrj.br/pdf/artigos/Alvarez,%20Mecena,%20Proenca%20](http://www.gpi.ufrj.br/pdf/artigos/Alvarez,%20Mecena,%20Proenca%20).Acesso: 10/10/16. DWYER,R.F.,SCHURR,P.H.;OH,S.Developing buyer-seller relationships.Journal of Marketing,v51,n2,p.11-27,1987. HUMPHREY,J.;SCHMITZ,H.Governance and upgrading in global value chain.In:Bellagio Value Chain Workshop,2000,Susses.Disponível:<[www.ids.ac.uk/ids/global/pdfs/jhhs%20Bellagio.pdf](http://www.ids.ac.uk/ids/global/pdfs/jhhs%20Bellagio.pdf)>.Acesso:10/9/16. LAMBERT,D.M.;COOPER,M.C.Issues in Supply Chain Management.Industrial Marketing Management,v29,n1,p.65–83,2000. RICHEY,R.G.;ROATH,A.S.;WHIPPLE,J.M.;FAWCETT,S.E.Exploring a governance theory of supply chain management:barriers and facilitators to integration.Journal of Business Logistics,2010.Disponível:<[findarticles.com/p/articles/mi\\_qa3705/is\\_201001/ai\\_n53508832/](http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3705/is_201001/ai_n53508832/)>.Acesso:07/1/17.

PARTICIPANTES:

CAMILA AVOSANI ZAGO,ANTÔNIA ROUSSOULIÉRES GONÇALVES DA FONTE,GUADALUPE FUENTES LOMBARDO

ARTIGO: 5709

TÍTULO: O PLANEJAMENTO LOGÍSTICO HUMANITÁRIO COMO MEDIDA MITIGADORA DE DESASTRES NATURAIS

RESUMO:

A crescente taxa populacional aliada ao aquecimento global, a degradação ambiental e a crescente urbanização fazem com que aumente a eminência de catástrofes naturais, expondo um número maior de pessoas a essas ameaças. Tais desastres estão ocorrendo em quantidades e proporções cada vez maiores, chamando a atenção do poder público, das comunidades e estudiosos para a necessidade de estruturar procedimentos e planejamento para mitigar o risco e a ocorrência de desastres e também o atendimento às regiões atingidas. É nesse contexto que surgiu a logística humanitária, a qual contempla processos e sistemas envolvidos na gestão de pessoas, recursos e conhecimento para ajudar comunidades em risco, atingidas por desastres naturais ou emergências complexas (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2007). Beamon (2004) afirma que a logística humanitária visa o fluxo de pessoas e materiais adequadamente e no tempo correto para assistência, com o objetivo de atender a maior quantidade de pessoas de forma adequada. Dessa forma, o projeto de pesquisa visa desenvolver um planejamento logístico humanitário com vistas à mitigação de desastres naturais na região serrana do Rio de Janeiro. No entanto, por se tratar de uma etapa preliminar do referido projeto, foi efetuado um levantamento do quantitativo de artigos publicados no período de 2005 a 2015, na área de Administração e Gestão (Management), com fator de impacto até 2,0 na base de dados Journal Citation Reports–JCR, consistindo em uma análise bibliométrica preliminar. Posteriormente, serão efetuadas buscas pelas seguintes palavras-chave: logística humanitária, desastres ambientais, desastres naturais, risco, a fim de obter um enfoque maior na pesquisa efetuada. A partir disso, serão aplicados questionários e entrevistas semi-estruturadas com os stakeholders (públicos envolvidos) com os desastres naturais ocorridos ou em eminência na região serrana do Rio de Janeiro. Os resultados auferidos na pesquisa até então apontam um crescimento de aproximadamente 6% na quantidade de artigos publicados pelos periódicos avaliados pelo JCR no período considerado. Pode-se afirmar que houve um aumento na quantidade de artigos publicados na área e estima-se que tenha havido também um aumento na temática pesquisada, tendo em vista o crescente número de pesquisadores e a disseminação da pesquisa na área. Mesmo assim, salienta-se, no que diz respeito ao gerenciamento do risco de desastres naturais e planejamento logístico humanitário, que o tema carece de propostas e estudos a fim de minimizar os danos econômicos, sociais e ambientais, integrando os diferentes níveis de tomada de decisões. REFERENCIAS BEAMON,B.M.(2004).Humanitarian Relief Chains:Issues and Challenges.R34th International Conference on Computers and Industrial Engineering,San Francisco,CA,USA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA.(2007).Disponível em:[www.cvb.org.br](http://www.cvb.org.br).Acesso em:20nov.2015.

PARTICIPANTES:

CAMILA AVOSANI ZAGO,ARTHUR COSTA PONTES

ARTIGO: 279

TÍTULO: A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA GERÊNCIA DE PROJETOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

RESUMO:

A pesquisa pretende discutir a ideia de inter-relação entre os seguintes temas-chave: inteligência emocional do gerente do projetos, confiança no gerente do projetos e sucesso no projeto. A partir dessa concepção, tornou-se premente uma revisão sistemática da literatura disponível, varrendo os temas mencionados, que são abundantes vistos separadamente, mas relativamente escassos sob o prisma de sua correlação. O objetivo da pesquisa é contribuir para aumento do acervo referencial quanto a temática do gerenciamento de projetos, mapeando a literatura corrente que correlaciona ao menos dois dos temas selecionados e com isso corroborar (ou não) com a veracidade da relação de causa-e-efeito entre eles. Será utilizada uma abordagem qualitativa, fazendo uso de meta-análise de forma a posicionar diferentes estudos sobre os temas de interesse em um mesmo banco de dados, com metodologias analíticas para explicar a variância dos resultados comuns desses estudos (Roscoe&Jenkins, 2005). Espera-se auxiliar na divulgação sistematizada da correlação das práticas de gerenciamento de projetos, dando visibilidade a produção científica já existente sobre o tema. Para tanto, pretende-se realizar: (1) coleta da literatura, (2) coleta de informações de cada estudo, (3) avaliação da qualidade dos estudos, (4) análise e síntese dos resultados dos estudos, (5) interpretação dos dados, e (6) apresentação dos resultados da pesquisa, destacando frequência de artigos, tipos de pesquisa, e nuvem de palavras-chave. Serão selecionadas as seguintes bases de dados: Scopus (Elsevier), Scielo (Scientific Electronic Library Online), ISI Webs of Science (Thomson Reuters Scientific). A seleção de estudos se dará pela priorização de artigos que conceituem os temas, que tratem de mais de um tema estudado em seu resumo e que sejam de acesso irrestrito.

PARTICIPANTES:

LUANA SANTOS DUARTE, ANDRÉ BARCAUI, LUCAS CASAI MACHADO GUIMARÃES

ARTIGO: 426

TÍTULO: CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE SUCESSO EM GERÊNCIA DE PROJETOS

RESUMO:

A pesquisa objetiva estabelecer quais os principais critérios utilizados por gerentes e membros de um projeto, com intuito de verificar o sucesso do mesmo. Até o início dos anos 80, existia um consenso na área de gerenciamento de projetos, de que o sucesso era mensurado através do tempo de realização (se efetivado no prazo estipulado); do custo do projeto (orçamento seguido rigorosamente), do escopo (se o resultado está dentro das expectativas) e da qualidade (adequação do projeto aos padrões de qualidade). Porém, logo após esse período, observou-se uma mudança nos padrões de medição de sucesso em projetos, que passaram também a utilizar a satisfação das partes interessadas (se o resultado alcançou as expectativas), benefício em prol da organização (se efetivamente aquele projeto agregou valor à instituição), qual o impacto do projeto logo após o seu fim e se apresenta algum potencial futuro. Atualmente, apesar de todos os critérios acima ainda serem largamente utilizados, não existe mais um consenso universal sobre o que é atingir o sucesso em um projeto (SILVA, FLEURY, CARVALHO, 2015). Tendo em vista essa variedade de critérios, esse trabalho de pesquisa tem como objetivo agrupar quais pontos majoritários do referencial teórico disponível a respeito do tema sucesso em projetos ainda perduram e quais outros foram adicionados aos critérios de medição. O tema é de suma relevância, principalmente em função do crescente interesse pelo tema gerenciamento de projetos no país (Rego&Irigaray, 2011; Barcaui, 2012). Utilizando como base uma pesquisa australiana, "The Concept of Project Success What 150 Australian Project managers think" (Baccarini&Collins, 1999) que também objetivou verificar quais eram os critérios usados para medição de sucesso em projetos Australianos, desenvolver-se-á um questionário com perguntas fechadas de acordo com a escala Likert e questões abertas. O questionário será uma adaptação da pesquisa de Baccarini&Collins (1999). O público-alvo para essa pesquisa serão gerentes de projetos em atuação no Brasil. Assim que forem captados um número expressivo de respostas, será feita uma análise quantitativa dos dados obtidos, visando os objetivos dessa pesquisa.

PARTICIPANTES:

ANDRÉ NASCIMENTO, DAVID NEWLANDS CAVALCANTE, ANDRÉ BARCAUI

ARTIGO: 444

TÍTULO: FATORES GERADORES DE CONFIANÇA NO TRABALHO DO GERENTE DE PROJETOS

RESUMO:

A confiança é o sentimento de segurança ou a convicção que alguém tem em relação a outra pessoa ou a algo. Esse sentimento se faz importante, uma vez que, em âmbito organizacional, a confiança em um gerente pode influenciar na motivação de grupos e equipes de projeto. Desse modo, existe uma maior predisposição ao atingimento de metas e objetivos estipulados. O propósito dessa pesquisa é entender quais são os fatores mais importantes que levam um indivíduo a confiar em seu gerente no âmbito de um projeto. Para isso, foi realizado um estudo baseado no modelo proposto por Mayer e Davis (1999), no qual a confiança é relacionada a fatores antecedentes, que a explicam e constroem. Em suas pesquisas, Mayer e Davis analisam a confiança organizacional, que foi calculada nos fatores de capacidade, benevolência e integridade e como essas influenciam o indivíduo a confiar em seu gerente. O fator capacidade estaria relacionado à competência do confiado (pessoa em quem se confia), uma vez que esse fator corresponde a um grupo de habilidades, competências e características que permitem uma parte ter influência dentro de algum domínio específico. Caso o confiado seja percebido como possuidor de um alto domínio de conhecimento específico, aquela pessoa é dada por confiável nas tarefas relacionadas àquele domínio. Para Mayer e Davis, o fator benevolência corresponde à extensão com que um confiado é acreditado a querer fazer um bem ao trustor (aquele que se dispõe a confiar), longe de um motivo de benefício

egocêntrico. Já o fator integridade diz respeito àquilo “que envolve a percepção do trustor que o confiado adere a um conjunto de princípios que o trustor julga aceitável”. Tal fator pode ser analisado por meio da consistência das ações passadas do confiado, das informações de outros, pela avaliação do senso de justiça do confiado e por meio de uma avaliação da extensão em que as ações do confiado são coerentes com suas palavras. Como base nas referências levantadas, entende-se que é preciso obter mais dados para melhor compreender o impacto que um alto nível de confiança tem no trabalho do gestor de projetos e daqueles que são por ele geridos. O método que será utilizado para sua obtenção será uma pesquisa empírica, contendo nove perguntas. A pesquisa não se limitam aos fatores: habilidade, benevolência e integridade, como traz também a forma como o líder gerencia seu emocional, como se relaciona com os membros de sua equipe, a importância que dá ao crescimento pessoal e profissional de seus colaboradores dentro da organização. Os dados encontrados podem ajudar a compreender como um gerente de projetos é percebido por sua equipe, e se de fato, um alto nível de confiança pode ser um fator imprescindível para a liderança do projeto. Dada a importância da visão positiva da equipe em seu gerente para o sucesso do projeto, torna-se importante saber quais dos fatores citados, na opinião do time de projeto, tem maior importância e contam mais para que confiem em seu gerente.

**PARTICIPANTES:**

HUGO RENATO ARAUJO DOS SANTOS, FERNANDA FERNANDES, ANDRE BARCAUI

**ARTIGO: 644****TÍTULO: APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA GERÊNCIA DE PROJETOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PERCEPÇÃO DO GERENTE E DA EQUIPE****RESUMO:**

A inteligência emocional vem sendo estudada pela academia em função da sua proposta como variável extremamente importante em relação a influência que exerce na performance dos profissionais em sua carreira (MAQBOOL, 2017; LIMA&QUEVEDO-SILVA, 2017). Especificamente essa pesquisa busca avaliar a percepção e comportamento de gerentes de projetos através de um trabalho de investigação quantitativa que abrange tanto o gerente quanto sua equipe. Procurar-se-á medir a percepção que o gerente do projeto possui de si mesmo e a percepção que seus liderados têm sobre a inteligência emocional de seu líder. Também espera-se averiguar se a percepção entre líder e liderados é congruente. Para tanto, serão utilizados dois questionários específicos, um para o gerente de projetos e outro diferente para sua equipe. Utilizaremos para medição da inteligência emocional do gerente de projetos o questionário adaptado no artigo de “The effects of leader and follower emotional intelligence on performance and attitude: an exploratory study” (Won&Law, 2002) e para medição da percepção dos liderados pelo gerente, o artigo “Assessing leadership styles and organizational context” Dulewicz&Higgs (2005). Ambos foram escolhidos por terem sido produzidos especificamente para líderes, o primeiro para uma auto-avaliação e o segundo para a avaliação de equipes. Serão entrevistados 60 profissionais (n = 60), 30 gerentes de projetos e 30 membros de equipe, sendo um membro para cada respectivo gerente de projetos em organizações atuantes no estado do Rio de Janeiro. A prioridade da pesquisa será com empresas baseadas em projetos como consultorias e empresas de auditoria, porém sem excluir outras organizações em que tenhamos o papel de gerente de projetos sendo exercido, mesmo que sem a formalização do cargo. As entrevistas serão feitas pessoalmente, de forma estruturada e ocorrerão durante o mês de Agosto de 2018. A expectativa de compilação e análise dos resultados no mês de Setembro de 2018.

**PARTICIPANTES:**

CÉSAR BELUZO, MARIANA SOARES DE AZEVEDO, ANDRE BARCAUI

**ARTIGO: 5168****TÍTULO: CRIATIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS****RESUMO:**

O objetivo do presente trabalho é realizar um levantamento bibliográfico da produção científica nacional sobre criatividade nas organizações entre o período de 2009 a 2017. Pretendeu-se traçar um panorama da pesquisa científica a partir de uma análise recente sobre a produção nacional, uma vez que a última identificada na literatura, abrangendo as mesmas áreas do conhecimento, incluiu até o ano de 2008. Foram analisados periódicos científicos nacionais das áreas de Administração, Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) e eventos promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) - esses considerados desde o ano de 2007, dada a lacuna temporal identificada em um ensaio teórico com objetivo semelhante que retratou a produção sobre o tema no período de 1997 a 2006. O critério para escolha dos periódicos de Administração foi a classificação como A1, A2, B1 e B2 no Sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do quadriênio 2013-2016. A escolha dos periódicos classificados como, no mínimo B2, consistiu em possuir indexação na biblioteca eletrônica Scielo, conforme definido pelo documento de área da CAPES. Em relação aos periódicos de POT, os critérios para escolha foram baseados no levantamento feito por Borges-Andrade e Pagotto (2010) que identificaram os principais periódicos de Psicologia específicos da área Organizacional e do Trabalho. Em relação aos eventos, foram incluídos os promovidos pela ANPAD (EnEo, EnAPG, EMA, EnADI, EnEPQ, 3Es, EnGPR, Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica e EnANPAD). Foi utilizado o radical criat\* na busca dos trabalhos a serem considerados. Após, procedeu-se à leitura dos resumos dos artigos, o que resultou numa seleção de 14 artigos em oito periódicos de Administração, 5 artigos em três periódicos de POT e 28 trabalhos dos eventos da ANPAD. Ao todo, a análise foi realizada em 47 artigos. Os resultados preliminares evidenciaram que sete artigos caracterizam-se como ensaios teóricos e 40 como teórico-empíricos, sendo que 19 empregaram método qualitativo (sendo cinco estudos de caso), 15 adotaram método quantitativo e seis pesquisas utilizaram ambas as metodologias. Serão analisados os focos dos estudos, as características das amostras das pesquisas empíricas e os principais achados sobre o tema. Os resultados serão confrontados com três mapeamentos anteriores sobre a produção científica a respeito do tema no país, apontando temáticas que já tem sido objeto de estudo e evidenciando a emergência de novas abordagens de pesquisa que gerem maior compreensão de como a criatividade no ambiente de trabalho pode ser facilitada.

## PARTICIPANTES:

ISABELA SANT'ANA BITTENCOURT DA SILVA, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA, GABRIEL ORSI TINOCO, RODRIGO LINS

---

ARTIGO: 790

TÍTULO: CONHECENDO A ECONOMIA COMPARTILHADA: UM ESTUDO SOBRE MOTIVAÇÕES DE CONSUMO EM UM SISTEMA DE CARONAS NO RIO DE JANEIRO

## RESUMO:

A economia compartilhada configura-se como uma alternativa à economia tradicional ao estimular a transição de uma cultura de consumo pautada na posse para uma cultura baseada no compartilhamento. A mesh, outra denominação da economia compartilhada, com o advento da internet tem cada vez mais se desenvolvido e difundido, podendo ser observada em todo o mundo. Os motivos de adesão ao consumo de serviços e produtos gerados por negócios desenvolvidos dentro da economia compartilhada são diversos, desde a economia de tempo, espaço e dinheiro, a novidade ou o modismo. Diante do cenário no qual a prática ainda é recente no Brasil e de pouco conhecimento dos brasileiros e da diversidade das influências para o consumo de negócios mesh, o presente estudo buscou identificar quais são os motivos que influenciam os usuários do Caronaê, sistema de caronas compartilhadas, na Cidade Universitária, entre usuários das gerações X, nascidos entre 1965 e 1979, e Y, nascidos a partir de 1980, exclusivos à comunidade acadêmica da UFRJ. A partir de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de levantamento, foi possível observar, através da aplicação de um questionário aos usuários deste sistema, em 2016, ano de seu lançamento, que a economia compartilhada não se limita a uma geração em específico, ainda que a geração Y tenha se desenvolvido em um cenário que estimula a sua adesão, quando comparado aos cenários das demais gerações. Além disso, verificou-se sinergia nos valores compartilhados entre as gerações quanto ao consumo do Caronaê, visto que em ambas as gerações, o sistema de caronas compartilhadas representou, para a maioria dos respondentes, uma oportunidade de contribuir para uma mobilidade mais sustentável, sendo atribuídos graus de relevância a todos os âmbitos da sustentabilidade: econômico, social e ambiental, o que diverge de alguns autores que afirmam que a sustentabilidade é consequência do consumo e não a sua motivação. Há de se destacar o envolvimento emocional dos usuários, em ambas as gerações, no consumo do Caronaê, em virtude da presença do sentimento de pertencimento à comunidade da UFRJ, que gera segurança e confiança no consumo, um dos pilares fundamentais da economia compartilhada.

## PARTICIPANTES:

PRISCILLA AZEVEDO LINS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

---

ARTIGO: 2668

TÍTULO: A RESISTÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES SUBSTANTIVAS NA HEGEMONIA DA TECNOCRACIA

## RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo investigar e interpretar a presença e funcionamento de organizações substantivas em um forte contexto tecnocrata tal como vigora na atual configuração do regime capitalista. O fenômeno da resistência de organizações que priorizam substantivamente os colaboradores se deve a valorização de outras características humanas que não as técnicas que se pode observar tão importantes quanto. Para refletir melhor sobre o antagonismo acerca do sistema e de um estilo organizacional, procurou-se adotar uma pesquisa de campo qualitativa com declaradas organizações substantivas e entrevistas com referências intelectuais como professores universitários defensores da tecnocracia como instância axiológica e normativa. Segundo Horkheimer, o positivismo é a tecnocracia filosófica, o que se subentende que a ampla adesão tecnocrata no mercado capitalista se deve à idealização de um padrão norte-americano/europeu como modelo de sucesso organizacional. Essa padronização se instaurou após a consolidação da Revolução Industrial e foi tido como modelo lucrativo para o capital privado. Porém, por ser um sistema que não se sustenta por muito tempo graças ao caráter cíclico das crises econômicas globais, a substantividade nas organizações se tornou uma necessidade (observado principalmente na geração Y) entre a massa de trabalhadores que priorizam a experiência e a autorrealização pessoal em vez da recompensa financeira, muitas vezes desvinculada do bem-estar existencial, impossível de ser quantificado economicamente. Esta análise está em fase de estruturação e pretende abordar ao menos cinco diferentes pontos de vistas de referenciais teóricos e comparar a prática do dia-a-dia de ao menos duas organizações com as entrevistas, além de um estudo aprofundado sobre a atual força de trabalho e suas demandas.

## PARTICIPANTES:

FILIPPO LATTARI, RENATO NUNES BITTENCOURT

---

ARTIGO: 5237

TÍTULO: MEDIDAS DE CRIATIVIDADE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

## RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo fazer um levantamento das principais medidas, nacionais e internacionais, de criatividade no ambiente de trabalho criadas nos últimos 10 anos, identificando os seus objetivos e os fatores ou dimensões da criatividade. Para isso, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica a partir de uma extensa busca nos conteúdos de periódicos nacionais e internacionais e das bases de dados relacionadas às áreas de Administração e Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), considerando as produções entre 2007 e 2017. Foram selecionados os periódicos que tinham algum fator de impacto de acordo com as classificações Qualis/CAPES de 2014, no caso dos nacionais, e aqueles internacionais que constavam do Journal Citation Reports (JCR) de 2015. A busca totalizou um resultado de 31 periódicos



nacionais e 32 internacionais, além de 14 bases que, segundo o Portal de Periódicos da CAPES, possuíam produções na área de Administração e Psicologia. Como critério de busca nos periódicos nacionais, utilizou-se o radical creat\* no campo assunto ou título (nesta ordem, de acordo com a possibilidade do periódico), encontrando 183 artigos, dentre os quais, após leitura dos resumos, apenas dois tratavam especificamente de medidas de criatividade no ambiente de trabalho. Já nas bases e nos periódicos internacionais, utilizaram-se os radicais creat\* e a expressão workplace no campo palavra-chave ou título (nesta ordem, de acordo com a possibilidade do periódico/base), encontrando sete medidas após a leitura de 222 resumos. Das nove medidas identificadas, apenas uma foi validada com alunos, as demais foram aplicadas em diferentes organizações. Além disso, foi percebido um total de 14 diferentes fatores/dimensões nas nove medidas, são essas: criatividade do empregado, clima de criatividade (identidade criativa da organização), pensamento criativo da equipe, ação criativa da equipe, resultado criativo da equipe, criatividade potencial (previsibilidade), suporte organizacional (suporte dos gerentes, ações, estratégias, apoio e características do ambiente da empresa), bloqueios à criatividade, influência social (interação), clima entre colegas de trabalho, liberdade de ação (flexibilidade, imaginação), atividades desafiantes, controle emocional e leitura inspiradora. Cada um desses fatores/dimensões será analisado e esses resultados serão comparados com estudos anteriores com finalidades semelhantes, a fim de apontar a carência de medidas de outros fatores relacionados à criatividade que possam contribuir para a gestão no ambiente de trabalho, a fim de tornar o ambiente mais propício à produção de novas ideias.

**PARTICIPANTES:**

ARTHUR RAFAEL DIAS DOS SANTOS, THAINÁ FILGUEIRA MACEDO DE SOUZA, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

**ARTIGO: 5535****TÍTULO: FATORES ESTRESSORES NO TRABALHO: ESTUDO COM MOTORISTAS DE ÔNIBUS ARTICULADOS DE UMA EMPRESA DO SISTEMA BRT DO RIO DE JANEIRO****RESUMO:**

Os ônibus articulados foram implementados no Rio de Janeiro-Brasil, em 1981, em algumas linhas convencionais, mas retirados de operação em pouco tempo (MARCELO et al, 2013). Esses ônibus consistem em um ônibus extenso com duas carrocerias articuladas que facilitam a operação nas curvas (VUCHIC, 1981 apud PAMPLONA, 2000). Assim, este estudo se propõe a averiguar os fatores causadores de estresse no ambiente de trabalho sob a ótica de um grupo de 28 condutores de ônibus articulados de uma empresa participante do consórcio operador do BRT na cidade do Rio de Janeiro. Foi aplicado um questionário com itens fechados utilizando como base um estudo anteriormente realizado com motoristas de ônibus urbanos. Esse instrumento foi adaptado à realidade do sistema BRT e, com isso, foram incluídos problemas específicos da operação do modal, perfazendo um total de 26 itens, sendo 21 possíveis fatores estressores e 5 perguntas, além dos dados sociodemográficos. A aplicação do instrumento foi realizada in loco no Terminal Alvorada durante a troca de turno dos motoristas em finais de semana e feriados do mês de Abril de 2017. Como resultado, verificou-se que a maioria dos fatores estressores pesquisados gera algum nível de estresse nos motoristas, exceto no que se refere ao Tempo para Realizar a Viagem, o qual obteve o maior número de respostas como um aspecto que não causa estresse. Também foi notado que a maior parte dos motoristas se sente agressivo ou com raiva ao longo da jornada de trabalho devido ao estresse enfrentado no exercício da profissão. Porém, quando questionados a respeito do ambiente de casa e do trabalho, a maioria deles considerou que esses são bons ou ótimos. Por fim, constata-se que boa parte dos fatores estressores de motoristas de ônibus urbanos também é sentido pelo grupo de condutores de ônibus articulados abordados e outro estressor citado pelos profissionais e que pode ocasionar em perda de desempenho do sistema é a solicitação de passageiros para desembarque fora das estações. Quando os fatores foram elencados, dois deles se destacaram por não ter uma resposta como não causador de estresse, são eles: Condições da Via e Vandalismo, o que reforça a necessidade de investimentos em conservação e segurança dos corredores BRT no município por parte do poder público, a fim de garantir transporte público seguro e de qualidade. REFERÊNCIAS MARCELO, A. C. S. et al. Mobilidade urbana inteligente: uma ferramenta para melhorar a gestão do tempo no transporte público carioca. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/CRIE, 2013. Disponível em: <www.crie.ufrj.br/application/assets/uploads/files/RJ24\_Projeto\_Mobilidade\_031.pdf>. Acesso: 17/9/2016. PAMPLONA, M. R. Considerações sobre o emprego dos diferentes tipos de ônibus no transporte público urbano. 2000. 156f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. Disponível em: <www.geocities.ws/qqbis/magda/mag1.htm>. Acesso em: 17/9/2016.

**PARTICIPANTES:**

GILEAN TEIXEIRA DA ROCHA, CAMILA AVOSANI ZAGO

**ARTIGO: 1372****TÍTULO: AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO PROCESSO DE DOAÇÃO E TRANSPLANTE RENAL NO BRASIL.****RESUMO:**

Avaliação da Eficiência do Processo de Doação e Transplante Renal no Brasil Autor (Bolsista): Gabriella de Figueiredo Ribeiro Gomes Orientadora: Claudia Affonso Silva Araújo Centro de Estudos em Gestão de Serviços de Saúde – CESS Instituto COPPEAD de Administração – CCJE Resumo: Este projeto de pesquisa possui o objetivo geral de melhorar a eficiência do processo de doação e transplante renal dos estados brasileiros. Para alcançar este objetivo geral, foram delimitados alguns objetivos específicos, dentre os quais realizar uma revisão sistemática da literatura para identificar os estudos nacionais e internacionais que tratam da gestão do processo de doação e transplante renal. A revisão sistemática foi realizada nas bases de dados BVS, EBSCO, Emerald, ProQuest, Science Direct e Web of Science. Os filtros utilizados restringiram os resultados para artigos acadêmicos, dissertações e teses. As palavras de busca empregadas foram as seguintes, em Português e em Inglês: eficiência OR produtividade OR gestão, doação, transplante, renal OR rim. Tais palavras deveriam constar no resumo do artigo. Não houve recorte temporal. A busca retornou 700 artigos, dos quais foram excluídos 630 por possuírem foco clínico, ou em novos medicamentos ou cirurgias experimentais, por exemplo, restando 70

para análise, abrangendo o período de 1998 a 2016. Os resultados parciais mostraram que, nos anos 90, existiam poucos artigos dedicados a este tema, cerca de um por ano; porém, a partir dos anos 2000, observa-se um número crescente de artigos que tratam de gestão. Os Journals que mais possuem artigos sobre o tema são o Progress in Transplantation – com oito artigos – e o Clinical Transplantation – com cinco artigos. Nota-se que os Journals nos quais foram publicados os artigos possuem, no geral, bons fatores de impacto - com cinco Journals com fatores de impacto entre 2 e 3 e dez Journals com fatores de impacto entre 3 e 8. Estados Unidos e Austrália são os países nos quais foram realizadas mais pesquisas sobre o tema. No Brasil, foi encontrado apenas um artigo.

**PARTICIPANTES:**

GABRIELLA FIGUEIREDO, CLAUDIA AFFONSO SILVA ARAUJO

**ARTIGO: 2290****TÍTULO: IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****RESUMO:**

O objetivo central deste estudo é averiguar o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na qualidade de vida do agricultor familiar do Estado do Rio de Janeiro. Dentro do PNAE a pesquisa explora especificamente a lei 11.947/2009 que impõem a obrigação mínima de compra de 30% de alimentos provenientes de agricultores familiares para as merendas em escolas públicas. Para alcançar o objetivo a pesquisa utilizou duas abordagens: levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada na Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) e na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PERIÓDICOS CAPES), que ao selecionar o artigo redirecionava para outras bases como Science Electronic Library Online (SCIELO) e para os sites dos periódicos específicos. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: agricultura familiar, alimentação escolar, sociedade de consumo, compras públicas sustentáveis, consumo sustentável, análise quantitativa e análise de conteúdo. O levantamento bibliográfico resultou em 32 artigos científicos selecionados. No tocante à metodologia da pesquisa empírica, optou-se pela abordagem qualitativa com finalidade descritiva. Os dados foram coletados através de entrevistas presenciais baseadas em um questionário semiestruturado. Ao total foram entrevistados 11 indivíduos: sete agricultores familiares, dois líderes de associações/cooperativas e dois agentes do governo. As entrevistas ocorreram entre 23 de março e 11 de maio de 2017 nos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Araruama, Itaboraí, Mangaratiba e Niterói. Como resultado, concluiu-se que a lei 11.947/2009 afetou positivamente a vida dos agricultores familiares, fornecendo a eles uma maior sensação de segurança, já que o governo é um canal que facilita a prospecção de vendas e também a logística de entrega dos produtos aos clientes. Constatou-se também que o meio de habilitação e as fiscalizações para venda escolar não são vistas como algo excessivo e há um anseio por auxílio técnico do governo para aprimorar a forma de produzir. Entretanto, o processo de venda ainda carrega um viés alto de burocracia. O agricultor acredita que esse novo canal de vendas é uma ótima oportunidade e gostaria de desenvolver seu relacionamento com o governo. Contudo, ainda existem problemas na aplicação da lei, que englobam principalmente o despreparo e a falta de conhecimento de gestores públicos.

**PARTICIPANTES:**

HARICIA PEREIRA TIAGO, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

**ARTIGO: 4693****TÍTULO: O EGOÍSMO E O SUCESSO NAS CORPORAÇÕES CAPITALISTAS: UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA E ATUAL****RESUMO:**

A sociedade passa por um momento de questionamentos sobre a importância de seu papel fiscalizador, aumentando exigências perante ao poder público e corporações capitalistas. No entanto, a busca pelo sucesso e o egoísmo estão cada vez mais presentes nas estruturas organizacionais. Assim, este trabalho tem como tema o sucesso individual e coletivo e as relações egoístas existentes na estrutura corporativa, situadas no contexto neoliberal como ideologia empresarial das organizações capitalistas. O que aconteceria em uma sociedade livre do egoísmo e do anseio pelo sucesso? Isso é possível no neoliberalismo? Assim, o objetivo é analisar o sucesso e as relações egoístas existentes na estrutura corporativa, buscando comparações com as demandas da esfera pública, sob uma abordagem filosófica e atual. Dentre os demais objetivos temos: Identificar os princípios da ética da competitividade nas corporações capitalistas; Apontar como as estruturas administrativas das corporações e o Estado contribuem para a manutenção da ordem vigente; Indicar a educação como instrumento emancipatório; Explicar a ética do consumo e suas consequências nas relações sociais; e Estabelecer vínculos entre egoísmo, sucesso e economia. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica que se adequa ao trabalho, devido à necessidade de estudar e explicar características comportamentais referente ao tema, por meio de uma abordagem filosófica. Logo, buscou-se um estudo tendo como base materiais renomados da literatura como: Mandeville (1714), em A Fábula das Abelhas: abordou a ganância, a inveja, a vaidade e o orgulho como fatores fundamentais para o sucesso de uma nação; Smith (2013), em "A Riqueza das Nações": defendeu o liberalismo econômico; Marx (2014), em "O Capital": analisou criticamente sobre as formas de como o homem vive em uma sociedade capitalista; Veblen (1987), em "A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições": criticou assiduamente o consumismo e seu caráter conspicuo; Simmel (2008), em "Filosofia da Moda": associou o consumismo ao espírito normativo da moda. Freire (1993), em "Pedagogia do Oprimido": trouxe a esperança de libertação do indivíduo oprimido por meio dos ensinamentos; Assim, este tema propõe uma concepção da prática corporativa pautada na humanização da mesma, enfatizando o processo de autorrealização humana em estruturas societárias autôfagas. No que concerne à Administração, este trabalho consiste em uma autoanálise sobre futuro, objetivos, metas e também, uma estrutura de vida direcionada para a relação de mercado, poder e status, exercendo de forma satisfatória as funções do administrador: planejar, organizar, dirigir e controlar. Há de ressaltar, que como principal resultado preliminar foi constatado a incompatibilidade da estrutura administrativa com as demandas reais da sociedade, sendo as organizações causadoras dos males do povo, por meio de seus trabalhadores, que seguem o

egoísmo ético em busca do sucesso.

PARTICIPANTES:  
MAURICIO DE OLIVEIRA, RENATO NUNES BITTENCOURT

---

ARTIGO: 5009  
TÍTULO: CULTURA DE INOVAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO:

O objetivo central do estudo foi identificar as condições necessárias para o desenvolvimento de uma cultura de inovação em instituições públicas. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico na produção científica nacional e internacional no período de 2012 a 2017. O tempo foi assim definido, pois foram identificadas pesquisas científicas com fins semelhantes em períodos anteriores tais como a realizada por Bruno-Faria e Fonseca (2014), em âmbito nacional e o internacional desenvolvido por Potts e Kastle (2010). Para análise de produção científica nacional foram pesquisados os seguintes periódicos: específicos da área de inovação; de administração pública; de administração, classificados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (QUALIS/CAPEs, 2014) como A1, A2, B1 e B2. Ao total foram selecionados 35 periódicos e a seleção dos artigos foi realizada nos sites de cada periódico com as seguintes palavras-chave: Cultura de inovação; Cultura Organizacional and Cultura de Inovação e Ambiente de Inovação. Ao todo foram selecionados três artigos. A seleção dos periódicos internacionais foi realizada pelo fator de impacto de 2015, encontrado no Journal Citation Reports (JCR), na categoria Public Administration, Business, Business and Finance, Economics e Management. Os periódicos foram divididos em dois tipos: aqueles cujos títulos continham as palavras Criatividade e/ou Inovação e os da área de Administração Pública. Foi encontrado um total de 52 periódicos. Os artigos selecionados foram encontrados nas bases CAPES: Wiley e Sage. As palavras-chave para seleção foram: Culture of Innovation; Organizational Culture and Culture of Innovation; e Environment of Innovation. Buscou-se em cada artigo analisar os seguintes aspectos: objetivo central do estudo; os conceitos de cultura de inovação adotados pelos autores; os modelos teóricos; os métodos de pesquisa; elementos pesquisa empírica e principais resultados. Neste resumo constam resultados preliminares da análise da produção mapeada. Em relação aos artigos nacionais, os três são teóricos-empírico e datavam de 2012, 2013 e 2015. Já os internacionais dois artigos são teóricos-empírico e apenas um é ensaio teórico e são datados de 2014, 2015 e 2016. Em nenhuma produção científica – nacional e internacional - foi identificada a definição de cultura de inovação. Algumas pesquisas caracterizavam a inovação no setor público como algo necessário para melhorar a vida dos cidadãos, mas difícil de ser realizada, pois há uma dificuldade de colocar as novas ideias em prática. Raros artigos tratavam de cultura de inovação no setor público, revelando a necessidade de atenção para as especificidades do setor público, a fim de incrementar ações inovadoras nesse contexto.

PARTICIPANTES:  
HARICIA PEREIRA TIAGO, RACHEL SEIDENSTICKER GOMES, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

---

ARTIGO: 1320  
TÍTULO: COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

RESUMO:

Apresenta um trabalho de conclusão de curso que pretende verificar se há prática de Competência em Informação (ColInfo) na formação dos orientadores de estudo e professores alfabetizadores que participam do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, identifica, junto aos orientadores de estudo e professores alfabetizadores, a existência de práticas e iniciativas de ColInfo a partir de ações biblioteconômicas na promoção do uso crítico da informação (desde a identificação das necessidades até o uso informacional). Indica o PNAIC como contexto para o estudo a partir da compreensão da aprendizagem contínua da ColInfo. Utiliza as noções de Competência em Informação a partir de Elizabeth Dudziak, American Library Association e outros e de Educação Básica com Jacques Delors, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e outros. Caracteriza os procedimentos metodológicos como exploratórios por uma abordagem qualitativa da pesquisa de campo no âmbito educacional do PNAIC. Indica a aplicação do questionário como técnica de coleta de dados para averiguar se há prática de ColInfo no programa PNAIC. Conclui, diante da análise dos questionários, que a ColInfo não é uma prática singular dentro do PNAIC mas existe de forma diversa e particular do campo da educação, o que demonstra que podem existir ações relacionadas no programa.

PARTICIPANTES:  
SHANA DOS SANTOS FERREIRA, MARIANNA ZATTAR

---

ARTIGO: 1325  
TÍTULO: PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DOS FILTROS NA BUSCA E RECUPERAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

RESUMO:

Apresenta um trabalho de conclusão que estuda a influência dos filtros na recuperação da informação nos buscadores Google e Duckduckgo, sendo que o primeiro usa os dados pessoais e as pesquisas realizadas na web para criar o perfil do usuário, e o segundo opta por não guardar o histórico das buscas como forma de privacidade. Para tanto, no referencial teórico são abordados os temas referentes à Competência em Informação (Elisabeth Adriana Dudziak e American Library Association), Busca e Recuperação (Rogério Henrique de Araújo Júnior, Thiago Gomes Eirão e Eli Pariser), Fontes de Informação (Murilo Bastos da Cunha, Denis Grogan e Maria das Graças Targino) e Prática Informacional (Carlos Alberto Ávila Araújo, Rafael Capurro e Reijo Savolainen). Utiliza como procedimento metodológico a pesquisa de cunho descritivo e

abordagem qualitativa. Detalha a coleta de dados elaborada com líderes, pesquisadoras e estudantes cadastradas no grupo de pesquisa "Gênero, Ciência, Tecnologia e Sociedade" para a formação do campo empírico, ao elaborar uma estratégia de busca "violência doméstica contra a mulher" (tema inserido nos estudos de gênero e no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020). A pesquisa contou com a participação de três integrantes, do grupo mencionado, que realizaram as buscas em diferentes locais e computadores. Indica como técnica de análise de dados, a análise temática (Maria Cecília de Souza Minayo) na verificação das paridades e das disparidades nos resultados, o que mostrou que a preferência por buscadores diferentes impacta diretamente nos resultados de buscas e, portanto, nos filtros e bolhas informacionais dos pesquisadores. Por fim, conclui que diante da diversidade de recursos informacionais se faz necessário promover a ação de forma eficiente nas ferramentas de busca a partir de uma atitude competente em informação e práticas informacionais solidárias, críticas e éticas.

**PARTICIPANTES:**

NAZARETH SALOMON, MARIANNA ZATTAR

**ARTIGO: 2038****TÍTULO: AVALIAÇÃO DE SITES DE BIBLIOTECAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) COM BASE NO CRITÉRIO DE USABILIDADE: ANÁLISE EMPÍRICA DE AMOSTRA SELECIONADA.****RESUMO:**

Bibliotecas ao disponibilizar seus conteúdos informacionais em sites na internet buscam ou têm por objetivo ampliar o acesso dos seus serviços e produtos de informação para os usuários. A facilidade que o usuário encontra ao buscar as informações de que necessita ou utilizar os serviços disponíveis no site da biblioteca é um dos fatores que determina a continuidade do acesso e a navegação por determinada página. Assim, como a oferta de serviços de informação na internet é bastante expressiva, se os usuários não conseguirem utilizar o site de uma biblioteca, certamente migrarão para outras opções. Neste contexto, a característica que estabelece se os recursos contidos em uma interface são acessíveis para os usuários é a usabilidade. O critério de usabilidade é definido por Jakob Nielsen pelo conjunto de cinco atributos: eficiência, fácil aprendizagem, fácil memorização, uso agradável e pouca incidência de erros. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a usabilidade dos sites extraídos de uma amostra de bibliotecas vinculadas a instituições federais de ensino superior (IFES) no Brasil. A importância desta pesquisa está em promover uma análise com base em critérios de usabilidade a fim de obter resultados que possam contribuir para possíveis atualizações dos sites para que se tornem mais usuais e com isto facilitar a disseminação da informação. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa aplicada e de natureza empírica, pois visa avaliar a usabilidade dos sites das bibliotecas selecionadas. Apresenta-se primeira etapa da pesquisa constituída pelo levantamento das sessenta e duas IFES no E-Mec, seguida da identificação dos sites das instituições e das respectivas bibliotecas. Como critério de seleção para compor a amostra é preciso que os sites das bibliotecas das IFES permaneçam ativos após três buscas consecutivas, portanto concluiu-se que todos os sites acessados estavam ativos no período da pesquisa. Os critérios definidos para apresentar os resultados preliminares foram: identificar o número de instituições por região do país e a avaliar positiva (1) ou negativamente (0) as três heurísticas definidas previamente, que são: Controle fácil, autonomia do usuário para realizar ou desfazer alguma atividade; Reconhecimento, identificação de recursos e ícones de forma intuitiva; Flexibilidade, ocorrência de atalhos que dinamizam a navegação. Como resultados preliminares no que se refere às regiões Norte, Centro-Oeste e Sul alcançou-se os seguintes números: 10 instituições no Norte, 6 no Centro-Oeste e 11 no Sul. Observa-se a predominância, por margem pequena, de instituições no região Sul devido a criação de novas instituições a partir do ano 2000. Com relação aos outros critérios os resultados apontaram: 71% dos sites possuem controle fácil, 85% são de fácil reconhecimento e 67% são flexíveis. Revelou-se assim um índice inicial favorável à maioria dos sites avaliados por meio das três heurísticas supracitadas quanto ao grau de usabilidade destes.

**PARTICIPANTES:**

GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, NYSIA SÁ

**ARTIGO: 4482****TÍTULO: A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO APLICADA AO TARÔ DE MARSELHA****RESUMO:**

Este trabalho, inserido no campo da Ciência da Informação, busca trazer uma reflexão acerca da representação semiótica (pictórica) dos arcanos maiores do Tarô de Marselha, um conjunto de vinte e duas cartas de origem desconhecida, as quais, segundo o postulado por Carl Jung, representam arquétipos ontológicos. O tarô é considerado um alfabeto simbólico composto por imagens próprias, nas quais estão baseadas a vida humana e em seu complexo sentido de começo-meio-fim. Busca-se discutir esse simbolismo na área de Representação Temática em Biblioteconomia para propor ferramentas que possam sistematizar temas que não estão categorizados como Ciência, entretanto, para o escopo deste trabalho, não serão discutidas questões de natureza hermenêutica. Esses temas são discutidos em linguagens de documentação dentro da organização de conhecimentos gerais tais como parapsicologia, misticismo, ocultismo e outras classificações, feitas de acordo com o conhecimento de mundo ou ideologias de grupos sociais. Considera-se, então, que este trabalho se torna relevante por buscar desenvolver categorias de análise para assuntos excluídos do contexto acadêmico e inseridos em prateleiras de livros não indexados nos parâmetros científicos. Junto a isso, nas Ciências Sociais Aplicadas, no qual a Biblioteconomia se insere, são quase inexistentes trabalhos acadêmicos com essa temática. Sabe-se que a representação conceitual de um objeto, abstrato ou concreto, tem como objetivo reconhecer a necessidade de informações dos usuários para recuperá-las. Entendendo que sistemas de informação têm a função de armazenar e fornecer e disseminar informações de acordo com as demandas de uma sociedade, sendo essas demandas de naturezas básica, contextual e explícita. Nesse estudo, visando à democratização da informação e das demandas sociais, nosso propósito é organizar um sistema conceitual, representativo das 22 cartas do tarô, de modo a facilitar o acesso à linguagem arquetípica desse fenômeno. Para isso, será feito um levantamento documental sobre as cartas do tarô de Marselha, utilizando conceitos da Semiótica, da



teoria de Jung e o método de representação temática para organização do conhecimento elaborado em um mapa conceitual.

**PARTICIPANTES:**

KEISON MAMUD HONORATO, ANA PAULA DIAS PACHECO, ANA SENNA, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA

---

**ARTIGO: 5142**

**TÍTULO: PRÁTICA INFORMACIONAL DOS USUÁRIOS DO TWITTER**

**RESUMO:**

Apresenta um estudo elaborado a partir de uma disciplina e que pretende observar as práticas informacionais dos usuários do Twitter com o objetivo de estudar o uma rede social digital como fonte de informação no desenvolvimento da prática informacional. Para isso, utiliza a noção de Prática Informacional (Carlos Alberto Ávila Araújo e Reijo Savolainen) e mídia social digital (Raquel Recuero). Indica a utilização de um questionário para coleta de dados usada nos procedimentos metodológicos de uma pesquisa de natureza exploratória de abordagem qualitativa a partir do método bola de neve para a delimitação amostra estudada. Demonstra como resultados parciais que o contexto em que um indivíduo está inserido pode afetar a interação no processo e nas experiências da construção coletiva da informação. Indica como primeira conclusão que o Twitter é um recurso informacional de relevância para a sociedade na esfera pública virtual, especialmente no escopo da competência midiática e em informação.

**PARTICIPANTES:**

GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, CAROLINA SANTANA, MARIANNA ZATTAR

---

**ARTIGO: 5758**

**TÍTULO: PROTÓTIPO DE TESAURO NA INDÚSTRIA DE BEBIDAS: CERVEJA**

**RESUMO:**

A indústria de bebidas alcoólicas abarca a produção de diversos tipos de bebidas como, por exemplo, uísque, vinho, champagne, cerveja, aguardente, licores, gim, conhaque entre outros. Dentre essas, no Brasil, a produção de cerveja vem se destacando, desde o ano 2010, e ocupa o terceiro lugar no ranking dos dez países com maior produção de cerveja, no período de 2000 a 2012. Este estudo desenvolve um protótipo de tesouro sobre indústria de cerveja, na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos. O objetivo é contribuir para a elaboração de um sistema de organização do conhecimento sobre o indústria de cerveja, que seja utilizado como instrumento na indexação e na recuperação da informação produzida sobre o tema. O estudo é de natureza exploratória e tem origem em pesquisa desenvolvida na disciplina Análise da Informação do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como aporte teórico e metodológico, são utilizadas abordagens interdisciplinares, voltadas para a análise documental, particularmente a classificação facetada, a teoria geral da terminologia, a teoria do conceito e a organização do conhecimento, sob a perspectiva da linguística documental. Do ponto de vista metodológico, para a composição da amostra e análise conceitual, foram selecionados dois títulos de periódicos científicos nacionais, em língua portuguesa, categorizados no sistema Qualis com estratos entre A1 e B4, na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, com base no evento de classificação disponível no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), do ano de 2015. Nesses títulos, foram selecionados quatorze artigos sobre a indústria de cerveja, publicados entre os anos de 1997 a 2014. A partir dessa etapa, foi observada na Classificação Decimal de Dewey a hierarquia de conceitos sistematizados na notação referente à fabricação de bebidas maltadas. Em seguida, foram identificados, com base nessa hierarquia, os conceitos e os termos da área, contidos nos textos dos artigos em análise. Como resultado preliminar, elaborou-se um glossário sobre o tema, que possibilitou a organização dos conceitos associados aos termos, bem como o controle de sinônimos e da variação de plural e singular entre os termos. Por fim, os conceitos foram analisados e, assim, estabelecidas as suas relações semânticas, que possibilitaram a construção do Protótipo de Tesouro sobre Indústria de Cerveja, e sugere-se dar continuidade a esse estudo em pesquisas futuras.

**PARTICIPANTES:**

GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, CRISTIANA PINHEIRO MACHADO DE SIQUEIRA, LIDIANE ARAUJO FIRMINO, ELIDÁRIA APARECIDA ALVES DA ROCHA, GABRIEL SOUZA COELHO, VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES LISBOA DA SILVEIRA GUEDES

---

**ARTIGO: 2148**

**TÍTULO: PRÁTICAS INFORMACIONAIS E DESINFORMAÇÃO: O COMPARTILHAMENTO DE NOTÍCIAS FALSAS NAS CAMPANHAS ANTI-VACINAÇÃO.**

**RESUMO:**

Apresenta um trabalho em desenvolvimento, fruto de uma atividade proposta em sala, que tem como objetivo observar o compartilhamento de informações em páginas do Facebook no contexto das discussões sobre “anti-vacinação”. Para isso, utiliza o referencial teórico de fontes de informação (Grogan, Cunha e outros autores), prática informacional (Savolainen, Araújo e outros autores) e de desinformação (Brito, Pinheiro e outros autores). Aponta como uma das justificativas a perspectiva social do campo de estudos da informação, em que está, por exemplo, a saúde pública, especialmente no âmbito da desinformação. Relaciona eventos e laços históricos sobre “anti-vacinação” em nível nacional com a disseminação e compartilhamento de informações falsas. Descreve os procedimentos metodológicos a partir de uma pesquisa descritiva nos grupos “O lado obscuro da vacina”, “Contra a vacina rotavírus” e “Sou contra a vacina HPV”. Indica como resultado parcial que o compartilhamento da informação se dá em grande parte por suportes alternativos e de natureza duvidosa, configurando o compartilhamento de notícias falsas e a ausência de práticas informacionais críticas e éticas. Conclui que as

práticas informacionais nas fontes de informações midiáticas necessitam de critérios para uma análise de qualidade para evitar a desinformação e o compartilhamento de notícias falsas.

PARTICIPANTES:

MARCELLE COSTAL DE CASTRO DOS SANTOS, MARIANNA ZATTAR

---

ARTIGO: 2150

TÍTULO: A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

RESUMO:

Desde os primórdios da civilização, o homem vem representando seu mundo exterior através de imagens e símbolos registrados em cavernas, nos tempos mais remotos, e em superfícies midiáticas, a partir do século XX. Representar é uma ação cognitiva humana que se utiliza de elementos simbólicos para substituir um objeto, uma ideia ou um fato, com objetivo de compartilhar expectativas do homem em relação ao mundo real. A comunicação humana é um fenômeno que, ao se apropriar desse processo conceitual, se utiliza de sistemas simbólicos como ferramentas para a interação social, num movimento de influir e influenciar. Entretanto, com o advento tecnológico o ser humano está se tornando refém da comunicação. A expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) impactou o indivíduo, desta sociedade, obstruindo ou mesmo incapacitando-o para a percepção de determinados acontecimentos históricos. Nesse sentido, pensamos que tal fato gera consequências na representação das informações contidas em documentos, entendendo que a representação é colocar alguma coisa no lugar de outra. Na Sociedade atual, o valor da informação depende do significado particular atribuído pelo receptor. Então, nesse contexto, e observando do ponto de vista midiático, os exemplos mais evidentes desse novo “modus operandi” da sociedade são os que estão sendo registrados nas tragédias ocorridas neste tempo histórico. Atualmente, eventos trágicos são transformados em grandes espetáculos, sob novos olhares e com novas formas de linguagem. Ao refletir sobre o processo de comunicação do ser humano e como esses eventos são representados, temos o objetivo de desenvolver, neste trabalho, uma reflexão acerca da representação social cinematográfica das tragédias que recentemente abalaram nossa sociedade, comparando-as com os eventos reais. Neste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e pictórica em jornais, revistas e mídias sociais para observar como a informação real é transformada pela mídia em espetáculo, alterando o olhar do espectador como numa hipnose mágica. Observou-se, assim, que ao ressignificar trágicos fatos do cotidiano, esses acabam representados de forma impactante, esvaziados do seu verdadeiro sentido dramático por meio de uma narrativa de entretenimento. A sociedade que antes era agente de sua história, a partir de então, torna-se espectadora desses acontecimentos.

PARTICIPANTES:

STELLA DE ALMEIDA STELLET, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA, ANA SENNA

---

ARTIGO: 2185

TÍTULO: ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ASTROLOGIA

RESUMO:

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ASTROLOGIA O propósito deste estudo é representar o conhecimento da Astrologia, referenciá-la em suas origens com o conhecimento científico e apresentá-la de uma forma pragmática, organizando os conceitos que compõem esse saber do ponto de vista da Teoria da Organização do Conhecimento com o objetivo da recuperação da informação. A Organização do Conhecimento, uma área científica inter e transdisciplinar, estrutura e organiza sistematicamente os conceitos, que são unidades elementares resultantes dos processos de cognição, pela análise de características e da relação entre conceitos, visando gerir e difundir a informação para a construção de um domínio escolhido. Nesta perspectiva, infere-se que a representação do conhecimento é a estrutura conceitual de determinado modelo de mundo, que permite descrever e explicar os fenômenos observados. O ser humano constrói os significados através da linguagem em suas interações sociais. O valor da informação depende do significado particular atribuído pelo receptor da informação. A Astrologia, domínio escolhido para este trabalho, estava, indissolavelmente, ligada à Astronomia no período clássico e era denominada “Ciência da Astrologia”. Ptolomeu foi seu mais importante sistematizador durante a era clássica. Já no século XX, Jung, discípulo de Freud, analisando vários vieses psicológicos e culturais, evidencia um inconsciente coletivo, comum a todos os seres humanos, estruturado por princípios arquetípicos, que são formas simbólicas, as quais se relacionam com os costumes e a visão de mundo de cada contexto. O termo Astrologia vem do grego “ciência das estrelas” e busca conectar os acontecimentos na Terra e os fenômenos celestes. Astrologia, oriunda da cultura brâmane, acomoda conceitos holísticos, próprios dessa cultura, e foi determinante para Ranganathan desenvolver suas teorias, particularmente, a da espiral do universo do conhecimento. Como metodologia para esse trabalho, lançou-se mão do mapa conceitual, uma representação metalinguística, na qual poderemos visualizar os conceitos acima, bem como as classificações, as hierarquizações e associações do domínio escolhido, tendo como recorte o signo solar, o signo ascendente e a lua.

PARTICIPANTES:

GABRIELA DA SILVA OLIVEIRA, SARA LOPES CORRÊA, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA, ANA SENNA

---

ARTIGO: 2192

TÍTULO: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS DE PENITENCIÁRIA FEMININA

RESUMO:

Política de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas de Penitenciária Feminina Este resumo discorre sobre uma proposta de Política de Desenvolvimento de Coleções, modelada para ser implantada na biblioteca da Penitenciária Feminina Talavera



Bruce, localizada no bairro de Bangu, no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da proposta é proporcionar o acesso ao acervo, enfatizando a importância da leitura no cotidiano do público alvo da biblioteca penitenciária Rachel de Queiroz, visando à ressocialização, educação e humanização do público carcerário. Observamos que há um crescente movimento social em prol da educação formal, da educação continuada e da formação cultural, corroborando com os pressupostos que veiculam a leitura como um importante instrumento no desenvolvimento do raciocínio crítico, na compreensão melhor do mundo e na diminuição do “stress” carcerário. A metodologia utilizada para a construção da Política de Desenvolvimento de Coleções baseia-se na estrutura Conspectus, que é um método para gerenciamento de coleções em bibliotecas, criado em 1990 pela Online Computer Library Center Inc., sendo adotado pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e utilizado em escala mundial até o momento. Nesse modelo, os assuntos são pré-escolhidos em função das demandas informacionais e das atividades de incentivo à leitura, visando a reinserção das carcerárias na sociedade. Para isso é elaborada uma tabela com os assuntos pré-definidos, onde são atribuídos os valores numéricos de 0 (nível extremamente baixo e não fará parte do acervo), nível 1 (nível mínimo), 2 (nível de apoio institucional), 3 (nível de apoio), 4 (nível de apoio profissional) e o 5 (nível extremamente alto e fará parte do acervo) que definirão os níveis de profundidades dos assuntos mais relevantes ou não para o acervo. Logo após é construída uma matriz de assunto que exibirá os assuntos que servirão como base para o planejamento da política de desenvolvimento de coleções. Por fim, os resultados serão contabilizados e analisados de acordo com o feedback feito pelas detentas e a comunidade penitenciária em geral, através da técnica de observação, servindo também como uma ferramenta métrica para avaliar se o protótipo dessa política foi eficaz ou não. Esse trabalho vem ao encontro das políticas governamentais do MEC que propõe a doação de 40 bibliotecas para presídios brasileiros. Dessa forma, essa proposta contribuirá para que profissionais que vão trabalhar nesses espaços tenham modelos de trabalho desenvolvidos por profissionais capacitados para esse fim, fortalecendo o acordo entre o MEC e o Conselho Federal de Biblioteconomia, que indica a presença de bibliotecários para dar continuidade aos projetos depois de sua implantação.

**PARTICIPANTES:**

NATHÁLIA CORRÊA, JOYCE DA CONCEIÇÃO, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA, ANA SENNA

ARTIGO: 2626

TÍTULO: BIBLIOTECAS NO INSTAGRAM: COMO AS UNIDADES DE INFORMAÇÃO UTILIZAM O APLICATIVO?

**RESUMO:**

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvida no período de abril de 2016 a janeiro de 2017. Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa e caráter descritivo que busca identificar os usos da ferramenta Instagram por bibliotecas, assim como seus objetivos. Como parte dos objetivos específicos pretende-se descrever as principais características das publicações feitas pelas bibliotecas em seu perfil no Instagram, estudar, avaliar e apresentar os diversos usos da ferramenta pelas unidades de informação. O website de rede social Instagram foi criado com o intuito de possibilitar aos seus usuários tirar uma foto, editá-la e compartilhar com amigos da rede (ANDERSON, 2016). Sites de redes sociais permitem a manifestação das redes sociais na Internet (RECUERO, 2009), criando conexões entre atores em regiões e sociedades distintas, por meio da rede. Na rede social virtual do Instagram estão pessoas, empresas, organizações e também bibliotecas, com perfis próprios, missão e usuários. São bibliotecas universitárias, públicas, nacionais, digitais, entre outras. As bibliotecas assimilam a realidade e o contexto em que se inserem (TARGINO, 2010), e com um número cada vez maior de usuários desfrutando dos recursos de sites de redes sociais, a biblioteca acaba por assimilar esta realidade, interagindo nestas plataformas. No universo de bibliotecas no Instagram, foram selecionadas cinco unidades para compor a amostra do estudo: Biblioteca Complutense na Espanha, Biblioteca Mario de Andrade no Brasil, Biblioteca Nacional do Brasil, Biblioteca Pública Digital do Chile e a Biblioteca Pública de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Utilizou-se a observação do perfil destas instituições no Instagram como meio de coleta de dados, para a partir do que foi postado pelas unidades, identificar padrões nas publicações, características próprias, semelhanças e diferenças. As descrições das observações foram classificadas em cinco categorias pré-definidas: (1) Acervo; (2) Eventos; (3) Serviços; (4) Espaço; (5) Hashtags. Os resultados do estudo apontam que o principal objetivo de uso do Instagram pelas bibliotecas selecionadas é a divulgação de suas atividades, seu acervo, seu espaço, programas e serviços. O perfil também é utilizado para indicação de fontes de informação, trazer curiosidades, diversão e estimular a participação dos usuários nos posts da biblioteca. Ainda, tais instituições criam em seu perfil um reflexo de seu estilo e propósito existentes além do ambiente virtual, pois tudo que a unidade pode oferecer (ou boa parte) para os usuários no ambiente físico e digital, pode ser encontrado em seu Instagram. É também uma forma de estar na rede de contatos dos usuários e verificar sua popularidade. Por fim, os usos realizados pelas cinco bibliotecas podem servir como modelo e inspiração para outras unidades que queiram atuar neste website.

**PARTICIPANTES:**

MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ, ISABELE OLIVEIRA DOS SANTOS GARCIA

ARTIGO: 2730

TÍTULO: PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**RESUMO:**

Apresenta um estudo sobre as práticas informacionais dos alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos. Justifica-se pela possibilidade de identificar as práticas informacionais desse grupo de educandos, ao mesmo tempo em que analisa a existência de ações que promovam esses alunos em sujeitos competentes em informação. Parte de temas referentes à Educação de Jovens e Adultos (Vera Maria Masagão Ribeiro, Gisele Serrano da Silva e Maria Sara Abdala Martins), à Prática Informacional (Carlos Alberto Ávila Araujo, Regina Marteleto e Denise Morado Nascimento), e à Competência em Informação (Elizabeth Adriana Dudziak e Regina Celia Baptista Beluzzo). Indica os procedimentos metodológicos descrevendo uma pesquisa exploratória e descritiva de natureza quali-quantitativa a partir de questionários aplicados junto a uma amostra da

população do projeto de Letramento de Jovens e Adultos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Espera-se, como resultado deste trabalho, a identificação das práticas informacionais dos discentes de forma crítica e ética.

**PARTICIPANTES:**

LIDIANE ARAUJO FIRMINO, MARIANNA ZATTAR

**ARTIGO: 3547****TÍTULO: A BUSCA INFORMACIONAL NO AMBIENTE ACADÊMICO: UM ESTUDO A PARTIR DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, DO COMPORTAMENTO E DA PRÁTICA INFORMACIONAL****RESUMO:**

Apresenta a primeira fase de um projeto de iniciação científica que tem como objetivo temático realizar uma pesquisa sobre as buscas informacionais no contexto da produção de conhecimento científico em âmbito nacional. Para isso, indica como referencial teórico as publicações sobre competência em informação (Dudziak e American Library Association) e comportamento/ prática informacional (Savolainen e Araujo) sob a perspectiva social (Capurro e Marteleto) do campo de estudos da informação. Desenvolve um estudo de natureza quanti-qualitativa com base em métodos descritivos e exploratórios a partir da realização de uma revisão de literatura desenvolvida com recorte temporal das últimas quatro décadas para a identificação dos artigos e trabalhos acadêmicos indexados nas seguintes fontes de informação: biblioteca eletrônica Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Base de Dados em Ciência da Informação Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação (Brapci) e na revista científica Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB). Indica como resultado parcial, o panorama dos indicadores científicos do eixo das temáticas pesquisadas no campo de estudos da informação em nível nacional.

**PARTICIPANTES:**

PAULA GOMES RODRIGUES, CRISTIANA PINHEIRO MACHADO DE SIQUEIRA, MARIANNA ZATTAR, NYSIA SÁ

**ARTIGO: 3610****TÍTULO: PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DA SAÚDE****RESUMO:**

Apresenta o trabalho de conclusão de curso desenvolvido no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Propõe uma revisão de literatura sobre as temáticas de Prática Informacional (Savolainen, Tuominen e Araújo) e Competência em Informação (Dudziak e American Library Association), especificamente, no campo da saúde. Utiliza os métodos exploratório e descritivo nos procedimentos metodológicos a partir de uma abordagem quanti-qualitativa. Indica o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) como universo de pesquisa e como amostra o corpus documental composto por artigos científicos publicados no intervalo de 2009 a 2016. Para isso, realiza a busca dos termos, em inglês, Health information literacy e Health information practice nas bases de dados científicos Scopus, Web of Science (WoS), Library and Information Science Abstracts (LISA) e Information Science and Technological Abstracts (Ista). Apresenta como resultado parcial um estudo que orienta para o avanço da produção científica sobre Competência em Informação no âmbito da Saúde e Prática informacional na Saúde. Conclui que o interesse da comunidade científica internacional e nacional pelas referentes temáticas, aumentou no intervalo de tempo analisado. Sendo assim, o estudo sinaliza para a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas com a finalidade do enriquecimento científico e acadêmico dos eixos temáticos.

**PARTICIPANTES:**

PAULA GOMES RODRIGUES, MARIANNA ZATTAR

**ARTIGO: 3807****TÍTULO: COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DESESCOLARIZADAS****RESUMO:**

Trata-se de um trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação em elaboração cujo principal objetivo é analisar o desenvolvimento de competência em informação durante o processo de aprendizado de crianças desescolarizadas. Para isso, traça um breve histórico da educação ocidental e apresenta definições de diferentes autores sobre o conceito de aprendizado e educação escolar. Enfoca em argumentos de Paulo Freire e Ivan Illich como referencial sobre a prática de desescolarização e discorre sobre as perspectivas históricas dos estudos e práticas da competência em informação a partir das definições da American Library Association. Utiliza como metodologia de análise a pesquisa qualitativa para problematizar o processo de educação de crianças desescolarizadas e propõe o questionário como técnica de coleta de dados referentes ao processo de construção de competência em informação em crianças que vivenciam a aprendizagem sem o auxílio de instituições educacionais formais. Indica o método bola de neve para o acesso às famílias brasileiras em que os adultos responsáveis pela formação de crianças optaram pelo processo de desescolarização como forma de educação. Indica, assim, que os atores que compõem a campo de pesquisa serão selecionados a partir de amostra formada pelo critério de acessibilidade. Por fim, apresenta como resultado parcial visualização da emergência da competência em informação para além dos espaços tradicionais das bibliotecas e unidades de informação sob uma perspectiva de uma formação crítica e ética no âmbito das práticas informacionais e da aprendizagem ao longo da vida.

**PARTICIPANTES:**

ALICE IDÁLIA RODRIGUES DOS SANTOS, MARIANNA ZATTAR



ARTIGO: 4191

TÍTULO: O ACESSO INFORMACIONAL POR PLATAFORMAS AUTOMATIZADAS: UM ESTUDO SOBRE A NORMALIZAÇÃO DA PRÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL

RESUMO:

O trabalho se propõe a analisar o amadurecimento dos debates regulamentatórios em torno da prática de informatização de documentos originalmente concebidos em suporte físico, bem como os benefícios dele decorrentes. A abordagem leva em consideração a evolução do tema no contexto brasileiro, desde a popularização da prática da informatização de conteúdos arquivísticos – em inícios da década de 1990 – até a consolidação dos debates regulamentatórios sobre o assunto em 09 de julho de 2012, com a Lei 12.682 que sancionou o PLC 11 de 2010. Analisa as diferenças entre os conteúdos informacionais disponibilizados por meio eletrônico daqueles disponibilizados, exclusivamente, em formato digital. Sob o aspecto funcional, o estudo avalia os impactos positivos relacionados à segurança da informação, como o respeito à propriedade, à legalidade, à exatidão, à disponibilidade, dentre outros. Neste escopo, o trabalho ainda analisa as vantagens práticas e competitivas decorrentes da implementação desse tipo de tecnologia no desempenho de atividades administrativas, em especial, na gestão pública – auxiliando processos decisórios, orientando ações táticas, e alimentando sistemas de informação para desenvolvimento de planos e estratégias de governo. O estudo faz uso de pesquisa bibliográfica e a abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar e analisar os fatos e os aspectos observados no contexto selecionado. Por fim, o trabalho encerra-se com uma valiosa proposta de avaliação do tema em questão, à luz de princípios Constitucionais, os quais, em sua essência, rezam pela qualidade dos atos praticados pela Administração com vistas ao desenvolvimento do País e benefício da sociedade. ANDRADE, Nelson Spangler de et al. Gestão documental nas instituições arquivísticas: a preservação da memória. São Paulo, Infoimagem, 2003. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. BRASIL. Parecer nº 73.947, de 2010 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Dispõe sobre o PLC nº11, de 2007 sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, e o PLS nº146, de 2007, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências, em tramitação conjunta. [S.l.: s.n.], 2010. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. O'BRIEN, James. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

PARTICIPANTES:

MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ, RAFAEL BARCELLOS GOMES

ARTIGO: 4839

TÍTULO: CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS DO ESTUDANTE DO CURSO DE BIBLIOTECOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

RESUMO:

O empreendedorismo é, de acordo com a literatura especializada da área, geralmente associado ao desejo de se ter um negócio próprio. No entanto, o profissional empreendedor pode e deve aplicar suas características empreendedoras nas empresas em que trabalha, sendo estas públicas ou privadas, praticando o intraempreendedorismo, que significa empreender internamente, ou seja, dentro dos limites de uma organização já estabelecida. Ser empreendedor, segundo definição do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), significa ser motivado pela auto-realização, pelo desejo de assumir responsabilidades e ser independente. Um empreendedor pode ser diferenciado das outras pessoas através da maneira pela qual percebe mudanças, lida com oportunidades e assume riscos calculados. Gestores de Unidades de Informação vêm sendo chamados a cada dia a desconstruir paradigmas mais tradicionais, serem mais criativos e até ousados no sentido de promoverem mudanças substanciais em suas unidades com o foco no cliente/usuário, nas suas expectativas e na imagem projetada no mercado. O Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) vem desde 2006 formando gestores que atuam num mercado cada vez mais exigente e dinâmico. Este estudo tem como objetivo, através dos indicadores apontados pelo próprio SEBRAE, revelar características empreendedoras dos estudantes do referido curso. A presente pesquisa pretende responder à pergunta: até que ponto os alunos do CBG apresentam características empreendedoras para atuação como gestores no mundo do trabalho? Os questionários foram produzidos e distribuídos por meio da ferramenta online SurveyMonkey a 52 alunos pertencentes aos sextos e sétimos períodos, que compõem a nossa população de estudo. Os resultados preliminares estão em fase de análise. A pesquisa, quanto ao seu objetivo enquadra-se na categoria descritiva, pois pretende descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados tais como o questionário e a observação sistemática. Quanto aos procedimentos técnicos é do tipo levantamento, pois refere-se à interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Procedeu-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo. Quanto à abordagem do problema é qualitativa.

PARTICIPANTES:

JEAN MICHEL GALINDO SILVA, MARIA DE FATIMA MIRANDA

ARTIGO: 5089

TÍTULO: FILTROS INVISÍVEIS DURANTE O PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO

RESUMO:

Apresenta uma análise preliminar sobre os sistemas de recuperação de informação disponíveis na internet, visando-se

responder as seguintes perguntas: Por que os sistemas de busca disponíveis na internet filtram os resultados a partir de parâmetros extraídos dos usuários? Qual o impacto para o usuário ao receber resultados filtrados? A pesquisa consistiu a princípio, da exploração de um referencial teórico voltado para a elucidação do fenômeno Filtros Invisíveis utilizados no ambiente digital para composição de perfis de usuários em busca da informação. É importante destacar, que o monitoramento tornou-se amplamente utilizado no meio digital, "O futuro da internet é a personalização - a rede agora gira em torno do 'eu'. A ideia é entrelaçar a rede de uma forma inteligente e personalizada para o usuário." (PARISER, 2013, p. 13), além disso, o rastreamento de informações sobre os usuários apresenta ubiquidade e liquidez durante o processo de busca, sendo a ação transparente e concomitante. Portanto, ao observar o fenômeno, percebe-se a importância em mensurar o impacto dos filtros de busca pré-estabelecidos em relação aos resultados possíveis e/ou prováveis. Este trabalho busca cumprir os objetivos da pesquisa, até o momento, utilizando-se de abordagem analítica sobre referencial teórico, vislumbrando-se a sua aplicabilidade. A segunda etapa, consiste na execução de buscas por meio dos sistemas de recuperação da informação durante 30 dias consecutivos, alterando-se propositalmente o comportamento no meio digital e as informações que podem ser monitoradas para filtrar os resultados, desta forma, observar a variação dos resultados pelos mecanismos de buscas. Nos casos de navegação completamente anônima deliberada pelo pesquisador, o sistema torna-se menos acessível, ou seja, há barreiras no tocante a identificação do usuário, sendo "moeda" de troca o rastreamento em detrimento da privacidade durante a busca utilizando-se o serviço. Por fim, apresenta os resultados da aplicação do experimento pautado no referencial teórico e as considerações entre possíveis impactos para os usuários e os resultados encontrados ao longo do período pesquisado.

**PARTICIPANTES:**

JEAN MICHEL GALINDO SILVA, NYSIA SÁ

**ARTIGO: 1971****TÍTULO: REDE TUPI DE TELEVISÃO: UMA ANÁLISE MEMORIALÍSTICA DA TV TUPI NO FACEBOOK****RESUMO:**

Este trabalho visa refletir sobre a história e a memória da TV Tupi, a primeira emissora de televisão do Brasil e da América Latina fundada pelo jornalista Assis Chateaubriand na década de 1950 do século XX, que permaneceu no ar por quase trinta anos tendo suas atividades encerradas no ano de 1980. Este tema é diretamente relacionado à história e a memória do país. O objetivo desta pesquisa será a análise comparativa de dados e das informações que estão sendo disseminadas no Facebook, já que esta também funciona como fonte e veículo de informação. O estudo será baseado em como a história da Tupi está sendo disseminada na rede social e como as pessoas interagem sobre esta temática. Através das postagens analisadas das páginas (comunidades) referentes ao tema, poderão ser percebidas várias formas de recuperação de informação, novas construções de memória e sentimentos que são expostos pelos membros que inserem informações encontradas em vários tipos como reportagens, fotografias e depoimentos. As análises das postagens estão ancoradas nos conceitos de memória, cultura de massa e redes sociais mediados por computador. As conclusões apontam para o entendimento de que o Facebook configura-se como lugar de memória, promovendo-as e atualizando-as, ao mesmo tempo que dissemina informações.

**PARTICIPANTES:**

EDGARD DE ALBUQUERQUE SANTANNA, ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA

**ARTIGO: 4217****TÍTULO: WIKIPÉDIA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA****RESUMO:**

Apresenta um trabalho de conclusão de curso que identifica as questões que envolvem a Wikipédia como uma fonte de informação. Utiliza uma revisão de literatura realizada em nível internacional em base de dados referencial do campo de estudos da informação. Para isso, discorre sobre fontes de informação de acordo com Bernadete Santos Campelo, Murilo Bastos Cunha, Maria Matilde Kronka Dias e outros e, além de visões sobre a Wikipédia por autores internacionais como William Badke, Dinara Sarapova, Rachel Wexelbaum e outros. Utiliza uma metodologia exploratória com a técnica de coleta de dados do levantamento bibliográfico a partir de buscas realizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por bases de dados dedicadas à área/domínio do conhecimento da Ciência da Informação a base de dados Library and Information Science Abstracts (LISA). Indica como principal resultado uma mudança de paradigma ao longo dos anos quanto a percepção de diferentes autores na inclusão da Wikipédia com um recurso informacional útil e confiável em diferentes contextos. Conclui que as fontes de informação extrapolam as características formais do campo de estudos da informação, o que evidencia a necessidade de avaliação é essencial para o uso crítico e ético da informação.

**PARTICIPANTES:**

MATHEUS VIEIRA, MARIANNA ZATTAR

**ARTIGO: 4603****TÍTULO: FERRAMENTAS DE GESTÃO PARA O PROJETO DE ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DO CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA****RESUMO:**

Esta pesquisa apresenta ferramenta, integrada aos recursos presentes na plataforma Moodle, para gerenciamento do fluxo de produção de materiais didáticos para cursos de bacharelado em Biblioteconomia, na modalidade a distância. Esta

produção envolve um conjunto de atores, profissionais, prazos e recursos financeiros, que necessitam ser constantemente gerenciados a fim de garantir a qualidade do produto. A elaboração de todo o material envolve a participação de cerca de 100 docentes de todo o país, que atuam como autores e leitores, e que é gerenciada pela equipe do BibEaD, um projeto gerido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e apoiado financeiramente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Todo o conteúdo é produzido a distância e conta com o apoio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que dispõe de um conjunto de recursos que possibilitam a interação entre os conteudistas, autores e leitores. Dentre os recursos disponíveis no AVA, o Módulo Produto, implementado pela equipe do BibEaD, procura facilitar a entrega do material e a sua visualização no processo. Deste módulo são extraídos relatórios contendo informações que apoiem ações, evitando imprevistos durante a execução dos trabalhos. Esse controle permite antever possíveis impasses. Nesta etapa do projeto é elaborado o material didático de 51 das 57 disciplinas da matriz curricular desenhada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). A Comissão Técnica (CT), nomeada pelo CFB por meio de portaria da CAPES, é responsável pela avaliação do referido conteúdo. Sendo aprovado, o material segue para a equipe da EaD com suas respectivas especificidades: Designers Instrucionais (DI) que farão a intervenção instrucional, aplicando os princípios de educação a distância para material impresso; Designers Gráficos (DG), que cuidarão da diagramação e das ilustrações; Revisores de Prova (RP), responsáveis pela revisão de língua portuguesa. Adicionalmente será feita a adequação dos textos às normas da ABNT. Como resultado deste acompanhamento, constata-se que 41 disciplinas, ou 80% do total, já foram contempladas pelo seu conteúdo produzido e que 26 disciplinas, ou, 51% do total previsto no projeto, já foram avaliadas pela CT, tendo assim os seus pareceres inseridos no AVA. Os resultados comprovam que a adoção de estratégias de gerenciamento e a obtenção de informações atualizadas, por meio de recursos computacionais, permitiu tanto um melhor acompanhamento quanto auxiliou na tomada de decisões. O produto final será disponibilizado em repositório virtual para uso das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que oferecerão o curso. Ressalta-se que este trabalho se caracteriza como uma pesquisa aplicada à área de Biblioteconomia, contemplando o levantamento e análise de dados brutos aplicados em cada uma das etapas.

**PARTICIPANTES:**

GUSTAVO FELIPE SABA SERRA, ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO, MARIZA RUSSO

ARTIGO: 4887

TÍTULO: AUTORIA NA WIKIPÉDIA: INFORMAÇÃO &amp; DESINFORMAÇÃO

**RESUMO:**

Propõe apresentar o trabalho de conclusão de curso em desenvolvimento no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de informação, que tem como objetivo estudar os critérios de avaliação dos conteúdos da Wikipédia no contexto da avaliação do campo de estudos da informação, especificamente das fontes de informação. Aponta, como uma das justificativas, a necessidade de práticas informacionais críticas com a avaliação de fontes de informação em contextos de desinformação e hiperinformação. Para isso, indica das temáticas referentes à fonte de informação com foco na perspectiva da produção colaborativa e da autoridade (Beatriz Martins, Bernadete Campello, Murilo Cunha e Michel Foucault). Desenvolve uma pesquisa descritiva em seu procedimento metodológico. Apresenta como resultado parcial o surgimento das várias práticas de autoria na rede, o propósito de despertar no leitor a competência crítica na importância de analisar, verificar e validar o argumento previamente como fonte de informação.

**PARTICIPANTES:**

LARISSA GUIMARÃES QUINTANILHA, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 5042

TÍTULO: OS EFEITOS DAS FAKE NEWS NA SOCIEDADE

**RESUMO:**

O crescente avanço tecnológico tem permitido que modelos de produção, busca, acesso e disseminação da informação sejam modificados, facilitando a comunicação. Aborda a compreensão sobre como essas informações são construídas e disseminadas na internet e qual a razão de serem disseminadas. É analisado, prioritariamente, o que se convencionou chamar de fake news, termo que pode ser traduzido para o português como "notícias falsas". As fake news são publicadas em diversas fontes, sejam elas consideradas confiáveis ou não; porém, não apresentam nenhuma evidência ou comprovação ou, ainda, em alguns casos são informações deliberadamente deturpadas. Seu impacto e a forma como são disseminadas são de tamanha relevância que estão sendo estudados e debatidos em âmbito internacional. No início de 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com outros organismos, divulgou uma declaração afirmando que as fake news, a desinformação e a propaganda representam uma preocupação global. O documento afirma que essas notícias são disseminadas por governos, empresas ou indivíduos e que um dos objetivos é enganar as pessoas. A entidade ainda traz questões relacionadas ao direito à liberdade de expressão, o que sempre traz uma fundamental preocupação com a ideia de censura. Há estudos recentes abordando as fake News na Universidade de Cambridge (Reino Unido), Universidade de Yale (Estados Unidos), Universidade de Princeton (Estados Unidos), Universidade de Stanford (Estados Unidos), entre outras. Este resumo apresenta parte da discussão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), que está em desenvolvimento. Tem como objetivo analisar os efeitos das fake news na sociedade brasileira, tanto na vida pública como na privada, enfocando especificamente as pessoas que são vítimas desse tipo de notícia. A pesquisa está sendo realizada por meio da análise de reportagens de jornais e revistas virtuais. Os resultados preliminares apontam para o fato de que fake news podem produzir enormes traumas pessoais, familiares, comunitários e sociais. É necessário que os resultados de fake news sejam avaliados com um olhar bastante crítico, de que sua disseminação traz sérios problemas para a sociedade.

**PARTICIPANTES:**

PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA,LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO,YULE DOS BANHOS DE SOUZA

ARTIGO: 473

TITULO: A DESTRUIÇÃO DE LIVROS PELO NAZISMO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

RESUMO:

Sabe-se que a destruição de livros foi uma prática largamente adotada pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, como forma de controle ideológico. O dia 10 de maio de 1933 marcou o auge da perseguição dos nazistas aos intelectuais, sobretudo aos escritores e suas obras. Em toda a Alemanha, principalmente nas cidades universitárias, livros ou suas cinzas se acumulavam nas praças. O regime pretendia, desta forma, garantir o controle, não somente da informação, como também sobre a produção de uma determinada memória coletiva forjada por meio da literatura e pelos intelectuais. Este controle pressupõe a eliminação do que era considerado perigoso, impondo obras afins à ideologia nazista, pelo controle da produção discursivo-memorialística. Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a política implementada para censura, destruição de livros e perseguição aos autores, isto é, o controle ao acesso, a deliberada e reiterada ação de destruição de livros ao longo da história. Pretende-se demonstrar que os livros foram peça fundamental durante na grande guerra: além das bombas e projéteis, os livros também foram usados como armas, numa espécie de guerras de ideias. Utiliza-se o método de pesquisa de cunho exploratório a partir de bibliografia que trata do tema. Nesta pesquisa pretende-se traçar uma tipologia dos livros, autores e temas que mais sofreram as ações destrutivas do regime. REFERÊNCIAS: BÁEZ, Fernando. História Universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1999. MANNING, Molly Guptill. Quando os livros foram à guerra: As histórias que ajudaram os aliados... Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015. RYBACK, Timoty. A biblioteca esquecida de Hitler: os livros que moldaram a vida do Führer. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

PARTICIPANTES:

JULIANA TEIXEIRA BARROS,ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA

ARTIGO: 1911

TITULO: A PRÁTICA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ESTUDO DO IMPACTO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO ESCOLAR

RESUMO:

Este trabalho estuda a influência da participação em um projeto de competência em informação na formação dos alunos do ensino médio de uma escola pública federal. Indica como uma das justificativas a possibilidade de aprofundamento dos conhecimentos de competência em informação e suas práticas como recursos de superação da desigualdade no acesso e uso da informação dentro do ambiente escolar, assim como na sua importância diante do contexto informacional e educacional, na postura social do profissional bibliotecário e nas contribuições para os estudos sobre competência em informação. Apresenta os aspectos da Educação Básica no Brasil, especificamente o Ensino médio de acordo com o Ministério da Educação (MEC), retrata as definições e conceitos referentes à competência em informação e contextualiza a prática no contexto educacional. Indica como metodologia uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva em uma escola pública federal do Rio de Janeiro, local da realização do projeto de extensão de competência em informação. Utiliza como técnica de coleta de dados um questionário de questões fechadas submetido por e-mail aos alunos matriculados no ensino médio do colégio e participantes do projeto para verificar o impacto das atividades de competência em informação na vida do estudante dentro do contexto informacional, escolar e social. Descreve nos resultados as questões relacionadas às habilidades e atitudes relacionadas ao processo de busca e uso da informação proporcionadas aos discentes para uma maior autonomia na realização das atividades acadêmicas. Conclui que uma postura crítica em relação às informações adquiridas ao longo da vida promove uma aproximação de práticas solidárias, éticas e de competência em informação.

PARTICIPANTES:

JULIANA RUBIM,MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 4713

TITULO: CLUBE DE LEITURA DE CONTOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE FORMAÇÃO DE LEITOR E MEDIAÇÃO DE LEITURA COM ALUNOS DA UFRJ

RESUMO:

Refere-se a um estudo de caso relativo a um projeto dos alunos do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de informação acerca da formação de leitores através da experiência da leitura compartilhada. Aponta e argumenta a necessidade de atividades práticas de formação de leitores, pesquisas colaborativas e a mediação de leitura com discentes, ampliando o contexto curricular ao alavancar a descoberta do sentido no ato de ler e estimular os diálogos e investigações acerca de autores da literatura nacional e internacional. Através de experimentos de leitura com alunos da UFRJ, buscar-se-á realizar encontros nos quais serão escolhidos contos para discussões em reuniões posteriores, nas quais irá se discutir o conteúdo dos textos, bem como a qualidade das histórias e os estilos literários dos autores, e o motivo da escolha daquele texto específico. Busca-se, por meio desta pesquisa experimental e exploratória, trazer à tona a necessidade do viés acadêmico da literatura, ainda mais no curso que forma bibliotecários, valorizando também a experiência do crescimento cultural e individual de leitura. Desta forma, assevera-se uma atividade mais próxima e tangível da mediação de leitura, além de servir como iniciativa e instrumento colaborativo entre os discentes para a formação de leitores mais competentes



e com conhecimentos mais abrangentes.

**PARTICIPANTES:**

DANIEL STRAUCH RIBEIRO, BRISA ALVES RODRIGUES, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

---

**ARTIGO:** 4789

**TÍTULO:** DOS PARTOS E DO ALLEITAMENTO MATERNO: UM ESTUDO BIBLIOLÓGICO ACERCA DAS TESES E DISSERTAÇÕES DA GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA ATUAL UFRJ

**RESUMO:**

O presente trabalho concentra-se na temática memória científica e institucional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Discute o estatuto de raridade e/ou especialidade das antigas teses e dissertações da Faculdade de Medicina depositadas na Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde desta Universidade. A análise e caracterização do acervo foi efetuada com base nos princípios da Bibliologia. Realiza análise bibliológica. Utiliza os conceitos raro, especial e antigo, tomando por base suas características extrínsecas e intrínsecas. A amostra da análise é composta por 15 obras, cujo corte foi efetuado na temática saúde da mulher, especificamente em Ginecologia e Obstetrícia. Utiliza a Biblioteconomia de Livros Raros por instrumento. Utiliza a Biblioteconomia de Livros Raros como aporte teórico. Adapta conceitos produzidos pela literatura como aporte teórico-metodológico da materialidade do acervo. Realiza análise Bibliológica e, para tanto, utiliza como parâmetro: suporte, capa, texto impresso, ornamentação, marcas intrínsecas, extrínsecas, apresentação material e aspecto intelectual. Conclui que as teses e dissertações são especiais devido a dois aspectos centrais e inter-relacionados: 1) do ponto de vista da Biblioteconomia de Livros Raros são demarcadas por sua importância cultural e limite histórico; 2) do ponto de vista da História da Ciência no Brasil são documentos que não só materializam saberes históricos, mas que permitem o estudo retrospectivo e comparativo de teorias e práticas médicas nos campos da Ginecologia e Obstetrícia.

**PARTICIPANTES:**

MAYARA DAS DORES ALVES, NYSIA SÁ

---

**ARTIGO:** 5211

**TÍTULO:** QUADRO DE PROFESSORES: UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO COLABORATIVA A PARTIR DA COMPETÊNCIA MIDIÁTICA E EM INFORMAÇÃO

**RESUMO:**

Apresenta uma proposta que pretende a construção de uma plataforma virtual, colaborativa e cooperativa pelos discentes do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A plataforma tem como objetivo indicar as principais informações do percurso científico/acadêmico dos integrantes do quadro docente, bem como suas linhas de pesquisa e áreas de atuação. Para isso, relaciona com a perspectiva da competência midiática e em informação de forma a promover habilidades e saberes que facilitem para o uso, construção e promoção da tecnologia de informação e comunicação. Nessa perspectiva, parte do referencial teórico da competência midiática e em informação (Unesco, Dudziak e Belluzzo). Busca-se por meio de processos metodológicos desenvolver uma pesquisa experimental e exploratória apresentando os conceitos basilares da construção informacional colaborativa no meio digital. Como resultados parciais, espera-se que o produto de tal iniciativa possibilite aos discentes uma maior prática informacional a partir do fazer científico/acadêmico. Da mesma forma, o contato com a plataforma pode apresentar um ambiente virtual personalizável, gratuito e multiplataforma para a disseminação da informação. As próximas etapas previstas do projeto dão ensejo para que tal sistema de informação possa ser utilizado de forma cooperativa também junto aos docentes, estabelecendo um canal mais direto para fazer contatos, buscar alinhamentos e orientações com linhas de pesquisa, bem como oportunidades para iniciação científica ou projetos acadêmicos. A utilização de tal ambiente pelo CBG poderia contribuir para ampliar a gama da formação de profissionais da informação, da mesma maneira em que promove uma competência em informação mais inclusiva e colaborativa.

**PARTICIPANTES:**

DANIEL STRAUCH RIBEIRO, SARA LOPES CORRÊA, MARIANNA ZATTAR, ELIDÁRIA APARECIDA ALVES DA ROCHA

---

**ARTIGO:** 2778

**TÍTULO:** GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PROCESSO DE ATENDIMENTO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**RESUMO:**

**GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PROCESSO DE ATENDIMENTO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS** O trabalho é uma pesquisa de campo, aplicada junto a bibliotecas públicas situadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, a fim de perceber o modus operandi do atendimento ao usuário in loco. A ação foi conduzida utilizando-se como metodologia de pesquisa a técnica do "cliente oculto" (mystery shopping). O pesquisador não se identifica e age como um cliente comum ao demandar pelo atendimento. A proposta foi utilizar-se desta ação, para obtenção de evidências que demonstrem como a gestão do conhecimento na organização promove o processo de atendimento sob a perspectiva de um usuário real, "[...] para adquirir insights pontuais da experiência e percepção dos usuários e ou consumidores de seus serviços de atendimento." (FURNIVAL; OUCHI; PINTO, 2012, p. 28). Além disso, perceber a "[...] interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito" (NONAKA, 1997, p. 79), durante a execução da pesquisa. Assim, a composição e aplicação das perguntas teve o objetivo de suscitar uma reação de necessidade informacional comum no atendente, sem o conhecimento de que está sendo avaliado o processo de atendimento, para que a ação pudesse fornecer para o "cliente oculto" subsídios para a análise posterior. Portanto, a pesquisa procede com a avaliação do processo informado pelo

atendimento, demonstrando o fluxo da informação recebida e as possíveis diferenças entre o atendimento recebido em cada Unidade de Informação, pontos fortes e/ou fracos, baseado na execução do procedimento informado pelo atendimento. FURNIVAL, Ariadne Chloe; PINTO, Eusebio Luiz; OUCHI, Marcos Teruo. O uso da técnica cliente oculto como uma ferramenta de avaliação no atendimento aos usuários de bibliotecas públicas: uma experiência brasileira na graduação de Biblioteconomia. Revista Interamericana de Bibliotecología. 2012, vol. 35, n° 1; pp. 27-38. NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

**PARTICIPANTES:**

JEAN MICHEL GALINDO SILVA, MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ

**ARTIGO: 3027****TÍTULO: PROGRAMA DE MONITORIA UFRJ: A EXPERIMENTAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENQUANTO DISCENTE****RESUMO:**

O programa de monitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), denominado Monitoria de Apoio Pedagógico, é uma atividade extraclasse que proporciona aos estudantes participantes a oportunidade de vivenciar o magistério e as atividades docentes de uma disciplina por meio de tarefas estabelecidas. A lei nº 9.394, de 1996, define que a monitoria pode proporcionar aos discentes universitários tarefas de ensino e pesquisa. Igualmente, o professor tem a possibilidade de contar com o auxílio de um estudante, que já passou pela disciplina, na realização de atividades acadêmicas. Alguns estudos que analisaram as percepções de professores e alunos referentes à monitoria no ensino universitário apontam que, apesar de ocorrer aprendizagem por parte dos estudantes envolvidos, a experiência ainda precisa ser aprimorada para que de fato atenda ao objetivo de preparar estudantes universitários para a docência. O objetivo é analisar a experiência da monitoria vivenciada por estudantes do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da UFRJ. A pesquisa está em andamento e sendo realizada através da aplicação de questionários a estudantes que realizaram e/ou realizam atividade de monitoria no CBG. Observa-se, a partir da experiência em monitoria na disciplina Normalização da Documentação, que a função do monitor inclui o desenvolvimento de atividades diversificadas, como a leitura da ementa e da bibliografia da disciplina, a elaboração de atividades sob orientação e avaliação da responsável docente da disciplina e o apoio pedagógico aos alunos inscritos na disciplina, na realização de exercícios propostos em sala de aula ou em outros horários. Mediante as ações atribuídas ao monitor, considera-se que a experiência de monitoria tem o potencial de desenvolver nos discentes participantes algumas qualificações que aperfeiçoam o senso de responsabilidade profissional, humana e social, promovem a fixação do conteúdo pela repetida revisão nas atividades pedagógicas e permitem experienciar a carreira do magistério.

**PARTICIPANTES:**

ANELI BELONI SILVEIRA LEITE, RAFAEL BARCELLOS GOMES, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA

**ARTIGO: 5673****TÍTULO: PROCESSO DECISÓRIO: PC-GAMER****RESUMO:**

O presente trabalho é uma análise sobre o processo decisório do consumidor de computadores pessoais de alto desempenho para jogos digitais, doravante chamados Gamers. A pesquisa consistiu, a princípio, da exploração de um referencial teórico voltado para a elucidação sobre o comportamento do consumidor durante a aquisição de produtos/serviços e como as vias sensoriais fornecem ao indivíduo e/ou despertam lembranças que, em consonância, poderão colaborar com a aceitação ou desistência do que se pretende adquirir. Portanto, baseado no referencial teórico, o presente estudo aplicou um instrumento de pesquisa junto aos Gamers de jogos eletrônicos, com o objetivo de entender os motivos pelos quais estes compram seus "Pc-Gamer" e qual é a sensação de satisfação posterior, além disso, observar o processo decisório de Make or Buy para "[...] comparar o custo de determinada tarefa de fabricação de determinado produto, ou da execução de um serviço, com o custo de aquisição no mercado." (COBAITO, 2012, p. 9). Por fim, conduziram-se entrevistas junto a dois Gamers, para o aprofundamento dos motivos existentes na escolha específica que executaram. O resultado final deste artigo demonstra que o objeto de estudo apresenta volatilidade em relação a oferta e a colisão de informações precipita o processo decisório, sendo importante perceber, que a decisão está sustentada por elementos que fornecem informações e/ou sentimentos que podem ser determinantes para a efetiva escolha de um produto/serviço.

**PARTICIPANTES:**

JEAN MICHEL GALINDO SILVA, NIKIFOROS JOANNIS PHILYPPIS JR.

**ARTIGO: 5730****TÍTULO: INFORMAÇÃO, BIBLIOTECÁRIO E O LEITOR****RESUMO:**

Este trabalho discorre sobre a importância da mediação em Unidades de Informação, como prática fundamental para alcançar o propósito de estreitar a relação entre o espaço de conhecimento e o leitor, sendo importante destacar, que absorver informação é um processo que poderá ser oriundo de diversos meios, como, livros, vídeos, sons, imagens etc. Este estudo apresenta a postura do Bibliotecário que proporciona meios para que o consumidor de informação seja atendido e motivado com vistas ao estabelecimento de um elo, entre informação, profissional da informação e o consumidor. Tornar efetiva a prática de mediar e, sobretudo, a importância do leitor em ser mediado, reforçando o status do profissional como agente transformador e, principalmente, formando novos leitores a partir desta ação. Como procedimento metodológico para ilustrar o cenário atual, explorou a produção acadêmica acerca do tema e conduziu uma experiência para promoção

da leitura utilizando-se das técnicas de mediação de leitura encontradas na literatura pesquisada. A parte final da pesquisa, apresenta os resultados preliminares da experiência e as considerações parciais da realidade estudada.

**PARTICIPANTES:**

JEAN MICHEL GALINDO SILVA, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

**ARTIGO: 448****TÍTULO: MODELO PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO BAMBU – REDEBAMBU/BR: A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOMETRIA****RESUMO:**

Desde a década de 1970 cientistas e investigadores começaram a explorar diversos materiais locais não convencionais de baixo custo energético tais como: solo, fibras vegetais e bambu a fim de substituir materiais industrializados, altamente poluentes e de alto consumo de energia em sua produção. Embora técnica e cientificamente comprovado que os materiais e tecnologias não convencionais recém-desenvolvidos foram superiores aos materiais convencionais industrializados, os mesmos não têm sido utilizados em grande escala. Neste sentido o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criou a Redebambu/BR no âmbito da PNMCB - Política Nacional de Incentivo ao Manejo e Plantio do Bambu para onde projetos de pesquisa são submetidos e apoiados. Para avaliar as ações da Redebambu/BR, encontra-se em curso o Projeto de pesquisa com auxílio da FAPERJ intitulado Modelo para Avaliação das Ações de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu - Redebambu/BR, dividido em quatro subsistemas funcionais: (i) Subsistema político, (ii) Subsistema organizacional, (iii) Subsistema de gerenciamento de recursos e (iv) Subsistema técnico científico e econômico. O objetivo geral do estudo no âmbito do projeto de iniciação científica é fazer um recorte no modelo em desenvolvimento, indicando as contribuições da biblioteconomia e o bom uso da bibliometria. Tem como objetivo derivado apontar, especificamente no quarto Subsistema, indicadores bibliométricos pertinentes e apresentar a possibilidade de realização de análises bibliométricas das publicações segundo temas e grau de intermediação (betweenness) dos atores da Rede. A metodologia adotada para esta pesquisa é de estudo exploratório envolvendo a consulta à literatura especializada e a documentos de diversos órgãos concernidos pela Redebambu/BR. Como resultado do estudo, são apresentados os domínios de aplicação da bibliometria, propostos indicadores e linhas de análise que conduzem a diferentes abordagens de avaliação das ações da Redebambu/BR. Dentre as recomendações apontadas neste estudo, destacam-se no plano de ação: o reforço contínuo dos métodos atuais de avaliação; a necessidade de uma maior consciência de avaliação; o bom uso da bibliometria; uma maior consideração das necessidades de informações dos usuários dos projetos e programas; e uma maior aproximação das células de avaliação aos centros de decisão.

**PARTICIPANTES:**

PIERRE OHAYON, CRISTIANA PINHEIRO MACHADO DE SIQUEIRA

**ARTIGO: 4695****TÍTULO: OUVIR E LER: ESTUDO DE CASO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES DE COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA NA EXPERIÊNCIA COGNITIVA DA LEITURA****RESUMO:**

Refere-se a um estudo de caso sobre experimentos de um trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação que analisa recursos que aperfeiçoam a habilidade cognitiva de saber ler – ou domínio da leitura (MARIA, 2016). No caso, tal aptidão se referiria diretamente aos processos de aprendizagem e interpretação que, segundo Dehaene (2012), permitem definir a leitura como o reconhecimento de palavras através da análise de cadeias de letras e suas combinações. Apresenta e defende como fundamento o potencial das tecnologias de apoio à Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) para a interpretação de textos, permitindo que leitores aumentem suas funções cognitivas ao ouvir e ler o mesmo texto simultaneamente (ROSA, 2015). O projeto tem o escopo voltado para o campo da pesquisa, das técnicas de coleta e análise de dados e da população examinada durante os procedimentos metodológicos, que do trabalho de conclusão de curso. Por meio de experimentos de leitura com discentes do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Serão feitos testes com a utilização de smartphones e tablets para leitura de ebooks, com o aplicativo Dream Voice Reader, avaliando o nível da interpretação dos textos pelos participantes. Como o software serve de suporte para a leitura de ebooks e faz a sintetização vocal dos caracteres que reconhece, busca-se reunir algumas das respostas necessárias para formação dos resultados preliminares da investigação. Observa-se também que o levantamento permite fazer uma análise mais aproximada e concreta sobre a utilização dos softwares de CAA durante as experiências de leitura. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DEHAENE, S. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012. MARIA, L. O clube do livro: ser leitor – que diferença faz? 2.ed. São Paulo: Global, 2016. ROSA, F. C. P. O desenvolvimento da autonomia intelectual do deficiente neuromotor: um estudo da mediação pedagógica na afasia motora. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <www.ppe.uem.br/dissertacoes/2015%20%20Fernanda%20de%20Carvalho%20Polonio.pdf>

**PARTICIPANTES:**

DANIEL STRAUCH RIBEIRO, DANILO PESTANA DE FREITAS

**ARTIGO: 4984****TÍTULO: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA INFORMACIONAL DOS DISCENTES DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DO PROCESSO DE MONITORIA****RESUMO:**

Trata-se de uma exposição da experiência da atividade de monitoria da disciplina de Recursos Informais I (ACA585) no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para isso, parte de uma perspectiva mais voltada para o aprendizado das fontes de informação pelos discentes do quarto e quinto períodos do CBG na construção do conhecimento proposto pela disciplina. Utiliza uma pesquisa exploratória e descritiva, que busca avaliar o impacto do aprendizado da matéria nas atividades de pesquisas dos alunos a partir de questionários que identificam a prática informacional com base em uma abordagem qualitativa sobre a escolha e o uso dos recursos informacionais. Espera que os resultados possam traduzir o enlevo que a matéria tem para as práticas de um bibliotecário, bem como apontar a sua importância no curso dentro do âmbito da competência em informação e do serviço de referência. Em derradeiro, assevera-se a importância da competência em informação para a formação acadêmica, buscando também traçar o significativo valor da monitoria para desenvolvimento da docência destacando as etapas para elaboração das atividades desempenhadas e os processos de comunicação com a professora e os discentes.

## PARTICIPANTES:

DANIEL STRAUCH RIBEIRO, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 5166

TÍTULO: A MEDIAÇÃO DE LEITURA COMO AÇÃO TRANSFORMADORA

## RESUMO:

O presente trabalho visa apresentar a mediação de leitura como meio de formar leitores através das práticas leitoras, além de apresentar seus principais conceitos e demonstrar a importância do bibliotecário enquanto mediador de leitura. Para tanto, faz-se necessário colocar a mediação de leitura como ferramenta indispensável para a formação de leitores e como instrumento de mudança social em ambientes onde é realizada, como bibliotecas, escolas e espaços sociais, e discorrer sobre as dificuldades de inserção de crianças e adolescentes no mundo da leitura mediante os atrativos das novas tecnologias digitais, indicando práticas de leitura para tornar o livro mais cativante. Para executar esta pesquisa destaca-se alguns procedimentos necessários, entre eles a escolha do método, que será desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e descritiva, pois além de utilizar as matérias publicadas sobre o tema, serão avaliados alguns projetos que já existem e realizam trabalhos de formação do leitor. Por fim, conclui-se que o problema da falta de interesse dos jovens pela leitura pode ser contornado através do mediador de leitura apresentando novas práticas de incentivo ao livro e à leitura.

## PARTICIPANTES:

GABRIEL ANDRÉ MARTINS, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

ARTIGO: 2734

TÍTULO: SEMEANDO O AMANHÃ

## RESUMO:

Apresenta o projeto “Semeando o Amanhã”. Trata-se de uma proposta, elaborada e apresentada na disciplina de Competência em Informação (ColInfo) do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tem como objetivo promover práticas sustentáveis para uma comunidade infanto-juvenil em escolas públicas do município do Rio de Janeiro. Pretende evidenciar a importância da manutenção e o cultivo de práticas ambientais para qualidade de vida de diversas gerações. Para isso, indica uma ação que relaciona práticas sustentáveis com alimentação saudável a partir da confecção de uma horta residencial e orgânica sem qualquer tipo de agrotóxicos. Desenvolve uma pesquisa exploratória com um experimento prático para habilitar o público-alvo a cultivar alimentos em casa com recursos acessíveis. Apresenta como resultados a competência em informação no campo das práticas sustentáveis. Conclui que iniciativas sustentáveis no escopo da Biblioteconomia podem promover comportamentos responsáveis e solidários.

## PARTICIPANTES:

GABRIEL GUIMARÃES ROCHA ALVES, ANDRÉA DOYLE, ANTONIO ANDERSON AMARAL BEZERRA, ANA ROSA DA SILVA SANTOS, BEATRIZ TOSTES DOS SANTOS, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 2865

TÍTULO: A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A AMÉRICA LATINA

## RESUMO:

O presente trabalho busca analisar os sistemas de inovação tecnológica em países na América Latina no contexto do debate sobre desenvolvimento. É um estudo exploratório, que inicia fazendo um levantamento bibliográfico do debate teórico sobre o conceito de desenvolvimento na perspectiva da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais (MAZZUCATO, 2011) (TAVARES e FIORI, 1997) (FALLETO e CARDOSO, 1967) (CHANG, 2004) (FURTADO, 1979), baseado na análise da teoria de sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1998) e de algumas das principais teorias de desenvolvimento na América Latina. O período estudado será de 1980 a 2013 por buscar um panorama que englobe os momentos de redemocratização, reformas administrativas neoliberais e seguinte guinada à centro-esquerda nos governos de grande parte dos países da região. Também é realizada a análise de dados secundários sobre indicadores de inovação em Ciência e Tecnologia, além de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para alguns países latino-americanos.

## PARTICIPANTES:

KAROLINA YANINA SEVERINO, PATRICIA RIVERO



ARTIGO: 4511

TÍTULO: PROJETO DE PESQUISA “ESTUDO DE COMUNIDADE DA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ”

RESUMO:

O projeto “Estudo de Comunidade da Vila Residencial da UFRJ” surgiu no contexto do projeto de extensão “Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ”, que visa a implantação e manutenção de uma biblioteca comunitária, em parceria com a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial (AMAVILA) e é parte do “Programa de Inclusão Social – Vila Residencial da UFRJ”. A Vila Residencial possui população composta, em grande parte, por estudantes e funcionários da UFRJ, atuais e aposentados, bem como descendentes. O objetivo é conhecer a comunidade, em relação a: serviços e atividades de lazer, comerciais e comunitárias; dados socioeconômicos; história e memória local; demandas e necessidades de informação. Um estudo de comunidade é importante para se ter uma biblioteca de fato comunitária, que atenda às necessidades locais, pois auxilia no planejamento do acervo e das atividades. Há poucas pesquisas realizadas sobre a Vila, havendo carência de dados. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com técnicas de coleta e análise de dados específicas para cada um dos aspectos citados; todos estão sendo desenvolvidos, com ênfase para os dois primeiros. São apresentados resultados preliminares a respeito dos dados socioeconômicos, que estão sendo coletados numa parceria entre o Programa e a AMAVILA, a partir da realização de um censo domiciliar, com coleta de dados por meio de formulário. O objetivo do censo, além de dados socioeconômicos, é analisar o conhecimento que a comunidade possui acerca dos serviços oferecidos pelos projetos e pela AMAVILA e mapear demandas e expectativas para o planejamento e adequação destes. Foi realizado um censo em 2010, cujos resultados serão comparados com os atuais. Os resultados iniciais demonstram que a Vila cresceu bastante na comparação entre os dois censos, tanto em número de moradores como em número e tamanho de residências. Repúblicas estudantis foram criadas, como resposta à carência de moradia estudantil na UFRJ. O rápido crescimento sem um acompanhamento na melhoria da infraestrutura tem levado a alguns problemas, como deficiência na rede de esgoto. Com relação à percepção quanto a serviços públicos, a maioria dos domicílios tem considerado o transporte “insatisfatório”, sendo ainda maior a insatisfação em relação à limpeza pública e à coleta de lixo; no quesito segurança pública, não era sentida necessidade de melhoria até recentemente, quando apontam que começaram a ocorrer casos de assaltos; a maior insatisfação em relação à segurança é apontada no campus e não na Vila. A maior parte dos domicílios entrevistados possui acesso à internet. É percebido que grande parte dos moradores conhece pouco os projetos do Programa e os serviços da AMAVILA. Há também uma forte demanda por um posto de saúde. O desenvolvimento do censo tem promovido, ainda, para os integrantes do projeto de extensão uma integração maior com os moradores e um maior conhecimento sobre os espaços e os simbolismos produzidos na comunidade.

PARTICIPANTES:

GABRIEL JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA, PAULO VINÍCIUS MATTOS INÁCIO DA SILVA, ADÍLIA BATISTA DE ARAUJO, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO

ARTIGO: 5319

TÍTULO: ANÁLISE DA COLABORAÇÃO CIENTÍFICA E MAPEAMENTO TEMÁTICO NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS: INDICADORES CIENTOMÉTRICOS DE PESQUISADORES DA UFRJ (2013 - 2015)

RESUMO:

O presente estudo trata-se da segunda etapa da pesquisa em andamento, iniciada em março de 2016, vinculada aos Projetos Bibliometria e Cientometria como abordagem teórico-metodológica para a Organização do Conhecimento disponível no Diretório de Pesquisa do CNPq, e Análise cientométrica da produtividade de autores, em domínios científicos, e a organização do conhecimento produzido por pesquisadores da UFRJ do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFRJ. O objetivo principal é investigar a colaboração entre pesquisadores vinculados a UFRJ, em relação aos seus pares e suas respectivas instituições, na produção de artigos científicos em Ciências Ambientais e mapear os principais temas abordados em suas pesquisas, publicados no triênio 2013, 2014 e 2015. Para tal, foram selecionados cinco títulos de periódicos nacionais, a saber: Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Revista Ambiente & Sociedade, Revista Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Revista Ciência Florestal e Revista Brasileira de Climatologia, categorizados com estrato A2 na área de Ciências Ambientais pelo sistema de avaliação de títulos de periódicos Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O trabalho se caracteriza como pesquisa quali quantitativa de cunho cientométrico. Após a seleção dos títulos, foi feito levantamento dos autores que publicaram artigos nas cinco revistas selecionadas e as instituições vinculadas aos mesmos. Foi realizada a modelagem da rede de autores que aponta graficamente o padrão de coautoria dos artigos publicados nos títulos analisados. Entre esses autores, foram identificados aqueles filiados à UFRJ, bem como seus colaboradores. Nesse universo, foram mapeados os temas abordados, a partir da análise conceitual em resumos e palavras-chave dos artigos, analisando-se também quantitativamente a frequência dos termos. Os resultados preliminares apontam que autores de uma região, tendem a publicar e atuar em parceria com autores da mesma região, fato que se repete para as instituições. Os principais temas abordados foram desastres naturais, fluxo de energia, recursos hídricos e cultivos geneticamente modificados, que ilustram e assemelham-se ao perfil e as temáticas dos periódicos em que os artigos foram publicados, sendo também um fator de influência na construção da rede social de coautoria. Finalmente, foi modelada a rede de autores que revela o padrão de coautoria de artigos publicados nos títulos analisados. Com este estudo espera-se contribuir com a investigação de frentes de pesquisa na área de Ciências Ambientais, assim como o estudo de grupos de autores mais produtivos na literatura brasileira da área de ciências.

PARTICIPANTES:

RODRIGO SILVA PERES, ISABELE OLIVEIRA DOS SANTOS GARCIA, RAFAEL BARCELLOS GOMES, VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES LISBOA DA SILVEIRA GUEDES, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS

ARTIGO: 717

TÍTULO: PROJETO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA TÉCNICA DA OMNI TÁXI AÉREO

RESUMO:

Propõe desenvolver um projeto de competência em informação no contexto de uma biblioteca especializada em aviação civil. Contextualiza o campo da aviação civil sob a perspectiva do campo de estudos da informação e da atuação dos processos e atividades biblioteconômicas. Apresenta os conceitos referentes à Competência em Informação (Elisabeth Dudziak e American Library Association) e à Prática Informacional (Reijo Savolainen e Carlos Alberto Avila Araujo), bem como seus respectivos históricos e principais abordagens. Identifica as atividades desempenhadas pela Biblioteca Técnica da Omni Táxi Aéreo e indica as diretrizes oficiais que regulamentam a atividade de uma Biblioteca especializada em aviação. Espera obter como resultados o desenvolvimento da competência em informação dos atores da comunidade e o mapeamento das práticas informacionais no contexto da aviação. Utiliza como procedimento metodológico a abordagem qualitativa realizada em nível exploratório, e como técnica de coleta de dados a pesquisa de cunho bibliográfico. Vislumbra como conclusão a elaboração de um projeto funcional, a ser desenvolvido pela equipe da Biblioteca, dadas as ferramentas disponibilizadas e o contexto em que a mesma se encontra.

PARTICIPANTES:

CAROLINA SANTANA, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 2795

TÍTULO: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE REDES SEMÂNTICAS À ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA WEB DE INFERÊNCIAS

RESUMO:

Em um cenário em que a produção de conteúdos informacionais apresenta crescimento exponencial, a recuperação da informação de modo preciso e contextualizado torna-se cada vez mais demandada. Um estágio evolutivo da web, denominado Web semântica tem sido alvo de pesquisas, tanto na Ciência da Informação, quanto na Ciência da Computação com o propósito de promover a estruturação formal e explícita das estruturas conceituais e assim viabilizar a realização de inferências a fim de aprimorar o desempenho dos Sistemas de Recuperação da Informação. Esta pesquisa se desenvolve no âmbito de um projeto de iniciação científica e tem por objetivo principal investigar o potencial da análise de redes semânticas ao campo da Organização do Conhecimento com foco nas metodologias de elaboração dos Sistemas de Organização do Conhecimento para Web semântica. A metodologia é composta pela Pesquisa Bibliográfica, pela Análise de Redes Sociais e pela Análise de Conteúdo. Na atual fase empírica do projeto, que teve por objetivo específico investigar como a análise de redes semânticas tem sido apropriada pelo campo da Organização do Conhecimento, foi realizado um levantamento dos artigos que abordam a relação entre redes semânticas e Organização do Conhecimento na Web semântica em três fontes terciárias de informação científica: Scopus, Google Acadêmico e BRAPCI. Foram identificados 36 artigos, que a partir da Análise de Conteúdo revelaram uma terminologia que reflete o status atual dos estudos tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito internacional. A partir da análise do estado da arte das pesquisas foi possível identificar a escassez de estudos, tanto de cunho teórico quanto aplicado, que abordam o assunto, principalmente na ciência da informação brasileira. Constatou-se ainda que as redes semânticas contribuem para a sistematização e explicitação dos modelos conceituais e apresentam diversas potencialidades para a Organização do Conhecimento, a partir da busca pelo desenvolvimento de sistemas aptos a atuarem em uma web de inferências. Tais potencialidades foram agrupadas e descritas em três grandes cenários de atuação: 1) modelagem de domínios do conhecimento; 2) métodos de elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento e 3) técnicas de recuperação da informação.

PARTICIPANTES:

JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO, ANELI BELONI SILVEIRA LEITE

ARTIGO: 2832

TÍTULO: APLICATIVOS DE RELACIONAMENTO E A VIRTUALIZAÇÃO DO AFETO

RESUMO:

É possível afirmar que o advento de novas tecnologias pode trazer consigo mudanças significativas nas vidas dos indivíduos. Um exemplo desta afirmação é a massiva utilização de meios virtuais de interação em oposição aos antigos meios de sociabilidade, que se tornaram mais convenientes por seu caráter dinâmico. Isto, entre outras coisas, gerou uma considerável mudança no perfil de relacionamentos e, como consequência, um crescente número de aplicativos (apps) que auxiliam na busca de informações de cunho afetivo. Neste contexto faz-se o seguinte questionamento: como as funcionalidades destes aplicativos evidenciam a virtualização do afeto? Neste estudo objetivou-se analisar a referida forma de virtualização a partir das funções dos apps de relacionamento. São conceitos fundamentais ao estudo e portanto componentes de seu referencial teórico: Amor líquido, Web 2.0, Interação (mútua e reativa), Sociabilidade e Informação afetiva. Trata-se de uma pesquisa exploratória que adotou como metodologia a escolha de seis aplicativos, os quais foram: Grindr, Happn, Feeld, POF, Once e o Tinder, e posteriormente a confecção de um quadro comparativo para expor e analisar os dados coletados através de observação participante. Considerou-se que, as funcionalidades dos aplicativos contribuem para a virtualização do afeto, a partir da promoção de novas formas de interação.

PARTICIPANTES:

JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO, ALICE RIBEIRO DE ANDRADE SILVA, CÍNTIA MARIA XAVIER DA SILVA, LUANA DOS SANTOS MARCELINO, MAYARA GOMES DO ROSARIO

ARTIGO: 3349

TÍTULO: ESTUDO DE USUÁRIO DA COLEÇÃO DE LIVROS ELETRÔNICOS DA UFRJ

RESUMO:

Apresenta estudo de usuário da Coleção de Livros Eletrônicos que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) disponibiliza a seus estudantes, através da base Minerva que é o catálogo coletivo online que permite a consulta remota do acervo de todas as bibliotecas da Universidade. Discute a explosão informacional e a importância do acesso aos livros eletrônicos, a partir dos conceitos da web 2.0 e da usabilidade. Aborda pressupostos teóricos envolvendo as bibliotecas universitárias, estudo de usuário e a coleção de livros eletrônicos da universidade, considerando o ponto de vista dos estudantes que cursaram com aproveitamento a disciplina Arquitetura Naval I, do curso de Engenharia Naval e Oceânica. A escolha desta disciplina deu-se por ser considerada pelos alunos como de grande complexidade pelo seu conteúdo denso e difícil. Utilizou como procedimento metodológico pesquisa qualitativa de cunho exploratório e bibliográfico, acrescida de investigação empírica aplicada através de questionário contendo perguntas fechadas e abertas. A amostra da pesquisa foi definida por um universo de 10% do número de 70 vagas ofertadas para a disciplina por semestre. Como instrumento utilizou questionário, por meio do Formulários Google, sendo este aplicado para 8 alunos que cursaram a disciplina com aproveitamento. A análise dos dados exibiu resultados que demonstraram que 87,5 % dos entrevistados indicam que a coleção não é conhecida. Dessa forma, é possível observar que a coleção de livros eletrônicos não vem atendendo de forma eficaz e eficiente os alunos da amostra desta pesquisa. Constatou-se que a maioria dos alunos não acessa a coleção pois não sabem da existência da mesma. Assim, destaca-se que projetos de marketing poderiam ser implementados, tanto nas bibliotecas físicas, quanto nas redes sociais das mesmas. Ações como realizar a cada início de semestre divulgação da coleção junto aos calouros e veteranos, assim como, divulgação desta coleção também para os professores, e que estes em suas aulas e pesquisas, pudessem propagar a existência desta coleção. Assim, os resultados revelados através desta pesquisa, apontaram outros questionamentos que poderão vir a ser tema de futuras pesquisas. Havendo a necessidade de se voltar a campo em busca de informações mais específicas e pontuais. Estima-se que com a inclusão desta pesquisa no Pantheon, repositório institucional, a mesma apresente maior visibilidade ao tema, contribuindo para que futuras ações estratégicas venham a privilegiar as questões identificadas e outros pesquisadores deem continuidade as buscas por informações junto aos demais usuários de outras áreas do conhecimento, aqui neste estudo não contempladas.

PARTICIPANTES:

NADIR FERREIRA ALVES, ANA CAROLINE CAVALCANTE LAVOR

ARTIGO: 5349

TÍTULO: ESTUDO SOBRE PERFIL DA COMUNIDADE DISCENTE DOS ALUNOS DO CURSO DE BIBLIOTECOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

RESUMO:

O presente trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa que tem como objetivo mapear as características e perfis socioeconômicos da comunidade discente do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pretende contribuir para as avaliações do Curso no âmbito institucional. Indica o Centro Acadêmico (CA) como uma entidade estudantil sob a perspectiva do Movimento Estudantil em nível nacional e, especificamente, o Centro Acadêmico de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CABG) e, como referencial teórico, a noção de universidade por Marilena Chauí e Antônio José. Indica uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e quantitativa e descreve um questionário como método de coleta e análise de dados a partir da análise temática de Minayo. Demonstra, como resultados parciais, o perfil de um discente carente de visibilidade, evidenciando a necessidade de maior atenção por parte dos órgãos responsáveis ao serem influenciados, muitas vezes, de maneira negativa pelo contexto onde se inserem. Conclui que trabalhos como este permitem a busca do reconhecimento da comunidade sob uma perspectiva complexa com vistas a fortalecer as relações entre os órgãos acadêmicos para que as problemáticas enfrentadas pelos discentes sejam minimizadas.

PARTICIPANTES:

BEATRIZ TOSTES DOS SANTOS, GABRIEL ANDRÉ MARTINS, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 5606

TÍTULO: DESIGUALDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES LÍDERES EM GRUPOS DE PESQUISA

RESUMO:

Este trabalho é parte do projeto de pesquisa “Diferenças de gênero na opção por ciência e tecnologia: permanências e mudanças na escola básica”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem como objetivo identificar a participação das mulheres em lideranças de grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nas áreas da Ciência da Informação e da Ciência da Computação. A escolha dessas áreas se deu pela inserção das autoras no projeto de pesquisa vinculado ao PPGCI do convênio IBICT/UFRJ e a consequente aproximação da primeira com a segunda, uma vez que há forte interdisciplinaridade entre as duas ciências. Além disso, essas duas áreas pertencem, respectivamente, às Ciências Sociais, consideradas “ciências moles”, e às Ciências Exatas, consideradas “duras”. A partir da análise da literatura sobre o tema, foi possível observar a perpetuação no mercado de trabalho de uma profunda desigualdade entre homens e mulheres, e em favor dos homens, tanto em relação a cargos, em especial a cargos mais próximos ao lócus do poder, quanto a salários. E, em algumas profissões ou áreas, essa desigualdade atinge um nível ainda maior do que a média histórica. Apesar dessa relação de desigualdade de gênero ter

diminuído nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam grandes dificuldades para alcançar cargos que são predominantemente ocupados por homens. De acordo com a pesquisa International Business Report (IBR) – Women in Business, realizada pela Grant Thornton em 2016, as mulheres presentes em cargos de direção executiva ou em cargos de comando financeiro atinge, no Brasil, o percentual de 11%. A coleta de dados foi realizada no diretório de grupos de pesquisa da Plataforma Lattes do CNPq, por meio das súmulas estatísticas com base na distribuição dos pesquisadores líderes e não-líderes por sexo, segundo a faixa etária, em maio de 2017. Os resultados preliminares apontam que, embora a participação de mulheres não-líderes em grupos de pesquisa, no total, seja maior do que a de homens, tal número não se equiva à ocupação de mulheres que assumem papéis de liderança nestes grupos. Na Ciência da Computação, 79% dos líderes são homens e 21% são mulheres; já na Ciência da Informação este cenário se inverte e a liderança das mulheres se reflete em 63,33% enquanto a dos homens em 36,67%. Assevera, dessa maneira, a necessidade da inserção feminina nas áreas de Ciências Exatas, que muito são estigmatizadas socialmente como profissões masculinas, a fim de reduzir a desigualdade de gênero na ciência e na tecnologia e contribuir para a ampliação de mulheres neste cenário científico e mercadológico. Propõe, por fim, que iniciativas direcionadas para a orientação profissional na escola básica surtiriam perspectivas de mudança deste paradigma.

**PARTICIPANTES:**

ISADORA ESCALANTE, THÁIS LAMAS, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO

**ARTIGO: 2524****TÍTULO: PARTICIPAÇÃO DA ACADEMIA NO PROCESSO DE REVISÃO DA NORMA CONTÁBIL INTERNACIONAL SOBRE A ESTRUTURA CONCEITUAL****RESUMO:**

Uma das vertentes para o entendimento do processo de regulação contábil internacional parte do pressuposto de que o processo de emissão de normas é um processo político e que organizações como o IASB precisam continuamente monitorar as necessidades e influências de seus constituintes para ajustar suas operações visando acomodar as necessidades demandadas do ambiente externo, alinhando-as às suas próprias necessidades sob o prisma da Teoria Institucional (KENNY; LARSON, 1993; LARSON; KENNY, 2011). Estudos como os de estudos de Tavares et al (2013); Matos et al (2013); Vieira e Borba (2014); Santos e Santos (2014); Tavares, Anjos e Paulo (2014) e Carmo, Ribeiro e Carvalho (2015) tem evidenciado a forte participação das empresas nas audiências públicas que vem resultando na publicação das normas contábeis internacionais, ao passo que, conforme Tandy e Wilburn (1996), a participação da academia com contribuições ao processo de regulação contábil é baixa, decorrente da percepção da pouca influência exercida junto aos órgãos normatizadores, falta de incentivos acadêmicos, tempo e recursos. Nesse contexto, a discussão pelo IASB de uma nova norma sobre a Estrutura Conceitual abre espaço para um grande debate sobre teoria da contabilidade, pois traz à tona questões fundamentais como conceito de ativo, passivo, receita e despesas, critérios de reconhecimento e evidência. Assim, tem-se o objetivo de se identificar a participação e efetividade da academia no processo de revisão da norma contábil internacional sobre a estrutura conceitual. Para tanto, utilizou-se as cartas comentários submetidas à audiência pública aberta pelo IASB na fase do “Discussion Paper”, aplicando-se a técnica de análise de conteúdo para o entendimento das opiniões dos participantes (academia) frente à proposta da nova norma, sejam elas concordantes ou discordantes. Foram submetidas 221 cartas comentários ao IASB nesta etapa, sendo que 24 foram identificadas como sendo da academia e que compuseram a amostra da pesquisa. Os resultados ainda são preliminares, não sendo possível afirmar sobre a efetividade da participação da academia perante o IASB, ou seja, que o órgão normatizado contábil internacional aceitou ou não o posicionamento da academia. Como evidências já obtidas, tem-se a confirmação da hipótese de que esperava uma maior participação da academia no processo de revisão da estrutura conceitual. Nesse sentido, observou-se que menos de 14% dos participantes da audiência pública se referiam à academia. De um total de 221 cartas comentários, 24 foram provenientes da academia, sendo a maioria encaminhada individualmente. Nove cartas referem-se a acadêmicos provenientes da Europa, seguida da América do Norte como segunda maior região que mais submeteu cartas. O Brasil participou com três cartas. De forma geral, os comentários submetidos aos IASB foram parcialmente convergentes com a proposta de revisão da norma sobre a estrutura conceitual.

**PARTICIPANTES:**

ANA BEATRIZ DE JESUS RODRIGUES, ODILANEI SANTOS

**ARTIGO: 3239****TÍTULO: COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS NO SETOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESUMO:**

Uma das maiores preocupações da concorrência e da competição entre empresas se refere às transações denominadas de Combinação de Negócios ou Fusões & Aquisições. No Brasil e em cerca de 180 nações é aplicada a norma internacional IFRS 3, que no Brasil refere-se ao Pronunciamento Técnico CPC 15. Esse determina melhorar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que uma entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de uma combinação de negócios e sobre seus efeitos. O presente estudo tem o objetivo de analisar cinco estudos de casos de combinação de negócios de Instituições de Ensino Superior (IES) a fim de verificar se os objetivos do CPC 15 são atendidos. Para tanto, verifica-se: como o adquirente: (a) reconhece e mensura, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida; (b) reconhece e mensura o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill adquirido) advindo da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e, por meio de Notas Explicativas (c) determinar quais as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios. A metodologia adotada é o estudo de caso que procura descrever fenômeno, passado ou corrente, desenhado a partir de múltiplas fontes de evidência, nas quais se incluem dados obtidos tanto em observações diretas e



entrevistas sistemáticas, como em arquivos públicos ou privados (LEONARD-BAXTON, 1990). Resultados preliminares indicam que tais transações aumentaram e houve concentração de mercado com forte redução do número de IES de capital aberto. E há um número reduzido de informações sobre os reflexos e efeitos econômicos e financeiros para os investidores. REFERÊNCIAS COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Brasília, 3 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documents-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?id=46>>. Acesso em 30/05/2017. Leonard-Baxton, D. A dual methodology for case studies: Synergistic use of a longitudinal single site with replicated multiple sites. *Organization Science*, 1(3), 248-266, 1990. FIPECAFI (Coord.). Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

## PARTICIPANTES:

ZAINA SAID EL HAJJ, YLAILA REGINA ROSA

## ARTIGO: 5275

TÍTULO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO TRABALHO ESCRAVO NA INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA CONTABILIDADE

## RESUMO:

Mais de um século após a Lei Áurea, ainda há notícias frequentes envolvendo casos de trabalho análogo a escravo no Brasil. Empresas que fazem uso de tais práticas ferem os princípios básicos da Responsabilidade Social (RS). Muitos imigrantes vêm para o Brasil em busca de melhores condições de vida e acabam encontrando essa forma de trabalho aviltante. O objetivo desta pesquisa é investigar o perfil das empresas envolvidas em casos de denúncias de trabalho escravo, na indústria têxtil brasileira, entre 2010 e 2016. A pesquisa é descritiva, bibliográfica e documental, tendo como base a lista de casos de denúncias de trabalho escravo na indústria têxtil apresentada pela ONG Repórter Brasil. O estudo busca nos websites das empresas identificadas, informações sobre suas políticas de RS, verificando se desenvolvem relatórios de sustentabilidade e se são signatárias de instrumentos internacionais de RS, tais como o Pacto Global da Organização das Nações Unidas, dentre outros. A pesquisa também investiga se as empresas envolvidas nas ocorrências divulgam demonstrações contábeis e se houve impactos patrimoniais e nos resultados ou alguma evidencição. Também busca identificar se há um grupo específico de pessoas sofrendo o abuso trabalhista e se há relação com o uso de mão de obra terceirizada. Achados indicam que a mão de obra mais utilizada foi a de imigrantes latino-americanos, principalmente bolivianos, trabalhando para oficinas terceirizadas de grandes marcas. Identificou-se que jornadas de trabalho superiores a 10 horas por dia e condições degradantes são características comuns a todos os casos de trabalho análogo a escravo apresentado pela ONG Repórter Brasil. A maioria das empresas denunciadas não são Sociedades Anônimas (S.A.) e, por isso, não têm obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras (DF). Foram identificados um total de 20 casos envolvendo 55 empresas. Dessas, apenas oito divulgaram DFs, e dentre elas algumas demonstrações são das empresas holdings dos grupos econômicos donos das marcas envolvidas. Não foram identificadas menções explícitas às denúncias de trabalho escravo nas DFs, embora ao menos duas provisões trabalhistas aumentaram significativamente após as denúncias. Uma das empresas menciona em seu relatório anual, o problema ocorrido no Brasil, em virtude de seus fornecedores terem usado trabalho irregular, mas não há registro correspondente nas DFs. Ao investigar este assunto tão relevante nos dias atuais, o estudo contribui para alertar aos stakeholders sobre os abusos praticados contra os trabalhadores atuando na cadeia produtiva da indústria têxtil brasileira. Além disso, aproxima a contabilidade de seu objetivo social de prover informações para a tomada de decisão para um público expandido. Em especial, poderá auxiliar aos consumidores em suas escolhas conscientes.

## PARTICIPANTES:

JULIANA RAMOS DA FONSECA, YARA CONSUELO CINTRA

## ARTIGO: 3443

TÍTULO: SEGURANÇA E PIRATARIA NAS ÁGUAS BRASILEIRAS

## RESUMO:

Esse trabalho é fruto da minha pesquisa realizada no grupo de estudos de Segurança Marítima no Laboratório de Simulações e Cenários na Escola de Guerra Naval, grupo que se propõe a pensar a segurança marítima a partir da perspectiva brasileira e com foco na delimitação das ameaças nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJBs), tendo como base a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Para tal, objetiva-se a construção de um atlas da segurança marítima brasileira que apresentaria essas ameaças, sua localização geográfica e os principais atores/agências envolvidos em cada temática. O estudo foi dividido em cerca de quinze subtemas que tratarão de questões como: as leis para gestão marítima, combate ao tráfico humano, de armas e de drogas, combate à pirataria, terrorismo, recursos marítimos, meio ambiente marinho. Este trabalho especificamente tratará das questões de segurança e o mapeamento da pirataria (ou roubo armado) no ambiente marinho brasileiro. A grande repercussão internacional sobre o ressurgimento dos crimes de pirataria fez com que o tema fosse evidenciado nas discussões propostas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982). Porém, em sua abordagem foram deixadas lacunas teórico-conceituais capazes de provocar entendimentos diversos tanto no meio acadêmico, como no burocrático-institucional. Portanto, o presente trabalho busca pontuar essas problemáticas advindas do tema pirataria e sua amplitude na área marítima sob jurisdição brasileira a partir do conceito de roubo armado no mar. Para essa análise, o aporte teórico-conceitual será baseado nas principais convenções marítimas elaboradas internacionalmente e também a partir das contribuições desenvolvidas por Alfred Thayer Mahan. Levando as contribuições de Mahan podemos definir o Oceano Atlântico, em sua parte sul, como uma choke point para o governo brasileiro, dado o potencial econômico estratégico da região, tanto pelos índices de exportação e importação por via marítima, como pela gama de recursos energéticos. Sendo essa uma área de importância geopolítica para o governo brasileiro, desta forma, os atos de pirataria e roubo armado devem ser constantemente combatidos nessas águas. Porém, logo no início da pesquisa, percebeu-se a importância da sinalização das lacunas teórico-conceituais citadas antes, uma dificuldade que acaba por

tornar ineficiente a própria repressão de tal crime, devido à falta de uma tipificação penal brasileira para a conduta, submetendo-a ao que alguns teóricos chamam de “jurisdição universal”. Levando isso em conta, a pesquisa visa também mapear quais seriam os principais atores responsáveis pela temática, nas esferas federal, estadual e municipal; quais as regulamentações jurídicas que pautam as ações dos mesmos; quais os principais questões envolvidas; e se há um mapeamento brasileiro da incidência de tal atividade.

## PARTICIPANTES:

CLARA MICHELOTTI GAMA BARBOSA, DANIELE DIONISIO DA SILVA

## ARTIGO: 3495

TITULO: TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS: ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO NAS ÁGUAS INTERIORES, MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA.

## RESUMO:

Esse trabalho é fruto da minha pesquisa realizada no grupo de estudos de Segurança Marítima no Laboratório de Simulações e Cenários na Escola de Guerra Naval, grupo que se propõe a pensar a segurança marítima a partir da perspectiva brasileira e com foco na delimitação das ameaças nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJBs), tendo como base a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Para tal, objetiva-se a construção de um atlas da segurança marítima brasileira que apresentaria essas ameaças, sua localização geográfica e os principais atores/agências envolvidos em cada temática. O estudo foi dividido em cerca de 15 subtemas que tratarão de questões como: as leis para gestão marítima, combate ao tráfico humano, de armas e de drogas, combate à pirataria, terrorismo, recursos marítimos, meio ambiente marinho. Este trabalho especificamente tratará das questões de segurança e o mapeamento do tráfico de drogas no ambiente marinho brasileiro. Nesse contexto, mapearam-se quais seriam os principais atores responsáveis pela temática, nas esferas federal, estadual e municipal; quais as regulamentações jurídicas que pautam as ações dos mesmos; quais as principais questões envolvidas; e se há um mapeamento brasileiro da incidência de tal atividade. Somente considerando que o tráfico de drogas é um dos problemas mais expressivos na sociedade, é que podemos entender a dinâmica atual das instituições estatais brasileiras nas nossas águas. Tal fato promove, de certa forma, a extração de avaliações importantes que possam vir a se tornar parâmetros na tentativa da resolução do problema. Levando isso em conta, a pesquisa é metodologicamente dividida em duas partes: uma quantitativa, expressa sobre indicadores numéricos, da qual se derivará os resultados propostos para a construção do atlas; e outra fundamentada na avaliação reconstrutiva, isto é, amparada pela perspectiva de avaliação crítica do objeto de estudo sem o objetivo de traçar regras explicativas de tal fato. Esse método reconstrutivo se baseia em um parâmetro para a “medição” da eficiência do Estado na aplicação de suas políticas no espaço, tempo e atores previamente delimitados; em outras palavras, tendo, por exemplo, como parâmetro conceitual a segurança cidadã, avaliaremos a eficiência de sua aplicação no estudo de caso.

## PARTICIPANTES:

LUCAS BARRETO RODRIGUES, DANIELE DIONISIO DA SILVA

## ARTIGO: 3950

TITULO: SEGURANÇA MARÍTIMA E A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

## RESUMO:

Resumo Esse trabalho é fruto da minha pesquisa realizada no grupo de estudos de Segurança Marítima no Laboratório de Simulações e Cenários na Escola de Guerra Naval. Este grupo se propõe a pensar a segurança marítima a partir da perspectiva brasileira com foco na delimitação das ameaças nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJBs), tendo como base a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Para tal, objetiva-se a construção de um atlas da segurança marítima brasileira que apresentaria essas ameaças, sua localização geográfica e os principais atores/agências envolvidos em cada temática. O estudo foi dividido em cerca de 15 subtemas que tratarão de questões como: as leis para gestão marítima, combate ao tráfico humano, de armas e de drogas, combate à pirataria, terrorismo, recursos marítimos, meio ambiente marinho. Este trabalho especificamente tratará das questões de segurança e o mapeamento das ameaças ao meio ambiente marinho. De acordo com a CNUDM, os Estados devem tomar medidas necessárias para garantir que as atividades sob sua jurisdição se efetuem de modo a não causar prejuízos por poluição e que tal poluição não se estenda além das áreas onde exerçam direitos de soberania. Levando isso em conta e alinhado com as premissas do projeto, iniciou-se a pesquisa fazendo uma análise que permitiu pontuar que o território brasileiro possui uma rede de bacias hidrográficas que abrange cerca de 12% da água doce do planeta. Para a pesquisa considerou-se que qualquer dano a esse meio ambiente poderia ser considerado uma ameaça enquadrada no que propõe a CNUDM. Nesse contexto, mapearam-se quais seriam os principais atores responsáveis pela preservação e proteção do ambiente marinho, nas esferas federal, estadual e municipal; quais as regulamentações jurídicas que pautam as ações dos mesmos; quais os principais problemas ou ameaças; e se há um mapeamento brasileiro da incidência de danos a esse meio. Como principal ator, identificamos o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que tem, dentre outras atribuições, a competência de criar e promover a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Nessa amplitude, o Brasil possui uma secretaria para Recursos Hídricos, um Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional de Águas, um Plano Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Durante a pesquisa, outro ponto considerado nas questões de segurança e no mapeamento das ameaças ao meio ambiente marinho foram as zonas costeiras. O MMA afirma que são um dos maiores desafios para a gestão ambiental do país - por causa de sua extensão litorânea e diversidade, pois “compõem um amplo e complexo mosaico de tipologias e padrões de ocupação humana, de uso do solo e dos recursos naturais e de exploração econômica”. Assim sendo, dentre outros pontos, a pesquisa apresentará os danos ambientais aos recursos hídricos e as zonas costeiras como temáticas como ameaças as AJBs.

## PARTICIPANTES:

MICHELINE TEIXEIRA DE FREITAS SOUSA, DANIELE DIONISIO DA SILVA

ARTIGO: 1835

TÍTULO: TRANSFORMAÇÕES NA NATUREZA DO CONFLITO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

RESUMO:

Este é um trabalho de iniciação científica sobre Novas Guerras e Conflitos Contemporâneos na América Latina, realizado pelo Laboratório de Estudos Estratégicos Institucionais da graduação de Defesa e Gestão Estratégica Internacional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Afim de corroborar com os estudos da comunidade acadêmico-científica sobre o tema das Empresas Militares Privadas, o autor buscará clarificar estas empresas no que se refere ao seu surgimento, expansão e permanência no mundo globalizado. Verificará até que pontos estas empresas podem influenciar a política de segurança pública de determinados locais, uma vez que EMPs também detêm caráter de segurança – quando ESPs, outro fator de importância é inferir sobre o leque de serviços que as EMPs oferecem, sendo desde atuação em contextos de guerra, até em treinamentos para polícias de países de normalidade institucional. Outra elaboração de suma importância são os instrumentos reguladores desse novo ator privado no estudo da guerra e suas ramificações. Além do mais, o trabalho tem como objetivo responder a questões como: Qual a necessidade internacional em regular as Empresas Militares e de Segurança Privadas? Qual é a diferença entre essas empresas e mercenários? Quais são as externalidades que estas empresas podem causar? Quais são os custos de implementação destas empresas? Como o Estado lida com as EMSPs? As interações entre as EMPs e as Forças Nacionais de Defesa; quão lucrativo são estas empresas no cenário internacional? Estas questões seriam como base de elaboração deste trabalho, afim de inserir uma linha de estudo, além de dar maior compreensão ao processo de legitimação e incorporação destas empresas no cenário internacional. Na composição do estudo de caso será tratado sobre uma Empresa Militar e de Segurança Privada (EMSP) em particular, afim de discorrer sobre sua inserção no mercado, assim como sobre quem a criou – este processo ocorreu por downsizing? –, quais foram os tipos de atores envolvidos no seu crescimento, quais os conhecimentos produzidos por esta empresa que propiciaram sua atuação e eficácia em contextos de guerra e como isso é traduzido para o contexto urbano de segurança pública. Caberá também nesse tópico desenvolver sobre a vastidão da carta de serviço afim de compará-las; explorar sobre quais os clientes que esta empresa pode cooptar, quem busca o serviço, são clientes temporários ou fixos. Ainda, é necessário fazer uma elaboração sobre o mercado, afim de distinguir os ganhos das EMSPs, afim de definir o ponto de sucesso das mesmas. A metodologia será elaborada a partir do estudo teórico de autores, documentos jornalísticos, relatórios científicos elaborados pelo autor durante o período de coleta de informações acerca do tema, aparatos legais de regulação nacional de internacional dessas empresas militares e de segurança privadas e outras análises que o acadêmico considerar conveniente.

PARTICIPANTES:

PEDRO HENRIQUE DO NASCIMENTO ALENCAR, DIOGO MONTEIRO DARIO

ARTIGO: 3003

TÍTULO: ASPECTOS DA ASCENSÃO EUROPÉIA E DECLÍNIO ASIÁTICO DURANTE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL: UMA PERSPECTIVA COMPARADA

RESUMO:

A gênese do poderio militar, político e econômico europeu nos últimos 300 – 400 anos é foco de diversas interpretações no campo da sociologia histórica do capitalismo. Tal característica era vista como parte de um excepcionalismo do continente, onde o desenvolvimento socioeconômico era oriundo de características internas da sociedade, o que coloca o processo de industrialização como algo necessariamente ligado à Europa, não sendo possível ser replicado em outras partes do mundo. A partir da década de 90, um grupo de historiadores passou a contestar a tradicional narrativa focada no excepcionalismo europeu para explicar o desenvolvimento industrial. Tal debate ficou conhecido como “A Grande Divergência” e caracterizava-se pela utilização de novos dados levantados sobre diferentes regiões da Ásia para questionar os motivos que levaram a Europa a se sobrepor economicamente ao resto do mundo. O presente trabalho objetiva discutir os argumentos apresentados neste debate a partir das obras de dois autores: “A grande divergência”, de Kenneth Pomeranz e “Why Europe grew rich and Asia did not: global economic divergent, 1600-1850”, de Prasannan Parthasarathi. A partir de uma perspectiva comparada como método, busca-se evidenciar os principais fatores elencados em cada obra, a fim de demonstrar as diferenças e semelhanças entre eles.

PARTICIPANTES:

LUANA ANDRADE, ÉRIKA GUEDES DE SOUZA, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

ARTIGO: 3455

TÍTULO: MINUSTAH E O NEXO SEGURANÇA-DESENVOLVIMENTO: UMA RECONSTRUÇÃO DA INTERVENÇÃO INTERNACIONAL NO HAITI.

RESUMO:

Até que ponto a articulação das operações de paz da ONU através do nexo segurança-desenvolvimento tem contribuído para a construção de uma paz sustentável nos países alvos de intervenção? Essa é a questão de partida desta pesquisa, a ser examinada com base num estudo de caso em profundidade sobre a Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH). Adotando a abordagem metodológica reflexiva e pós-positivista proposta pela teoria crítica, geralmente chamada de “reconstrução” ou de “crítica imanente”, a pesquisa procura confrontar a realidade da intervenção com os seus valores orientadores, a fim de identificar até que ponto esses valores se realizam de forma plena ou de forma deficiente no contexto

da MINUSTAH. Considerando que a ideia da paz sustentável emergiu de dentro das próprias práticas sociais de intervenção da ONU ao longo de mais de cinquenta anos de experimentações com as operações de paz, adota-se a paz sustentável como valor imanente para guiar a crítica reconstrutiva realizada. Em função da metodologia empregada, essa avaliação não envolve métodos quantitativos ou objetivos, mas sim a interpretação das informações coletadas através de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas a membros da sociedade haitiana no Brasil e no Haiti (realizadas por e-mail com pesquisadores da Universidade Nacional do Haiti). Dentro da dimensão positiva, a reconstrução procura identificar no próprio contexto alternativas de superação das deficiências e patologias sociais observadas, capazes de levar a uma realização mais plena do potencial normativo contido na ideia paz sustentável. Seguindo essa orientação geral, a pesquisa envolve as seguintes etapas principais (1) reconstrução da paz sustentável e dos seus elementos definidores centrais para servir de ideal regulador da crítica; (2) diagnóstico da situação problematizada, envolvendo um trabalho empírico sobre a MINUSTAH e seus impactos locais; (3) crítica negativa, onde se procura expor a realização deficiente do ideal da paz sustentável dentro da situação diagnosticada; (4) identificação do mecanismo causal que permite explicar as patologias sociais provocadas pelo abismo existente entre o ideal da paz sustentável e a sua realização prática no caso examinado; (5) dimensão positiva da crítica, onde se identificam, dentro da própria situação diagnosticada, as potencialidades transformativas capazes de contribuir para a superação das deficiências expostas na fase negativa da crítica. Por enquanto, a pesquisa já concluiu a primeira etapa (reconstrução da ideia da paz sustentável, com a identificação dos seus elementos definidores centrais, a ser utilizada como ideal orientador da crítica) e deu início à segunda etapa (análise dos documentos oficiais da ONU, como Resoluções e Transcrições dos Encontros do Conselho de Segurança sobre a MINUSTAH, a fim de mapear os objetivos de segurança e desenvolvimento assumidos pela intervenção).

**PARTICIPANTES:**

RAPHAEL AUGUSTO SCHNEIDER, LUCAS BARRETO RODRIGUES, GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA

**ARTIGO: 5729****TÍTULO: ETICIDADE DAS AÇÕES CÍVICO SOCIAIS (ACISO) E TECNOLOGIAS GRIN (GENÉTICA, ROBÓTICA, INFORMAÇÃO E NANOTECNOLOGIA): RELATÓRIO PARCIAL DE PESQUISA NETNOGRÁFICA****RESUMO:**

Este texto vem apresentar o consolidado das pesquisas realizadas pelas pesquisadoras para o Laboratório de Estudos Estratégicos e Institucionais. O LEEI tem como um de seus focos de estudo as discussões acerca dos aspectos éticos envolvidos na pesquisa, desenvolvimento e emprego de tecnologias inerentes à área de Defesa. Para isso, o recorte epistemológico foi centrado em abordar as questões éticas relativas a duas temáticas: a pesquisa e ao emprego das Tecnologias GRIN – Genética, Robótica, Informação e Nanotecnologia (GAREAU, 2005); e as Ações Cívico-Sociais – ACISO (BRASIL, 1985, 2015) desenvolvidas pelas Forças Armadas brasileiras. As pesquisadoras entendem que são questões relevantes ao profissional da referida área, uma vez que este poderá enfrentar conflitos éticos na tomada de decisão, especialmente em tempos de excepcionalidades. Os resultados aqui expostos foram obtidos através de pesquisas de natureza qualitativa, netnográfica (KOZINETZ, 2002), concluídas até o momento: um estudo de caso – Competência Moral com Objetivo Educacional na Formação dos Profissionais de Defesa (TAVARES; LIMA; MACHADO; 2016) e três pesquisas – Armas Autônomas Serão as Kalashnikovs de Amanhã - AnOpenLetter; Ação Cívico-Social pelo Olhar dos Diários Virtuais (blogs); Educação em saúde nas ações cívico-sociais das forças armadas brasileiras (TAVARES; LIMA; MACHADO, 2015a, 2015b, 2015c), todos discutidos em eventos acadêmicos em nosso país. A análise conjunta dos mesmos, mostrou que: A) através de comunidades virtuais, pode-se identificar o que o senso comum (SANTOS, 2002) expõe sobre as temáticas, especificamente nos blogs – diários virtuais; B) no que tange às ACISO, novas estratégias devem ser implementadas no processo de ensino-aprendizagem, de modo a promover o alinhamento entre as ações de teor assistencial com as educacionais, uma vez que se verificou a prevalência do caráter assistencial; também será necessário mapeá-las espacialmente destacando as realizadas em áreas inóspitas; e, C) o risco ético-moral de uma tecnologia deve ser considerado tanto quanto o risco econômico, físico ou para o meio ambiente (SOMMERVILLE, 2015). As apresentações e discussões em eventos deram visibilidade à comunidade acadêmica acerca do nexo existente entre as temáticas e a Ética Aplicada, em especial, para os estudos da Defesa. Com relação à eticidade, nos temas pesquisados, a Ética Aplicada constitui-se como ferramenta para a capacitação do analista de Defesa, ao estimulá-lo a empregar deliberações justas, principalmente em situações inesperadas, coadunando sua sensibilidade à sua racionalidade. Para etapa posterior, o grupo objetiva elaborar e disponibilizar online, o mapeamento georreferenciado tanto das ACISO quanto das Tecnologias GRIN como facilitador do diagnóstico situacional, para consubstanciar o planejamento ou a avaliação das ações empreendidas, em todos os seus aspectos, incluindo os aspectos éticos envolvidos.

**PARTICIPANTES:**

SANDRA MARIA BECKER TAVARES, MARIA EDUARDA BRANDÃO MENDES PEDROSO DE LIMA, BÁRBARA NAVARRO MACHADO

**ARTIGO: 5757****TÍTULO: PODCAST “DE OLHO NO FRONT”****RESUMO:**

O “De Olho no Front” é um projeto pensado por três alunos do segundo período de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) - Bernardo Sarmiento Pereira, Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro e Ruan Ricardo Guimarães Silva -, com a coordenação da prof. Daniele Dionísio da Silva, visando a transmissão de conhecimentos de maneira diferente, através da internet. O projeto tem formato de programa de áudio transmitido on demand, o chamado podcast, que pode ser escutado pelo ouvinte a qualquer momento em mídias sociais, dispositivos móveis ou outras plataformas especializadas. O programa é destinado a apresentar temas relacionados aos estudos estratégicos, geopolítica, questões humanitárias, defesa, segurança, política externa e perspectivas de guerra e paz, analisando panoramas nacionais e internacionais. Assim, o programa é uma forma de divulgação acadêmica e científica do que aprendemos em diversas disciplinas durante o curso,



como Geopolítica, Teorias de Segurança e Defesa, Questões Marítimas, Economia Política Internacional, entre outras, sendo recentemente considerado como uma possibilidade de projeto de extensão do curso. O podcast objetiva a transmissão de informações e análises que tem pouca divulgação nos meios de comunicação brasileiros de maneira abrangente, pública e objetiva, com a participação de professores, especialistas, pesquisadores e, até mesmo, outros universitários. A curto prazo, pretende-se que o programa possua periodicidade mensal. Os programas pilotos possuem duração média de 1 hora, o que pode se alterar dependendo da complexidade do tema. Em relação à disponibilidade, o programa será disponibilizado em nosso site (que está sendo confeccionado), no Youtube e no SoundCloud, inicialmente. Os convidados tem sido escolhidos baseados em seu relevante conhecimento na área, sendo no máximo dois convidados por programa. O público-alvo do projeto está dividido em interno, isto é, estudantes de DGEI, e externo, compreendendo a comunidade acadêmica, estudantes do ensino médio e do ensino superior, e, até mesmo, curiosos e interessados em questões internacionais ou de defesa e segurança. No podcast se propõe abordar estes temas de maneira jovem, descontraída e dinâmica, sendo um espaço interativo de troca de conhecimento e informação. Nesse sentido, os criadores visam colaborar para o aprendizado através de dois objetivos principais. Primeiramente, o programa pretende ser mais uma plataforma de obtenção de conhecimentos de assuntos estratégicos e defesa, tanto para os criadores, quanto para os ouvintes. Ademais, a intenção é utilizar o podcast como uma forma importante de divulgação do curso de DGEI em um ambiente interno e externo, o que a maioria dos alunos vê como uma necessidade prioritária. Deste modo, nossa proposta nesse trabalho será um relato dessa experiência, suas dificuldades e conquistas.

**PARTICIPANTES:**

DANIELE DIONISIO DA SILVA, RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO, RUAN RICARDO GUIMARÃES SILVA, BERNARDO SARMENTO PEREIRA

---

**ARTIGO: 466****TÍTULO: A JORNADA DA ARBITRAGEM E A ETAPA DA HOMOLOGAÇÃO À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL****RESUMO:**

O presente trabalho tem por objetivo estudar, analisar e investigar o instituto da homologação no contexto da arbitragem, tendo por base o novo código de processo civil e a lei brasileira de arbitragem de 1996, bem como, de marco teórico, a obra Arbitragem e Processo: um comentário a lei 9.307/96 do professor Carlos Alberto Carmona. A motivação para o tema se evidencia pela ausência de estudos pontuais sobre o instituto da homologação relacionado às sentenças arbitrais. Este estudo é de extrema importância não só para entender como essas sentenças entram no nosso âmbito nacional, mas também como elas influenciam diretamente na escolha e na eficácia da arbitragem, já que é crucial para que o laudo seja executado dentro do país. Dessa forma, por meio de pesquisa qualitativa que abrange o lapso temporal de 2015 a 2017, artigos e bibliografia, se tentará analisar e investigar a relação entre esses dois institutos delicadamente associados entre si, sendo portanto, dignos de comentários e atenção por parte do mundo jurídico.

**PARTICIPANTES:**

AMANDA MAIA, GIULIA VALENTE DE LACERDA CUNHA, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

---

**ARTIGO: 660****TÍTULO: A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES HIPERVULNERÁVEIS CONTRA PUBLICIDADE ILÍCITA****RESUMO:**

O presente trabalho trata da proteção das crianças e adolescentes na relação de consumo e as repercussões de seu reconhecimento como hipervulnerável. Quando se trata de proteger a criança e adolescente, reconhecidos como pessoas em desenvolvimento, o momento da relação contratual de consumo mais relevante para sua é a fase pré-contratual, em que ocorre a oferta de produtos e serviços. Sendo a publicidade a forma mais corriqueira de oferta, sua regulação se torna essencial à proteção da criança e do adolescente. No Brasil, as principais ferramentas do mercado para a persuasão do público infantil são a publicidade na televisão e na internet, sendo este cada vez mais cedo chamado a participar do universo adulto quando é diretamente exposto às complexidades das relações de consumo, sem que esteja efetivamente preparado para isso. O objetivo deste trabalho é verificar como a publicidade dirigida a este público vem sendo regulada a se está respeitando o equilíbrio entre a proteção necessária e a possibilidade de existência de algum tipo de publicidade destinada às crianças e aos adolescentes, já que eles têm direito à informação e à cultura que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O trabalho utiliza como dados empíricos as decisões presentes no site do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) sobre a publicidade infantil, as decisões no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e as notificações extrajudiciais realizadas pelo Instituto Alana. Além disso, a pesquisa procurará apresentar como a doutrina e a jurisprudência consideram adequada a proteção da criança e do adolescente no âmbito da publicidade, tendo em vista sua condição de hipervulnerável e a atuação do CONANDA. Como resultado parcial, já se visualiza que os casos merecedores de maior atenção do CONAR são aqueles em que se realiza publicidade imperativa, prevista na seção 11 do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. No entanto, ainda sobre a questão, é importante comparar o entendimento do CONAR com o do STJ, no que tange à compreensão do que venha a ser considerado apelo imperativo. Assim, a partir da pesquisa, espera-se encontrar alteração ou proibição da publicidade infantil baseada em motivos dirigidos especificamente a este público, como por exemplo: sugestões de consumo vocalizadas pela própria criança ou adolescente, exemplos de comportamentos não educativos, de condutas violentas, irregulares e perigosas (quando relacionadas à publicidade de algum produto voltado ao público infanto-juvenil), estímulo ao consumo excessivo de guloseimas. Espera-se, ainda, encontrar decisões em que o pedido de retirada da publicidade voltada a este público seja negado, em atendimento a seu direito de ser informado.

**PARTICIPANTES:**

JULIANA RIBEIRO PERLINGEIRO MENDES, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: 822

TÍTULO: A POLÍTICA DE RECONHECIMENTO E A ALTERAÇÃO REGISTRAL DE TRANSEXUAIS NÃO SUBMETIDOS À CIRURGIA: UM ESTUDO DA JURISPRUDÊNCIA FLUMINENSE

RESUMO:

A efetivação dos direitos das minorias no Brasil ganha visibilidade nos dias atuais, remetendo à relevância que os direitos fundamentais adquiriram no pós 2.ª Guerra. Resgatar os valores éticos e a tutela dos direitos de grupos que vêm sendo historicamente perseguidos é fazer jus a uma sociedade mais justa e igualitária. Neste sentido, torna-se importante pesquisar a efetivação dos direitos de pessoas transexuais, transgêneros e travestis, notadamente no que diz respeito à possibilidade de alteração do nome e sexo registral dos que não realizaram cirurgia de redesignação de sexo. Essa alteração é possível? De que forma este direito se relaciona com o debate sobre direito ao reconhecimento? O objeto da presente pesquisa é, partindo destas perguntas, analisar os aspectos jurídicos relevantes do direito à alteração registral à luz do paradigma do reconhecimento. Elencam-se, em meio a isso, dois objetivos de ordem geral: (i) analisar a possibilidade da alteração registral no ordenamento jurídico constitucional vigente, e (ii) investigar se tal direito pode ser entendido como uma política de reconhecimento. De maneira específica, temos como objetivo entender como o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vem apreciando a questão, incluindo também no debate recente decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre a temática. Os referidos objetivos se integram no intuito de averiguar a facticidade da hipótese: a alteração registral de transexuais não submetidos à cirurgia, entendida como sendo política de reconhecimento, é plenamente possível e necessária, de tal maneira que o TJRJ vem avançando seu entendimento sobre o tema. Utiliza-se o método hipotético-dedutivo apoiado em revisão bibliográfica, legislativa e jurisprudencial. Bibliografia básica: FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Tradução de Márcia PRATES. Brasília: UnB, 2001, p. 245-282; TAYLOR, Charles. The politics of recognition. Princeton: HONNETH, A. Luta por reconhecimento. Tradução de Luiz REPA. São Paulo: 34, 2003; Princeton University Press, 1992; BENTO, Berenice; PALÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Estudos feministas. 20(2):256. Florianópolis, maio-ago. 2012; CORBO, W. Por que não uma igualdade “para valer”? reconhecimento, minorias e a vedação à discriminação indireta no Brasil. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PARTICIPANTES:

ALEXANDRE DANTAS, WALLACE DE ALMEIDA CORBO

ARTIGO: 1616

TÍTULO: RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES PATERNO-FILIAIS

RESUMO:

RESUMO A possibilidade de aplicação do instituto da Responsabilidade Civil nas Relações (RCRF) Familiares, especificamente nas relações paterno filiais, no ordenamento jurídico pátrio. INTRODUÇÃO A nova perspectiva civil-constitucional dada à família pela CR/88, permitiu o reconhecimento da pluralidade de modelos familiares e a sua proteção. No entanto, o avanço se deu até o momento da tutela dos nominados danos morais in re ipsa, compensados independentemente de comprovação de dor, sofrimento e humilhação. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo elaborar uma proposta sobre a dimensão da RCRF, especialmente nas relações paterno filiais, demonstrando a necessidade de reflexão sobre o que representa a tutela da dignidade da pessoa humana inserida na família, bem como a possibilidade de reparação dos danos morais efetivamente causados nesse âmbito. JUSTIFICATIVA A possibilidade de indenização por danos morais em caso de abandono afetivo permanece controversa tanto na doutrina quanto na jurisprudência, razão pela qual é necessário cautela para responder a indagação sobre qual seria a maneira mais eficaz para proteger e reparar os danos sofridos pela pessoa humana no contexto das relações paterno-filiais. O voto da Ministra Nancy Andrighi foi de grande contribuição para a consolidação da tese, já que foi consignado que o abandono afetivo constitui descumprimento do dever legal de cuidado, criação, educação e companhia, presente, implicitamente, no art. 227 da CR/88 e no art. 1.634 do CC/02, omissão que caracteriza ato ilícito passível de compensação pecuniária. Importante também abordar o abandono afetivo inverso, a teor da segunda parte do art. 229 da CR/88. OBJETIVOS Objetiva-se assimilar o papel da família como instrumento da promoção da dignidade da pessoa humana nas relações paterno-filiais; compreender a proteção dos direitos da personalidade nessa área, bem como a evolução e abrangência do instituto da RC e a sua aplicação; contribuir teoricamente para responder a indagação sobre qual seria a maneira mais eficaz para proteger e reparar os danos sofridos pela pessoa humana nesse contexto e perceber o impacto da jurisprudência na sociedade e nas instituições, tendo em vista os novos paradigmas da responsabilidade civil nessas relações. METODOLOGIA Serão delimitadas as áreas de investigação para o melhor desenvolvimento da pesquisa e para sustentar a hipótese de que a RC nas relações paterno-filiais se encontra em fase de plena consolidação no ordenamento brasileiro. O método utilizado é do tipo hipotético-dedutivo, baseado na apresentação de situações problema, a serem submetidas a tentativas de refutação, podendo conduzir à sua confirmação ou falseamento, por meio da releitura dos institutos tradicionais do direito privado. Possui como principal instrumento de análise o recurso às diretrizes doutrinárias do Direito Civil, em conjunto da legislação pertinente, além de serem estudados e confrontados casos concretos tratados pela jurisprudência.

PARTICIPANTES:

JONATHAN DE OLIVEIRA ALMEIDA, JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE, LARISSA PESSANHA DE SOUZA

ARTIGO: 2332

TÍTULO: RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

RESUMO:

**RESUMO** A possibilidade de compensação por dano moral nas relações entre cônjuges e suas aplicações no Direito brasileiro INTRO A relação conjugal é, no direito de família, um dos ramos que mais sofreu mudanças com o passar do tempo. No CC/1916, o casamento era uma das únicas formas de concepção de família, com o marido no centro da relação familiar e a esposa a ele submissa. Ante as novas estruturas e rupturas da ideia de família, a exemplo da Lei do divórcio, o CC/02, em seu art. 1511, estabelece o casamento como a comunhão plena da vida, baseada na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, dentre eles: a fidelidade recíproca; a vida em comum no domicílio conjugal; a mútua assistência; o sustento, guarda e educação dos filhos e o respeito e consideração mútuos. Embora previstos em lei, o descumprimento desse deveres não enseja, expressamente, algum tipo de sanção. Assim, a jurisprudência atual não é pacífica quanto ao reconhecimento ou não da RC em relação ao cônjuge que se sente prejudicado com o comportamento do outro JUSTIFICATIVA Trata-se de pesquisa doutrinária e jurisprudencial acerca do cabimento de dano moral nas relações conjugais, tendo em vista a tramitação, no CN, do PL 5716/2016. Este projeto prevê hipótese de compensação por danos morais ao cônjuge que descumprir quaisquer dos deveres conjugais elencados no art. 1566 do CC/02, em especial do dever de fidelidade. Uma vez promulgada a lei a que se refere o projeto, lhe será conferida efeito erga omnes, de modo a vincular todas as relações conjugais já estabelecidas, bem como as vindouras OBJETIVOS Assimilar o papel da família como instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana nas relações conjugais; questionar a vigência dos chamados deveres conjugais ante os novos paradigmas que circundam a constituição da família; compreender os direitos da personalidade nessa área, bem como a evolução e abrangência da RC e sua aplicação nas relações conjugais, seja em sede de descumprimento dos deveres conjugais, seja quando da dissolução do casamento; analisar a maneira mais eficaz para evitar e reparar os danos sofridos pela pessoa humana nesse contexto e perceber o impacto da Jurisprudência na sociedade e nas instituições, tendo em vista os novos paradigmas da RC nessas relações METODOLOGIA Serão delimitadas as áreas de investigação para o melhor desenvolvimento da pesquisa e para sustentar a hipótese de que a RC nas relações conjugais se encontra em fase de plena consolidação no ordenamento brasileiro. O método utilizado é do tipo hipotético- dedutivo, baseado na apresentação de situações problema, a serem submetidas a tentativas de refutação, podendo conduzir à sua confirmação ou falseamento, por meio da releitura dos institutos tradicionais do direito privado. Possui como principal instrumento de análise o recurso às diretrizes doutrinárias do Direito Civil, em conjunto da legislação pertinente, além de serem estudados e confrontados casos concretos tratados pela jurisprudência

**PARTICIPANTES:**

JONATHAN DE OLIVEIRA ALMEIDA, JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE, LARISSA PESSANHA DE SOUZA, THAIS DE OLIVEIRA ORIGUELA, ALEXANDRA GENEROSO PEYROTON

**ARTIGO: 3131****TÍTULO: A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COMO UMA CLÁUSULA DE REMISSÃO CONSTITUCIONAL****RESUMO:**

O Direito Civil oitocentista, marcadamente liberal e individualista, consagrava o paradigma voluntarista. A vontade era tida como um valor em si, prescindindo de um juízo de compatibilidade com a Constituição num ambiente jurídico essencialmente formalista. Contudo, o avanço dos estudos da teoria dos princípios revelou que os princípios constitucionais têm força normativa e, por esta razão, podem ser aplicados diretamente às relações privadas. Com base nesse pressuposto, defende-se a inserção do direito civil na legalidade constitucional. Dentro da lógica de constitucionalização do direito privado, emergem os chamados novos princípios contratuais. A função social do contrato, princípio contratual inserido no artigo 421 do Código Civil de 2002, é uma concretização da solidariedade social. A incorporação da função social do contrato teve como consequência a projeção da noção de ordem pública para o direito privado de modo que o intérprete deve promover uma investigação das finalidades que cada parte contratante visa a atingir tendo como parâmetro os princípios constitucionais. Nesse sentido, a vontade deixa de ser um valor em si e qualquer ato de autonomia privada só tem merecimento de tutela se realizar um valor constitucional. Cabe ressaltar, todavia, que a leitura constitucionalizada da função social do contrato não impede a extração de normas ideologicamente conflitantes na medida em que a Constituição de 1988 reveste-se de caráter compromissório. Esses conflitos existem por uma razão básica: a constitucionalização do direito privado insere-se num movimento mais amplo de evolução hermenêutica, que derrubou as concepções formalistas e inaugurou a perspectiva pós-positivista, esta permeável à argumentação moral. Como a Constituição consagra princípios conflitantes, os valores constitucionais podem fundamentar posições ideológicas radicalmente distintas. Dessa maneira, de um lado, a função social do contrato pode ser vista, a partir da "Law and economics", sob uma perspectiva liberal; e de outro lado, pode ser entendida como instrumento de promoção de justiça social por intérpretes que, ideologicamente, se alinham à tradição esquerdistas. Defende-se que qualquer entendimento radical é equivocado. Não resta dúvida de que o princípio da função social do contrato representa um limite ao exercício da autonomia privada. Surge, contudo, a dúvida acerca da natureza desse limite. Defende-se, nesse trabalho, a tese da função social do contrato como um limite interno da autonomia privada por meio da imposição aos contratantes de deveres extracontratuais socialmente relevantes. Essa é a tese que melhor se compatibiliza com o atual modelo hermenêutico do direito civil. A função social do contrato, nesse sentido, atua como uma cláusula de remissão constitucional.

**PARTICIPANTES:**

VICTOR FERREIRA DIAS DUARTE DA COSTA, GUILHERME MAGALHAES MARTINS, JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE

**ARTIGO: 989****TÍTULO: ELEMENTOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL CONCORRENCIAL****RESUMO:**

A caracterização da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, em regra, está baseada na existência de três elementos: (i) ato ilícito, (ii) dano e (iii) nexo causal. Com efeito, no âmbito da Lei Antitruste, o direito de acionar a justiça

para obter indenização pelas perdas e danos causadas por infrações à ordem econômica é garantido pelo artigo 47. Entretanto, apesar da nitidez sob o ângulo normativo, a responsabilidade civil concorrencial não tem auferido eficácia. Isso ocorre porque quando sobrepomos os elementos da responsabilidade civil às vicissitudes das infrações à ordem econômica emergem diversos problemas de ordem material e processual relativamente a cada um dos elementos indispensáveis a responsabilização. Como equalizar a responsabilidade civil objetiva dos ilícitos concorrenciais com a responsabilidade subjetiva dos ilícitos civis? Como demonstrar a extensão do dano causado pelo ilícito concorrencial? É cabível a inversão do ônus da prova ou a prova emprestada? Como evidenciar o nexo causal entre uma conduta anticompetitiva e a exclusão de um concorrente do mercado? Essas são apenas algumas das questões que causam perplexidade. Destarte, o presente estudo analisa como cada um dos elementos de responsabilidade civil se comporta diante das infrações à ordem econômica. Essa análise conta com a exposição dos principais problemas diagnosticados pela doutrina e pela jurisprudência e procura apresentar possíveis caminhos para efetivação da responsabilidade civil concorrencial.

**PARTICIPANTES:**

CIRO SILVA MARTINS, JOÃO MARCELO DE LIMA ASSAFIM

**ARTIGO: 1893****TÍTULO: A RELEVÂNCIA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS NO BRASIL E O PAPEL DA RESOLUÇÃO 125 DO CNJ****RESUMO:**

Bastante relevante é o tema de valorização do uso de Métodos Autocompositivos de solução de conflitos. Apesar de uma demanda litigiosa crescente, a discussão sobre a Institucionalização do consensualismo no Direito Brasileiro é recente e os meios de se realizar o aperfeiçoamento desse instrumento de pacificação social ainda são nebulosos e ineficazes. Ambos os meios de autocomposição, Mediação e Conciliação, atuam como eficientes mecanismos de solução de demandas. Eles buscam, pautando-se em princípios jurídicos, permitir amplo acesso à justiça, adequar a solução do conflito ao contexto fático, aumentar participação social e, dessa forma, reduzir a saturação da máquina pública. Além disso, ao optar pela autocomposição, favorece-se a coexistência das partes, o indivíduo torna-se menos propenso a retornar em juízo e subverte-se a lógica majoritariamente maniqueísta que circunda os procedimentos habituais de resolução de lides. Entretanto, a simples constatação dos efeitos gerados não é suficiente para tornar a autocomposição uma ferramenta jurídica plenamente eficaz. Obstáculos de várias espécies são encontrados, desde o simples desconhecimento sobre o tema, passando pelo histórico de regulamentações completamente lacônicas e omissas em relação ao modus operandi de ambas as técnicas, e terminando na falta de políticas públicas aplicáveis e estruturadas. Sendo assim, a fim de reverter tal conjuntura, vivenciamos um intenso processo de valorização de meios alternativos de solução de lides. A Justiça do Trabalho se firmou como pioneira no tema, influenciando novas legislações, como o NCPC de 2015, que versou de forma mais enfática e resoluta acerca do tópico do que o diploma anterior. Institucionalizar os métodos autocompositivos se revelou primordial para garantir seu êxito frente aos paradigmas jurídicos surgidos com as novas demandas sociais. Destarte, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça, instituição pública responsável por aprimorar a atuação do Sistema Judiciário Brasileiro, apresentou a Resolução 125, que busca estruturar o instituto da Mediação e Conciliação por meio de instruções e diretrizes que se propõem a lapidar a prática da Autocomposição no Brasil. O presente projeto tem como propósito a análise do processo de Institucionalização dos Métodos Autocompositivos de Solução de Conflitos no Brasil com ênfase no papel da Resolução 125/2010 da CNJ e das 5 diretrizes observadas por meio da interpretação dos artigos. São elas: A edificação de Políticas Públicas; A Capacitação de profissionais; Ordenação de Incentivos Externos; Uniformização de procedimentos e Criação de Juízos especializados. A metodologia utilizada segue o critério Hipotético-Dedutivo, baseando-se na existência das 5 diretrizes para prognosticar um já existente método de Institucionalização dos métodos autocompositivos de solução de litígios, sustentando-se na produção legislativa brasileira, mais especificamente na Resolução 125 do CNJ, no período de 2010 à 2017.

**PARTICIPANTES:**

ISABELA PUREZA, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

**ARTIGO: 3652****TÍTULO: O USO DE LEMBRETES MORAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO****RESUMO:**

A crescente movimentação anticorrupção na sociedade brasileira traz diversos debates sobre o tema. São vários os focos de preocupação, principalmente no que tange a criação e mecanismos de compliance e transparência das ações de governança. A preocupação não é somente com o robustecimento das instituições: está também em formatar grupos sociais que não naturalizem condutas corruptas e corruptivas. O presente estudo tem como objetivo apresentar alguns dos possíveis aportes da economia comportamental que criam incentivos no ambiente (âmbito público-estatal) para o combate à corrupção. A constatação de que o comportamento humano não segue uma lógica estritamente racional, variando conforme experiências, contextos e sociedades, e por vezes sofrendo de limitações decorrentes de vieses e heurísticas, a um só tempo, abre um campo de novas ferramentas e possibilidades de combate à corrupção, mas também impõe dificuldades adicionais, relativas à necessidade de que o formulador das políticas públicas atente para esses fatores, em adição àqueles já tradicionalmente considerados pelo Direito. A hipótese do trabalho seria que políticas de combate à corrupção em agentes públicos estaduais são mais efetivas se não somente punirem, mas reduzirem as oportunidades de corrupção, com base em dados obtidos pela economia comportamental aplicada a contratos públicos. O trabalho propõe a utilização de lembretes morais como mecanismos de incentivo a práticas afastadas da corrupção. Experimentos com lembretes morais sugerem que nossa tendência para trapacear poderia ser diminuída se recebêssemos lembretes sobre padrões éticos. No que tange à metodologia empregada, a sistemática de pesquisa deverá obedecer a alguns ditames gerais no seu curso pragmático: (I) modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que sirvam de



diretriz para a sustentação e defesa de nosso argumento central dentro do processo de redação, firmando-se aqui a indiscutível necessidade de textos críticos àqueles que adotaremos como base de raciocínio; (II) o delineamento da extensão e profundidade dos tópicos abordados e o mapeamento de textos doutrinários e legais com que se deve tratar o material recorrente ao objeto de estudo. Para ser específico, o marco teórico cinge-se a regulação comportamental de matriz norte americana. Em sede de conclusões parciais, uma alternativa possível para práticas anticorrupção está na construção de arquitetura de escolhas que tragam alarmes morais para desnaturalizar as práticas corruptas e corruptivas. É uma forma de controle do ambiente, instrumento que atua complementarmente e que incide diretamente no grupo social, em que os indivíduos são conduzidos a enfrentar ou resistir a práticas corruptas. Dentre diversas possibilidades, os lembretes morais são apenas uma das formas de controle de ambiente, mas se mostra uma das mais eficientes, se foram levadas em consideração seus custos políticos de implementação.

**PARTICIPANTES:**

GABRIELA CARRARA, LORENA VIEIRA RIBEIRO, CARINA DE CASTRO QUIRINO

ARTIGO: 5801

TÍTULO: TERCEIRIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA CRÍTICA DAS RELAÇÕES DOS TERCEIRIZADOS COM A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

**RESUMO:**

Neste trabalho abordaremos o tema da terceirização a partir de uma análise de campo, feita na Faculdade Nacional de Direito, partindo do pressuposto e embasamento teórico de que existem certos aspectos subjetivos, no âmbito dos relacionamentos interpessoais e na estrutura local, que permeiam o cotidiano dos trabalhadores terceirizados da Faculdade em questão. Aspectos esses que abordaremos de forma a criticar as consequências implícitas da terceirização. 1. Objetivos Temos como objetivo deste trabalho investigar a existência de fatores que promovam uma certa diferença entre a experiência empregatícia e social de trabalhadores terceirizados e não terceirizados dentro da Faculdade Nacional de Direito. Assim como, promover, no meio acadêmico, a conscientização sobre os fatores investigados, dada a importância desses trabalhadores em questão para o bom funcionamento da Faculdade. 2. Metodologia Para o desenvolvimento desse trabalho, fizemos uma investigação de campo, através de entrevistas, as quais envolviam trabalhadores terceirizados do setor da segurança e da limpeza, que por sua vez deram suas perspectivas e opiniões sobre as perguntas propostas. A abordagem foi de cunho informal, visando construir um diálogo, de certa forma mais natural para os entrevistados em questão. 3. Desenvolvimento Ao abordar uma análise sobre a relação dos terceirizados com a Faculdade Nacional de Direito, buscamos individualizar os dois setores de funcionários: terceirizados da limpeza e terceirizados da segurança. Essa individualização torna-se fundamental uma vez que cada um desses setores possui relações e demandas claramente distintas. Para analisar de modo específico, dividimos o trabalho em quatro pontos fundamentais a partir de uma ótica que valoriza a opinião desses trabalhadores, como fator fundamental: 1) Da localização espacial dos funcionários e as condições de suas instalações dentro da faculdade: com esse tema, buscamos compreender como os funcionários se distribuem espacialmente pela instituição e se há uma relação entre essa distribuição e uma estratégia de poder. Buscamos, igualmente, analisar as condições das instalações destinadas aos funcionários terceirizados. 2) Das relações dos terceirizados com o alunado e o corpo docente: Nesse tema, objetivamos responder algumas perguntas, como: existem vínculos pessoais? Os funcionários recebem tratamento adequado? 3) Da noção de pertencimento à instituição: trata-se de uma abordagem que almeja investigar se os funcionários criam ou não vínculos com a faculdade e de que forma a terceirização pode influenciar isso. 4) Da hierarquia: existe uma concepção de hierarquia na perspectiva dos trabalhadores? Cabe aqui opor duas distintas formas de hierarquização: entre os próprios terceirizados e entre estes e os empregados concursados. Essas noções existem de fato? 4. Conclusão A ser concluído.

**PARTICIPANTES:**

LETÍCIA ROSA CORREIA, JOÃO PEDRO BAKKER FRANCO DE SÁ, ANGELICA FONSECA AFONSO, MAYRA VIANA, LIVIA DE MEIRA LIMA PAIVA

ARTIGO: 1933

TÍTULO: A DUPLA HIPERVULNERABILIDADE: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COM SÍNDROME DE DOWN E SUA PROTEÇÃO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

**RESUMO:**

A presente pesquisa tem como objeto o estudo de uma nova categoria jurídica, a dupla hipervulnerabilidade, a partir da proteção das crianças e adolescentes com Síndrome de Down no âmbito das relações de consumo. O Código de Defesa do Consumidor tem como mecanismo para garantir a igualdade formal-material aos sujeitos da relação jurídica de consumo o princípio da vulnerabilidade. Desde o julgamento do REsp 586316 / MG em 17/04/2007, o Superior Tribunal de Justiça ao julgar um caso envolvendo o direito de informação reconheceu a vulnerabilidade agravada ou hipervulnerabilidade de uma parcela minoritária e amiúde discriminada ou ignorada, e que mais sofre com a massificação do consumo e a "pasteurização" das diferenças que caracterizam e enriquecem a sociedade moderna. Ser diferente ou minoria, como é o caso das crianças e dos adolescentes que ainda não adquiriram a maturidade física e intelectual, ou por doença, como é o caso das pessoas com Síndrome de Down, tal como reconheceu o referido acórdão para o caso dos celiacos "não é ser menos consumidor, nem menos cidadão, tampouco merecer direitos de segunda classe ou proteção apenas retórica do legislador". Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo investigar o surgimento de uma nova categoria jurídica, a dupla hipervulnerabilidade, a partir do entrecruzamento das vulnerabilidades agravadas das crianças e adolescentes que possuem Síndrome de Down. Além disso, pretende-se descrever como este grupo duplamente hipervulnerável é protegido tanto pela legislação, como pelas decisões judiciais, especialmente no âmbito dos tribunais superiores. Para isso, utiliza-se como fonte para a construção do conceito de dupla hipervulnerabilidade os julgados que mencionam a vulnerabilidade agravada e a doutrina especializada sobre o tema. O método utilizado é o hipotético-dedutivo, baseado na apresentação de

situações problema, sendo submetidas a tentativas de refutação, por meio da jurisprudência e das diretrizes doutrinárias de institutos do direito civil. A partir de um levantamento prévio, tem-se que os primeiros resultados apontam para a maior incidência de ações relacionadas a planos de saúde, inferindo que os hipervulneráveis em questão encontram-se muito aquém do mercado consumidor em sua completude, gerando, diante de tais deficiências, indenizações por dano moral.

**PARTICIPANTES:**

ISABELA SOUZA E SILVA, THAINÁ CAMACHO, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: 1942

TÍTULO: VULNERABILIDADE E O CONSUMO: A QUESTÃO DOS DEFICIENTES MENTAIS

**RESUMO:**

O referente trabalho visa o estudo das relações de consumo diante dos deficientes mentais com as mudanças estabelecidas pela Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 - Estatuto do deficiente, dentro do ordenamento jurídico brasileiro. As mudanças obtidas com a vigência deste Estatuto concebem importantes alterações na realização dos atos da vida civil. Acerca do Instituto da capacidade civil percebe-se que, conforme o art. 3, II e art. 4, III do Código Civil de 2002, os deficientes mentais eram considerados como absolutamente e relativamente incapazes, respectivamente. Por outro lado, após o referido Estatuto os mesmos foram retirados dos dispositivos, surgindo assim discussões doutrinárias acerca da sua (in)capacidade. Razão essa que leva a escolha destes indivíduos como escopo da nossa pesquisa. Portanto, o que a presente análise incita, sob o novo olhar da referida lei, é o levantamento de uma indagação de se e como é dada a proteção do grupo em questão como consumidores, visto que o instituto da incapacidade foi criado para garantir maior proteção a eles e agora não são mais expressamente mencionados por tal dispositivo. Trata-se de uma pesquisa doutrinária, jurisprudencial e técnica, com enfoque no estudo e na comparação das decisões judiciais anteriores e posteriores a Lei Nº 13.146 de 2015. Ademais, visto a controvérsia entre doutrinadores acerca desta matéria, busca-se avaliar o entendimento da jurisprudência frente a isso. Os objetivos propostos pela referente pesquisa: (i) compreender como a mudança do Código Civil, com o Estatuto do deficiente, altera o instituto acerca da capacidade no Direito tradicional; (ii) analisar como o Direito Civil atual alcança os deficientes mentais; (iii) entender como eles se portam frente às relações de consumo; (iv) estudar a aplicação no caso concreto da divergência doutrinária, e como isso afeta o grupo em questão; (v) apurar possíveis técnicas que poderiam ser utilizadas para inserir esse conjunto de indivíduos nas atividades de consumo. Como metodologia, as áreas de apuração serão delimitadas para o melhor desenvolvimento da pesquisa. O método utilizado é o hipotético-dedutivo, sendo este baseado na apresentação de conjunturas problemáticas, a serem submetidas a tentativas de refutação, podendo conduzir à sua afirmação ou falseamento, por meio da releitura dos institutos tradicionais do direito consumerista. O presente objeto possui como principal instrumento de análise o recurso às diretrizes doutrinárias do Direito Civil, juntamente com a legislação pertinente, como o Código de Defesa do Consumidor em seus artigos 4º, I e 6º. Outrossim, também serão estudados e confrontados casos concretos tratados pela jurisprudência.

**PARTICIPANTES:**

ISABELA SOUZA E SILVA, MARCELLE FIGUEIREDO DAMAZIO, NATHALIA ROSA LOPES, JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE, GABRIEL FERNANDES SANTOS

ARTIGO: 4664

TÍTULO: MULHERES NA CONSTITUINTE: UMA LUTA POR REPRESENTATIVIDADE

**RESUMO:**

O presente projeto é produto de um grupo de pesquisa que pretende colocar em foco no debate acadêmico o processo social, político e econômico que originou o reconhecimento de diversos direitos fundamentais e políticas públicas no texto constitucional de 1988, tendo em vista a importância desse debate a luz dos 30 anos da Constituinte, relacionado-o com a conjuntura política instável atual. Nesse contexto, a pesquisa busca elucidar algumas questões que muitas vezes são deixadas de lado no universo jurídico, o qual ao se propor analisar doutrina e letra de lei sem fazer uma interlocução com os interesses, conflitos e conciliações que se deram ao momento da elaboração da lei, não faz uma interpretação profunda e completa para a que a norma seja compreendida com seus traços históricos e todas as suas especificidades (MOTTA, 1996). Tendo isso em vista, destacam-se os estudos de Thompson sobre a Lei Negra na Inglaterra do século XVIII, nos quais ele identificou a lei como um instrumento de cristalização das relações assimétricas de poder, nesse mesmo sentido temos como objetivo entender de que modo e com quais instrumentos os movimentos sociais garantiram alguns dos seus direitos pleiteados na elaboração do texto constitucional brasileiro atual (THOMPSON, 1997). Dentre os diversos movimentos sociais que se organizaram nesse cenário, essa parte da pesquisa dedica atenção especial ao movimento feminista, a influência dessas mulheres em 1988, visando compreender os debates ao longo do processo constituinte que fizeram com que algumas pautas relativas às mulheres fossem atendidas e outras pautas não foram ao menos discutidas. Para o desenvolvimento da pesquisa, analisam-se os discursos mobilizadores propagados na ANC de 1988, que refletem tanto estereótipos construídos e mantidos até hoje pelo universo jurídico, como aspirações que defendiam uma igualdade formal entre mulheres e homens. Em sequência, personagens da época como deputados, senadores e integrantes do "Lobby do Batom" - denominação dada às mulheres que fizeram pressão junto aos constituintes para que atendessem suas pautas no momento constituinte - serão entrevistados para compor uma base de dados (OLIVEIRA, 2015). Tais dados serão obtidos principalmente pela metodologia de uma pesquisa qualitativa com técnicas de pesquisa empírica, tendo como primeira atividade uma análise bibliográfica da temática para inserção no contexto, uma segunda fase de análise dos anais da constituinte, sendo estes a fonte primária de informação para a pesquisa e, por fim, as entrevistas. Pretende-se com essa pesquisa, a partir do compilamento de depoimentos e registros legais, relatar a história da elaboração da Constituição Federal sobre o ponto de vista daquelas que lutaram para que específicas determinações não fossem excluídas do texto máximo legislativo, visando ressaltar não só a influência dessas mulheres em 1988, mas também fortalecer a solidificação desses direitos na sociedade.

## PARTICIPANTES:

MARINA EVANGELISTA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MAHARA VIEIRA TELES, RAFAELLA MOURÃO

ARTIGO: 5814

TÍTULO: MOVIMENTOS INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 88

## RESUMO:

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa sobre o alcance da atuação dos movimentos sociais na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. De que forma esses movimentos se articularam para estabelecer suas reivindicações, que espaços foram proporcionados para que eles as expusessem e quais foram os resultados legais disso para a atual Constituição visto que a CF de 88 teve um procedimento de elaboração muito peculiar na história do Brasil. Formalmente, representou a redemocratização brasileira após mais de 20 anos de ditadura. Considerando esses pontos principais, foi essencial que nos dividíssemos em subgrupos para analisar as particularidades de cada movimento. Os subgrupos enfocam temáticas específicas pensando na heterogeneidade e no histórico dos movimentos naquele momento. São eles: trabalho, mulheres, negras e negros, indígena, agrária, LGBT+ e cidade. Falarei aqui em especial da participação do movimento indígena. Depois dessa divisão, a pesquisa avançou para as revisões bibliográficas para pensar em uma dimensão sociológica da lei. Para isso, foi preciso que estudássemos bibliografias que abordassem a importância dos sujeitos no processo legislativo. A visão que adotamos para entender lei e transformações foi determinante no decurso da pesquisa. Nesse sentido, E.P Thompson fundamenta essa reflexão sociológica sobre a importância dos agentes sociais na construção do direito. Pensando no contexto dos movimentos indígenas, de fato a oposição à ordem vigente pelos povos originários foi muitas vezes estruturada dentro do próprio aparelho estatal. Isso em certa medida contribuiu para que o movimento compreendesse a ANC como uma via de positividade das suas reivindicações. O próximo passo foi estudar os movimentos indígenas no Brasil. Aqui, foi imprescindível a leitura do texto "Olhos Mágicos do Sul (do Sul)" de João Lino de Oliveira Neves. Seu texto conta com uma análise histórica da articulação desses movimentos, levando em conta suas principais pautas. A partir disso, determinamos qual seria o ponto norteador da pesquisa: a importância de se reivindicar o direito à autodemarcação das terras. Partindo desse recorte, investigamos a estruturação do movimento através do livro: "Os Povos Indígenas e a Constituinte" da autora Rosane Lacerda. A proposta agora é analisar os anais da Constituinte e iniciar entrevistas com os participantes nesse processo. Nota-se que os direitos previstos na atual Constituição foram historicamente conquistados. Se antes os movimentos e suas respectivas demandas foram completamente silenciadas pela ditadura empresarial militar, a Assembleia Constituinte em contrapartida, inaugurou um espaço para a positividade de direitos. O seu processo de elaboração foi traçado por inúmeras lutas que até hoje perpetuam os debates constitucionais. A pesquisa busca lembrar essas lutas enfatizando a relevância dos movimentos sociais para a nossa Constituição e ainda, fazendo um apurado do que ela representa em matéria de direitos.

## PARTICIPANTES:

LUIZA MELLO, RAFAELLA MOURÃO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, MAHARA VIEIRA TELES

ARTIGO: 5852

TÍTULO: ESTUDOS DE DIREITOS DA DIVERSIDADE SEXUAL ATRAVÉS DE AÇÕES DE ALTERAÇÃO DE NOME E GÊNERO DE PESSOAS TRANSEXUAIS

## RESUMO:

A visibilidade e a mobilização política das minorias sexuais no Brasil adquiriram força, aderência e representatividade ao longo do século XXI. Na última década, foram desenvolvidos estudos sobre masculinidade, feminilidade e identidade de gênero, criando um ponto de partida para um estudo mais sistemático do segmento T (transsexuais, travestis e transgêneros) – pessoas cujo gênero e identidade social são opostos ao seu sexo biológico e que vivem cotidianamente como pessoas do seu gênero de escolha (OLAW, 2009). Diante dessa conjuntura, torna-se crescente a demanda pela tutela jurisdicional, na tentativa da garantia de direitos básicos com destaque na efetivação da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CRFB/88) e outros direitos conexos. Dessa forma, a presente pesquisa visa dar visibilidade à causa através do levantamento de casos emblemáticos. Foram analisadas decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, a fim de interpretar as demandas sociais que efetivamente são ajuizadas e, através desse estudo, poder compreender o posicionamento do Poder Judiciário na efetivação dos direitos. As decisões analisadas referem-se à retificação de registro, direito à cirurgia de adequação sexual e alteração do prenome no registro civil. Valendo-se da forma qualitativa, a pesquisa se baseou no método hipotético-dedutivo, no intuito de analisar os casos a partir de 2011, ano do progressista julgamento do STF que aprovou, por unanimidade, a equiparação dos direitos dos companheiros heteroafetivos aos companheiros homoafetivos. A partir da catalogação das demandas judiciais, construiu-se uma ferramenta metodológica, a fim de examinar de forma objetiva todas as decisões mapeadas. Tal ferramenta consiste das seguintes variáveis: i) tribunal; ii) relatoria; iii) resumo da petição inicial; iv) data da distribuição; v) situação processual; vi) dispositivo impugnado; vii) preceito fundamental ou norma constitucional que se alega violado; e viii) atores litigantes. Neste sentido, destaca-se o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça consagrado em sede de Recurso Especial, no REsp nº 1.626.739 – RS, acerca da retificação de prenome e do gênero no registro de nascimento sem a realização de cirurgia de redesignação sexual. A Corte entendeu que tão somente a alteração do prenome ocasionará uma incongruência entre os dados assentados e a identidade de gênero da pessoa, configurando-se, flagrante atentado a direito existencial inerente à personalidade. Essa decisão representa um avanço na efetivação jurisdicional do segmento T, ao garantir a aplicabilidade da cláusula geral de dignidade da pessoa humana. A partir da síntese apresentada, é possível observar que esse grupo de cidadãos possui demandas específicas perante os tribunais brasileiros, em razão das questões de gênero, e os mesmos precisam da garantia desses direitos para evitar retrocessos.

## PARTICIPANTES:

MAYARA FONTANA, GEORGIANA LIMA, EDGAR JOAO JUNIO DE SOUSA, TAIS MAGALHAES MARUCCO, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA

ARTIGO: 5882

TÍTULO: MULHERES PRESAS POR TRÁFICO NO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 4º DO ART. 33 DA LEI DE DROGAS

## RESUMO:

Trata-se de pesquisa quantitativa e qualitativa que teve por fonte os nomes das mulheres encarceradas nos seis presídios exclusivamente femininos do Estado do Rio de Janeiro no dia 03.06.16, como uma fotografia do momento. A partir dessa relação com dois mil nomes listados no "confere", foi foram buscadas suas sentenças condenatórias no portal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (<<http://www.tjrj.jus.br/>>), por meio da ferramenta de consulta processual por "nome". O objetivo inicial da análise consistiu em verificar, nas sentenças condenatórias (no caso das mulheres apenadas) quantas delas respondiam pelo crime de tráfico e em quantos casos houve a aplicação do parágrafo quarto do artigo 33 da Lei 11.343/06 (tráfico privilegiado), para avaliar quantas delas poderiam receber indulto. Em um segundo momento, busca-se identificar o perfil de mulher encarcerada no estado, sendo o trabalho dividido por presídio, para poder obter informações mais precisas sobre essa população alvo da política de drogas repressiva, que cresceu 576% entre 2000-2014. Em relação ao marco teórico, a pesquisa situa-se no campo da Criminologia Crítica, com Alessandro Baratta e de Rosa Del Olmo, e da Criminologia Feminista abolicionista (Angela Davies). A partir da análise das sentenças de primeira instância de presas no estado do Rio de Janeiro, a título de resultados preliminares, foi possível concluir que a maioria das prisões se deu pelo crime de tráfico de drogas, tal como se verifica a nível nacional. Ademais, o grupo verificou que em poucos casos (entre as presas) foi aplicada a causa de diminuição do parágrafo quarto da referida Lei, o que implica na aplicação de uma pena mínima de 5 anos de reclusão e maiores dificuldades de receber indulto.

## PARTICIPANTES:

LUCIANA BOITEUX, RAQUEL ALVES ROSA DA SILVA, NATÁLIA SANT'ANNA DE FIGUEIREDO, SAMUEL MEDEIROS ANDREATTA, BRUNA BANCHIK MOTA SILVA, MATEUS BORGES FRIZZERA GUIMARÃES, LARISSA LEILANE FONTES DE LIMA

ARTIGO: 4595

TÍTULO: ATROFIAS E HIPERTROFIAS DE PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS SOBRE O PRISMA DO CONTROLE DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

## RESUMO:

Recentes decisões do STF sobre o RE 595676 e RE 330817, ampliaram o entendimento de imunidade tributária no texto do art. 150, IV, d, da CF/88 ("livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão") a livros digitais, também conhecidos como "E-Books". Além destas, decisão sobre a RE 574706, acerca da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, gerou manifestação do Min. Gilmar Mendes, afirmando que a decisão do Supremo "encadeia uma reforma tributária judicial". Estes são exemplos da recorrência com que o STF vem causando mutação constitucional ao intervir sobre assuntos de natureza tributária, o que deveria ocorrer somente em casos de excepcionalidade. Ao Congresso, compete a disposição para apreciação ordinária desta temática, como expresso no dispositivo do art. 48, I, CF/88. Porém, ao mesmo tempo que o Judiciário se encarrega da solução de controvérsias por aberturas interpretativas ou silêncio da letra da lei, se observa um não engajamento do Legislativo na criação e formulação de remédios formalmente legais para o preenchimento normativo dessas lacunas. Formam-se então questionamentos sobre os motivos e razões que levam a tal cenário e os impactos deste desenho institucional sobre o comportamento de ambos os poderes. Para analisar esta questão, será utilizado o conceito de atrofia de poderes constitucionais, apresentado por Adrian Vermeule, acerca da maximização ou minimização do potencial institucional sobre determinada matéria dado o exercício ou não de suas prerrogativas legais. Segundo o autor, a não prática destas funções, gera paulatina atrofia das capacidades dos entes omissos, acompanhada de mutações constitucionais que, por sua vez, geram rearranjos que hipertrofiam as capacidades dos entes ativos. A hipótese do projeto é que, sobre matéria tributária, o Congresso não entra em consenso por conflitos de interesse, especialmente entre Estado e União. Isso acaba por atrofiar suas capacidades, gerando-se então um vácuo deliberativo e procedimental. Nisso, o Supremo Tribunal Federal torna-se uma válvula de escape para o contribuinte buscar soluções acerca de controvérsias tributárias. Portanto, será objeto do presente trabalho o estudo do fenômeno da atrofia institucional do Congresso frente a hipertrofia institucional do STF em matéria tributária, no contexto do julgamento do Supremo nos casos paradigmáticos supracitados. Como objetivo geral do projeto de pesquisa tem-se a análise e investigação sobre as formas de diálogo institucional envolvendo o Judiciário e o Legislativo, em situações típicas de recorrente silêncio deste e atuação daquele. Posto isso, o objetivo específico é investigar o porquê de esta dinâmica ocorrer em assuntos de matéria tributária. A metodologia segue o critério hipotético-dedutivo, e compreende os modelos analíticos de pesquisa. A análise espacial ocorre dentro da relação entre Congresso e STF. E o marco temporal se dá desde a instauração da Constituição de 1988.

## PARTICIPANTES:

RODRIGO DA SILVA MACHADO, MAURÍCIO RODRIGUES DE SOUZA FILHO, AUGUSTO CÉSAR PEREIRA SAMPAIO DO NASCIMENTO, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 4665

TÍTULO: A BUSINESS JUDGEMENT RULE E A DISPARIDADE DE APLICAÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E DO PODER JUDICIÁRIO

## RESUMO:



A Business Judgement Rule, inaugurada nos tribunais ingleses e estadunidenses, é o instituto que visa proteger a discricionariedade decisória de administradores. Trata-se de uma exceção à responsabilização do administrador quando este, pautado na boa-fé e no interesse da companhia, toma decisões que, por ventura, em decorrência dos riscos inerentes ao próprio mercado, acaba por trazer prejuízos à companhia. No cenário brasileiro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já consagrou seu entendimento pela importação da referida regra, de forma que a mesma vem sendo aplicada, cada vez mais, em suas decisões. Todavia, haja vista a notória tendência brasileira à judicialização de matérias, ainda que sendo estas do campo de atuação das Agências Reguladoras, como é o caso da CVM, surge o problema da disparidade do posicionamento judicial frente ao posicionamento técnico adotado pela autarquia. A questão central da presente pesquisa é justamente analisar como o instituto do business judgement rule vem sendo aplicado no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários e do Poder Judiciário, tendo em vista a hipótese aqui adotada de que, pela própria sistematização do Estado Regulador, a Agência Reguladora possui condições de manifestar decisões dotadas de maior tecnicidade do que o Judiciário, exatamente pelo fato daquela possuir know-how diferenciado no que tange às questões do mercado mobiliário. Assim, o marco teórico acolhido no desenvolvimento do tema aqui apresentado acompanha o posicionamento adotado por Pedro Henrique Castello Brigagão no que concerne à aplicação do business judgement rule no âmbito da CVM e do direito brasileiro à luz da teoria da capacidade institucional e do Estado Regulador. Destarte, a metodologia de pesquisa utilizada para compor este projeto será a hipotética-dedutiva. O marco temporal se revela na primeira vez em que a business judgement rule foi aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, em fevereiro de 2004. O marco espacial, por sua vez, nas decisões proferidas, tanto pela Agência Reguladora quanto pelo Judiciário, a partir da importação do referido instituto para as demandas brasileiras.

**PARTICIPANTES:**

NATHALIA RODRIGUES VIANA RABELLO ARAUJO, LAURA MARIA NOCITO CAPELLÃO, CARLOS BOLONHA

**ARTIGO: 4762****TÍTULO: O IMPEACHMENT NO BRASIL: AVALIAÇÃO NORMATIVA E PROPOSTAS PROCEDIMENTAIS****RESUMO:**

Em menos de trinta anos de experiência democrática, o Brasil tem vivido situações politicamente adversas. O impeachment, instituto de natureza político-constitucional, tem sido alvo de diversos e intensos debates sobre sua eficácia. A Lei Federal nº 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, é considerada por muitos como retrógrada, velha, que deixa a desejar. Isso fica claro no próprio julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 378, que discute a validade de dispositivos da Lei 1.079/1950 que regulamentam o processo de impeachment de presidente da República. O Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente a referida ação, sendo que a corrente majoritária seguiu o voto do ministro Luís Roberto Barroso, divergente do relator da ação, ministro Edson Fachin, que rejeitava alguns dos principais pedidos feitos da ADPF. Dadas as complexidades políticas da democracia, seria necessário pensar em uma reforma da Lei Federal nº 1.079/1950, de modo que esta defina mais claramente os tipos específicos de crime de responsabilidade ou quaisquer outras situações que se aproximem com a realidade do cenário político atual? O objeto de pesquisa está na regulamentação do procedimento de impeachment disposto na Lei Federal nº 1079/1950 e as questões serão recortadas tão-somente para casos de Presidência da República. Como hipótese da pesquisa, afirma-se: é preciso que o procedimento de impeachment seja fortalecido normativamente com mecanismos institucionais que constriam grupos de interesse políticos fortes no Poder Legislativo. No que tange à metodologia, será empregado o modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que sirvam de diretriz para a sustentação e defesa de nosso argumento central dentro do processo de redação, firmando-se aqui a indiscutível necessidade de textos críticos àqueles que adotaremos como base de raciocínio. Para que o trabalho logre êxito, serão avaliados ambos os processos de impeachment ocorridos no cenário brasileiro, buscando-se comparativamente avaliar os seguintes elementos observáveis: (i) situação macroeconômica do país; (ii) níveis de popularidade; (iii) apoio no congresso; (iv) sociedade civil organizada - apoio de movimentos sociais; (v) acusações atribuídas a cada um dos ex-Presidentes. Após, se buscará verificar em outros ordenamentos jurídicos procedimentos similares ao processo de impeachment e verificar se há modelagem procedimental próxima à brasileira de tal forma que possa servir de base comparativa.

**PARTICIPANTES:**

CARINA DE CASTRO QUIRINO, FABIANO FERREIRA

**ARTIGO: 4776****TÍTULO: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OS ESPECIALISTAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: QUEM SÃO E QUEM REPRESENTAM****RESUMO:**

A Lei nº 9.868/99 introduziu na jurisdição constitucional brasileira o instituto das audiências públicas, possibilitando ao Supremo Tribunal Federal (STF) a oitiva de especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento a fim de instruir a Corte em matérias técnicas e científicas. Desde 2007, data da primeira audiência pública, o STF realizou 21 (vinte e uma) audiências públicas sobre temas diversos. Por meio das audiências, ingressam na Corte argumentos pretensamente dotados de autoridade científica, com alto poder de persuasão sobre o juízo decisório dos Ministros do STF. Contudo, resta necessário um estudo que se detenha sobre a identificação e análise dos especialistas já ouvidos nas audiências realizadas. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende suprir essa lacuna, recuperando, em relação a cada especialista, as respectivas (1) especialidade, (2) titulação, (3) entidade representada, além de (4) analisar a forma e os critérios de convocação adotados para as audiências e (5) identificar os Ministros que assistiram presencialmente a cada exposição oral. A investigação pretende colaborar para a evidenciação dos sujeitos concretos que atuaram como expositores orais, a fim de subsidiar futuras pesquisas contextuais sobre a dinâmica procedimental e argumentativa das audiências realizadas. Parte-se da hipótese de que, a despeito do discurso do STF de reconhecer as audiências públicas como instrumentos de pluralização e

democratização do processo decisório da jurisdição constitucional, o acentuado número de participantes técnicos e cientistas indica sua utilização como via de instrução especializada da Corte, na busca de amparar suas decisões em informações especializadas. Nessa linha, o discurso de legitimação democrática das audiências teria função meramente retórica. Metodologicamente, a pesquisa quali-quantitativa, de viés jurídico-compreensivo, vale-se da análise bibliográfica e documental de fontes doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais, com destaque para as notas taquigráficas das audiências públicas. A investigação abarca todas as audiências públicas realizadas a partir de 2007 (recorte temporal) no âmbito do STF (recorte espacial), a fim de fornecer um quadro completo do enfoque pretendido. Ainda que em fase inicial, a pesquisa já pôde aferir, como conclusões preliminares, a predominância quantitativa de técnicos e cientistas, se comparados a representantes de segmentos da sociedade civil, o que tende a confirmar a hipótese investigada. Destaca-se, ainda, a predominância de representantes de entes estatais em audiências determinadas como a referente à judicialização do direito à saúde, indicando o uso do instituto como via de diálogo intraestatal.

**PARTICIPANTES:**

FÁBIO PRUDENTE NETTO, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE, MARGARIDA CAMARGO, CONSTANCE MONTEIRO DE ARAÚJO MATOS, CAIO FABRÍCIO GALDINO DE AZEVEDO

---

**ARTIGO: 5285****TÍTULO: TEORIA INSTITUCIONAL E PAZ FEDERATIVA: REMODELANDO O CONFAZ.****RESUMO:**

As estruturas básicas do Estado Democrático de Direito, como separação de poderes, check and balances e pacto federativo, estão postas na Constituição Republicana. Se, por um lado, modificações de larga escala nos desenhos básicos do Estado são indesejáveis e possuem resultados imprevisíveis, por outro, intervenções de pequena escala são sempre necessárias ao aprimoramento na ordem institucional no intuito de resolver graves problemas que acometem o sistema, entre os quais se identifica a denominada guerra fiscal. Esta disputa, marcada por ações individualizadas estaduais e distrital de concessão de isenções tributárias, incentivos e benefícios fiscais ilícitos, é patologia que aflixe a macroestrutura do Federalismo, que põe em risco a higidez do Estado brasileiro e causa prejudiciais externalidades, haja vista a falta de previsão, em regra, do impacto que as decisões de agentes políticos estaduais causam sobre as bases fiscais de outras jurisdições, com possíveis efeitos emergentes. Os favores fiscais concedidos à margem da Legalidade ensejam danos ao Erário público, suscitam conflitos federativos e impõem desequilíbrios concorrenciais. A guerra fiscal se dá quando o Estado, em detrimento dos demais, lança mão desses ilegítimos expedientes ao estimular novos empreendimentos econômicos em seu território para promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho regional e lograr ganhos sociais, em afronta dos ditames da alínea 'g' do inciso XII do artigo 155 da Constituição, que remete à lei complementar a tarefa de regular a concessão e revogação de isenções tributárias, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao ICMS e, por sua vez, da LC nº 24, de 1975, que condiciona essa concessão à aprovação unânime dos representantes estaduais no âmbito do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (CONFAZ). As legítimas armas conferidas pela ordem jurídica são, em geral, o consenso no âmbito do CONFAZ e as ações de inconstitucionalidade. Mas, em razão da demora de uma efetiva solução, os entes subnacionais prejudicados, em reação, atuam igualmente contra legem para neutralizar os espúrios expedientes e restaurar o status quo. Pela ineficácia de tais armas, em termos temporais, econômicos e financeiros, propõe-se o redesenho institucional por meio de uma reformulação do CONFAZ, atribuindo ao órgão poderes decisórios de ação imediata, suficientes para declarar a invalidade e sustar a aplicabilidade de normas isentivas e concessivas de favores fiscais estaduais que não observem as normas jurídicas aplicáveis, com a coordenação da União, de modo a prevenir ou debelar potenciais guerras fiscais e, assim, garantir a tão pretendida estabilização e harmonia à República. Tem-se, portanto, por hipótese, que a alteração proposta propiciaria eficaz mecanismo de combate aos deletérios efeitos das guerras fiscais. Metodologicamente, realizar-se-á revisão bibliográfica da literatura pertinente à matéria e dos precedentes administrativos e judiciais relevantes.

**PARTICIPANTES:**

EURICO MOREIRA DA SILVA JUNIOR, IGOR DE LAZARI BARBOSA CARNEIRO, ANTONIO GUIMARÃES SEPULVEDA, CARLOS BOLONHA

---

**ARTIGO: 4630****TÍTULO: DANOS À PESSOA HUMANA NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS - RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET****RESUMO:**

Atualmente, a internet pode ser vista como um dos maiores, senão o maior, meio de comunicação. A massificação crescente desses meios a sua nova forma de utilização pelos consumidores faz necessário os estudos a respeito da regulamentação jurídica que vem sendo dada ao tema. O presente grupo de pesquisa objetiva analisar como vem sendo enfrentado no Brasil o problema quanto a responsabilidade civil dos provedores de internet em casos em que ocorra algum tipo de dano à pessoa humana nas redes sociais virtuais. As redes sociais traduzem a sociedade do espetáculo, na qual estamos incluídos. Paula Sibília analisa as mudanças introduzidas em virtude da popularização dos sites de redes sociais e enxerga como uma nova expressão do eu. A Ministra Nancy Andrighi do STJ no RESP 1308830/RS apontou existirem cerca de 200 processos judiciais em tramitação no STJ envolvendo a empresa GOOGLE. Dessa forma e levando em consideração que a cada ano o uso da internet pelos brasileiros aumenta, proporcionando mais avanços na inclusão digital, o estudo a respeito do tema se revela imprescindível. Em uma análise realizada das decisões judiciais proferidas no Supremo Tribunal de Justiça a respeito do tema é possível perceber a aplicação de dois regimes jurídicos de responsabilidade civil para os casos que envolvem as redes sociais: quanto ao provedor, o afastamento da responsabilidade civil objetiva fundada em atividade de risco (art. 927 § único); a problemática que envolve a qualificação das relações jurídicas no marco do Código de Defesa do Consumidor, embora seja reconhecida a natureza gratuita do serviço prestado nas redes sociais. O grande número de decisões díspares associados à ausência de regulamentação específica, a ausência de legislação que regule o tema, produz nos usuários a

sensação de insegurança jurídica e abre brechas para a ocorrência de abusos no meio virtual. O Marco Civil da Internet, Lei 12.965/14, foi desenvolvido de maneira inédita no Brasil. Através de discussões travadas no meio virtual em que todos poderiam participar, ter acesso e opinar, foi elaborada proposta de texto apresentada ao Congresso Nacional sob o número PL2126/2011. A lei em questão busca sanar qualquer debate sobre o regime de responsabilidade civil aplicado ao estabelecer que a responsabilização dos provedores se condiciona ao recebimento de ordem judicial específica. O presente trabalho científico busca, não só exaltar a iniciativa legislativa do Marco Civil, mas ainda criticar a solução dada, vez que judicializa a questão, podendo maximizar o dano à vítima no caso concreto, visto que o tempo na internet se mostra de maneira distinta a do mundo real. Algumas horas na internet geram danos incalculáveis, levando em conta a sua capacidade de compartilhamento. Com isso, o grupo de pesquisa visa continuar os debates, buscando analisar os conflitos à luz da Dignidade da Pessoa Humana e visando soluções que preservem a pessoa humana e os seus direitos da personalidade.

**PARTICIPANTES:**

STEFANIE DE SOUZA RIBEIRO DE ARAUJO, GUILHERME MAGALHAES MARTINS, MANUELA GOMES SILVA CANDIDO, LUÍZA MARIA CARVALHO NAVES DE OLIVEIRA, RENATA FERREIRA SPÍNDOLA DE MIRANDA, KARINA BORCHERS

---

**ARTIGO: 4726****TÍTULO: TELAS EM TENSÃO - VIGILÂNCIA, CORPO E CIDADE****RESUMO:**

Os grandes eventos, principalmente esportivos, que aconteceram no Rio de Janeiro apontam para grandes mudanças nos modos de controle social. Novos métodos e tecnologias são empregados, como é o caso da Operação Lapa Presente. Essa nova forma de gestão da ação policial traz uma novidade: o uso de câmeras, subjetivas, por parte de seus agentes em operação, que somadas à infinidade de câmeras de vigilância espalhadas por toda a parte, interferem na relação do corpo com a cidade e com os dispositivos. O presente trabalho propõe um estudo sobre os imbricamentos entre máquina, corpo, controle, mise-en-scène e a violação de direitos. A Operação Lapa Presente (OLP) se propõe multidisciplinar, inspirada na então já vigente Operação Lei Seca (OLS). É capitaneada e coordenada pela Secretaria Estadual de Governo e conta com profissionais cedidos pela Polícia Militar, pela Secretaria Especial de Ordem Pública (órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro), pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pela Guarda Municipal e pela Comlurb. Em primeiro de janeiro do ano seguinte, entrava em ação oficialmente a OLP e, em apenas um mês, já lograva os louros de ter “acolhido” 1.151 moradores de rua. Com o advento e a popularização das tecnologias de gravação e projeção de vídeo, temos uma reconfiguração do fazer fílmico e do relacionamento com essas imagens, que geram novas potências. Agora, não apenas o inimigo as dispõe e, embora suas armas possam ser mais poderosas, cabe refletir sobre seu emprego e sobre as possibilidades de serem usadas contra o tal inimigo. O inimigo não é diretamente o Estado ou a OLP, mas o projeto político a que servem, que deve ser desvelado, colocado em relevo, ao passo que percebemos as rupturas e permanências de uma sociedade disciplinar, como levantada por Foucault para uma sociedade de controle, apontada por Deleuze. Pretende-se com o trabalho perceber como o uso dos novos dispositivos de vídeo e controle alteram as relações dos corpos, as alocações nos discursos, os usos dos espaços, as narrativas, as relações entre corpos filmados, as mise-en-scènes e, pois, as auto-mise-en-scènes. Especificamente, pretende-se interrogar sobre a presença e relação entre os corpos na ação da OLP e nos vídeos; produzir um levantamento histórico das políticas públicas para cultura, segurança e organização social no centro histórico do Rio de Janeiro e a quais projetos políticos se prestam; pesquisar os processos legislativos envolvidos na regulamentação do uso de imagens de segurança, por civis e militares; refletir o repositório de imagens da OLP, para onde vão as imagens, quem as acessa, quais suas motivações, finalidades; investigar as ações da OLP e sua aceitação junto a setores diversos da comunidade local; produzir na forma de uma obra fílmica documental, não ilustrativa, mas relacionada às e utilizando das imagens referenciadas no projeto; refletir o uso das imagens e da câmera-armada no que diz respeito às violações de direitos humanos e civis.

**PARTICIPANTES:**

ROBERSON HOBERDAN CORRÊA, JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES

---

**ARTIGO: 4792****TÍTULO: ACESSO AOS MEDICAMENTOS NOVOS E EMERGENCIAIS E A PROTEÇÃO DOS HIPERVULNERÁVEIS****RESUMO:**

O escopo da presente pesquisa é a análise dos sujeitos hipervulneráveis em seu direito de acesso à saúde, especificamente quanto ao pedido de medicamentos novos e emergenciais ao poder público. O grupo dos usuários de medicamentos novos e emergenciais enquadra-se entre os sujeitos considerados hipervulneráveis tanto por não encontrarem tratamento para suas patologias no âmbito do Sistema Único de Saúde como por não possuírem recursos para comprar os medicamentos indicados. Assim, diante da urgência do consumo desses medicamentos essas pessoas hipervulneráveis acabam recorrendo ao Poder Judiciário para tentar manter a vida e a saúde. O objetivo inicial da pesquisa é analisar os fundamentos apontados pelos magistrados em seus julgados referentes a concessão de medicamentos novos e emergenciais pelo poder público e pelos planos de saúde e, com isso, apontar possíveis critérios e limites para a atuação judicial, com o intuito de corroborar a proteção aos hipervulneráveis. Os julgados dos tribunais superiores - STJ e STF - compõem a base empírica deste trabalho. Um resultado preliminar encontrado nesta fase inicial da pesquisa permitiu a delimitação dos sujeitos em dois grupos, de acordo com o resultado encontrados por seus pleitos. Um grupo é composto por aqueles que pedem o medicamento e tem seu pedido acolhido pelo Judiciário e o outro é das pessoas que solicitam o remédio, e têm o seu pedido negado. Assim sendo, espera-se que o estudo das decisões dos tribunais superiores e das normas que possibilitam tais fundamentações, promovam o direito basilar à vida dessas pessoas, irá permitir o entendimento dessa estrutura judicial protetiva aos hipervulneráveis, no âmbito do Judiciário obrigando o Executivo a fornecer os medicamentos, com o intuito de promover o direito e o conhecimento desse campo de estudo tão complexo e cuja discussão é essencial para a preservação dos direitos

para todos os grupos da sociedade.

**PARTICIPANTES:**

CINTIA SIMIÃO DA COSTA PINTO, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS, JULIA DOS SANTOS NUNES

ARTIGO: 5031

TÍTULO: O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA

**RESUMO:**

A presente pesquisa teve por objetivo a abordagem da federalização, por meio de estudo do IDC (incidente de deslocamento de competência), instituído pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que ficou conhecida como “Reforma do Judiciário”. Tal incidente está previsto no art. 109, §5º da Constituição Federal e consiste na possibilidade de o Procurador Geral da República solicitar ao Superior Tribunal de Justiça o deslocamento da competência originária estadual para a esfera federal em causas que houver grave violação aos direitos humanos. Seu objetivo principal é garantir o cumprimento das obrigações assumidas internacionalmente pelo Brasil ao assinar tratados internacionais de direitos humanos. Assim, visa uma efetiva garantia dos direitos fundamentais, além da mera declaração de que eles existem. Há diversas controvérsias sobre o tema, que giram em torno, basicamente, da definição de graves violações, tendo em vista a dificuldade de criação de um rol taxativo de graves violações aos direitos humanos. Tais definições são de extrema importância para que haja um maior rigor metodológico no julgamento da procedência dos incidentes. Todavia, a jurisprudência em construção no Superior Tribunal de Justiça, caminha na direção de aferição da grave violação frente ao caso concreto, sendo a mesma avaliada sob a égide da proporcionalidade e da razoabilidade, com o objetivo de evitar a banalização do incidente de deslocamento de competência e o esvaziamento da Justiça comum estadual. Com base nisso, fez-se uma pesquisa empírica, que teve como fonte o site do STJ, analisando todos os índices de deslocamento de competência propostos no Brasil até os dias atuais. Buscou-se analisar primordialmente, em cada incidente, os seguintes aspectos: (i) se foi e como foi definida a expressão “direitos humanos”, (ii) se foi e como foi definida “graves violações”, (iii) se foram citados Tratados Internacionais de Direitos Humanos e quais foram, e (iv) se há algum aspecto processual que mereça destaque. A partir desta análise, concluiu-se que, quanto à conceituação, não são encontrados os conceitos de graves violações, tampouco de direitos humanos nos acórdãos e relatórios do Superior Tribunal de Justiça. Ambos são apenas observados nos casos concretos, os julgadores somente citam que eles estão presentes naquele caso. Assim, não podemos estabelecer um padrão de quais fatos efetivamente são utilizados pelo tribunal para o deferimento ou não dos incidentes. Portanto, observamos que o incidente ainda está cercado de controvérsias e indeterminações, por isso precisa ser aprimorado, para que possua um resultado mais eficaz.

**PARTICIPANTES:**

LUIZ FELIPE BARBOZA DOMINGUES, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, DENIS ROBERTO PEÇANHA DE SANT'ANNA ALMEIDA, VERÔNICA FERREIRA NORONHA DE BARROS

ARTIGO: 5036

TÍTULO: PERSISTÊNCIAS AUTORITÁRIAS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**RESUMO:**

Historicamente, após o término de regimes ditatoriais, os processos de redemocratização adotam políticas de expurgo de elementos institucionais vinculados à ordem anterior. Contudo, na mais recente redemocratização brasileira, esse expurgo não se deu, favorecendo a persistência de elementos autoritários no atual Estado Democrático de Direito brasileiro, incluindo o Poder Judiciário. Porém, a presença de certo viés autoritário nas práticas sociais brasileiras sugere origem mais antiga e estrutural para essa persistência. A presente pesquisa sobre as persistências autoritárias no Brasil busca reconstruir as bases teóricas de fundamentação das instituições e práticas autoritárias no Brasil, em especial, no tocante ao Poder Judiciário. Essas bases teóricas podem revelar a compreensão de sociedade civil subjacente aos desenhos das instituições estatais e ao programa de interação entre o Estado e a sociedade. Nessa linha, pretende-se identificar (1) os elementos básicos do autoritarismo no pensamento político institucional brasileiro, (2) a influência desse pensamento na institucionalidade do Poder Judiciário, e (3) a presença desse autoritarismo nas práticas judiciais, especialmente, do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o constitucionalista argentino Roberto Gargarella, as sucessivas constituições latino-americanas alteraram a disciplina dos direitos civis e sociais, enquanto mantinham inalterada a organização do poder político, marcada pelo caráter centralizador e antiparticipativo. Conforme a metáfora de Gargarella, a sala de máquinas da Constituição permaneceu fechada ao povo. A análise crítica dos referenciais clássicos sobre o autoritarismo brasileiro, como Oliveira Vianna, Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Bolívar Lamounier, podem auxiliar na reconstrução do papel do Judiciário no desenho centralizador do poder estatal, suprimindo enfoque não desenvolvido pelo autor argentino, mais concentrado nos Poderes Públicos eletivos. Parte-se da hipótese de que o Judiciário brasileiro foi pensado como substitutivo institucional de um povo tido como despreparado para o exercício da titularidade do poder político democrático. Essa subjacente visão da sociedade civil legitimou o desenho e as práticas centralistas e antiparticipativas dos Poderes Públicos, as quais ainda podem ser identificadas na forma como o STF utiliza as audiências públicas. Metodologicamente, a pesquisa qualitativa, jurídico-compreensiva, vale-se da análise bibliográfica de fontes doutrinárias, legislativas e documentais, referentes ao autoritarismo brasileiro (recorte temático), a fim de possibilitar a identificação de viés autoritário ou antidemocrático nas audiências públicas realizadas a partir de 2007 (recorte temporal) no âmbito do STF (recorte espacial). Apesar de ainda em estágio inicial, a pesquisa já identifica o modus operandi solipsista e cientificista do STF, que acaba frustrando as potencialidades dialógicas e democráticas das audiências públicas.

**PARTICIPANTES:**

BRUNA MIRANDA DE CARVALHO, JOSÉ RIBAS VIEIRA, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE



ARTIGO: 5156

TÍTULO: DANO MORAL COLETIVO NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS DE JOGO E APOSTA

RESUMO:

Com o crescimento dos problemas econômicos e a consequente diminuição da receita dos entes federativos, aumentam as discussões sobre medidas para resolver essas questões, inclusive a legalização dos jogos de azar, que merece especial estudo acerca das relações jurídicas a serem desenvolvidas entre as casas de jogos e os apostadores. Como o sistema jurídico brasileiro trabalha com a noção de ato ilícito como principal elemento formador do dano, é fato inconteste a existência de dano moral coletivo decorrente da exploração ilícita de jogos de azar. Entretanto, se legalizados os jogos de azar, passarão a exercer as casas de aposta, atividade perfeitamente lícita, o que excluiria, em tese, eventual prática de dano decorrente da exploração da atividade, restritamente observada. Havendo eventual legalização de jogos de azar no ordenamento jurídico brasileiro, é necessário estabelecer que a atividade de exploração de cassinos e casas de apostas não mais será mais como as atividades idênticas exercidas antes de sua proibição. Houve verdadeiro processo de evolução no ordenamento jurídico brasileiro desde então, em que se quebraram os velhos paradigmas centrados no patrimônio como sede dos princípios gerais, colocando-se, com a Constituição Federal de 1988, a pessoa humana na centralidade desses princípios gerais. É necessário estabelecer, ainda, que as casas de jogos e os apostadores estarão envolvidos em verdadeira relação jurídica de consumo, devendo lidar, também, com a proteção do consumidor que nem mesmo existia na década de 1950 e que agora se faz plenamente presente no ordenamento, inclusive como direito fundamental do cidadão. Assim, devem merecer os apostadores a ampla proteção legal que é conferida aos consumidores, haja vista sua hipossuficiência nas relações jurídicas nas quais poderão se envolver com os cassinos e casas de apostas. É de se destacar, no mais, que a proteção ao apostador deverá se dar também em termos de saúde pública, uma vez que o jogo e aposta são potencialmente capazes de gerar dependência aos respectivos apostadores. O objetivo do presente estudo do grupo é analisar a ocorrência de dano moral coletivo decorrente de uma eventual exploração lícita de jogos de azar, principalmente a partir do que dispõe a doutrina sobre outros produtos lícitos potencialmente lesivos e postos à disposição do consumidor, como os da indústria fumageira e a de bebidas alcoólicas, tendo-se sempre em mente que o instituto do dano moral coletivo é completamente independente do dano moral individual, possuindo características próprias que não permitem que o dano moral coletivo seja concebido, portanto, como um mero agrupamento de danos morais em âmbito individual.

PARTICIPANTES:

SÉRGIO ULPIANO KOPP IVO ITAGIBA, GUILHERME MAGALHAES MARTINS, JULIANA DA FONSECA MARTINS LOUREIRO, PEDRO GUERRA COSTA ARAGÃO DE CARVALHO, ANA CLARA OLIVEIRA DE SA

ARTIGO: 4228

TÍTULO: A REVISÃO CONTRATUAL NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESUMO:

Com o surgimento do instituto da lesão nos contratos, no Direito Romano, discute-se a possibilidade de uma revisão contratual que permita o equilíbrio econômico das partes no negócio jurídico, quando uma delas for demasiadamente prejudicada. A história nos mostra que tal revisão passa por diversos momentos, alguns de enaltecimento e outros de rechaço, a depender da conjuntura legislativo-social na qual está inserida. É com o aparecimento do Estado Liberal e sua Teoria Contratual Clássica, subsidiado fortemente pelos princípios da autonomia da vontade e da força obrigatória dos contratos, que desaparece, quase que completamente, o instituto lesionário, situação esta que se manteve até a Idade Moderna. Todavia, com o desenvolvimento da sociedade de massa, emergiu, cada dia mais, uma situação visível de desproporções de poderio socioeconômico entre as partes que celebravam negócios jurídicos, principalmente quando se tratava de uma relação de consumo. Tais desproporções afetavam diretamente a capacidade decisória e negocial da parte mais vulnerável no momento da contratação, fato este que levou à relativização dos princípios basilares do Estado Liberal, propiciando novas discussões acerca do instituto da revisão contratual e da teoria da onerosidade excessiva por fato superveniente. Desta forma, feita a contextualização do tema, mostra-se imperioso destacar os objetivos deste trabalho: analisar como o Superior Tribunal de Justiça opta pela aplicação dos artigos 317 e 478, ambos do Código Civil de 2002; como se manifesta o tribunal citado, acerca da aplicação do artigo 6º, inciso V, segunda parte, do Código de Defesa do Consumidor de 1990; e como os dispositivos das legislações citadas permitem a revisão contratual, sob a égide da Teoria da Imprevisão. No que concerne a metodologia mais apropriada para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela revisão e resenha bibliográficas, utilizando-se da técnica de Documentação Indireta, tanto no seu ramo documental, através do que está consolidado na legislação positivada, quanto no seu ramo de pesquisa bibliográfica, por meio de fontes doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais. Pode-se destacar ao final que, em suma, desenvolve-se na pesquisa a evolução do instituto da lesão nas Teorias Clássica e Moderna do Contrato, principalmente de que forma seus princípios basilares afetaram a teoria da revisão contratual. Em seguida, mais detalhadamente, parte-se para a análise de como o Superior Tribunal de Justiça aplica a Teoria da Imprevisão, aliada à cláusula rebus sic stantibus, e o instituto da onerosidade excessiva por fato superveniente, nas relações civis e consumeristas, sempre permeados pelas influências da força de Mercado, da vontade das partes de cooperar para receber do contrato aquilo que inicialmente almejavam e da preocupação de aplicar os seus princípios norteadores sem desertar da conservação dos contratos.

PARTICIPANTES:

LUCAS RAMOS KRAUSE DOS SANTOS ROCHA, FABIANA RODRIGUES BARLETTA

ARTIGO: 4454

TÍTULO: A PARTICULARIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº91/2016 EM COMPARAÇÃO COM AS DEMAIS EMENDAS ÀS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

## RESUMO:

A Pesquisa surgiu da observação da Emenda Constitucional (EC) nº 91/2016 e a constatação de algumas particularidades. Esta possibilita alterar a filiação partidária de políticos detentores de mandatos eletivos proporcionais, bem como apresenta a particularidade de não se referir a um dispositivo específico da Constituição da República (CR), referindo-se ao texto constitucional como um todo. Tal fato permite iniciar um diálogo com os requisitos de validade da EC nº 91/2016, que não se restringe aos requisitos procedimentais para a sua admissão, estendendo-se aos requisitos formais e materiais. Ainda, destaca-se o fato de a EC estipular um prazo de 30 dias para produção de efeitos. Logo, seria incompatível com o Poder Constituinte Derivado de Reforma aprovar uma EC temporária e sem destinação de alteração e/ou acréscimo expresso e específico a dispositivo constitucional. Objetiva-se analisar qualitativa e quantitativamente o Poder Constituinte Derivado de Reforma brasileiro, verificando o perfil material e formal das ECs brasileiras, primeiro, a partir de 1988; usando o método dedutivo - pesquisas em fontes bibliográficas e legislativas; em seguida, às ECs às Constituições de 1967 e 1969, e, por fim, às ECs às Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937 e 1946. Nesse sentido, trabalha-se com a premissa de que ECs (salvo no caso de específica realidade constitucional) sempre precisaram de um processo específico e mais dificultoso do que o relativo à criação de normas infraconstitucionais. Necessitando examinar os requisitos formais das ECs, tem-se como Hipótese Primeira o fato de que as ECs sempre alteraram precisamente a redação dos respectivos textos constitucionais. Confirmar-se-á ou não a Hipótese de forma escalonada historicamente. Tem-se uma Segunda Hipótese: a EC nº 91/2016 foi a única, na história constitucional brasileira, a trazer a clara característica da temporariedade. Referências Bibliográficas BACHOF, Otto. Normas Constitucionais Inconstitucionais?. Tradução de José Manuel M. Cardoso da Costa. Coimbra: Almedina, 1994. LOMBARDI, Giorgio. Carl Schmitt y Hans Kelsen: La polémica Schmitt/Kelsen sobre la justicia constitucional: El defensor de la Constitución versus Quién debe ser el defensor de la Constitución?. Traducción de Manuel Sánchez Sarto y Roberto J. Brie. Madrid: Tecnos, 2009. MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel, SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: RT, 2016.

## PARTICIPANTES:

ISABELLE ESTEVES MOULIN, LUIGI BONIZZATO

## ARTIGO: 4472

TÍTULO: O DISCURSO DO PODER JUDICIÁRIO NOS CRIMES DE ESTUPRO COLETIVO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RESUMO:

Os crimes contra a liberdade sexual, em especial o estupro, já foram alvo de diversos estudos sob uma perspectiva crítica de gênero. Embora as cifras ocultas neste tipo de crime ainda sejam um problema a ser enfrentado, alguns estudos apontam a necessidade de produção de conhecimento neste campo. De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2016, o Brasil registrou, em 2015, 45.460 casos de estupro, sendo 24% deles nas capitais e no Distrito Federal. Contabilizados de outra forma, são 125 vítimas por dia, 11 a cada minuto, em todo o país. Além destes dados produzidos anualmente por institutos de pesquisa e órgãos de segurança, uma forma desta prática delitativa, com características próprias, ganha destaque nos tribunais, no debate acadêmico e na mídia: o estupro coletivo. O motor deste debate não está relacionado à novidade da prática, como veremos, mas com as recentes notícias de estupros coletivos em diferentes regiões do país, especialmente no Rio de Janeiro, na Paraíba e no Piauí. Além disso, é importante ressaltar que os crimes sexuais contra as mulheres possuem características próprias quando veiculados em grandes mídias. Se por um lado, mobilizam os Poderes Legislativo e Judiciário a se pronunciarem sobre a questão, por outro atuam como uma espécie de "incentivo" a outras práticas semelhantes. Após a denúncia de casos como o estupro da adolescente no Rio de Janeiro por "33 homens" e a divulgação do crime por mídias sociais, outros crimes com características semelhantes foram registrados por todo país. Outra característica social observada em casos que recebem um tratamento especial da grande mídia é a rápida resposta legislativa. A violência empregada na conduta delitativa gerou comoção também nas redes sociais, ampliando o debate sobre a "cultura do estupro" e problematizando a forma como esses eventos são investigados e punidos. A resposta do Legislativo se deu no mesmo ano do estupro coletivo no Rio de Janeiro, com a proposição de três projetos de lei que objetivam alterar o Código Penal com a inserção de um tipo penal autônomo. Há uma divergência entre o que as ciências sociais entendem como estupro coletivo, o que o Poder Legislativo pretende tipificar com os projetos de lei e o que o Poder Judiciário vem decidindo sobre o tema. O objetivo central da pesquisa é identificar o discurso jurídico acerca do tema com dois recortes: o primeiro, bem mais amplo, referente à definição do crime de estupro coletivo, tal como nos projetos de lei, e o segundo, referente a semântica que é utilizada por estudiosos das Ciências Sociais. Em ambos, buscaremos traços de um possível discurso discriminatório de gênero. A pesquisa pretende contribuir com o debate sobre o tema, delimitando o conceito de estupro coletivo e verificando sua aplicação na prática de maneira interdisciplinar.

## PARTICIPANTES:

LÍVIA DE MEIRA LIMA PAIVA, LUANA ANGELO LEAL DE OLIVEIRA, JÚLIA MITKE

## ARTIGO: 4564

TÍTULO: A CONSTITUIÇÃO DOS CIDADÃOS: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO POLÍTICO DA CONSTITUINTE DE 1988

## RESUMO:

Partindo de um marco e uma perspectiva feminista, qual seja, a dificuldade de encampar mudanças institucionais num cenário em que o Estado obedece a estruturas e mecanismos de funcionamento estritamente patriarcais, o grupo, seguindo com os estudos de teoria feminista do direito, propõem um estudo da participação das mulheres no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 (ANC/88). Esta pesquisa busca, assim, contemplar de que forma as constituintes atuaram na construção do Estado e na configuração do espaço público brasileiro. Sendo a Constituição o marco fundante estatal, a análise da participação destas mulheres no processo político constitucional permite demonstrar quais propostas

foram apresentadas, quais destas foram efetivamente encampadas, como se alinham política e ideologicamente e, principalmente quais os argumentos mobilizados para enfrentar a disputa no terreno constituinte. Isto porque, a ANC/88 proporcionou a participação política do povo brasileiro e mostrou-se como um momento privilegiado para debates sobre ter direitos. Desta participação ampla, iremos destacar, como apontado, as falas das mulheres. A participação da militância durante os debates populares e o chamado lobby do batom são exemplos de momentos e pautas das mulheres, seja enquanto militância política organizada e/ou levadas a efeito através dos discursos das constituintes. O objeto da presente pesquisa reside, então, na demonstração de quais foram os discursos e engajamentos argumentativos adotados pelas parlamentares presentes, quais foram as propostas levadas a efeito através desse engajamento e se o desenho constitucional as manteve constritas a espaços de discussões de cunho privado, ou seja, se foram excluídas do processo construtivo das bases do Estado e do próprio formato de sociedade. Através da análise do discurso iremos analisar se a participação das mulheres se deu de forma secundária e periférica ou se estas encontraram algum protagonismo. Para isto, inicialmente será empreendido um levantamento de dados (análise quantitativa) e, posteriormente, uma metodologia qualitativa para avaliar a contribuição dessas constituintes na formação do Estado. Para tanto, o grupo propõe como método buscas que usam como palavras-chave os nomes das parlamentares mulheres, o recorte e análise de todos os momentos de fala e propostas de emenda, disponíveis nos anais (comissões e subcomissões, reuniões e audiências públicas). Assim é possível identificar e destacar as mulheres constituintes naquela conjuntura e evidenciar os momentos de imposição de espaços subalternos, concessão de direitos e privação como efetivos sujeitos cconstituíntes.

**PARTICIPANTES:**

MARIA EDUARDA COELHO, GISELE SOARES DE OLIVEIRA FARIA, ISADORA DE OLIVEIRA SILVA, CECILIA LOIS, YASMIN DE MELO SILVA, CAROLINA SOARES CASTELLIANO LUCENA DE CASTRO, LIGIA MARIA LADEIRA TAVARES

**ARTIGO: 5487**

**TÍTULO: "AUTISMO" INSTITUCIONAL E DÉFICIT DEMOCRÁTICO NA DELIBERAÇÃO DE MEDIDAS DE AUSTERIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**RESUMO:**

Votação recente na ALERJ promulgou a Lei nº 7.593/2017, estendendo o período de calamidade fiscal e medidas de austeridade a serviços públicos até o final de 2018. Situação esta instituída inicialmente pelo Decreto nº 45.692/2016, motivado pela grave crise financeira no âmbito da administração do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e, dentre outras circunstâncias, pela entrega de compromissos e obras relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e com prazo de eficácia até 31 de dezembro daquele ano. Diante de tal cenário, muitas incertezas políticas, econômicas e jurídicas surgem, mesmo transpassado o período dos eventos esportivos, razão pela qual carece o tema de reflexões. Devido aos grandes ônus sociais produzidos destas medidas, pouco se observou na deliberação da Lei nº 7.593/2017 um debate público junto aos principais afetados pelas medidas de austeridade fiscal. Não foram registradas audiências públicas para deliberar e debater sobre o estado de calamidade fiscal. Na realidade, sindicatos e movimentos sociais foram violentamente reprimidos e a sociedade fluminense se viu alijada de todo o processo deliberativo. Assim sendo, a hipótese explorada neste projeto é que decisões administrativas extremas (medidas de austeridade, por exemplo), para alcançarem legitimidade necessitam de amplo debate com a sociedade civil; nisso, no caso das medidas do ERJ, não ocorrendo essa abertura procedimental à participação popular, o tratamento dado, tanto pelo Governo do Estado, quanto pela ALERJ, quanto ao estado de calamidade fiscal, seria ilegítimo. Para esta análise, será utilizado como marco teórico o conceito de "ato administrativo autista", apresentado por Floriano de Azevedo Marques Neto, que faz referência a decisões e deliberações de sujeitos democraticamente eleitos que se preocupam única e exclusivamente com os efeitos institucionais, ignorando as formas com que a sociedade civil seria afetada. Além desta temática, o recorte teórico também abrangerá a teoria institucional americana, mais precisamente nos mecanismos de accountability. O objeto de pesquisa se dá na democracia participativa sobre as deliberações dos poderes eletivos, assunto de profunda produção teórica, que vaticina que decisões e deliberações do executivo e legislativo, que produzam alto impacto social, devem passar por processualidades e debates frente a população. Como objetivo geral, o projeto visa criar um quadro comparativo entre as medidas de austeridade com a produção teórica sobre atos administrativos a partir do viés da legitimidade, ou seja, da preocupação não somente com a esfera normativo-institucional, mas também com a função social. Por complemento, é investigar o porquê de esta dinâmica ocorrer em assuntos de profundo impacto social. A metodologia segue o critério hipotético-dedutivo, e compreende os modelos analíticos de pesquisa. A análise espacial se dá no Estado do Rio de Janeiro. E o marco temporal se dá a partir da publicação do Decreto nº 45.692/2016.

**PARTICIPANTES:**

MAURÍCIO RODRIGUES DE SOUZA FILHO, DANIEL MITIDIERI FERNANDES DE OLIVEIRA, CARLOS BOLONHA

**ARTIGO: 5740**

**TÍTULO: ETNOCENTRISMO ÀS AVESSAS: OS CONTORNOS DO VIRA-LATISMO BRASILEIRO**

**RESUMO:**

O objetivo do trabalho é debater os entendimentos da Antropologia naquilo que chamamos de "Etnocentrismo às avessas". A personalidade da sociedade brasileira foi muito bem descrita por Nelson Rodrigues na década de 50; delimitando os brasileiros como sujeitos aquém dos demais (europeus e americanos). Traça-se, na verdade, desde o período colonial, o ideal de que o Brasil foi feito para servir, abastecer, manter-se como agrícola. Existe para ser uma eterna colônia de exploração e pertencer ao "terceiro mundo" Etnocentrismo é um conceito antropológico que ocorre quando um determinado indivíduo, ou grupo de pessoas, discrimina outro, julgando-se melhor, seja por causa de sua condição social, pelos diferentes hábitos ou manias, por sua forma de se vestir, ou até mesmo pela sua cultura. Não é o que vemos – fora do futebol e do samba – no Brasil. O brasileiro subjuga-se em quaisquer aspectos (e.g. corrupção, violência, educação, beleza, música, comida, etc.). O etnocentrismo às avessas pode ser explicado como o grupo social que deturpando a realidade

enxerga-se inferior aos demais. Podemos encontrar na Antropologia e na Sociologia Jurídica os precedentes e os respaldos de uma sociedade que sofre de viralatismo. Por um lado, a síndrome de vira-lata é fruto de influências internacionais e de poder, que podem se consumir das mais diversas formas. A relação entre o poder e o ordenamento jurídico foi conceituada por Boaventura dos Santos. Ele defende a separação relativa entre o poder e Estado, no sentido de que existem outras fontes de poder na sociedade. Tendo em vista o conceito de poder definido como “qualquer relação social regulada por uma troca desigual”, o autor afirma que há uma divisão distributiva de poder, mas essa seria desigual materialmente e no nível da educação o que restringe o acesso à possibilidade de defesa ampla de seus interesses no que diz respeito às classes menos favorecidas. Além disso, segundo ele, todo tipo de poder ao mesmo tempo que promove a abertura de novos caminhos, também provoca a fixação de novas fronteiras. Dessa maneira, ao mesmo tempo, que um indivíduo do sexo masculino, exercendo o poder de classe, exige melhores condições salariais, abrindo assim um novo caminho, também fixa fronteira ao defender que as mulheres não devem ter o mesmo salário. Podemos encontrar na Antropologia e na Sociologia Jurídica seus efeitos e respostas. Desta forma, buscamos utilizar as ferramentas da Sociologia para, além de fazer um paralelo histórico, materializar e fundamentar a problemática, demonstrando, assim, seus reflexos hoje.

PARTICIPANTES:

JULIA NOVAES BARKER, JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES

---

ARTIGO: 4513

TÍTULO: A INFLUÊNCIA DO AMICUS CIENTÍFICO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RESUMO:

As decisões de controle de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal são cada vez mais compostas por agentes externos. Uma das possibilidades de participação dos agentes externos nesses processos é a intervenção como amicus curiae. A presença dos amici curiae - regulada nas leis 9.868/99, 11.417/06, 9882/99, no Código de Processo Civil e no Regimento Interno do STF – é tomada ora como técnica ora como assistencial. Essa ambigüidade de atribuições dos amici curiae acarreta questões sobre as informações fornecidas à Corte por esses agentes. O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Argumentação Fática nos Tribunais Superiores” cujo objetivo é investigar diversos aspectos (epistêmicos, retóricos, institucionais) do uso de informações fáticas no Supremo Tribunal Federal. Esta fase do projeto concentra-se nas informações que são oferecidas pelos amici curiae. O objetivo dessa etapa é fazer um levantamento de dados empíricos capazes de sugerir de que modo os amici curiae influenciam as decisões do STF. Em especial, a investigação enfoca um tipo de amicus curiae: o amicus curiae “científico”. A primeira parte do trabalho consiste em um levantamento de dados quantitativos sobre a presença dos amici curiae de 1988 a 2016 no Supremo Tribunal Federal. A segunda parte do trabalho consiste em uma revisão da literatura (filosófica, sociológica e jurídica) sobre “expertise científica” com a intenção de estipular uma definição operacional para este conceito. Essa operacionalização conceitual visa fornecer um critério para classificar os amici curiae em duas categorias: “científico” e “não-científico”. As metodologias empregadas até o momento são estudos empíricos e analítico-conceituais. O presente projeto de pesquisa, com duração prevista para dois anos, está em sua primeira fase. Os objetivos deste trabalho são explorar empiricamente o universo a ser investigado, analisar e estipular os conceitos essenciais para a classificação que se propõe e identificar as eventuais dificuldades para a delimitação da expertise científica do amicus curiae.

PARTICIPANTES:

RAFAEL MONNERAT A. R. DE ALMEIDA, RACHEL HERDY

---

ARTIGO: 4520

TÍTULO: LIVING CONSTITUTION BRASILEIRA? INCONSISTÊNCIAS NA ATUALIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RESUMO:

Ao longo das, aproximadamente, três últimas décadas, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem proferido significativas decisões em temas altamente controversos, apreciando demandas históricas de grupos sociais sub-representados. A pesquisa pretende confrontar essas decisões com as demandas desses grupos identificadas nas propostas populares e parlamentares apresentadas na Constituinte de 1987-1988, a fim de aferir como as decisões do STF atualizaram o sentido da Constituição. Como referencial metodológico e analítico, adotou-se o conceito doutrinário de Living Constitution. O conceito, específico da realidade constitucional norte-americana, de filiação ao Common Law, serve para inspirar e interpretar as consequências do sistema constitucional brasileiro, que, por conviver com uma constituição paralela formada de decisões do STF e emendas constitucionais, se encontra próximo da realidade norte-americana. Segundo o constitucionalista David Strauss, para que o texto constitucional seja atualizado sem prejuízo da segurança jurídica, a reinterpretação da Constituição deve estar pautada nos precedentes judiciais da Corte Constitucional, assegurando que a atualização esteja integrada a um paulatino processo histórico-jurisprudencial de amadurecimento. Destaca-se a necessidade do respeito ao precedente para uma jurisprudência coerente, que preza pela segurança jurídica, independentemente de filiação ao Common Law. Desse modo, parte-se da hipótese de que o conceito de Living Constitution, no Brasil, somente encontra parcial aplicação, pois as atualizações empreendidas pelo STF tendem a ter natureza conjuntural. Para a análise, foram selecionadas três questões julgadas pelo STF (recorte espacial), após o ano 2000 (recorte temporal): (1) a possibilidade jurídica de interrupção da gestação de fetos anencéfalos (ADPF 54); (2) o reconhecimento jurídico de uniões homoafetivas (ADI 4.277 e ADPF 132); e (3) a discriminação racial compensatória nas políticas afirmativas de acesso ao ensino superior para população negra (ADPF 186 e RE 597.285). Foram pesquisadas propostas à Constituinte com objeto semelhante aos dos referidos julgados. Metodologicamente, a pesquisa qualitativa, de viés jurídico-compreensivo, vale-se da análise bibliográfica de fontes doutrinárias, jurídico-positivas e documentais, em especial, dos anais da Constituinte. Conclui-se que, nas três questões investigadas, as decisões do STF realizaram atualizações da



Constituição, atendendo demandas rejeitadas na Constituinte. Porém, esse exercício contramajoritário de reinterpretação tende a se dar em prejuízo da segurança jurídica, pela falta de amparo nos debates constituintes e na jurisprudência da própria Corte, como identificado nos julgados analisados. No Brasil, a ausência de uma cultura de precedentes abre a possibilidade de a doutrina da Living Constitution se degenerar em decisões judiciais mais resultantes das volições conjunturais do STF do que de uma evolução jurisprudencial consistente.

## PARTICIPANTES:

CAMILA LUNA, JOSÉ RIBAS VIEIRA, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE

ARTIGO: 5458

TÍTULO: AGÊNCIAS REGULADORAS E A DETERMINAÇÃO DE SUAS ELEMENTARES

## RESUMO:

No Brasil, dentro da perspectiva de criação das agências reguladoras, instaura-se uma problematização acerca da conceituação dessas, o que torna o debate sobre a efetivação e autonomia dessas agências de suma importância. Com isso, a atuação dessas instituições reguladoras, torna-se alvo de questionamentos a respeito da presença ou não de elementos essenciais que as classifique como tais. Fato, esse, que influencia diretamente na execução de suas atribuições. À luz dessa discussão identifica-se como problema a dificuldade de conceituação de o que seja as agências reguladoras no cenário brasileiro, conseqüentemente, a dificuldade, também, de se determinar o nível de autonomia dessas instituições no momento de definir a política econômica e o que irão buscar por meio de sua regulação. Com isso, tem-se a necessidade de análise dos critérios elementares de uma agência. Levanta-se como hipótese que considerando que o Brasil importou o modelo de agências reguladoras dos Estados Unidos da América, é necessário para o bom funcionamento dessas instituições se definir quais características são indispensáveis para a determinação dessas, garantindo-se, dessa maneira, critérios para que haja a autonomia e a regulação de fato por parte dessas agências. Este trabalho estabelecerá as agências americanas como um modelo ideal e perfeito em termos de autonomia institucional e normativa, analisando as seguintes agências, the Department of Energy, the Office of Surface Mining, the Consumer Product Safety Commission, the Department of Housing and Urban Development, the National Transportation Safety Board. Além disso, objetiva-se determinar o fundamental objetivo na criação dessas agências, (i) criar um ambiente propício à segurança jurídica dos contratos com o Estado e atração de capital privado, (ii) descentralizar a governança estatal sob temas complexos e preponderantemente técnicos. O marco teórico do trabalho centra-se na análise do direito administrativo em paralelo a ideias defendidas por Adrian Vermeule. Este que reconhece que as agências possuem verdadeira delegação para legislar e julgar litígios, e traz discussões acerca de elementos importantes para se estruturar melhor o exercício da discricionariedade judicial, na medida em que prescreve a incorporação de considerações sobre os recursos e limitações de que uma dada instituição dispõe para resolver os problemas que lhe são submetidos. Além disso, utilizar-se-á como metodologia o critério hipotético-dedutivo, abrangendo também o modelo analítico de pesquisa, fazendo o levantamento dos critérios nas agências Nacional de Energia Elétrica, Nacional de Telecomunicações, Nacional de Transportes Terrestre e Nacional de Vigilância Sanitária, em paralelo com as agências americanas citadas anteriormente. O marco temporal do trabalho concentra-se no período de instituição das agências reguladoras até os dias de hoje.

## PARTICIPANTES:

LUIZA CALDEIRA LEITE SILVA, IZABELLA ANDRADE DE ARAUJO, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 5598

TÍTULO: CONTROLE POLÍTICO DE CONSTITUCIONALIDADE: COMO A ATUAÇÃO DA CCJC SE INSERE NA TEORIA DO CONSTITUCIONALISMO POPULAR.

## RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo analisar o fenômeno do controle político de constitucionalidade exercido pelas comissões de constituição, justiça e cidadania (CCJC) presentes no Congresso Nacional. Analisando sua estrutura e competências de forma a constatar se sua atuação corrobora uma teoria do constitucionalismo popular que possa ser aplicada ao Brasil. Para tal, a pesquisa tomará como base os estudos desenvolvidos pelo professor de Harvard Mark Tushnet a respeito do chamado "popular constitutionalism"<sup>1</sup> que se desenvolve a partir das críticas ao judicial review norte-americano, trazendo uma nova perspectiva aos dilemas da jurisdição constitucional. O fenômeno da "americanização do direito constitucional"<sup>2</sup> que acometeu a Europa no pós-guerra e chegou ao Brasil durante seu processo de redemocratização, trouxe grandes influências ao chamado "novo constitucionalismo", cunhando um modelo constitucional hegemônico no resto do mundo, marcado pela força normativa das constituições e um crescente ativismo judicial por parte das cortes supremas. Questões como o caráter contra majoritário do controle jurídico de constitucionalidade, que antes se restringia ao debate norte-americano, institucionalizou-se nos demais países, que ao seu modo, passaram a adotar o controle concentrado de constitucionalidade a partir do modelo kelseniano de cortes constitucionais. Nesse âmbito o direito brasileiro tem se aproximado das questões norte-americanas, com críticas sendo tecidas ao Supremo Tribunal Federal que nos últimos anos têm mitigado seu poder institucional na figura de ministros que atuam de maneira autônoma, afastando o colegiado de suas decisões e gerando grandes impactos na ordem política<sup>3</sup>, que resulta em questionamentos acerca de seu papel precípuo de guardião e interprete da constituição. Em contrapartida ao modelo estadunidense, nosso país desenvolveu métodos alternativos ao judiciário no controle de constitucionalidade. Todas as casas do legislativo em território nacional; e no caso dessa pesquisa em especial, o Senado e a Câmara Federal; devem ter sua própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter permanente, tendo um papel preceptor na gestação de novas leis com base na análise da constitucionalidade de todo e qualquer projeto proposto, segundo o regimento interno das casas, tendo parada obrigatória nessas comissões que têm o poder de retirá-los ou, caso for possível, indicar possíveis emendas de modo a, potencialmente, compatibilizar os papéis do legislativo e judiciário no controle de constitucionalidade, tornando o protagonismo judicial uma postura com menor concentração de competências que poderiam desequilibrar a tênue harmonia entre os poderes.

## PARTICIPANTES:

FÁBIO BATISTA MUNIZ, GABRIEL HENRIQUE VIEIRA BARBOSA SALDANHA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 5689

TÍTULO: UMA PROPOSTA DE REFORMA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO FEDERAL À LUZ DO REDESENHO INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA: CAPACIDADES INSTITUCIONAIS X GARANTIAS PROCESSUAIS DO CONTRIBUINTE

## RESUMO:

O desenho institucional da Administração Tributária brasileira divide o seu exercício em competência arrecadatória (típica) e competência julgadora de litígios tributários (atípica), propositalmente provocando uma simbiose funcional, de modo que a competência julgadora seja utilizada como ferramenta de legitimação do exercício da competência arrecadatória - sobretudo pelo fato de que a liquidez, a certeza e a exigibilidade do título de crédito tributário estão condicionadas ao trânsito em julgado do litígio jurídico-tributário no âmbito do contencioso administrativo. Todavia, tomar como premissa o fato de que a competência julgadora é o elemento legitimador do exercício da competência arrecadatória culmina por mitigar balizas constitucionais fundamentais a qualquer procedimento contencioso, uma vez deslocando a garantia de um contraditório justo e imparcial para segundo plano. A interdependência das competências do desenho institucional tributário brasileiro, portanto, privilegia - em sede de contencioso administrativo - a legitimação do ônus jurídico-tributário constituído, fazendo-o em detrimento da proteção das fundamentais garantias processuais do contribuinte litigioso. Identificado tal cenário, o presente trabalho visa a enfrentar o seguinte problema: como equacionar as capacidades institucionais dos órgãos julgadores da Administração Tributária - especializados e, portanto, mais capacitados para enfrentar os grandes litígios tributários, que envolvem complexas controvérsias tributárias e contábeis - com o necessário resguardo das garantias fundamentais dos contribuintes no bojo do processo administrativo fiscal? O problema apresentado será acarado à luz da teoria institucional contemporânea, marco teórico que será utilizado como catalisador da análise do desenho institucional da Administração Tributária brasileira, sobretudo no estudo da dinâmica das supramencionadas competências arrecadatória e julgadora. O objetivo deste trabalho é buscar alternativas que viabilizem um processo administrativo fiscal mais justo aos contribuintes, os quais já se encontram em posição de inferioridade na condição de sujeitos passivos da relação jurídico-tributária. Sustenta-se, como principal hipótese, o seguinte: faz-se necessário um redesenho institucional que proporcione o isolamento da competência julgadora, de modo que esta seja exercida de maneira equidistante e imparcial, sem que se desloque a sua atribuição para órgão outro que não disponha de capacidades institucionais tão bem desenvolvidas para a composição de litígios jurídico-tributários. A metodologia utilizada no trabalho segue o método hipotético-dedutivo, abrangendo os critérios analíticos de pesquisa. O marco temporal trabalhado se estende do ano de 1972, quando da edição do Decreto nº 70.235 - o qual regulamenta o processo administrativo fiscal federal -, até os dias atuais. O marco espacial restringe-se às instituições do processo administrativo fiscal federal brasileiro.

## PARTICIPANTES:

AUGUSTO CÉSAR PEREIRA SAMPAIO DO NASCIMENTO, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 5722

TÍTULO: ANÁLISE DA ADPF 186

## RESUMO:

O presente trabalho propõe-se a desenvolver uma análise crítica à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 186. A ADPF constitui uma mecanismo estatal que procura evitar e/ou reparar decisões prejudiciais a Constituição Federal. Essa arguição trata da implementação de cotas étnico-raciais na Universidade de Brasília (UnB). O partido Democratas (DEM) foi o arguinte do processo, processo esse que permite observar uma clara dissociação da realidade brasileira. Defender que o sistema de cotas étnico-raciais representa a racialização do Estado brasileiro é desconsiderar que ser negro no Brasil é fator alijante das riquezas econômicas e intelectuais do país. Pautado no objetivo fundamental de construir uma Nação livre, justa e solidária o STF decide por unanimidade indeferir a ADPF 186 e permitir a manutenção do sistema de cotas na UnB. Por meio dessa decisão é possível analisar a mudança no que tange a representatividade negra nas Universidades Federais em especial a Universidade de Brasília. As ações afirmativas constituem uma reparação histórica da desigualdade e desvantagem sofrido por um grupo étnico (MEDEIROS 2015). O sistema de cotas busca construir um ambiente de representatividade no meio acadêmico, proporcionando a entrada definitiva da população negra nas áreas duras das relações raciais, ou seja, no que tange a trabalho e qualificação universitária (SANSONE 2007). A pesquisa encontra-se em fase inicial, com análise de bibliográfica.

## PARTICIPANTES:

JULIA GUERRA FONSECA, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 625

TÍTULO: FEMINICÍDIO VIOLÊNCIA LETAL CONTRA A MULHER NA ORDEM DO PATRIARCADO

## RESUMO:

A Lei 13104/2015, que inseriu a qualificadora do feminicídio, definiu este fenômeno social como o homicídio praticado "contra a mulher por razões da condição de sexo feminino" e considera que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher". O presente trabalho demonstrará os resultados parciais de pesquisa teórica e empírica, que vem sendo realizada nos Tribunais do Júri

da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, por meio de observação de audiências, de julgamentos e de entrevistas com os atores processuais. A partir dessa opção metodológica, objetiva-se obter elementos para justificar possíveis propostas de alterações legislativas e de reorganizações nos julgamentos em casos de feminicídio, através da análise dos conceitos de violência contra a mulher, no âmbito doutrinário e jurisprudencial, bem como da percepção dos grupos que investigam, denunciam, processam, defendem e que julgam tais violências fatais. Nesse sentido, é possível aferir a percepção sociojurídica quanto ao "feminicídio", com a aceitação ou não da qualificadora pelo Ministério Público, Juiz e Conselho de Sentença, além da verificação sobre a permanência (ou não) dos estereótipos de gênero e de culpabilização da vítima nos argumentos de acusação e defesa. Tem-se, ainda, a oportunidade de análise dos casos em que houve registro de ocorrência por violência anterior e/ou prévia concessão de medidas protetivas. Até o momento, foi possível levantar os casos que correm nos quatro Tribunais do Júri do Rio de Janeiro, acompanhar os andamentos processuais e assistir a duas audiências e um julgamento, bem como realizar revisão bibliográfica dos textos pertinentes ao feminicídio na doutrina penal mais reconhecida pelos juristas e nas publicações das demais áreas. Focando, portanto, na modalidade mais grave de "violência" contra a "mulher", fica clara a relação com a temática desse GT.

**PARTICIPANTES:**

BRUNA FORTUNATO BARCELOS, LARISSA FREIRE DE OLIVEIRA BARBOSA, PATRÍCIA MAGALHÃES GALDINO, MARIA EDUARDA DE C C CORRÊA, DEBORAH LUISE SANTOS ALVES, RENAN SAUEIA VALDES, BÁRBARA FRANCESCONI DE ALMEIDA COSTA, IANA GONÇALVES SOARES, CRISTIANE BRANDÃO

**ARTIGO: 741**

**TÍTULO: O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE NA INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS**

**RESUMO:**

O objetivo do estudo é analisar os efeitos da interceptação telefônica na formação da convicção do juiz, com fulcro no princípio da imparcialidade, tal como concebido por Luigi Ferrajoli em sua obra "Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal", marco teórico do trabalho. No caso da interceptação telefônica, a Lei nº 9296/96 determina que o magistrado, incumbido de tutelar as garantias fundamentais na fase do inquérito, fundamente o deferimento da medida com base nos elementos indiciários colhidos e, caso seja necessário renovar a diligência, determina que as conversas interceptadas lhe sejam apresentadas para elaboração de nova fundamentação. No entanto, a regra legal de prevenção vincula esse juiz à fase processual. Assim, problematiza-se: o contato do juiz com os elementos incriminadores trazidos pela acusação antes do contraditório poderia inviabilizar a imparcialidade da jurisdição na fase processual, vinculando a convicção do juiz previamente aos elementos informativos produzidos sem a participação da defesa? De acordo com a teoria da dissonância cognitiva aplicada às decisões judiciais, o julgador que teve seu juízo de mérito antecipadamente formado está propício a ouvir a tese defensiva de forma tendenciosa, afastando cognitivamente tudo que não convergir com seu convencimento prévio. O resultado seria a aproximação da convicção do juiz à acusação, tendo em vista a dificuldade do exercício do contraditório real na fase da instrução. A ocorrência prática desse fenômeno configuraria uma violação das garantias basilares do sistema acusatório e, conseqüentemente, do próprio Estado democrático de direito. A prévia formação do convencimento do juiz afastada dos dados empíricos colhidos durante a produção de provas com a participação direta das partes é a hipótese que demanda investigação científica. Nesse sentido, a pesquisa se desenvolveu metodologicamente em três etapas: (1) estudo teórico-exploratório da bibliografia sobre o tema e estudo descritivo das decisões do TEDH e da CorteIDH a fim de demarcar conceitualmente a imparcialidade; (2) coleta de dados junto ao Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas do CNJ; (3) criação de uma planilha de coleta de dados para a obtenção das informações e leitura de todas as sentenças proferidas entre outubro de 2012 e dezembro de 2015 nas varas criminais federais do município do Rio de Janeiro. Esse período foi escolhido porque coincide com os dados disponibilizados pela Corregedoria do TRF2. Embora a pesquisa apresente dados quantitativos, os mesmos foram utilizados para uma abordagem qualitativa, dirigindo-se ao conteúdo das sentenças. Extraiu-se das sentenças: dados sobre condenações, especialmente se a fundamentação da decisão se baseia nas conversas interceptadas e se as objeções da defesa a respeito das interceptações foram consideradas ou acolhidas pelo juízo. O resultado da pesquisa foi a confirmação da hipótese de trabalho.

**PARTICIPANTES:**

MARIANA HOFF AMARO DOS SANTOS, ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO, LIVIA DE MEIRA LIMA PAIVA, ANASTÁCIA CRISTINA FRANKLIN ROZINA, FLÁVIO AUGUSTO DE MOREIRA E GONÇALVES, ISABELA MONTALVÃO VALLE DA SILVA, ÍSIS BORGES MENEZES, MARIANA SUELLEM SAGGIOMO MACHADO, SÍLVIA DE OLIVEIRA BOURGUIGNON, YASMIN GONÇALVES PROENÇA DE MATTOS

**ARTIGO: 1524**

**TÍTULO: O PAPEL DA ANATEL NA UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNET**

**RESUMO:**

A partir das reformas da década de 1990, o Estado Brasileiro passou à posição de Estado-Gerente com o fomento do novo Plano Nacional de Desestatização, Lei nº 9.491/97, tendo como longa manus as Agências Reguladoras. O presente estudo tem como objeto o fomento da universalização de serviços básicos de telecomunicações, através das agências reguladoras. Analisando a atuação da ANATEL e utilização de seu Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), buscou-se avaliar como a internet pode ser classificada e ampliada, garantindo acesso de qualidade à população. Por problematização tem-se que a internet, desenvolvida ao final da década de 1980 no Brasil, só ganhou espaço popular em 2000 e, ao final de 2007 houve a sua integração com as cadeias televisivas, sendo regulada pela ANATEL. Deste modo, mais de 20 anos após o início das desestatizações no Brasil, parte da sociedade não tem acesso à internet, apesar de ser uma das grandes ferramentas difusoras de conhecimento e acessibilidade na atualidade. A hipótese sustentada denota que o fato de a regulação ter ocorrido após desestatizações influenciou o déficit de acesso ao serviço e gerou uma insatisfação naqueles que detêm acesso à internet, pois não há qualidade no serviço prestado. Tem-se como objetivo geral identificar se a internet

pode ser classificada como um serviço prestado no regime público, nos termos do art. 18, III, Lei nº 9.472/97, haja vista já ser um serviço essencial ao exercício da cidadania, baseado no art. 7º, caput, Lei nº 12.965/14. Os objetivos específicos são: i) identificar quais os impactos desta possível roupagem jurídica no âmbito da ANATEL; ii) definir como a universalização dos serviços é abordada pela ANATEL e iii) investigar como o FUST é utilizado e se é possível utilizá-lo para garantir a programática universalização do acesso à internet. Como referencial teórico, o estudo está assentado nas perspectivas de Diogo Coutinho e Gustavo Binenbojm, pois seus trabalhos se voltam às Agências Reguladoras e à democracia. Foi adotado o método descritivo-analítico, marcado por um corte temporal entre os anos de 2000 e 2010 (critério temporal), no âmbito da ANATEL (critério espacial). A pesquisa está em desenvolvimento e como conclusão parcial, sustenta-se que a internet pode se enquadrar como serviço prestado em regime público por ser um serviço essencial básico à cidadania. A receita do FUST, portanto, garantiria a mandatária universalização dos serviços de telecomunicações e os já executados seriam estimulados a reduzir o déficit existente nas regiões brasileiras que não possuem acesso a esse serviço.

**PARTICIPANTES:**

SARA SILVA RAIMUNDO, CARLOS BOLONHA, DOMINIQUE OLIVEIRA

**ARTIGO: 1576****TÍTULO: REVISITANDO OS CONCEITOS AMBIENTAIS DO NOVO-CONSTITUCIONALISMO SUL-AMERICANO: SUAS ORIGENS E APLICABILIDADES****RESUMO:**

O Nuevo Constitucionalismo Sul-americano, representado principalmente pelas Constituições do Equador (de 2008) e da Bolívia (de 2009) parte da ideia de que o homem não é mais o centro da natureza, mas uma espécie entre outras. A natureza, nessa concepção, tem uma personalidade jurídica que permite que qualquer pessoa ou pessoa jurídica aja no interesse dela. Entretanto, essa afirmação, como os conceitos centrais das Constituições do Equador e da Bolívia, provoca várias questões, que até agora não foram resolvidas na prática, e, muitas vezes são ignoradas na literatura jurídica atual: Qual é o significado, exatamente, das noções de Buen Vivir, Sumak Kawsay, Pachamama? De onde advêm esses conceitos? Quem os lançou na Assembleia Constitucional respectiva e qual foi a leitura desses conceitos realizada pelo constituinte? Como essas noções se relacionam com outros conceitos como o de cidadania, sustentabilidade, equidade, solidariedade e de vida digna, por exemplo? Qual é o modelo de Estado imaginado em relação à natureza dessas Constituições? Se consideramos que se trata de uma herança redescoberta em relação à natureza como ator cosmológico, então devemos nos perguntar de onde provêm esses conceitos, como eles se modificaram no tempo e qual é a interpretação realizada pelos atores sociais contemporâneos. Além disso, as Novas Constituições deixam em aberto a questão da efetivação dos direitos da natureza: Quem pode realmente iniciar um processo em nome dos interesses da natureza e como? Quais são os mecanismos administrativos e jurídicos para que isso se concretize? Como tais casos são resolvidos na prática? No fim das contas, não é o Estado, por meio do Poder Judiciário, que vai deter o monopólio de interpretação de tais interesses do "ator" meio ambiente? Trata-se de questões atuais que devem ser relacionadas e pensadas em conjunto como questões extremamente atuais.

**PARTICIPANTES:**

DANIEL PIMENTEL, HANNA SONKAJARVI

**ARTIGO: 3282****TÍTULO: O PAPEL DO BRASIL COMO ÁRBITRO INTERNACIONAL****RESUMO:**

O presente trabalho tem como enfoque o desempenho do Brasil como árbitro na jurisdição internacional por arbitragem. Nesse sentido, apresentaremos esse método alternativo de solução de conflitos no âmbito público, aplicado nas relações jurídicas em que há a presença de sujeitos de direito público. Analisaremos suas condições e requisitos, sua origem contratual, suas regras e em que matéria a arbitragem pode ser utilizada. Após essa elucidação, concentraremos-nos no estudo do Brasil frente a esse cenário: que papel desempenha, como se porta frente aos tratados internacionais de arbitragem e a sua atuação como árbitro. Por esse ângulo, objetivamos compreender a importância da arbitragem no plano internacional entre Estados, mais especificamente com a presença do Brasil, e seus mecanismos de funcionamento para resolver conflitos e problemas de forma pacífica, pois é um dos princípios basilares do Direito Internacional. Além disso verificar a atuação do Brasil, seja por meio do Estado ou dos seus cidadãos, nos casos envolvendo a arbitragem internacional entre Estados, entender porque foi escolhido como árbitro, como desempenhou sua função e se foi eficaz, se realmente conseguiu dar uma solução ao conflito da melhor maneira. Esta pesquisa também pretende fazer uma breve análise histórica sobre o papel da Corte Permanente de Arbitragem, organização sediada em Haia, Países Baixos, criada em 1899, na primeira Conferência de Paz de Haia e aderida pelo Brasil na Convenção de 1907 para a Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais. Esta Corte, segundo seu próprio website, tem como objetivo ser uma organização intergovernamental que tem a pretensão de solucionar conflitos dentro da comunidade internacional, incluindo, além da arbitragem, a mediação e a conciliação entre os Estados. A metodologia adotada para este trabalho será a pesquisa de documentos, estudo de casos judiciais e da leitura de artigos acadêmicos, revistas e periódicos, principalmente por meios on-line. Este é um projeto de pesquisa teórica. O marco temporal que será adotado para este trabalho será aquele entre a criação da Corte Permanente de Arbitragem, no caso em 1899, até o momento em que está sendo feita a presente pesquisa. Os bancos de dados deste trabalho serão os casos presentes na Corte Permanente de Arbitragem. **BIBLIOGRAFIA:** BRANCO, Luizella. A arbitragem nos contratos internacionais. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/81635415/A-Arbitragem-Nos-Contratos-Internacionais>. Acesso em: 10 jun. 2017. CARMONA, Carlos Alberto. A Arbitragem e Processo: um comentário à Lei 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2009. DE MARCO, Carla Fernanda. Arbitragem Internacional no Brasil. São Paulo: RCS Editora, 2005. FERREIRA, Carolina Iwancow. Arbitragem Internacional e sua aplicação no direito brasileiro. Campinas: Reverbo Editora, 2011.



## PARTICIPANTES:

HELENA SALLES DE LIMA, JULIA PEREIRA SARRAF CAMACHO, TIAGO TUPINAMBÁ PEREIRA MACHADO, LUÍSA BELA, FRANCISCO PEDRO BARRETO PEREIRA, ISABELLY MOREIRA, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

## ARTIGO: 3623

TÍTULO: AS NOVAS FORMAS DO TRABALHO E AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE AS DIVERSAS PROPOSTAS DE MUDANÇA NA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO TEMPORÁRIO E TERCEIRIZADO

## RESUMO:

No último dia 31 de março de 2017 foi publicada a Lei 13.429, oriunda de projeto apresentado em 1998 no bojo das políticas de reforma trabalhista então adotada pelo Executivo Federal e retomadas com força depois do processo político de ruptura institucional promovido pelo golpe de 2016 (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016) com a qual se amplia sobremaneira o trabalho temporário pela via da intermediação de mão de obra e institucionaliza a terceirização da prestação de serviços em atividades definidas de variados setores empresariais. Com a referida promulgação, o processo de reestruturação produtiva do capitalismo, no qual os modos de triangulação do trabalho, em especial a terceirização, possuem um papel central (BASUALDO, MORALES, 2014), avança para a sua normatização. O presente trabalho busca analisar e comparar as diversas propostas de regulamentação do trabalho terceirizado e temporário em discussão no Congresso Nacional entre 2015 e 2017, com ênfase àqueles surgidos no contexto da denominada Reforma Trabalhista, para compreender os interesses em jogo e as consequências destas proposições para a reconfiguração normativa do trabalho. Em especial, indaga sobre as consequências desta nova realidade normativa para o Direito do Trabalho, sob a perspectiva de sua precarização e desconstitucionalização fática, rompendo com sua função de integração social (PORTO, 2013). Para tanto, serão analisados os projetos de Lei da Câmara nº 30/15 (antigo PL 4.330/2015) e nº 38/17 (antigo PL 6.787/2016) atualmente em tramitação no Senado Federal bem como a recém-aprovada Lei 13.429/2017, que altera a legislação do trabalho temporário (Lei 6.019/1974) com o intuito de comparar as diferentes propostas de regulamentação das novas relações de trabalho e avaliar de que forma tais alterações legislativas poderão afetar a eficácia dos direitos fundamentais sociais. O trabalho parte de uma reflexão sobre os modos pelos quais ocorre o processo de atribuição de sentido no campo do direito (BOURDIEU, 1989), para realizar um mapeamento das disputas políticas e de concepções normativas diferenciadas sobre a regulação laboral na arena legislativa, com o acompanhamento da tramitação e da votação dos projetos analisados (ARTUR, SILVA, 2017). Também serão comparados os diversos conteúdos em cada projeto de lei, para que se possa compreender o que motiva a existência de propostas distintas para a regulamentação dessas novas relações trabalhistas, bem como para indagar sobre qual a configuração normativa do trabalho temporário e/ou terceirizado no Brasil, seus limites, suas possibilidades e fórmulas de responsabilização empresarial. A metodologia envolve a revisão bibliográfica de literatura dos campos da economia, sociologia do trabalho e direito, bem como levantamento documental e acompanhamento legislativo.

## PARTICIPANTES:

MÁRCIO BARCELOS TAROUÇO CORRÊA, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA

## ARTIGO: 3070

TÍTULO: ARGUMENTOS CIENTÍFICOS, FATOS LEGISLATIVOS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

## RESUMO:

Nos anos 40 do século passado, a doutrina processual norte-americana introduziu na classificação das provas os chamados fatos legislativos. Consideram-se fatos legislativos aqueles que se voltam para o futuro, e como adjudicativos os que se referem a acontecimentos passados, cuja apuração é necessária à adjudicação do Direito. Kenneth Culp Davis, autor da expressão, verificou que, no processo decisório das agências reguladoras, dados e informações de natureza empírica exerciam papel fundamental no que diz respeito ao conhecimento da realidade sobre a qual incidem os problemas concretos a serem julgados e regulamentados. Não é, entretanto, apenas na esfera administrativo-regulatória que a ciência colabora de maneira acentuada. Também nos tribunais dados empíricos auxiliam na compreensão do caso cuja decisão servirá de orientação para casos futuros. Na linha dos precedentes judiciais, a norma que serve de fundamento para a solução de um caso também servirá para outros casos semelhantes. E é sobre a construção dessa norma que se debruça este estudo. No processo de interpretação e aplicação da lei, a apuração dos fatos concorre também para a criação dos pressupostos fáticos da norma decisória a ser aplicada no futuro. A lei processual protege o direito dos envolvidos, mas pouco é dito sobre as provas que interferem na jurisdição que se ocupa da verificação da validade da lei em abstrato, conforme fazem os tribunais constitucionais. Pretende-se, então, contribuir para o preenchimento dessa lacuna no sentido de verificar como os tribunais alcançam e se valem do conhecimento científico para decidir. A análise privilegia as audiências públicas realizadas pelo STF, que prevê a oitiva de especialistas em matérias estranhas ao Direito, mas necessárias ao conhecimento dos problemas que a Corte deverá resolver. Como se trata de uma via regulada lei, as provas trazidas em audiência pública recebem alguma regulamentação, tornando-se do conhecimento de todos. Mas outra maneira pela qual o conhecimento científico chega aos Tribunais, e demanda nossa atenção, é a pesquisa livre que os magistrados e seus assessores realizam, e que por não se encontrarem regulamentadas escapam ao conhecimento das partes. Faz-se necessário, assim, verificar como os fatos que se mostraram decisivos para o caso chegaram ao STF, admitindo o nosso recorte, e em que medida a decisão dos Ministros subordinam-se aos argumentos provenientes dos especialistas. A partir da ADPF 101, o Caso dos Pneus Usados, procura-se verificar como o Direito lida com a ciência, para alcançar a decisão. A pesquisa é qualitativa e recorre a fontes doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais. Procura-se, mediante a análise da ADPF 101, mostrar o efeito normativo dos fatos que chegam ao STF mediante audiência pública e outras vias, tendo em vista o número cada vez maior de situações que exigem dos magistrados um conhecimento que vai além da sua área de formação profissional.

## PARTICIPANTES:

BERNARDO BURLAMAQUI, MARGARIDA CAMARGO, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE

ARTIGO: 3158

TÍTULO: ANÁLISE DAS REVERBERAÇÕES DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO (LEI 13.445/17)

RESUMO:

O objetivo do presente estudo é analisar, dentro de um contexto fático, as alterações da legislação brasileira para a temática da migração, no que se refere à substituição do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) pela nova Lei de Migração (Lei 13.445/17), sancionada em 24 de maio de 2017. Os resultados apresentados são preliminares, dada a contemporaneidade dos dados utilizados na pesquisa. Para realizar este trabalho adotou-se uma abordagem qualitativa, classificada em relação aos objetivos como bibliográfica e documental, compondo-se partir da leitura e fichamento das obras doutrinárias e da legislação vigente. A pesquisa empreendeu-se por meio dos métodos categórico-dedutivo e indutivo. Sendo desenvolvida, principalmente, por procedimento de investigação e coleta de dados da literatura nacional, para que, ao final, fossem alcançadas as observações apresentadas. A Lei 6.815/80 foi constituída dentro da Ditadura Militar, momento marcado pela ausência de zelo pelas garantias e direitos fundamentais, o que se refletiu no Estatuto do Estrangeiro. Este vai ser concebido como uma questão de segurança nacional, propondo uma série de balizamentos para integração do migrante à sociedade brasileira. A Lei 13.445/17, por outro lado, surge como resposta ao avanço da proteção dos Direitos Humanos e respeito aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito externo. A nova Lei de Migração é editada em momento de grande comoção internacional pela presença de fenômenos diversos que intensificaram radicalmente o fluxo migratório transnacional. A lei assume uma posição progressista quando analisada em meio ao posicionamento de diversos outros Estados, que vem se agindo no sentido de restringir este movimento migratório. A nova lei brasileira visa não só facilitar a entrada de migrantes no país, como formular uma série de normas visando o seu estabelecimento sadio e proteção dentro do território brasileiro. A lei 13.445/80, em contraposição ao Estatuto do Estrangeiro, facilita a entrada de migrantes em diferentes níveis de vulnerabilidade, favorecendo a regularização de sua documentação e o acesso ao mercado formal de trabalho. Destacando-se ainda a previsão de criação de um órgão estatal centralizado com a finalidade de melhor satisfazer as demandas dos migrantes e da sociedade civil. Contudo, a nova lei tem recebido críticas de setores conservadores da sociedade, fundamentados principalmente em questões de segurança nacional e viés econômico, como era priorizado pelo Estatuto do Estrangeiro. Independentemente de tais posicionamentos, é notório o avanço na proteção dos Direitos Humanos conferido pela Lei 13.445/17, por ser compatível com a Constituição Federal de 1988 e com os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro. Tais avanços são especialmente perceptíveis ao analisar os princípios que devem nortear as políticas públicas nessa temática.

PARTICIPANTES:

MARIA BEATRIZ JOSÉ GAMBÔA, SIDNEY GUERRA

ARTIGO: 3167

TÍTULO: CONSTITUCIONAL E INCONVENCIONAL: A INCONGRUÊNCIA DA LEI DE ANISTIA

RESUMO:

A soberania é um princípio que perpassa política e institucionalmente a formação jurídica dos Estados; desde sua origem, no século XVI, à Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual traz o princípio da equivalência de soberanias entre os Estados que integram a organização. Contextualizando ao cenário brasileiro, o princípio de soberania é assegurado pela Constituição Federal de 1988, positivado em seu artigo 1º, inciso I, como um dos fundamentos da República. Com o advento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ratificada pelo Brasil em 1992, esse princípio passa por certa flexibilização. A pesquisa pretende analisar os prós e contras desse embate jurisdicional e identificar os conflitos existentes. Focando na solução de conflitos jurisprudenciais, pretende-se (1) discutir a legitimidade da CIDH para interferir em questões nacionais; (2) analisar os critérios a serem aplicados na resolução de antinomias. A pesquisa busca contribuir para casos de contrariedade entre decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e da CIDH, sobretudo após a Emenda Constitucional (EC) 45/2004, frente à alegação de sobreposição do controle convencional aos princípios constitucionais. Partindo da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 153, sobre a Lei de Anistia. Na ADPF 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pediu-se ao STF a não recepção do disposto no §1º do artigo 1º da Lei n. 6.683, de 1979. O artigo em questão estendia a anistia para crimes considerados conexos aos crimes políticos. O STF julgou, em abril de 2010, o caso improcedente por sete votos a dois, alegando não competir ao Poder Judiciário rever o acordo político feito na transição de regimes que resultou na Lei de Anistia. Em novembro de 2010, no julgamento do caso Gomes Lund e outros versus Brasil, a CIDH decidiu contrariamente ao STF, responsabilizando o Brasil por violar a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH). Alegou que as disposições da Lei de Anistia, como um todo, que impedem a investigação e sanção de violações graves de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção, e ainda que o Brasil falhou em adequar seu direito interno à CADH. Para a investigação qualitativa da referida contrariedade entre as decisões, adota-se a análise bibliográfica, doutrinária e documental, recorrendo a fontes legislativas, convencionais e jurisprudenciais do STF e da CIDH, abrangendo o âmbito nacional e interamericano. No caso, a pesquisa contrapõe os pontos e consequências de se adotar essa ou aquela decisão (Convenção x Constituição), visando demonstrar a dificuldade de tornar compatível o conceito de soberania do Estado Brasileiro com as decisões da CIDH. Perante a isso, portanto, apresentam-se duas opções para aplicabilidade de um efeito normativo: (1) acatar as decisões remetidas pelo STF ou (2) incorporar as decisões proferidas pela CIDH de forma a sobrepô-las às normas internas.

PARTICIPANTES:

GABRIEL MATTOS DA SILVA, JOSÉ RIBAS VIEIRA, MATHEUS ZANOLLA MACHADO, MÁRIO CESAR DA SILVA ANDRADE

ARTIGO: 3251

TÍTULO: DIREITO AO ESQUECIMENTO E A TUTELA DA INFORMAÇÃO NA INTERNET

## RESUMO:

A evolução do mundo virtual transformou a forma como processamos e compartilhamos informações. Tal cenário pode ser visto por duas perspectivas: se por um lado facilita o acesso à informação, ampliando a capacidade de compartilhamento, por outro a capacidade ilimitada de armazenamento expõe o indivíduo a informações vexativas ou caluniosas por tempo indeterminado. Originado das condenações criminais, como parte importante da ressocialização, o direito ao esquecimento trata do direito de não ser perseguido por toda a vida por crime cuja pena já fora cumprida. Tal direito abarca um delicado conflito de interesses: de um lado, o interesse público aponta no sentido de que fatos passados sejam lembrados, considerando ainda a liberdade de imprensa e de expressão, bem como o direito à informação; do outro, há o direito de não ser perseguido por toda a vida por acontecimento pretérito (COSTA, 2013). Este direito ainda não figura expressamente em nenhuma Constituição, porém decorre da cláusula geral de proteção da pessoa humana, cuja dignidade é assegurada como princípio fundamental no art. 1º, III da nossa Constituição. Encontra-se inserido na disciplina de proteção à privacidade, cuja tutela, em aspectos gerais, é extraída dos artigos 5º, X, XI e XII, da CF e 21 do CC. O chamado direito ao esquecimento incorpora uma expressão do controle temporal de dados complementada pelos controles espacial e contextual (BUCAR, 2013). Nesse sentido, Stefano Rodotà conceitua o direito ao esquecimento como o direito de governar a própria memória, devolvendo a cada um a possibilidade de se reinventar, de construir personalidade e identidade; não devendo ser tratado como um direito absoluto, mas sopesado entre a memória individual e a social. O STJ firmou posição expressa no sentido de que o direito ao esquecimento deve ser compreendido de forma diversa quando aplicados no ambiente virtual. Segundo Viktor Mayer-Schönberger, as consequências do fenômeno da memória digital são: o perigo da percepção de que tudo o que se disponibiliza na internet pode se voltar contra si; e a possibilidade de impedir que cada indivíduo exerça habilidade de evoluir mudar como ser humano, esquecendo o passado. Tutelando esta característica humana, com efeito, estão presentes os artigos: 43, §1º, CDC, 748, CPP e o Marco Civil, no art. 7, XX, que acolhem indiretamente o controle temporal dos dados pessoais. O trabalho debate sobre tal Direito e a violação dos direitos fundamentais, principalmente, privacidade e honra da pessoa humana, por meio, do método hipotético-dedutivo e análise de decisões judiciais observando a problemática trazida pela internet, bem como a incidência deste direito a partir da análise das decisões do STJ. Através do exposto, parcialmente conclui-se que as possibilidades de tutela ao direito ao esquecimento oferecidas pela doutrina não foram utilizadas pelas decisões judiciais, evidenciando, portanto, uma clara distancia entre doutrinadores e tribunais.

## PARTICIPANTES:

PATRICIA ALVES DE ABREU, NATHALIA SOARES SESSIM, MARCELLE DE ABREU RODRIGUES, SARA SILVA RAIMUNDO, GUILHERME MAGALHAES MARTINS

## ARTIGO: 3265

TITULO: A FUNDAMENTAÇÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS POR TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 11.343/2006

## RESUMO:

De acordo com os dados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, somente no ano de 2014, cerca de 3 mil processos criminais relacionados ao tráfico de drogas com atuação da Defensoria Pública foram iniciados no Estado. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, trouxe, dentre inúmeras inovações, a despenalização da conduta do usuário de drogas, que passou a ser sancionada com advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medidas educativas. Por outro lado, aumentou a pena mínima do crime de tráfico, de três para cinco anos, tratando-o com mais rigor do que a lei anterior. Sobre a referida lei, há que se observar o art. 1º, que introduz os temas nela discutidos como a criação do Sistema Nacional de Política de Drogas, cujas finalidades são a prevenção do uso indevido de drogas e a reinserção social do usuário dependente de drogas. Uma pesquisa sobre o perfil do condenado por tráfico de drogas, realizada pela UFRJ em conjunto com a UnB, apontou, como uma falha da Lei, os amplos poderes concedidos ao policial para optar entre a tipificação do uso e do tráfico, diante da falta de critérios objetivos (Tráfico de drogas e Constituição. Série Pensando o direito 1/2009, p. 107.). Essa subjetividade faz com que, muitas vezes, uma pessoa seja considerada traficante em razão do local onde foi abordada, mesmo estando sozinha e com pequena quantidade de droga. Por esse motivo, propõe-se analisar em que medida o juiz considera os aspectos enunciados no art. 28 – a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, a conduta e os antecedentes do agente – ao proferir sua decisão, inclusive como forma de rever a distinção usuário x traficante. Isto posto, o presente projeto possui o intuito de identificar quais são os principais critérios levados em consideração pelos juízes para condenar os réus envolvidos nesse tipo de delito. A intenção é contribuir para o diagnóstico sobre a Lei nº 11.343/2006, apontando os problemas que envolvem sua aplicação na prática, facilitando, assim, a formulação de estratégias que permitam superá-los. A proposta é a verificação das sentenças proferidas nas comarcas da cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro. O método de pesquisa, atualmente em fase final, é o de análise dos aspectos quantitativos provenientes do levantamento de dados preestabelecidos nas sentenças judiciais. A apresentação expõe dados preliminares coletados no âmbito de pesquisa realizada pela Diretoria de Estudos e Pesquisa de Acesso à Justiça da DPGERJ com apreciação da Senad. Tal estudo permitirá uma avaliação da efetividade da aplicação da Lei de Drogas, bem como das interpretações dadas pelos juízes no momento da sentença, dada a importância de elaborar uma atuação defensiva mais estratégica, capaz de compreender e abarcar todos os aspectos considerados pelo juiz ao proferir sua decisão.

## PARTICIPANTES:

GUSTAVO LUIZ DE SOUSA BEZERRA, JOYCE COSTA RODRIGUES, FERNANDA PRAT

## ARTIGO: 4431

TITULO: O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA CONSTITUINTE DE 87/88: ATORES (IN)VISÍVEIS

## RESUMO:

Aproximando-se os 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), é importante fazer a análise sobre quais características políticas, sociais e econômicas levaram à inclusão de diversos direitos sociais fundamentais e políticas públicas no texto constitucional. Direitos e políticas que foram inovadoras e necessárias no processo de redemocratização pelo qual o país passava na época, ou seja, pós-ditadura, durante a qual houve grande suprimimento e negação de direitos. A pesquisa busca reviver essas lutas para ressaltar a relevância dos movimentos sociais para a nossa Constituição e ainda, fazer um apurado do que ela representa em matéria de direitos, por meio da análise, em primeiro momento, dos debates da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), e em segundo momento, à pesquisa sobre fontes escritas (anais da ANC, registros na internet) e orais (para tanto, utilizaremos os métodos e técnicas da história oral - FERREIRA AMADO, 1996). Verifica-se, portanto, a importância da presença dos movimentos sociais na constituinte de 1987/88 para a positividade desses direitos sociais no texto constitucional, como por exemplo, o movimento feminista, os movimentos de luta pela terra - Movimento dos Sem Terra (MST), movimento indígena, movimento negro, movimento LGBT, entre outros. Nesse sentido, o enfoque que se dará à pesquisa, será, principalmente, no papel que cada movimento social teve durante o processo da Constituinte de 1987/88, em especial no Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans\* (transexuais e transgêneros), Travestis (LGBTs) que emergiram nesse momento em decorrência de uma demanda e necessidade. Por meio do material obtido até o momento, foi possível observar que, embora hoje o movimento seja denominado LGBT, com a proposta de unificar a luta, esta não era a realidade do período da constituinte. O Movimento Homossexual (Villalon, 2009) foi o que ganhou maior visibilidade naquele momento e que teve, mesmo que de maneira mínima, uma certa representatividade durante a constituinte. Esse ponto nos faz questionar quais foram os fatores que contribuíram para que o movimento homossexual desse visibilidade somente aos homens gays e a relação que havia, numa perspectiva racial e de gênero, com o feminismo, movimento negro, transsexuais e travestis. O objetivo será compreender onde estavam os outros subgrupos excluídos da sociedade por suas orientações/sexuais, assim como entender como se dava essa discussão no período. A partir disso, compreender-se-á qual(is) foram essas vozes que guiaram o movimento durante a Constituinte e o porquê somente elas ganharam visibilidade, principalmente em relação aquelas acima citadas.

**PARTICIPANTES:**

IANA GONÇALVES SOARES, MAHARA VIEIRA TELES, GABRIEL DA SILVA REIS, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

**ARTIGO: 72****TÍTULO: A BOA-FÉ OBJETIVA E SUA EFICÁCIA NOS CONTRATOS CONSUMERISTAS PELA INTERNET****RESUMO:**

Com a Internet surgem os contratos virtuais, cujos traços característicos são a facilidade e a rapidez com que esses contratos são firmados e seu caráter abstrato. A praticidade de compras e contratos de serviços realizados pela Internet faz com que essa opção seja amplamente utilizada e, por isso, é preciso estabelecer e delimitar a atuação do Direito. Esses contratos são disciplinados tanto pelo Código Civil, quanto pelo Código de Defesa do Consumidor, além do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e o Judiciário utiliza-se também de analogia e integração para aplicar a legislação vigente para que assim o direito regule essas novas formas contratuais. Por outro lado, os princípios norteadores do direito contratual devem ser aplicados a todas as relações contratuais, portanto, na contratação efetuada por meio eletrônico não seria diferente, em se tratando de princípios, merece destaque, para fins dessa pesquisa, o princípio da boa-fé objetiva, por meio do qual, procura-se estabelecer segurança jurídica ao terreno instável e inovador dos contratos virtuais e, principalmente, garantir a inviolabilidade de direitos individuais e coletivos. A boa-fé objetiva deve ser observada nas relações contratuais, de forma a ser necessária à exigência de uma atitude ética e proba dos contratantes e dos contratados. Assim, faz-se necessária a observação desse princípio desde o início da relação contratual, permanecendo até mesmo depois de finda. Dá-se destaque ao campo de informações nos contratos consumeristas. Ao se realizar um contrato, o mais simples que seja, há necessidade de informações pessoais. Todavia, quando se trata de Internet, campo abstrato e fluido, torna-se difícil vislumbrar a proteção dos dados fornecidos, surgindo a partir de então, uma problemática importante a ser discutida: a privacidade de dados nas relações consumeristas concretizadas pela internet e a observância ao princípio da boa-fé objetiva. Nesse contexto contemporâneo situam-se os objetivos da pesquisa, quais sejam: (i) abordar a boa-fé objetiva como garantidora da privacidade de dados, (ii) analisar, a partir do entendimento jurisprudencial e doutrinário, as resoluções de conflitos os contratos virtuais evidenciando a boa-fé objetiva e a proteção de dados cadastrais e (iii) estudar experiências estrangeiras acerca do tema. Referências Bibliográficas Iniciais: BENJAMIN, Antônio H. MARQUES, Cláudia L. BESSA, Leonardo R. Manual de direito do consumidor. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2014. MARTINS, Flávio A; MACEDO, Humberto P. Internet e Direito do consumidor. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. MARTINS, Guilherme M. Contratos eletrônicos de consumo. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016 TOMIZAWA, Guilherme. A invasão de privacidade através da Internet. Curitiba: J.M. Livraria Jurídica, 2008.

**PARTICIPANTES:**

FLAVIO ALVES MARTINS, GABRIEL BUENO FERNANDES DE ARAUJO, AMANDA CAROLINA SANTOS PESSOA, LEANDRO DA CONCEIÇÃO SILVA, NATHALIA MEDINA CORREIA, THAÍS ALBERNAZ DE ARAUJO, MARIA EDUARDA FLORES DA CUNHA

**ARTIGO: 129****TÍTULO: EFEITOS DOS OGMS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E NA SAÚDE COLETIVA, SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO À BIODIVERSIDADE.****RESUMO:**

A intervenção humana no ambiente é acompanhada pelo desenvolvimento econômico e social. Entretanto, a busca pelo bem estar e geração de riquezas permite que esse desenvolvimento prevaleça sobre a biodiversidade, tendo impacto direto na saúde coletiva e na degradação ambiental. Nesse cenário, os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) têm adquirido nos últimos anos papel de destaque quando considerados uma nova tecnologia e com reduzido conhecimento científico a respeito dos riscos que podem desencadear ao serem usados sem vigilância e controle. Com base no inciso II do artigo 225



da Constituição Federal, o Poder Público tem incumbência de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético. Por meio do Decreto nº 4.339/02, O Brasil vem consolidar essa preocupação com a regulamentação dos usos de OGMs em conformidade com o princípio da precaução e com análise de risco dos potenciais impactos sobre a biodiversidade, a saúde e o meio ambiente. Dessa forma, o presente projeto objetiva: discutir os efeitos dos OGMs na estrutura fundiária e na saúde coletiva, sob a perspectiva do direito à biodiversidade e desenvolver uma análise crítica, doutrinária e jurisprudencial acerca da tutela jurídica da biodiversidade frente ao uso de OGMs no direito brasileiro. Referências Bibliográficas Iniciais: BRASIL. Decreto n. 4.339, de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. MARTINS, Flavio Alves; LOURENÇO, Leonardo Delarue de Souza; OTERO, Mônica Gesto; CANOSA, Patrícia da Rocha. Apontamentos para a aplicação do princípio da precaução diante dos organismos geneticamente modificados e do Direito do Consumidor no Brasil. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 69, out 2009. FREITAS, Marcio Luiz Coelho de. Biodiversidade: ponderação com princípios constitucionais. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3480, 10 jan. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23399>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

**PARTICIPANTES:**

FLAVIO ALVES MARTINS, DÉBORA DOS SANTOS FERREIRA CAVALCANTI, MARIANA GOMES DA ROCHA, CARLOS GUILHERME MARTINS COSTA, PHELPE AUSTRIACO TEIXEIRA, GUILHERME DE SOUZA FRANCISCO

ARTIGO: 3394

TÍTULO: MULHERES ENTRE MÁQUINAS E TECIDOS: SUJEITOS DE DIREITOS, AGENTES DA PRÓPRIA HISTÓRIA

**RESUMO:**

A poeira do desabamento do complexo Rana Plaza em Bangladesh despertou os olhares do mundo para as formas de superexploração dos trabalhadores nas fábricas têxteis. Os mais de 1.100 mortos que se dedicavam à produção de roupas de marcas internacionais, estavam sujeitos a diversas violações de direitos humanos. Tal acidente de trabalho, ocorrido em 2013 e que indignou a comunidade internacional, resultou na convergência de organismos mundiais e de representação da classe trabalhadora, na discussão sobre meios de controlar práticas desumanas de trabalho na cadeia produtiva, com a elaboração de dois inéditos instrumentos normativos, conhecidos como acordos marco multilaterais. A partir do estudo do caso paradigmático de Rana Plaza, o presente trabalho dedica-se à reflexão acerca dos mecanismos de enfrentamento adotados internacionalmente para salvaguarda dos direitos das trabalhadoras do ramo têxtil, no pós 2013, como forma de garantia dos direitos humanos sociais no âmbito do trabalho, em contraposição à escravidão contemporânea. Decerto, nessa arena de conflitos onde a negociação coletiva e os direitos humanos têm perdido espaço para a precarização e para a cultura segregacionista imposta pelo neoliberalismo à classe trabalhadora, os Acordos Marco Internacionais, mecanismos adotados no caso, podem representar um instrumento de luta pela efetivação de direitos já consagrados na ordem internacional, bem como representar mecanismos de criação de novos direitos em diversos países. Em face da tendência mercadológica de superexploração das trabalhadoras, silenciadas ao longo da História e desumanizadas na contemporaneidade, a pesquisa reflete sobre a importância da atividade laborativa na sociedade, sobre as relações entre classes sociais, bem como sobre a capacidade das trabalhadoras em serem sujeitos de uma história de construção de direitos, por meio da atuação coletiva e de entidades sindicais e de direitos humanos. A cultura excludente e exploratória impõe cotidianamente obstáculos dos mais diversos tipos às mulheres trabalhadoras nas fábricas e oficinas têxteis contemporâneas, não somente do Brasil, mas também em outros países. A luta travada por essas mulheres não se resume a mera sobrevivência cotidiana, mas vai muito além, e inclui a luta por trabalho decente, direitos iguais e melhores condições de trabalho. Para tanto, a pesquisa se beneficia de uma perspectiva interdisciplinar, adotada à luz da Sociologia do Direito, da História do Social do Trabalho e da Economia, para compreender o avanço das formas de precarização em razão da mundialização do capital. Além da revisão bibliográfica e análise documental, os procedimentos metodológicos envolvem o cotejo do caso Rana Plaza com as situações identificadas em território brasileiro como de trabalho análogo à de escravo na ponta da cadeia produtiva têxtil e reflete sobre os diversos modos de combate e responsabilização das empresas pelas práticas de trabalho degradante.

**PARTICIPANTES:**

ROSANA SANTOS DE SOUZA, DANIELE GABRICH GUEIROS, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA

ARTIGO: 3403

TÍTULO: EXEQUIBILIDADE DA ARBITRAGEM PARA PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS DE PEQUENO PORTE

**RESUMO:**

O interesse pelo tema surgiu por intermédio de estudos sobre meios alternativos de solução de conflitos, em especial a arbitragem, esta estimulada tanto pelo Novo Código de Processo Civil, quanto pelo Poder Judiciário, que, atualmente, enfrenta graves problemas de celeridade devido à alta demanda de lides ajuizadas. Apesar de ser uma excelente alternativa de resolução de conflitos, a arbitragem não é comumente utilizada por pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte. A explicação para tal situação se encontraria no fato de este ser um procedimento um tanto quanto oneroso, e por isso mais utilizado por sociedades empresárias de grande porte, como as S.A., que prezam pela celeridade e pelo sigilo proporcionados por este procedimento. A problemática apresentada por esse cenário é que tal celeridade deveria ser acessível a todos, não apenas a uma minoria com grande força econômica. Não é novidade que o Poder Judiciário está sobrecarregado, lento devido ao alto número de casos adjudicados, entre outros fatores. Muitas vezes passam-se anos entre o ingresso no judiciário e a primeira citação, e ainda existe a possibilidade dos jurisdicionados não receberem resposta que os satisfaça, e tampouco resposta alguma em tempo razoável. Por isso pensar em uma viabilização da arbitragem para pessoas físicas e jurídicas de pequeno e médio porte seria de suma importância para garantir os princípios processuais elencados no Novo CPC. Por conta de algumas características que serão explicitadas ao longo do estudo, a arbitragem tem grande potencial para substituir um processo judicial em algumas situações. Visto que trabalha com o consenso das partes na fase de

desenvolvimento do contrato, desde a escolha do árbitro ou câmara arbitral até cláusulas mais específicas, as partes são mais ativas, tendo mais facilidade em aceitar a decisão arbitral, o que evita a sobrecarga dos tribunais recursais. Além do exposto, o fato de ser um processo sigiloso é também atrativo às pequenas empresas, que procuram manter a reputação no mercado. Tendo esses pontos em mente, busca-se, neste trabalho, avaliar a exequibilidade da arbitragem para o público delimitado, tendo como meio de estudo a empiria em algumas Câmaras Arbitrais da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa se propõe a analisar entrevistas com profissionais da área, visando entender a lógica das câmaras (cobranças, valores, tabelas, se há um público alvo bem estabelecido), bem como coletar material informativo desses locais – quando houver, para em seguida analisar tudo que for coletado, procurando indícios que endossem ou não o tema aqui debatido. No momento, visto que o estudo encontra-se na fase de desenrolamento da parte empírica, não é possível apresentar qualquer tipo de conclusão segura.

**PARTICIPANTES:**

EDUARDA NASCIMENTO DA SILVA, ANA CLARA OLIVEIRA MOTTA, ANA CAROLINA LIMA AYRES, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

**ARTIGO: 3441**

**TÍTULO: ESTABELECENDO FRONTEIRAS: DEMARCANDO CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DOS AMICI PARA CIRCUNSCREVER OS LIMITES DE SUAS MANIFESTAÇÕES**

**RESUMO:**

O Supremo Tribunal Federal utiliza-se frequentemente de dois agentes externos: os *amicus curiae* e os *experts* das audiências públicas. Os dois, no que se refere aos processos de controle constitucional, têm a sua atuação regulada pelas leis 9.868 e 9.882, pelo Regimento Interno do Supremo e pela própria jurisprudência do Tribunal. O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Argumentação fática nos tribunais superiores”, que na sua fase atual tem como foco de investigação um tipo especial de *amicus curiae*: aqueles que podem ser classificados como “científicos”. Para melhor compreender a figura a ser estudada, deseja-se aqui justamente diferenciar os aspectos institucionais dessas duas figuras: *amicus curiae* e os *experts*. A atuação dos *amicus curiae* está vinculada à sua representatividade e à relevância social da matéria em questão. Já os *experts* que figuram nas audiências públicas atuam na medida em que possuam experiência e autoridade em determinada matéria. Não obstante, já foram ouvidos nas audiências públicas entidades que parecem ter a sua atuação justificada mais pela sua representatividade e interesse na matéria do que pela sua experiência e autoridade. De forma contrária, a presença de certos *amicus curiae* parece estar vinculada mais a sua capacidade de explicar determinada questão técnica do que a características de representatividade e relevância social da matéria. Dessa forma, parece haver uma confusão, na prática do tribunal e na literatura brasileira, quanto às suas respectivas funções, justificativas e modos de participação desses dois agentes externos. Este trabalho tem como objetivo principal delimitar os aspectos institucionais que envolvam a atuação dos *amicus curiae* em contraste com os *experts*. Parte-se da seguinte hipótese: não há de fato uma diferenciação clara entre a figura dos *amicus curiae* e a do *expert* das audiências públicas, o que dificulta a caracterização dos limites envolvendo as manifestações de cada um deles. Para investigar a hipótese proposta, pretende-se realizar um estudo analítico-conceitual dividido em dois pontos. O primeiro consiste na análise da literatura nacional sobre o tema. O segundo consiste na análise de decisões do STF. Os seguintes critérios delimitam a escolha das decisões: a participação de *expert* em audiência pública concomitante com a participação de *amici* no plenário; processos em que a participação dos *amici* foi transferida para as audiências públicas. Até o presente momento foram identificados três conjuntos de circunstâncias que ajudam alcançar objetivo proposto. Deve-se ressaltar que a pesquisa está em andamento e que tais circunstâncias podem sofrer alterações. O primeiro diz respeito aos critérios de admissão desse *amicus*. O segundo trata das circunstâncias que envolvem o momento processual da sua manifestação. O terceiro diz respeito à própria manifestação, não tanto quanto ao seu conteúdo, mas quanto à forma como ocorre.

**PARTICIPANTES:**

FELIPE FRANCISCO PEIXOTO AZEREDO, RACHEL HERDY

**ARTIGO: 3636**

**TÍTULO: A PROTEÇÃO JURÍDICA DOS PORTADORES DE MICROCEFALIA.**

**RESUMO:**

O presente trabalho tem por objetivo analisar e avaliar como se dá a proteção a um grupo específico de sujeitos de direito considerado hipervulnerável e que se tornaram nacionalmente conhecidos pela população brasileira no início de 2016: os portadores de microcefalia. A ocorrência de microcefalia, espécie de má formação do cérebro humano causada por inúmeras razões, não era considerada expressiva no Brasil. No entanto, no ano de 2016, uma epidemia de da doença atingiu o país fazendo com que mais de 2 mil crianças nascessem com a doença. Na época este aumento expressivo do número de casos foi atribuída à Zika durante a gravidez da mãe, embora haja hoje estudos discordando deste diagnóstico inicial. O cerne é que a microcefalia é uma má formação congênita na qual o cérebro cresce menos do que o esperado, gerando crianças desta enfermidade. A interpretação do art. 5 da Constituição Federal de 1988 deve ser extensiva, e quando se aborda o direito à vida, entende-se que esse também deve proteger as gerações futuras. Sendo assim, pode-se afirmar que o Estado, ao falhar na prevenção da microcefalia falhou na proteção à vida e à saúde de centenas de crianças. O presente trabalho tem como objetivo abordar a proteção jurídica disponível a parcela significativa de portadores de microcefalia, na condição de pessoa em desenvolvimento hipervulnerável, especialmente no que diz respeito ao direito à saúde e ao desenvolvimento. Para isso, serão mapeados os principais obstáculos enfrentados pela população infantil portadora de microcefalia e por seus pais ou responsáveis para adquirir alimentos, medicamentos e tratamentos essenciais e que possibilitem um melhor desenvolvimento e qualidade de vida. Pretende-se abordar sobretudo as ferramentas jurídicas disponíveis, especialmente quando há necessidade de judicialização das demandas para o atendimento das necessidades mais urgentes. A pesquisa partirá da busca de julgados nos sítios eletrônicos dos tribunais, porém não se restringindo aos mesmos, conforme a

necessidade do trabalho. Como resultados iniciais, mapearam-se algumas dificuldades sofridas para conseguir medicamentos e alimentos.

**PARTICIPANTES:**

NATHALIA ROSA LOPES, MARCELLE FIGUEIREDO DAMAZIO, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

**ARTIGO: 3957**

**TÍTULO: APERFEIÇOAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**RESUMO:**

O cenário de crise econômica assombra a realização de políticas públicas. O momento é bastante propício para se analisar o progresso de determinadas políticas públicas, como é o caso, neste projeto de pesquisa, do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Também se faz necessário pensar e criar métodos que aumentem a eficiência de políticas. Para tanto, são diversas as indagações que podem ser feitas: será que o modelo de organização e funcionamento do PNAE – um programa nacional – atende às peculiaridades sociais de cada local? O PNAE consegue integrar diversos nichos técnicos e sociais, de forma a obter o resultado que pretende, que é a melhor alimentação de alunos de uma determinada localidade? Consegue o PNAE se organizar estruturalmente para receber informações advindas de nutricionistas e de comunidades científicas para construir melhores políticas de alimentação escolar locais? Do que se apreende aprioristicamente dos dados apresentados pelos meios de controle, há grande descaso com a alimentação escolar oferecida. Descaso que não se circunscrita somente na forma por meio da qual as unidades escolares se organizam estruturalmente para tanto, mas principalmente em como se pensa e se constrói os cardápios escolares e a aquisição de alimentos. Prima o PNAE por uma construção de estratégias alimentares (que consubstanciam em deliberação realizada por diversos atores públicos, mas principalmente atores privados, tais como nutricionistas, universidades e sociedade civil) que, em realidade, parece não se desenvolver no Estado do Rio de Janeiro. Há absurda carência de dados técnicos sobre o assunto, principalmente ao se verificar os poucos dados apresentados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Educação. Neste ponto, o presente trabalho pretende contribuir (i) apresentando um panorama de dados sobre o desenvolvimento do PNAE no Estado do Rio de Janeiro, (ii) de modo que se possa verificar os principais pontos sensíveis e necessários de aperfeiçoamento. Ainda, busca o trabalho (iii) apresentar estratégias trazidas da Economia Comportamental para o aperfeiçoamento de implementação de políticas públicas e, no caso em tela, mecanismos que possibilitem uma melhor estratégia de alimentação escolar. O objeto do trabalho são as políticas públicas de alimentação escolar do Estado do Rio de Janeiro. A hipótese é a seguinte: políticas públicas de alimentação escolar desenhadas a partir da metodologia da economia comportamental podem tornar mais eficientes, principalmente ao reduzir custos operacionais na estruturação administrativa para a consecução da política pública. No que tange à metodologia, será empregado o modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que sirvam de diretriz para a sustentação e defesa de nosso argumento central dentro do processo de redação, firmando-se aqui a indiscutível necessidade de textos críticos àqueles que adotaremos como base de raciocínio

**PARTICIPANTES:**

CARINA DE CASTRO QUIRINO, LUCAS SOARES MELO

**ARTIGO: 4139**

**TÍTULO: A INICIATIVA POPULAR PARA REFORMA CONSTITUCIONAL FACE AO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO**

**RESUMO:**

Cediço que o cenário jurídico político pelo qual vive o Brasil é de patente crise. A descrença que se tem diz respeito à capacidade das instituições de refletir os anseios e expectativas populares que foram plasmados na Constituição. Uma verdadeira crise de representatividade paira sobre os poderes constituídos, principalmente sobre os Poderes Executivo e Legislativo. Muitos países latino-americanos, no entanto, também vivenciaram panoramas históricos de déficit democrático e exígua participação popular. Diante disso, reformas constitucionais começaram a surgir nesses países desde o final do século XX, visando uma maior integração do povo junto à política. O conjunto de tais transformações representa o novo constitucionalismo latino-americano. Desse modo, o tema de nosso estudo gira em torno de problematizar sobre a possibilidade de iniciativa popular para reforma constitucional, tendo em vista o grande teor democrático do novo constitucionalismo latino-americano (NCL). Com base nas Constituições e normas que regem a criação de leis por iniciativa popular no Equador e Colômbia, faremos análises conjunturais, buscando aproximar a aplicação desse instituto (iniciativa popular na criação de leis) com a realidade brasileira. MÉTODO: nessa primeira fase da pesquisa se promoverá o estudo comparado do instituto da iniciativa popular normativa nas Constituições do Equador (art. 103), Colômbia (arts. 103 e 154) e Brasil (arts. 14, 60 e 61, §2º), além da análise doutrinária sob o marco teórico do Novo Constitucionalismo Latino Americano e os processos de reforma constitucional. Tal análise se circunscreve ao instituto da iniciativa popular e sua possibilidade para efeito de reforma constitucional. HIPÓTESE: É possível a reforma constitucional mediante iniciativa popular no Brasil. RESULTADO PRELIMINAR: Poder Constituinte no NCL assume compromissos mais densos em relação à participação popular no processo constituinte, inclusive em relação à reforma constitucional.

**PARTICIPANTES:**

LUIZ FELIPE BARBOZA DOMINGUES, DENIS ROBERTO PEÇANHA DE SANT'ANNA ALMEIDA, VERÔNICA FERREIRA NORONHA DE BARROS, VITÓRIA MORAES DE ARAUJO, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, GLAUBER DE BRITTES PEREIRA

**ARTIGO: 4201**

**TÍTULO: O FIM DA "CASA DOS LOUCOS": UMA ANÁLISE DAS AÇÕES E DISCURSOS ACERCA DO FECHAMENTO DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO HEITOR CARRILHO**

## RESUMO:

Este trabalho pretende entender as razões e justificativas apresentadas para o fechamento do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho e quais foram as articulações jurídicas que permitiram, em meio a um contexto político guiado por uma lógica punitivista, a concretização de tal fato. Pretende-se também, de forma subsidiária, jogar luz sobre a atuação estatal no que tange à aplicação das Medidas de Segurança no direito penal brasileiro a partir do que for possível observar sobre o destino dos internos do HCTP Heitor Carrilho. Para tanto, será feita uma análise dos documentos que deram ensejo ao fechamento desse HCTP, bem como uma análise dos argumentos dos atores judiciais e políticos envolvidos com esse evento. Trata-se portanto de uma pesquisa qualitativa que se foca nas ações (administrativas, políticas e judiciais) e discursos que permitiram que o mais antigo e famoso Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Rio de Janeiro fosse fechado. Quanto às técnicas metodológicas, serão realizadas entrevistas com os atores judiciais e administrativos envolvidos com esse fechamento e uma análise de documentos judiciais e administrativos disponíveis. Há ainda, de forma complementar, a utilização de notícias como documentos complementares que possam eventualmente trazer elementos para a compreensão dos documentos administrativos e judiciais. O objetivo principal desta pesquisa é compreender melhor como foi possível, numa era de grande encarceramento, que um evento tão improvável como o fechamento de uma instituição asilar acontecesse. O primeiro contato entre o homem e algo que lhe é estranho é, a princípio, assustador. O primeiro, por natureza, teme o segundo por não compreendê-lo em sua essência. A reação seguinte vem a ser a mais importante, pois depende de um quesito volitivo do homem: ele pode escolher se retrair e negar aquilo que considera estranho a ponto de não mais enxergá-lo, ou pode procurar entendê-lo e assumir uma perspectiva até então desconhecida. J. Steinbeck, em suas obras literárias, costumava afirmar que a corajosa atitude de se dispor a captar e interpretar o novo é sempre recompensada com um ponto de referência, e em um universo relativo, onde os costumes e o pecado também são relativos, não se pode fugir disso. É, justamente, através dessa reflexão e no intuito de buscar novos pontos de referência e novas maneiras de se pensar a realidade pela qual os portadores de sofrimento psíquico que agiram delituosamente são submetidos, que esta pesquisa propõe uma análise dos discursos e ações de todos os atores envolvidos no fechamento do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho (Rio de Janeiro – RJ).

## PARTICIPANTES:

ISABELLA DIAS FERREIRA, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

## ARTIGO: 4323

TÍTULO: O PROCESSO DE IMPEACHMENT NO BRASIL: UM NOVO MODELO INSTITUCIONAL

## RESUMO:

O presente trabalho propõe uma problematização do modelo de impeachment adotado pelo Brasil, balizada pela análise dos desenhos institucionais brasileiro e internacionais, bem como pelo estudo das capacidades das instituições para a interpretação de disposições constitucionais. Para tanto, serão utilizados como arcabouços teóricos para a compreensão dos fenômenos do diálogo e dos conflitos institucionais, os conceitos de (i) capacidades institucionais e efeitos sistêmicos, desenvolvidos por Cass Sustein e Adrian Vermeule no artigo "Interpretation and Institutions" e (ii) constitutional showdown, explorados por Vermeule e Eric Posner na obra "The Executive Unbound: after the Madisonian Republic". O objetivo da presente pesquisa é analisar e propor um possível novo modelo de impedimento do Presidente da República compatível às particularidades socioeconômicas e culturais do Brasil, pretensão que será fundamentada por estudos comparativos de modelos de Impeachment existentes no cenário internacional. A metodologia empregada, portanto, é o modelo hipotético-dedutivo baseado nos dados obtidos pela análise comparativa dos sistemas de impedimento político intitulados de processos de Impeachment. É importante, por fim, ressaltar que a presente pesquisa advém de um projeto iniciado na JICTAC de 2016, de título "O Processo de Impeachment no Brasil: Diálogos Institucionais VS Barganha Política".

## PARTICIPANTES:

MARIANA RIBEIRO, CAIO COSTA RIBEIRO, CARLOS BOLONHA

## ARTIGO: 4357

TÍTULO: O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA COMO ITEM ESSENCIAL A "ACCOUNTABILITY" ANALISADA À LUZ DO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 241

## RESUMO:

Problema: No Brasil, a análise do princípio da transparência como item essencial do "accountability" encontra óbice, em menor dimensão, no sistema de votação por lista aberta, através do qual ingressam no Congresso Nacional cidadãos que, na prática, não conseguiriam, por mérito próprio, o quociente eleitoral necessário e que, portanto, não têm eleitorado que os fiscalizem. Objeto: Estudar a aplicabilidade do princípio da transparência como vetor do "accountability" no âmbito do Projeto de Emenda Constitucional XXX, em virtude da dificuldade de acesso à informação, do desinteresse de parte da sociedade e do sistema de lista aberta. Hipótese: A hipótese em que se baseia o presente trabalho é de que a imputação aos governantes dos efeitos decorrentes de suas decisões é mitigado. Isso abarcando somente parte da sociedade que acompanha as deliberações legislativas. Tal fato se consubstancia principalmente na falta de transparência ao público das decisões tomadas. Somado ao crescente descrédito do legislativo brasileiro, por exemplo, em relação à questão de legitimidade. A dificuldade de implementação do "accountability" gera, portanto, a aprovação de projetos que vão de encontro aos anseios da maioria e levantam o questionamento de pra quem há, de fato, transparência no processo deliberativo. Argumentos: I – O ordenamento jurídico exige que o Estado efetivamente promova a publicidade das deliberações legislativas II – Há dificuldade de acesso à informação à parcela da população que não tem acesso à internet III- alta de legitimidade faz decrescer o acompanhamento da pauta política, o que gera um número maior de decisões absurdas haja vista a falta de controle, o que, de maneira cíclica, aumenta o descrédito. Objetivo: O objetivo geral do estudo é uma análise da aplicação do princípio da transparência no âmbito da "accountability", problematizando a



imputação no que tange à quem se destina, e a quem, de fato, atinge a publicidade das deliberações legislativas. Metodologia: O trabalho segue a lógica Hipotético-dedutivo, bem como empírico ao destrinchar as normas relativas ao processo legiferante brasileiro. A análise espacial será o congresso nacional e mais especificamente em como foi a votação da referida PEC. Cronologicamente serão primeiro estudadas as normas regentes do processo legislativo brasileiro, posteriormente analisado se o critério da transparência foi atendido de maneira a dimensionar como foi divulgada a pec pela mídia e como está sendo a divulgação de suas implicações. Mechanisms of Democracy – Arian Vermeule Curso de Direito Constitucional - Paulo Bonavides A Governância – Alexandra Aragão Power and Governance in a partially globalized world - Robert O. Keohane

## PARTICIPANTES:

THATYANE ALECRIM AZEREDO, KARLA BEATRIZ FERNANDES KOEBCKE, CARLOS BOLONHA

## ARTIGO: 5736

TÍTULO: A VERDADE JURÍDICA E O SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

## RESUMO:

A literatura define como um dos principais objetivos do processo penal a busca da verdade. A importância dessa investigação é tal que autores encaram como central para a definição desses sistemas processuais os procedimentos utilizados para a produção da verdade (GARAPON; PAPOULOS, 2008, p. 12). Dessa forma, independente dos sistemas em questão (inquisitorial, acusatório, misto), aqueles envolvidos do processo trabalham para reconstruir um acontecimento do passado para que então, possa-se efetivamente julgá-lo. Analisando como as formas jurídicas dão origem a determinadas formas de verdade, Foucault, em A verdade e as formas jurídicas, propõe como um dos modelos de produção da verdade no judiciário o procedimento do inquérito. Brevemente, esse procedimento se caracterizaria pela reconstrução de um acontecimento passado durante o julgamento como uma forma de recriar o momento do flagrante. Deste modo, apesar da sua proximidade com o sistema inquisitorial, parece haver uma compatibilidade entre o procedimento do inquérito e os outros sistemas processuais, já que mesmo quando as partes influenciam na produção de provas, o objetivo final do processo ainda seria a reconstrução do fato a ser julgado. A hipótese defendida é a de que o procedimento de inquérito é compatível com os três sistemas processuais tradicionais, inquisitorial, acusatório, misto. Para investigar a hipótese proposta, pretende-se realizar um estudo analítico-conceitual. O material investigado será além da legislação nacional, a literatura especializada tanto no tema da verdade jurídica, quanto em sistema processual penal. É importante ressaltar que este trabalho ainda está em desenvolvimento e integra o projeto “Entre relatos e fatos: o valor do testemunho dos agentes de segurança pública nas sentenças sobre tráfico de drogas no TJ-RJ”. Esta fase do projeto tem como objetivo compreender o sistema processual brasileiro a partir do procedimento de inquérito proposto por Foucault. Não se deseja realizar uma investigação histórica acerca da permanência de um tipo de procedimento, mas da possibilidade de se utilizar de um modelo, em especial da sua principal finalidade: a reconstrução do acontecimento como forma de recriar o momento do flagrante.

## PARTICIPANTES:

FELIPE FRANCISCO PEIXOTO AZEREDO, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

## ARTIGO: 3687

TÍTULO: BITCOINS: A NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL

## RESUMO:

A pesquisa tem por objetivo principal identificar a natureza jurídica do Bitcoin, tema dos mais controversos, no entanto, a ele não se restringe. O funcionamento, a utilização, os aspectos sociais e os financeiros, por exemplo, são questões que também merecem maior atenção por parte dos operadores do direito. Não há pacificação sobre o assunto em termos de regulamentação pelos Estados, bem como da dimensão alcançada pelo seu uso. Se visto pela perspectiva jurídica a situação é extremamente complexa, iniciando-se já com a própria definição e enquadramento jurídico do mesmo. Em relação à própria definição do Bitcoin, pode-se dizer que não há nada constituído ainda, apenas ilações, visto que sobre o seu uso efetivo é que se impõe certa lógica na pretensa definição e/ou natureza jurídica, i.e., Bitcoin como “moeda”, porém daí decorre serem usados como sinônimo “moeda eletrônica”, “moeda virtual”, “criptomoeda”, sendo que cada qual tem suas peculiaridades e não são em verdade sinônimos e nem poderiam ser. Além dessa peculiar definição do Bitcoin como “moeda” há também apontamentos de que seria ele um “valor mobiliário”, um “título de crédito” e até mesmo quem defende ser ele, o Bitcoin, apenas uma “tecnologia superior”. O fato é que juridicamente ainda não há definição do que efetivamente vem a ser um Bitcoin, o que se consegue é entender como ele funciona, mas não do que efetivamente se trata, e este é o desafio maior do Direito, visto apontamentos de prováveis regulações sobre o tema. Sobre isso, por exemplo, pode-se citar o fato de que a Receita, embora não o conceitue no termo específico da necessidade jurídica, aponta que sobre a sua titularidade incide tributação, visto apresentar ganho de capital. Não somente sob seu aspecto jurídico exclusivamente, mas também sob o aspecto financeiro, o Bitcoin chama atenção, visto na sua função moeda, enquanto elemento de troca, não possuir lastro ou garantia alguma por qualquer país que seja. O que até então se tem são apenas autorizações internas para seu uso, que varia de Estado para Estado, ou mesmo a proibição de negociação interna com referida moeda. No Brasil, assim, como em outros países, o Bitcoin tem utilizado como moeda paralela e paraestatal. Estudos estão sendo realizados pelo Banco Central e outros órgãos que compõem o sistema financeiro nacional. Há projeto tramitando sobre o tema e que visa à regulação do Bitcoin. O objeto do trabalho são as disrupções tecnológicas, no caso específico, o Bitcoin, e a demanda por regulação que elas geram na sociedade. No que tange à metodologia, será empregado o modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que possam auxiliar na construção de uma definição aproximada de uma possível conceituação universal sobre a natureza jurídica do Bitcoin. Em sede de conclusões parciais, algumas afirmativas foram estabelecidas: bitcoin não é moeda eletrônica nem título de crédito.

## PARTICIPANTES:

CARINA DE CASTRO QUIRINO, ALEXANDRE MAGNO, MARCIA BATAGLIN DALCASTEL

## ARTIGO: 3726

TÍTULO: MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTITUINTE 87/88: MOVIMENTOS TRABALHISTAS

## RESUMO:

Em outubro de 2018, a atual Constituição brasileira completará 30 anos. Pensando nisso, criou-se o grupo de pesquisa sobre os movimentos sociais na constituinte de 87/88. Se essa Constituição ficou conhecida como a “cidadã”, faz-se necessário estudá-la não somente a partir dos critérios tradicionais do Direito, mas especialmente a participação popular na sua realização. Assim, utiliza-se a perspectiva de Thompson, para quem o direito é a cristalização das relações de poderes na sociedade, e de seu texto “O Domínio da Lei”. O projeto completo está dividido em subgrupos com temáticas específicas, como: mulheres, reforma agrária, LGBTs e indígenas. O aqui apresentado discorre sobre os movimentos ligados à temática trabalhista. Desse modo, o “novo sindicalismo” brasileiro será estudado, bem como o papel das centrais sindicais da época, a exemplo da CUT, e de suas figuras marcantes, possivelmente futuros entrevistados. Os assuntos relevantes para esta pesquisa foram tratados, dentro da Assembleia Nacional Constituinte, na Comissão da Ordem Social, composta por 65 deputados e que teve como importante relator Almir Gabriel. Mais especificamente, a temática foi debatida na subcomissão dos direitos dos trabalhadores, composta por 23 deputados e presidida por Geraldo Campos. Por isso, os anais dessa subcomissão serão analisados e o posicionamento dos deputados em questão também. O livro “Quando novos personagens entraram em cena”, de Eder Sader, pode ser muito esclarecedor no tangente aos movimentos sociais da época. Para tal autor, os movimentos sociais tiveram que construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E pelo mesmo motivo a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência. O novo sindicalismo difere-se disso por ter se desenvolvido dentro da institucionalidade. Ainda assim, se o seu lugar institucional era reconhecido como legítimo pelo discurso dominante, o mesmo não se dava com a manifestação autônoma de reivindicação de novos direitos, que dessa forma buscavam se expressar. “Relações Coletivas de Trabalho”, de Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, também será um texto base no estudo do histórico das relações de trabalho, da subordinação dos sindicatos ao aparato estatal e de como isso os burocratizou e os afastou dos interesses dos trabalhadores, especialmente durante a Era Vargas. Para analisar como as propostas dos movimentos sociais e das emendas populares foram tratadas dentro da ANC, o material divulgado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) será essencial. Essas propostas perpassam pela jornada de trabalho, pelo direito à greve, à estabilidade, ao piso salarial e pelo imposto sindical.

## PARTICIPANTES:

VICTOR ABI RIHAN AVILA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, MARINA MARTINS PEDRINHA PÁDUA, ALICE MACIEL, HULLER MAX DA SILVA DANTAS

## ARTIGO: 3873

TÍTULO: A REFORMA AGRÁRIA NO JUDICIÁRIO FLUMINENSE

## RESUMO:

A pesquisa “Sistema de justiça e conflitos sociais rurais no Rio de Janeiro” tem como objetivo investigar o processo de judicialização da Reforma Agrária no estado do Rio de Janeiro, analisando a atuação dos atores sociais nos conflitos pela Reforma Agrária. Tem-se que as disputas por terra no estado do Rio de Janeiro se devem ao processo histórico de apropriação da terra no país, que acabou por acirrar a concentração de terra e excluir parcela considerável da população de seu acesso. No período de redemocratização, houve a necessidade de se criar mecanismos que dirimissem a questão agrária. A CRFB/88 trouxe a obrigatoriedade do cumprimento da função social pelas propriedades e, ainda, determinou que as desapropriações deveriam ser feitas através de ação judicial, com procedimento próprio. A partir daí, percebeu-se a importância do papel do judiciário, já que possui poderes para determinar despejos, conceder imissão de posse, arbitrar valores de indenização e desapropriar propriedades. No entanto, nem sempre essa judicialização assegura direito, podendo o Judiciário analisar de forma restritiva a CRFB, causando morosidade nos processos de desapropriação e criminalizando movimentos sociais. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar o olhar do judiciário sobre as ações de desapropriações ajuizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado do Rio de Janeiro, observando as práticas e as decisões dos tribunais. As informações das ações de desapropriação para fins de reforma agrária que tramitam ou tramitaram no estado foram disponibilizadas pela Procuradoria Federal Especializada do INCRA. Foi realizada uma análise quantitativa, que resultou no estudo sobre as etapas e características desses processos, permitindo visualizar com maior clareza, o papel dos magistrados, dos advogados dos réus, dos procuradores do INCRA e dos advogados dos movimentos sociais. Os tópicos utilizados para realizar a investigação do tema – nome das fazendas, existência de assistência, tempo para imissão de posse, realização de perícia judicial, argumentos da sentença de mérito, existência de ocupações dos movimentos sociais, recursos e processos apensos – foram pensados com base na problemática apontada por estudiosos da questão agrária e pelas pautas dos movimentos sociais. No desenvolvimento desse projeto, pudemos perceber que o judiciário desempenha papel conservador, tendo em vista não seguir os prazos estipulados em lei para conceder imissão de posse e se mostrar mais afeito à questão da propriedade, fechando os olhos para a violação do princípio da função social. Ademais, verificamos que os movimentos sociais têm grande influência nas decisões dos processos de desapropriação, posto que se organizam em acampamentos, nos entornos das propriedades, a fim de dar visibilidade à morosidade dos procedimentos expropriatórios. Por fim, impende-se ressaltar que pretende-se, ainda, ampliar a análise desses tópicos, bem como realizar estudos de caso.

## PARTICIPANTES:

THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, MÔNICA OLIVEIRA, NATHALIA FERNANDES GUIMARÃES ALMEIDA, RAFAELLA MOURÃO, LUIZA GABRIELA VELOSO GUSMÃO, ALESSANDRA AFONSO GUSMAO

ARTIGO: 3897

TÍTULO: MULHER E REFÚGIO: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOLICITAÇÃO DO REFÚGIO

RESUMO:

O século XXI é marcado pela intensificação da circulação de informações, capitais e pessoas. A crise humanitária torna-se evidente e com isso, o aumento da solicitação de refúgio. Nesse sentido, o trabalho será uma análise acerca da mulher como refugiada. O objetivo do trabalho é estudar, conhecer e expor a condição da mulher como refugiada. Isto é, mostrar as diferenças na análise da elegibilidade dos processos de determinação da condição de refúgio feitos por mulheres em relação a homens, e suas particularidades, tais como as perguntas feitas na entrevista oficial, as questões sensíveis ao gênero, a fim de demonstrar como a estrutura patriarcal se mostra na hora da solicitação do refúgio. Será uma pesquisa feita em locais que recebem refugiadas, a fim de coletar os dados necessários, além de ser uma pesquisa feita a partir de autores já discutidos e estudados no grupo de pesquisa "Fluxos Migratórios no Mundo Contemporâneo", tais quais Connie Oxford, Emma Haddad, entre outros. Para guiar as leituras e análises feitas, pautamos essa pesquisa especialmente na Teoria Crítica dos Direitos Humanos e nos Feminismos Interseccionais.

PARTICIPANTES:

LOUISE LEONI ABREU, NATALIA CINTRA, MARIA CLARA MENDONÇA BITTENCOURT

ARTIGO: 3903

TÍTULO: APERFEIÇOAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LIMPEZA URBANA: O CASO DA LEI ESTADUAL Nº 3.271/2001 E DO PROGRAMA LIXO ZERO

RESUMO:

A pesquisa discute o crescente aumento de produção de lixo pela sociedade fluminense e a construção da política de limpeza urbana estadual. Em 2013, a Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou o Programa Lixo Zero, com o objetivo de dar efetividade à Lei municipal nº 3.271, de 06 de setembro de 2001 – Lei de Limpeza Urbana, a qual já previa multas, de diferentes valores para diferentes condutas, a depender do objeto descartado, para quem o fizer de maneira imprópria. Antes do lançamento da medida, a Administração municipal investiu em diversas estratégias educacionais para dar visibilidade ao Programa e conscientizar a população sobre sua importância. Foram diversas campanhas de conscientização e anúncio das medidas para a população sem que tenha se obtido, com isso, resultados significativos. Como resultado imediato, dados levantados logo após a entrada em vigor da medida relevaram que diversos cariocas haviam sido multados e que o montante de lixo recolhido pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana havia de fato diminuído. No entanto, dois anos após a criação do Programa, raras são as notícias acerca do tema, gerando a incerteza a respeito de sua eficácia a longo prazo. Some-se a isso as notícias jornalísticas de acúmulo de lixo sempre crescentes, bem como de dados trazidos pela COMLURB que não deixam margem para dúvidas: há verdadeiro aumento de acúmulo de lixo no perímetro urbano. A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de, a partir das novas teorias da economia comportamental, adotar meios mais adequados de compreender o comportamento dos cidadãos submetidos a determinadas regras e como as instituições constroem mecanismos de políticas públicas que os atingem. A constatação de problemas de natureza operacional de políticas públicas, necessariamente a de âmbito estadual, está diretamente associada aos interesses dos cidadãos. Neste sentido, um importante aspecto da presente pesquisa é reconhecer um padrão de comportamento dos cidadãos e quais são as circunstâncias que subjazem ao descumprimento reiterado das normas da Lei de Limpeza Urbana. O objeto do trabalho são as políticas públicas de limpeza urbana do Estado do Rio de Janeiro. A hipótese é: políticas públicas de limpeza urbana desenhadas a partir da metodologia da economia comportamental podem tornar mais eficientes, principalmente ao reduzir custos operacionais na estruturação administrativa para a consecução da política pública. No que tange à metodologia, será empregado o modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que sirvam de diretriz para a sustentação e defesa de nosso argumento central dentro do processo de redação, firmando-se aqui a indiscutível necessidade de textos críticos àqueles que adotaremos como base de raciocínio.

PARTICIPANTES:

CARINA DE CASTRO QUIRINO, BEATRIZ RIBEIRO

ARTIGO: 5324

TÍTULO: A EXPERTISE TÉCNICA DA ANVISA EM XEQUE: OS CASOS DOS ANOREXÍGENOS E DA FOSFOETANOLAMINA NO BRASIL

RESUMO:

É sabido que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) foi criada com diversas prerrogativas e uma ampla competência, para regular produtos e serviços que apresentem risco à saúde. Quando da aprovação de sua lei de criação, já havia controvérsia quanto à constitucionalidade do poder normativo de agências reguladoras e os limites desse poder. O amplo campo de intervenção e a sua autonomia contribuíram para uma intensa edição de regras, seguida por diversos embates judiciais e legislativos igualmente intenso. Este cenário faz surgir o fortalecimento dos controles judicial e legislativo, que em diversos casos apresentaram forte postura frente a questões técnicas da ANVISA, de modo a superá-las. É o caso, por exemplo, da liberação do uso de medicamentos com base em anorexígenos (sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol), bem como o mais recente caso da fosfoetanolamina (pílula do câncer). Nesses embates regulatórios, nem sempre houve deferência à expertise da ANVISA. Evidentemente há uma tríade de forças sempre em tensão, estabelecidas entre Legislativo, Judiciário e ANVISA, de sorte que, diante das incertezas do cenário político-

econômico, podem fazer com que haja variações na prevalência de uma dessas forças sobre as outras. Nem sempre elas se equilibram de modo a preservar a expertise técnica da agência, sendo invariavelmente comum a superação da decisão técnica ou pelo Legislativo, via edição de lei ou ato normativo, ou pelo Judiciário, por efeitos de decisão judicial. Há algum padrão de violabilidade do núcleo de expertise técnica via judicial ou via legislativa? É hipótese da pesquisa: as questões de expertise técnica são variáveis caso a caso e não há um padrão de comportamento judicial que tenda a identificar uma maior ou menor deferência aos casos técnicos da ANVISA. No que tange à metodologia, será empregado o modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que sirvam de diretriz para a sustentação e defesa de nosso argumento central dentro do processo de redação, firmando-se aqui a indiscutível necessidade de textos críticos àqueles que serão adotados como base de raciocínio. O projeto fará análise dos casos dos anorexígenos e da fosfoetanolamina, de modo a entender como as forças institucionais se equacionaram, de modo a preservar ou não a expertise técnica da agência reguladora. O objetivo da análise é verificar o grau de violabilidade do núcleo da expertise técnica da agência via intervenção judicial e via intervenção legislativa. Um segundo momento da pesquisa verificará se existem outros casos com o mesmo objeto dos demais (medicamentos) em um lapso de tempo de cinco anos.

**PARTICIPANTES:**

GABRIEL DUARTE EVANGELISTA DA SILVA, CARINA DE CASTRO QUIRINO, DANIELA CAMARA FERREIRA

**ARTIGO: 3678****TÍTULO: O COMPORTAMENTO DOS AGENTES DECISÓRIOS PARA EFETIVAÇÃO DAS NORMAS DE GOVERNANÇA EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS****RESUMO:**

O crescente desrespeito em relação à observância de proteção aos direitos humanos/ fundamentais tem levado a criação de instrumentos que podem auxiliar as empresas no intuito de diminuir a incidência de danos aos indivíduos que sofrem tal lesão. Recentemente o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) lançou o Código das melhores práticas de governança corporativa, que são orientações que, se bem aplicadas pelas empresas, podem conduzir a uma considerável mudança no agir empresarial, objetivando maior transparência, justiça e responsabilidade. Há um capítulo específico do Código que trata da “Política de prevenção e detecção de atos de natureza ilícita”, no entanto, não há uma referência expressa às condutas em si, deixando a norma aberta. Muitas vezes a afronta aos direitos humanos/fundamentais individuais acometidos no âmbito empresarial resulta da má administração e gerenciamento mesmo das empresas. Com intuito colaborativo, os princípios norteadores de boa governança sugerem a criação de um departamento interno que possa fiscalizar internamente as empresas e, como elemento coadjuvante, desenvolver métodos sustentáveis de autogestão que possam diminuir os danos, inclusive internos, em termos de prejuízo financeiro, para a própria empresa, e também possibilitar que a mesma possa ser vista e avaliada pelos investidores sob uma ótica de melhor investimento porque mais vinculada a uma gestão “limpa” e sustentável sob vários aspectos. Assim, a pesquisa que se propõe tem como objetivo central avaliar o comportamento dos agentes decisórios para a efetivação das normas de governança em relação à proteção dos direitos humanos/fundamentais, considerando que não há nada em específico sobre o tema, mas pode ser atrelado ao capítulo acima referido, visto ser a utilização de mão de obra infantil ou “escrava” um ato ilícito. Diante de tal proposição, a ideia é aferir a possibilidade de uma eficiência das diretrizes para além de parâmetros meramente formais. Ou seja, se no caso concreto avaliado realmente a fiscalização e autogerenciamento dos departamentos criados para tanto, i.e, proteção ou não lesão dos direitos fundamentais, se existem, realmente podem contribuir para uma análise concreta de gestão na qual a empresa efetivamente está comprometida com valores outros, principalmente de integração dos indivíduos na própria empresa. Pretende-se, com a pesquisa em tela, (i) selecionar empresas que já instituíram departamentos internos para a prática de boa gestão em termos de políticas repressoras de realização de atos ilícitos, e se dentre eles há o estabelecimento de estudo e acompanhamento de proteção aos direitos humanos/fundamentais; (ii) verificar se estas empresas estão preocupadas também com os danos que eventualmente possam estar causando aos direitos humanos/fundamentais dos agentes externos à empresa, mas que com ela de uma ou de outra forma se relacionam.

**PARTICIPANTES:**

CARINA DE CASTRO QUIRINO, PEDRO MOREIRA ALONSO, MARCIA BATAGLIN DALCASTEL

**ARTIGO: 4115****TÍTULO: DISPENSAS COLETIVAS E ORDEM ECONÔMICA: ESTUDO DO CASO WEB JET LINHAS AEREAS****RESUMO:**

O trabalho analisa o fenômeno da dispensa coletiva de trabalhadores à luz do debate sobre a ordem econômica e direito do trabalho, por meio de estudo de caso. Diante da aquisição da WebJet Linhas Aéreas pela GOL aprovada após Relatório do CADE analisa suas consequências trabalhistas. Examina-se a controvérsia envolvendo as empresas e o Ministério Público do Trabalho, quanto à anulação das dispensas e a reintegração dos empregados da companhia adquirida na empresa adquirente por sucessão. Da análise do caso, em especial das teses jurídicas defendidas, acolhidas ou não na fundamentação das decisões judiciais, busca-se compreender o atual tratamento do fenômeno das dispensas coletivas no país. No Brasil, diante da ausência de regulação da regra constitucional sobre a dispensa, o TST fixou tese afirmando a imprescindibilidade da negociação coletiva em dispensas coletivas. A partir dos direitos comparado e internacional, se construiu um conceito e um tratamento específico para tal fenômeno com uma inovadora limitação do poder empresarial. Contudo, em tempos de crise, o discurso neoliberal pugna por um reforço do poder empregatício e por maior liberdade para as empresas gerirem seus negócios. Tal perspectiva pressupõe que a geração de emprego seria uma consequência da prosperidade empresarial. Não obstante, no caso analisado, a livre iniciativa não assegurou a convivência da ordem econômica com a valorização do trabalho, pois a dispensa ocorreu após ter sido demonstrada a solvência da empresa. Indaga-se, pois, se ao mesmo tempo em que vincula a atuação dos agentes públicos e econômicos ao combate ao desemprego, a ordem jurídica, de outro modo, legitimaria a atuação da livre iniciativa. Pretende-se contribuir para essa



resposta a partir da análise dos princípios constitucionais da ordem econômica, em especial do princípio da busca do pleno emprego, relacionada ao conceito da dispensa coletiva, a partir do estudo dos argumentos utilizados pelas partes e decisões no caso específico. O estudo reflete-se no caso WebJet o princípio da intervenção sindical obrigatória foi respeitado ou se houve uma conduta de busca de legitimação formal das dispensas. Analisa ainda se a partir da interpretação, as instituições do sistema de justiça compreendem a necessidade de localizar a dispensa coletiva injustificada como uma infração à ordem econômica, a exigir uma atuação das instituições no combate à redução dos postos de trabalho disponíveis e na efetivação do direito fundamental ao trabalho. O procedimento metodológico consiste em pesquisa bibliográfica nos campos dos direitos constitucional, econômico e do trabalho, levantamento de documentos, acompanhamento processual e jurisprudencial. Estuda-se em particular o caso das dispensas coletivas promovidas no âmbito da fusão WebJet/Gol Linhas Aéreas, procurando compreender o ponto de vista das partes litigantes e o conteúdo das decisões judiciais, extraindo a regulação concreta do litígio.

**PARTICIPANTES:**

GABRIEL RODRIGUES, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, THIAGO PATRÍCIO GONDIM

**ARTIGO: 5306****TÍTULO: UMA ANÁLISE LEGISLATIVA DE AGÊNCIAS REGULADORAS EM TEMPOS DE CRISE****RESUMO:**

Administrar a relação entre o governo e empresas que prestam serviços de interesse público é função complexa, uma vez que o aparelho estatal não é capaz de atender a todas as demandas necessária para o bom andamento do serviço público e sua relação com o setor privado. Neste contexto, as agências reguladoras surgem como órgãos de conhecimento técnico e capacidade decisional sobre questões envolvendo sua respectiva área de atuação, com função precípua de elaborar normas, fiscalizar, defender, incentivar, gerir e arbitrar conflitos existentes nestas relações estatais. O modelo de agências surge nos Estados Unidos, ao longo do século XIX, como uma forma de gerenciar crises, e durante a história institucional americana perceberam-se diversos abalos institucionais atingindo os órgãos em questão porém, sem mutações institucionais que se detectassem como sendo de relevância. A complexificação das agências foram resultado de um processo governamental de contenção a estes abalos, na medida em que o Estado, como imaginado originalmente, previa não ser capaz de suportá-las. No Brasil, a origem do modelo de agências se dá no período que compreende o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, em um projeto de intensificação das privatizações e reforma da Administração Pública. O objetivo deste plano, assim como o surgimento das agências nos EUA, foi gerenciar a crise financeira que abalou o país anos antes desta proposta. Como marco teórico, tem-se o estudo realizado por Sergio Guerra acerca do desenvolvimento e estruturação das agências brasileiras em seu livro “Teoria das Agências Reguladoras”. Comparativamente, a obra “Libertarian Administrative Law” de Adrian Vermeule e Cass Sustein esclarece quanto a origem do instituto das agências reguladoras nos Estados Unidos. A presente pesquisa tem como objetivo geral a análise de como as Agências Reguladoras Federais se comportam em momentos de crises institucionais, e como objetivo específico a análise minuciosa do texto legal das leis que instituem estes órgãos, a fim de averiguar como o Poder Legislativo se comporta nestes períodos em face dos órgãos que regulam as relações público-privadas em ambos os países, realizando um paralelo entre a legislação de instituição de Agências Reguladoras norte-americanas e brasileiras. A metodologia do presente projeto de pesquisa segue o critério hipotético-dedutivo, sustentando-se na produção legislativa no Brasil e nos Estados Unidos. A análise espacial do trabalho ocorre dentro da esfera dos Poderes Executivo e Legislativo em âmbito Federal, nos respectivos países. O marco temporal em questão inicia-se na origem das agências reguladoras no Brasil em 1996, até o ano de 2016.

**PARTICIPANTES:**

GUSTAVO SALLES DA COSTA, CAROLINE BATISTA, CARLOS BOLONHA

**ARTIGO: 5407****TÍTULO: O BRASIL HOJE: CONSOLIDAÇÃO DE ESTADO DE EXCEÇÃO E PROCESSO DE RETIRADA DE DIREITOS****RESUMO:**

O presente estudo busca analisar os processos históricos e de evolução para o estabelecimento de Estado de Exceção e a desconstrução do Estado Democrático de Direito. Para edificar o trabalho, faz-se necessário compreender como é formado o que conhecemos por regimes/estados ditatoriais, militarizados, totalitários, além de elucidar as transformações ocorridas com a influência do neoliberalismo. A América Latina passa por um período de desconstitucionalização de direitos conquistados após os períodos ditatoriais. No Brasil, os movimentos políticos democráticos, organizados ou não, responsáveis pela restituição do Estado Democrático de Direito, e pela Constituição democrática de 1988, iniciaram um período de democratização, que se acreditava ser irreversível. Hoje, observa-se o possível fim deste ciclo, desgastado pelo abismo entre cidadãos de segunda ordem e privilegiados. Estes compõem as forças conservadoras que tomam o direito a fim de o retornar e o manter sob égide autoritária e de permanente precarização das condições de vida. Dessa maneira, obviamente deve-se reparar que as situações precárias reais das populações, principalmente de países periféricos, generalizadamente, são paralelas e semelhantes em diversos níveis, e ao longo do tempo, com suas particularidades relativas ao momento que se observa. Ou seja, configura um paradoxo criado por uma presumida consolidação da democracia como prática, ou mesmo do Estado Democrático de Direito ilusório e um voraz retorno a uma ordem puramente antiga para os efeitos que se pretende. Particularmente para o ciência jurídica, esta desconstitucionalização surge como uma problemática, enquanto que em um ciclo anterior buscava-se a consolidação e retorno do estado de direito, e da sua promoção para a justiça social, este estado finalmente judicializado, haja vista a lacuna entre a democracia constitucionada e a sua implementação real, torna-se uma “besta-fera”, ator determinante a uma contraditória subjugação às forças conservadoras do poder, que se paralisa como agente de promoção de justiça e se materializa em um voraz usurpador de direitos. Kafka, no livro “O Processo” identifica o que seria o aspecto cegamente judicializante deste Estado, impositivo e autoritário. A noção de “Estado de Exceção” desenvolvida por Giorgio Agamben fornece como

perspectiva metodológica o entendimento do regime falsamente democrático, visualizados em arquétipos de ideologia obscurantista. Este Estado, através de seus agentes, vale-se de mecanismos que seriam mantenedores nutridores da democracia para tomar e impor o controle sobre o corpo e a vida. Por fim, relaciona, através do tempo, a progressiva institucionalização do “não-direito”, ilustrando imagens de tortura, de encarceramento, da vigilância, da precarização da vida e da imposição do medo.

**PARTICIPANTES:**

IGOR LIMA DA SILVA, JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES

**ARTIGO: 3871**

TÍTULO: IMPACTOS DO NEOPROCESSUALISMO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

**RESUMO:**

A constitucionalização do Direito é uma realidade que atinge o Processo Civil. Ganhou força após a Segunda Guerra Mundial no cenário internacional como resposta ao Positivismo Jurídico e no Brasil após a Constituição de 1988. Hoje é conhecido como Neoprocessualismo. Para essa teoria a norma processual deve servir para garantir a dignidade da pessoa humana, a fim de que as formas processuais sejam instrumento de um processo justo, que supere os excessos da legalidade estrita, proporcione efetividade aos direitos fundamentais e dê aplicabilidade imediata às próprias normas constitucionais. Assim, o Neoprocessualismo funciona como um método que permite uma releitura dos institutos clássicos à luz da Constituição. Por meio dele há um fortalecimento não apenas da figura do juiz, senão do Poder Judiciário enquanto instituição. Sua presença se faz sentir em temas como a racionalidade da jurisprudência, a aplicação dos precedentes, ampliação dos poderes do juiz e mudança das regras de distribuição do ônus da prova. Nesse contexto, a questão que se colocou para estudo foi: o Código de Processo Civil de 2015 adota pressupostos ou conceitos advindos do Neoprocessualismo? Especificamente, o presente trabalho procurou identificar como a nova regulamentação legal teria sido informada por essa nova metodologia. O trabalho empregou o método de pesquisa bibliográfico e os autores que serviram como principais referências teóricas foram Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, Eduardo Cambi, Fernando Angelo Ribeiro Leal, Hermes Zaneti Jr. e Luiz Guilherme Marinoni. Considerando a amplitude da revisão da literatura empreendida, foi privilegiada a consulta de trabalhos monográficos e de artigos de periódicos que fizessem referência direta ao tema. Após os estudos, concluiu que há pelo menos três aspectos que apontam para uma influência do Neoprocessualismo no novo Código, quais sejam: a positivação infraconstitucional dos princípios, a ampliação dos poderes dos magistrados e a expansão do poder vinculante dos precedentes. Esta pesquisa consiste num desdobramento de dois trabalhos anteriores, que foram apresentados na 7ª SIAC da UFRJ em 2016 e na JIC-JUR da FND/UFRJ em 2017.

**PARTICIPANTES:**

WALTER DOS SANTOS RODRIGUES, PEDRO LUCAS RIBEIRO ROCHA, GUILHERME DE LARA PICININI, THIAGO DA COSTA MONTEIRO DE SOUZA, FELIPE SOUZA DE OLIVEIRA

**ARTIGO: 5312**

TÍTULO: ENTRE A POSIÇÃO CONCRETISTA E O ÔNUS TÉCNICO: A LEI DO MANDADO DE INJUNÇÃO E OS VELHOS PROBLEMAS INSTITUCIONAIS

**RESUMO:**

Alguns projetos de lei para regulamentar o Mandado de Injunção foram apresentados ainda no ano de 1988. Somente se logrou êxito em sancionar ato normativo com esse fim em 2016, com a Lei Federal 13.300. Duas inovações se destacam: inclusão da locução “falta total ou parcial de norma regulamentadora”, ausente no texto constitucional e adoção da teoria concretista direta, estabelecendo que à decisão possa ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, liberdade ou prerrogativa objeto da impetração (artigo 9º, parágrafo 1º). A posição concretista foi adotada jurisprudencialmente pelo Supremo Tribunal Federal em 2007, segundo a qual, na falta de norma regulamentadora, cabe ao Judiciário editar o regulamento faltante para possibilitar o exercício dos direitos e liberdades. Este posicionamento se confirmou quando a Corte julgou os Mandados de Injunção nº 670, 708 e 712, que buscavam garantir o direito de greve dos servidores públicos. Diante da omissão legislativa, o STF regulamentou provisoriamente o preceito constitucional, aplicando eficácia concretizadora ao direito de greve em favor dos servidores públicos civis. A situação faz surgir alguns problemas ainda não enfrentados pelo Poder Judiciário: o que antes era um entendimento jurisprudencial (teoria concretista), que poderia de alguma forma ser argumentativamente superável, não mais o poderá, em tese? Houve ônus técnico transferido do Poder Legislativo para o Poder Judiciário, então? Se sim, o Poder Judiciário estaria apto a desenvolver tecnicamente os vãos normativos, mesmo que a decisão seja aplicável somente entre as partes? É objeto da pesquisa a avaliação normativa da Lei Federal nº 13.300/2016 e quais óbices enfrentará no cenário jurisprudencial. A hipótese desta pesquisa está assim disposta: a Lei Federal nº 13.300/2016 consubstancia-se em um instrumento de deferência do Poder Legislativo ao Poder Judiciário. No que tange à metodologia, será empregado o modelo do método hipotético-dedutivo, a partir da leitura de textos básicos que sirvam de diretriz para a sustentação e defesa de nosso argumento central dentro do processo de redação, firmando-se aqui a indiscutível necessidade de textos críticos àqueles que serão adotados como base de raciocínio. O projeto fará análise jurisprudencial de todos os Mandados de Injunção ajuizados no STF, obedecendo ao critério metodológico temporal de 10 anos (de 2007 até o presente momento). A análise jurisprudencial deverá ser realizada de acordo com os seguintes parâmetros analíticos: identificar o objeto do mandado de injunção, o grau de ausência de regulamentação, identificar argumentos utilizados nas decisões do STF, avaliar quais são os impactos dos efeitos das decisões no arranjo institucional. Por resultados parciais, a curto prazo, ao mapearmos os MI existentes no STF, nenhum deles está preparado para entrar na pauta de julgamento, o que dificulta verificar, em curto prazo, a hipótese da pesquisa.

**PARTICIPANTES:**

FIDEL SANTORO DOS SANTOS, CARINA DE CASTRO QUIRINO

ARTIGO: 5323

TÍTULO: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE TENSÕES INSTITUCIONAIS: PARTIDOS, COLIGAÇÕES E AGENTES POLÍTICOS

RESUMO:

Em um contexto contemporâneo de separação de poderes, considerando que os Poderes estabelecidos pela Constituição compartilham o mesmo espaço político, a competição entre autoridades e competências constitucionais são comumente detectadas nas instituições que compõem o Estado. Em casos que essas competições atingem um ápice - quando uma instituição insiste em se sobrepor de forma completa, acima da competência constitucional de outra - ocorre o que se denomina de "tensão institucional lato sensu". Tal tensão pode-se dividir em "tensões institucionais stricto sensu" e "tensões meramente políticas". A importância na distinção entre as formas de tensão reside na necessidade de identificar a extensão em que as relações inter-institucionais e intra-institucionais podem ser salutares ou prejudiciais para a dinâmica do desenho institucional. Para tal análise, é utilizado o conceito de "constitutional showdown" (embates constitucionais), apresentado por Adrian Vermeule e Eric Posner na obra "The Executive Unbound: After the Madisonian Republic", além dos esclarecimentos de Richard Pildes e Daryl Levinson na obra "Separation of Parties, Not Powers", acerca do cenário político contemporâneo e sua influência no desenvolvimento das instituições - pedra fundamental para a melhor compreensão das tensões institucionais, e sua relação com este complexo sistema. Dessa forma, a análise de objeto será feita à luz da "nova teoria institucional Norte-Americana", estendendo-se para a realidade brasileira. O presente projeto de pesquisa busca analisar de que forma a atuação dos partidos políticos e das coligações partidárias - bem como seus agentes políticos - influenciam o desenho institucional brasileiro em momentos de tensões entre instituições, ao passo em que se evidencia o caráter peculiar desta forma de dissenso, no país. Como objetivo geral do trabalho tem-se a análise de se partidos políticos majoritários utilizam-se das coligações partidárias e seus agentes, para alcançar um resultado positivo em casos de tensões institucionais. O objetivo específico é investigar os efeitos constitucionais que geram esta distinção sistemática e política, que ocorre em momentos determinados de dissenso entre as instituições. A metodologia de trabalho segue o critério hipotético-dedutivo, e compreende os modelos analíticos de pesquisa, bem como empíricos, uma vez que se sustenta na prova de critérios idealmente selecionados para o estudo casuístico. A análise espacial do trabalho ocorre dentro da esfera dos Três Poderes, nos respectivos países. O marco temporal em questão inicia-se no período de redemocratização brasileira, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, até o ano de 2016.

PARTICIPANTES:

GUSTAVO SALLES DA COSTA, CARLOS BOLONHA, CAROLINE BATISTA, HUDSON ELISIO CAMARA MENDES SAMPAIO, CAIO BARBOSA ZACARIAS

ARTIGO: 5404

TÍTULO: A EFICÁCIA DAS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

RESUMO:

O objetivo do presente trabalho é analisar os efeitos das sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, os meios existentes para executá-las, as consequências para o Estado em caso de incumprimento e as mudanças no ordenamento jurídico interno. O presente estudo teórico utiliza uma abordagem qualitativa, realizada através da pesquisa bibliográfica e documental, por meio da doutrina, artigos científicos, jornais, as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, legislação nacional e alienígena, tendo sido desenvolvida através da coleta de dados e investigação. A Corte Interamericana de Direitos Humanos é órgão judicial do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, instituído pelo artigo 33 da Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo competente para julgar casos de violação de direitos humanos por parte de países que a ratificaram e declararam reconhecer a sua jurisdição e tem competência contenciosa e consultiva. Suas decisões têm caráter definitivo, obrigacional e executório, em conformidade com os artigos 63, 67 e 68 do Pacto de São José da Costa Rica. Sendo assim, não podem ser apeladas e os Estados não têm a faculdade de não acatá-las. Porém, a sua executividade não é vista pela doutrina de forma absoluta, pois a convenção é clara somente quanto à forma de execução de sentenças que disponham de indenizações compensatórias, não sendo específica quando a reparação se tratar de obrigações que não representem reparações patrimoniais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos não tem competência para revogar leis ou reformar sentenças que considere contrárias à Convenção, a única força cominatória de que dispõe é a sanção moral e política dos países que não cumprem as suas sentenças. Verificou-se, através da análise dos casos submetidos à Corte desde sua criação, em especial contra o Brasil, a Argentina, o México e a Venezuela, e a forma como suas sentenças foram acolhidas pelo ordenamento jurídico interno, que esse tipo de sanção não tem se mostrado eficiente para evitar que violações se repitam e tampouco para obrigar que o Estado-parte do contencioso submetido à Corte cumpra as suas sentenças, evidenciando a vulnerabilidade da proteção dos direitos humanos na América Latina. Para tentar resolver este problema, mudanças à Convenção têm sido propostas pela doutrina de forma a fomentar e dar força coerciva ao cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos Estados que a ratificaram, para que a Convenção Americana de Direitos Humanos alcance de forma eficaz a sua finalidade: a proteção dos direitos humanos.

PARTICIPANTES:

CASANDRA GABRIELA DIAS RAMOS VIDAL, SIDNEY GUERRA

ARTIGO: 5409

TÍTULO: COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA DE ADOÇÃO HOMOAFETIVA NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO

## RESUMO:

Em 1993, vários países discutiram e aprovaram a Convenção da Haia relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional. Alguns anos antes, em âmbito regional, já havia surgido a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores, celebrada em 1984. Os dois acordos buscaram fixar regras para a realização da adoção internacional de menores, conforme as exigências da época em que foram estabelecidos. A presente pesquisa tem como foco a aplicação dessas convenções no Brasil – Estado ratificante de ambas os documentos -, de modo a analisar como as regras previstas nas duas convenções contribuem para promover a cooperação jurídica internacional, especificamente, em hipóteses de adoção internacional de menor por casal homoafetivo no Brasil. Por disposição convencional, em observância ao previsto no artigo 6 da Convenção da Haia, o Brasil designou autoridades centrais, cuja responsabilidade é a de intermediar o processo adotivo, mantendo uma via de comunicação com as autoridades de outros países. Assim, o procedimento de adoção mediado por tais autoridades é baseado em uma relação de confiança mútua. Em um cenário no qual há uma inércia do legislativo nacional quanto à aprovação de leis mais protetivas aos direitos da comunidade LGBTI, no que se inclui o direito à adoção, o Poder Judiciário vem atuando de forma mais progressista. Nesse sentido, o que se nota, até o presente momento, é que a atuação das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção – autoridades centrais no âmbito das 27 unidades jurisdicionais internas - tem se mostrado favorável aos casos de adoção por casais homossexuais, sobretudo nos processos de adoção que tramitaram no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nos últimos anos. No estágio atual da pesquisa, com os resultados parciais obtidos, já é possível perceber que há uma aplicação positiva da Convenção da Haia e de seus mecanismos de cooperação jurídica internacional. A Convenção Interamericana, por sua vez, tem foco no conflito de leis, e, tem tido alcance mais restrito, em termos de cooperação, tendo em vista o caráter embrionário das normas sobre o tema previstas nesse documento. No decorrer desta pesquisa, a metodologia empregada abrange um estudo crítico e comparativo do texto das convenções e da legislação nacional sobre o assunto, bem como uma análise empírica de jurisprudência. O foco escolhido é o Estado do Rio de Janeiro, pela facilidade de acesso às fontes (por meio da leitura dos relatórios emitidos pela CEJA do TJ-RJ). Objetiva-se constatar de que forma os mecanismos das referidas Convenções podem ser usados, a fim de possibilitar ou dificultar a efetiva adoção por casais homoafetivos, e, por conseguinte, verificar de que maneira o princípio do melhor interesse da criança e do princípio da não discriminação são aplicados, para assegurar aos casais homossexuais o acesso às adoções internacionais e para prover uma nova família ao menor.

## PARTICIPANTES:

PAULO HENRIQUE LOPES VAZ DE MELO, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA

## ARTIGO: 5426

TÍTULO: O COMPORTAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FRENTE AOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DEFERÊNCIA JUDICIAL E AGÊNCIAS REGULADORAS

## RESUMO:

A partir do processo de privatização das empresas estatais e criação das agências reguladoras, tornou-se necessária a discussão sobre o desempenho de tais entes da administração pública indireta e sua relação com o poder judiciário. A hipótese aqui levantada é a de que o papel que as agências deveriam desempenhar no contexto brasileiro é limitado, notadamente, pela judicialização de questões pautadas pelo poder discricionário conferido às agências reguladoras. Com vistas à observação de tal conjuntura, a pesquisa intenta identificar a postura do Supremo Tribunal Federal frente ao fenômeno da judicialização, mais especificamente, da judicialização de decisões das agências. O presente projeto tem por objetivo geral analisar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e verificar, quantitativamente, a ocorrência de decisões de caráter deferencial em casos que envolvem agências reguladoras. Os objetivos específicos, por sua vez, estão centrados no mapeamento de tais decisões, separando-as quanto ao nível de tecnicidade da decisão proferida pela agência reguladora e repercussão gerada. Em fase posterior, o projeto tem por objetivo reproduzir o levantamento, analisando a incidência de decisões deferenciais proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça em casos que, igualmente, agências reguladoras figuram como parte. A metodologia está centrada no exame objetivo de acórdãos coletados diretamente da página virtual do STF, por meio de ferramentas de pesquisa disponibilizadas pela plataforma do tribunal.

## PARTICIPANTES:

GIANNE LIMA, CARLOS BOLONHA, JULIANA MARMELLO DA SILVA

## ARTIGO: 2163

TÍTULO: CRISE ECONÔMICA E DIREITO DO TRABALHO: O PARADIGMA DA AUSTERIDADE NO CONTEXTO DE CRISE BRASILEIRA DOS ANOS DE 2015/2016

## RESUMO:

O trabalho analisa a relação histórica entre o direito do trabalho e a crise econômica na manutenção do modo de produção capitalista, utilizando-se como referenciais teóricos David Harvey, Manuel-Carlos Palomeque e Antônio Casemiro Ferreira. As crises econômicas são elemento central da reprodução histórica do modo de produção capitalista enquanto meio de reconfiguração do domínio de classe (HARVEY, 2011). O direito do trabalho é compreendido enquanto instrumento de equilíbrio estrutural dos interesses antagônicos concernentes ao conflito base do capitalismo industrial (PALOMEQUE, 2001). A análise será direcionada ao padrão de crises instaladas a partir do fenômeno da financeirização do capital e da ascensão do pensamento econômico neoliberal, problematizando-se a relação entre a austeridade econômica, o dismantelamento do Estado-providência e a flexibilização das relações laborais. A pesquisa examina as políticas de austeridade na conjuntura da crise brasileira dos anos de 2015/2016 e dos seus reflexos no âmbito do direito do trabalho, tomando como base os conceitos de austeridade econômica e direito do trabalho da exceção (FERREIRA, 2012). Por intermédio do projeto de



austeridade neoliberal, os pressupostos básicos do direito do trabalho são negados a partir da confluência de três aspectos principais: o paradoxo da soberania, a temporalidade de exceção e a jurisprudência de austeridade (FERREIRA, 2012). Pretende-se analisar esses três aspectos assinalados na emergência do Direito do Trabalho da exceção no Brasil, tendo em vista a disseminação de uma racionalidade pautada na urgência e inevitabilidade de ajustes econômicos estruturais como resposta a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro (IPEA e IBGE). O primeiro aspecto a ser analisado é a pretensa reformulação das fontes do direito do trabalho no Brasil através da admissão da prevalência do negociado sobre o legislado, tendo em vista a proposta de inclusão na CLT do artigo 661-A por meio do Projeto de Câmara nº 38, compreendido no âmbito do paradoxo da soberania, que pressupõe a articulação entre entidades nacionais e internacionais na estipulação da concepção mercantilizada do ramo jurídico trabalhista. A temporalidade de exceção terá como enfoque a tramitação da EC nº 95/2016 relativa ao teto dos gastos públicos e a utilização de medidas provisórias pelo executivo na restrição de direitos e garantias ao trabalhador. O último aspecto analisado será a atuação do STF na chancela das políticas de austeridade por meio da catalogação de decisões proferidas em controle de constitucionalidade. A pesquisa adota uma perspectiva interdisciplinar, com ênfase nas áreas do direito do trabalho, direito constitucional e sociologia do direito. A metodologia envolve o levantamento bibliográfico, legislativo e jurisprudencial, além da análise documental legislativa e judicial.

**PARTICIPANTES:**

SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, ANTONIO LEONARDO SILVA CARNEIRO, THIAGO PATRÍCIO GONDIM

ARTIGO: 2607

TÍTULO: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CRUELDADE NO CASO DA VAQUEJADA

**RESUMO:**

A Constituição Federal protege “a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (art. 225, VII). Em ação recente, conhecida como o Caso da Vaquejada, o STF apreciou a ADI 4983, proposta pela PGR. Esta arguiu a inconstitucionalidade da lei do Estado do Ceará – que regulamentava a prática da Vaquejada – sob a guarida do art. 215 do mesmo diploma legal que prevê a garantia, pelo Estado, do “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” além de apoio e incentivo à “valorização e a difusão das manifestações culturais.”. Com isso, estabeleceu-se uma situação de conflito entre o direito dos animais de se verem protegidos de práticas cruéis e a realização das vaquejadas, vistas como legítima expressão cultural. O STF declarou a inconstitucionalidade da lei, fazendo prevalecer a proteção dos animais frente a práticas de cruéis. Essa decisão provocou reação quase que imediata do Congresso Nacional, que editou uma Emenda à Constituição de forma a definir a Vaquejada como prática não cruel, no seguinte sentido: “§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.” A pesquisa, realizada por alunos do primeiro período, no âmbito da disciplina Teoria do Direito I, é pontual e pretende buscar no inteiro teor do acórdão os mecanismos utilizados pelos Ministros para a construção do conceito de crueldade relativamente ao direito dos animais. A questão que se põe é como as classificações normativas são construídas, e a hipótese é a de que os conceitos que lhe servem de base são conformados e construídos a partir das especificidades do caso concreto, em um vai e vem de perspectivas entre os poderes judiciário e legislativo, passando primordialmente pelo recurso a especialistas de outras áreas do conhecimento, por informações obtidas na internet, pelo recurso metodológico da proporcionalidade e pelo recurso aos precedentes judiciais. A pesquisa, de natureza qualitativa, se concentra na análise de um caso tomado como exemplo, e tem como objetivo mostrar o processo de construção de classificações normativas a partir de uma dinâmica própria do nosso sistema. Além disso, objetiva poder contribuir, também, para outras discussões que daí podem se seguir, como a dos diálogos institucionais. A pesquisa é realizada por alunos não bolsistas e apresentará resultados finais no âmbito desta JICTAC, não obstante guardar desdobramento em outros trabalhos realizados pelo OJB.

**PARTICIPANTES:**

VITOR JORGE GONÇALVES VASCONCELOS, GEORGE SCHINESTZKI LAZZARI, VINÍCIUS VEIGA RODRIGUES, MARGARIDA CAMARGO, DANIEL DE SOUZA LUCAS

ARTIGO: 2759

TÍTULO: UM DEBATE ACERCA DA JUSTIÇA: O CONCEITO DEDUTIVO DE RAWLS VERSUS A EXPERIÊNCIA DE JUSTIÇA EM GUSTAVO ZAGREBELSKY

**RESUMO:**

Um debate acerca da justiça: O conceito dedutivo de Rawls versus a experiência de justiça em Gustavo Zagrebelsky. Em “Uma Teoria da Justiça” de John Rawls, o autor idealiza um momento em que todos os indivíduos estariam em posição de equidade, não tendo conhecimento de qualquer característica natural e social que possuíssem. Nessa posição original, sob o “véu da ignorância”, as pessoas poderiam chegar ao acordo sobre quais princípios de justiça seriam os regentes das instituições básicas da sociedade, para que assim, a mesma se desenvolva de acordo a esses princípios, vindo a ser uma sociedade liberal justa por seguir princípios que desde sua “fundação” foram acordados como justos. Sugere Rawls que as pessoas poderiam alcançar o entendimento sobre princípios que além de não favorecerem pessoas com certas características, também equilibrariam as vantagens que porventura uns viessem a ter sobre outros, pelo simples fato de que o desconhecimento sobre sua classe social, por exemplo, impediria que uma pessoa optasse por princípios que fossem desvantajosos a classe mais pobre, visto que ela poderia muito bem pertencer a essa camada da população. A equidade oferecida na posição original teria a capacidade de gerar a escolha de princípios de justiça equilibrados, no sentido de que todos os membros da sociedade pudessem gozar de uma vida justa, sem grandes desvantagens em relação aos outros. Bem distante da pretensão de Rawls, o constitucionalista italiano Gustavo Zagrebelski nos propõe reconhecer a justiça como uma

experiência vital, ao invés de uma construção teórica e conceitual. Para esse autor, a justiça acaba por se perder frente ao idealismo utópico da ideologia, onde a autonomia da justiça é renunciada em prol de um sistema teórico ideal. Sua proposta vai ao encontro de compreender a justiça como algo que necessitaria de uma experiência pessoal, que seria, justamente, a experiência de justiça, ou melhor dizendo, da aspiração à justiça, que nasce do sofrimento proporcionado pela injustiça. Seria mais fácil de reconhecer a dor provocada pela injustiça do que chegar a um acordo universal sobre a justiça. A legitimidade da pretensão de justiça, significa compartilhar humanidade e dignidade frente ao sofrimento derivado da injustiça sofrida. Através da análise bibliográfica, pretende-se esboçar os principais pontos do modelo de justiça como equidade proposto por Raws e as críticas feitas a ele pelo Gustavo Zangrebelski, objetivando pensar um modelo teórico menos abstrato, que possibilite a construção de uma justiça através das situações simples do cotidiano, onde o indivíduo a experienciaria ao compartilhar humanidade e dignidade com seus semelhantes; ao invés de se transpor a uma condição ideal de construção de princípios de justiça, distante e utópica da realidade social.

**PARTICIPANTES:**

BRENO MARWIN SCHIAVI GARCIA, HANNA SONKAJARVI

**ARTIGO: 2859****TÍTULO: O PAPEL DO MEDIADOR JUDICIAL NO NOVO CPC****RESUMO:**

O Brasil vive um momento de renovação no processo civil, implementada através da elaboração de um novo Código de Processo Civil (Lei Nº 13.105, de 2015) e da prática judiciária, que vem se adaptando para se adequar a um novo modelo de processo civil, mais aberto ao diálogo e à colaboração entre as partes como forma de acesso à justiça. Nessa perspectiva, o novo código em seu artigo 334 e a lei da mediação (Lei Nº 13.140, de 2015) trazem a obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação que é o marco de incentivo e denota a atualidade e relevância do estudo do tema. Pelo exposto, intenciona o presente trabalho explorar o instituto da mediação no CPC/2015 na sua aplicação intraprocessual. Para tanto é necessário estudar o seu ator principal (o mediador). Desse modo, como objeto de pesquisa será buscado a influência da formação do mediador na resolução dos conflitos judiciais e, trazendo os seus desdobramentos. Tal pesquisa se dará através de análise bibliográfica que intenciona buscar a formação do mediador judicial, as suas técnicas, o grau de satisfação dos litigantes que optam por tal método de solução de conflito e, por fim, sua efetividade. A pesquisa tem caráter qualitativo e a construção dos dados será realizada sobre a base da legislação vigente, bem como, fonte bibliográfica e complementada por pesquisa empírica no campo.

**PARTICIPANTES:**

LUCAS DA SILVA RIBEIRO, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

**ARTIGO: 2922****TÍTULO: OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS COMO FERRAMENTA DE ACESSO À JUSTIÇA****RESUMO:**

Mauro Cappelletti e Bryant Garth, na célebre obra "Acesso à justiça", dividiram em três ondas os principais movimentos renovatórios do acesso à justiça. A primeira onda diz respeito à assistência judiciária aos pobres e está relacionada ao obstáculo econômico do acesso à justiça. Já a segunda onda refere-se à representação dos interesses difusos em juízo e visa contornar o obstáculo organizacional do acesso à justiça. A terceira onda, por sua vez, denominada de "o enfoque do acesso à justiça", detém a concepção mais ampla de acesso à justiça e tem como escopo instituir técnicas processuais adequadas e melhor preparar estudantes e aplicadores do direito. No Brasil, o sistema dos Juizados Especiais, hoje regulado pelas Leis 9.099/95, 10.259/01 e 12.153/09, foi instituído e idealizado de forma a ampliar o acesso à justiça, bem como a torná-lo mais eficaz. Trazendo um enfoque maior em meios alternativos de solução de conflitos, buscando-se sempre a conciliação e a mediação, além de garantir alguns princípios específicos como simplicidade, informalidade, oralidade, celeridade e economia processual (art. 3º da Lei 9.099/95), funcionam como verdadeiras ferramentas de acesso à justiça, tal como preconizado por Cappelletti por meio especialmente da 1ª e 3ª ondas. No entanto, trazendo especificidades não só quanto ao procedimento comum, como também entre os juizados partes desse sistema (Estaduais, Federais e da Fazenda Pública), há diversos pontos criticados por doutrinadores processualistas importantes no cenário brasileiro atual, como Leonardo Greco, Alexandre Câmara e Felipe Borring Rocha, no sentido de que algumas de suas "inovações" feririam garantias processuais essenciais. O objetivo da presente pesquisa se encontra na análise do sistema dos Juizados Especiais e suas ferramentas específicas que se propõem a concretizar o acesso à justiça, frente às garantias constitucionais relacionadas ao processo, de forma a concluir o quanto são realmente efetivas em suas propostas, quando comparadas a teoria, a prática e os princípios constitucionais que possam vir a entrar em conflito. Como resultados preliminares alcançados pela pesquisa até então, concluímos que os juizados são legítimo meio de acesso à justiça, no entanto alguma de suas ferramentas que se propõem a esse papel precisam ser repensadas, como a dispensabilidade de advogados nos Juizados Federais e da Fazenda Pública. A metodologia utilizada na pesquisa segue o critério Hipotético-Dedutivo, por meio da análise de doutrina, legislação e jurisprudência e o recorte espacial do trabalho se limita ao âmbito jurídico brasileiro.

**PARTICIPANTES:**

RODRIGO GALVÃO DO AMARAL, BRUNA RANGEL DA SILVA PAO TRIGO, MANOEL JUNIOR FERREIRA VELOSO, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

**ARTIGO: 3030****TÍTULO: UMA ANÁLISE DA ADPF Nº 54: EMBASAMENTO E IMPLICAÇÕES PARA A ADI Nº 5581****RESUMO:**

O presente trabalho, que se encontra em sua fase inicial, tem como objetivo analisar a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF no 54 acerca da interrupção terapêutica induzida da gravidez de um feto anencéfalo. Para tanto, será utilizado o método hipotético-dedutivo, analítico, através de uma pesquisa jurisprudencial, legislativa e doutrinária. Sua justificativa está na relevância social e jurídica do tema, uma vez que trata da interpretação e aplicação de princípios e direitos fundamentais - a citar: princípio da dignidade humana; direito à vida; à autodeterminação; à liberdade; à saúde; à integridade física, psíquica e moral; à privacidade; e à intimidade -, num contexto consideravelmente emblemático. A referida ação foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) postulando a declaração da inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção deste tipo de gravidez é conduta tipificada nos artigos 124, 126, e 128, incisos I e II, do Código Penal. O STF opinou pela sua procedência, numa decisão que não descriminalizou o aborto, tampouco criou uma exceção aos dispositivos do CP supracitados, contudo, estabeleceu que a interrupção terapêutica induzida da gravidez de um feto anencéfalo não deve ser considerada prática abortiva, permitindo que gestantes nessa situação tenham o direito de escolha, sem a necessidade de autorização judicial ou qualquer permissão específica por parte do Estado. O trabalho se propõe a enfrentar os principais argumentos que embasaram os votos dos ministros, assim como os que as partes defendiam, e problematizar suas implicações. As reflexões têm por ponto de partida o estabelecimento da noção de "início da vida", analisando a Lei Federal 9.434/97 e as Resoluções no 1.480/97 e no 1.752/97 do Conselho Federal de Medicina, além da contribuição de doutrinadores expoentes no assunto. Em seguida, será discutida a humanidade do feto anencéfalo e a contraposição entre a dignidade humana e a dignidade da pessoa humana, num entendimento de que a primeira seria anterior à última. O trabalho também visa refletir sobre a possibilidade de sopesamento entre a dignidade do feto e da mãe. Fazendo uso do direito comparado, serão analisados julgados de outros países sobre este tema, principalmente EUA e Alemanha. Por último, questiona-se a decisão na ADPF no 54 abriria um precedente para a ADI no 5581, que aguarda julgamento e que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância e saúde quando verificadas situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika, incluindo a possibilidade expressa e literal de interrupção da gravidez nas políticas de saúde do Estado brasileiro para mulheres grávidas infectadas pelo vírus zika.

## PARTICIPANTES:

GABRIEL MENDONÇA DE SOUZA, ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN

## ARTIGO: 1074

TÍTULO: ACUMULAÇÃO, ESTADO, CLASSES E CONFLITO DISTRIBUTIVO NA CHINA: AS AGITAÇÕES TRABALHISTAS DESDE AS PRIVATIZAÇÕES DOS ANOS 1990.

## RESUMO:

O projeto se desenvolve com base nos chamados "incidentes de massa" no campo e na cidade que ocorrem na China. Na cidade, as agitações ligadas ao deslocamento da produção de bens manufaturados a partir da abertura comercial e industrial, principalmente no período posterior ao desmonte do sistema de benefícios sociais conhecidos como danwei ("panela de ferro de arroz"), e no campo, as expropriações de terra e o menor investimento social se comparado com as cidades. Tem-se como marco temporal para a análise os anos 1990 porque é nesse período que há uma forte onda de privatização que afeta diretamente a vida do trabalhador chinês. A intenção principal é traçar uma análise histórica e econômica dos impactos na vida geral do ambiente social e político chinês, bem como traçar perspectivas para um futuro próximo, tendo o estudo das várias agitações – e suas variadas formas de ação – que ocorreram e ocorrem no país e reverberam as tensões de classe. Desta forma, observar o fenômeno do conflito distributivo e comportamento dos trabalhadores frente às suas perdas é de fundamental importância para entender a sociedade e a economia política da China

## PARTICIPANTES:

HUGO DAHLIN FERREIRA DOS SANTOS, ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

## ARTIGO: 1181

TÍTULO: POLÍTICA DE IMPORTAÇÕES: COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE PROTEÇÃO NOMINAL E EFETIVA DO BRASIL COM PAÍSES SELECIONADOS

## RESUMO:

Esse trabalho faz parte do projeto PIBIC "Política de importações brasileira: estrutura atual e possíveis mudanças" e tem por objetivo avaliar o grau de proteção da economia brasileira por meio da comparação do nível de proteção tarifária do Brasil com países selecionados. A política de importações de um país é um dos múltiplos mecanismos de incentivo à produção nacional. Ela regula o grau de concorrência dos produtos importados no mercado doméstico, protegendo ou expondo à maior concorrência os bens produzidos localmente. Essa capacidade de proteger ou expor à competição externa faz desse instrumento um mecanismo relevante de incentivo às decisões de produção dos empresários locais e deve, idealmente, obedecer a princípios que regem as políticas produtivas, complementando as políticas industriais, tecnológicas e aquelas de estímulo às exportações. A análise da proteção brasileira contempla a estrutura de tarifa nominal e da efetiva. A proteção nominal se baseia na avaliação da tarifa nominal aplicada pelos países aos parceiros na ausência de acordos preferenciais. Porém, a caracterização da estrutura de proteção a partir das taxas nominais consiste num retrato parcial da política de importações de um país, dado que a tarifa nominal não considera as diferenças entre os setores que são fornecedores de insumos e seus compradores. O cálculo da proteção efetiva, que desconta da proteção dada ao bem final a proteção incidente sobre seus insumos considerando seus pesos no valor de produção, contribui para um melhor entendimento da estrutura de incentivos dados aos diferentes setores por meio da tarifa aduaneira. A tarifa efetiva é calculada conforme abaixo.  $TE_j = [P_j * T_j - (T_i * P_i * a_{ij})] / [P_j - (P_i * a_{ij})]$  Sendo:  $TE_j$ : tarifa efetiva;  $P_j^*$ : preço do produto  $j$ , em livre comércio;  $P_i^*$ : preço do insumo  $i$ , em livre comércio;  $T_j$ : tarifa ad valorem do produto  $j$ ;  $T_i$ : tarifa ad valorem do insumo  $i$ ; e  $a_{ij}$ : valor

percentual do insumo  $i$  necessário para produzir uma unidade do produto  $j$ ; O cálculo da proteção efetiva requer informações acerca da proteção nominal, cuja fonte é a base de dados TRAINS (UNCTAD), que fornece as tarifas nominais para um amplo conjunto de países, e também a estrutura técnica que permite a ponderação da importância dos insumos no valor dos bens finais. Essa informação é obtida a partir dos coeficientes técnicos das matrizes de insumo-produto, contidas na base internacional World Input-Output Database (WIOD). Os cálculos serão realizados para o último ano disponível (2014) e para um conjunto de países. Os países selecionados possuem níveis de desenvolvimento semelhantes ao Brasil ou passaram por processos de desenvolvimento industrial recente (Rússia, Índia, China, África do Sul, México e Coreia do Sul). Agregou-se os EUA ao conjunto de países a fim de fazer uma comparação com um país desenvolvido. O nível de agregação é aquele determinado pela base de dados de Matriz de Insumo Produto, que consiste em 56 setores.

**PARTICIPANTES:**

NATHALIA MACHADO SALES, MARTA CASTILHO

**ARTIGO: 2909****TÍTULO: O CRESCIMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO NOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA ALTA DAS COMMODITIES NAS TAXAS DE INVESTIMENTO DA AMÉRICA LATINA****RESUMO:**

O presente trabalho busca analisar os impactos que o boom das commodities, ocorrido entre 2003-2014, gerou nas taxas de investimento da América Latina e no Brasil. Para tanto, utilizarei os dados oferecidos pelo "World Investment Report" - disponíveis para consulta no site das UNCTAD - e do Banco Central do Brasil, de modo a balizar variações mais ou menos significativas aos propósitos de nossa pesquisa. A partir de 2003 é iniciado um período de alta dos preços das commodities, primeiramente puxado pela alta dos combustíveis e minerais, acompanhado, após 2006, pelas commodities agrícolas. Tal fenômeno foi decorrente do aumento da demanda mundial por metais, principalmente em função da demanda chinesa, associado a uma restrição estrutural ao aumento da oferta das commodities agrícolas. Esse fenômeno de valorização das commodities não foi acompanhado na mesma proporção pelo aumento dos preços dos bens manufaturados, fato que resultou em uma valorização dos termos de troca dos países exportadores de commodities, dentre os quais estão os países latino-americanos e o Brasil. Durante esse período, a hipótese de Prebisch-Singer não se concretizou, e esses países apresentaram elevadas taxas de crescimento e aumento nas taxas de investimento da região (UNCTAD, 2013). É reconhecido que as flutuações dos preços das commodities têm um impacto relevante nas receitas fiscais e nos regimes cambiais dos países altamente dependentes das suas exportações. Nesse sentido, o resultado dessa volatilidade é a redução das taxas de investimento e crescimento no longo prazo (Carneiro, 2012). Entretanto, nesse período, o país pode atrair mais investimento externo direto, em função dos maiores retornos nos setores primário-exportadores e maior crescimento. Por fim, através dos dados de Investimento Externo, serão averiguados se durante o período do boom ocorreu, de fato, uma elevação das taxas de investimento da região, e se o Brasil apresentou uma tendência semelhante. Além disso, busca-se examinar o resultado do boom sobre a estrutura produtiva do investimento, e se ele resultou em um impacto duradouro no crescimento. Tal pesquisa encontra-se ainda em estágio inicial. Acreditamos que os procedimentos acima descritos, junto aos resultados apresentados, se consolidem de maneira satisfatória à resolução de nossas hipóteses preliminares.

**PARTICIPANTES:**

TALITA FERREIRA, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

**ARTIGO: 3499****TÍTULO: RESTRIÇÃO EXTERNA E DESEMPENHO REGIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE 2000 A 2014****RESUMO:**

A discussão sobre crescimento econômico está diretamente ligada à análise da estrutura produtiva, particularmente a partir da abertura comercial e financeira experimentada após os anos 1990, isso porque a estrutura produtiva se relaciona diretamente ao comportamento do balanço de pagamentos e à possibilidade de a restrição externa se impor como um limitador ao crescimento. Na abordagem do crescimento liderado pela demanda, as taxas de crescimento divergem ao longo do tempo, especialmente em decorrência de diferentes restrições externas que limitam o crescimento da demanda. As economias abertas sem moeda conversível estão especialmente suscetíveis à escassez de divisas, intimamente relacionada com o tipo de especialização produtiva (refletida nas pautas exportadora e importadora). Segundo a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), a reprimarização da pauta exportadora, como o Brasil vem experimentando, leva à deterioração dos termos de troca e à piora das condições do balanço de pagamentos. Isso ocorre porque, nesse cenário, os produtos exportados possuem baixo valor agregado e baixa elasticidade-renda, enquanto os importados possuem alto valor agregado e alta elasticidade-renda. Além disso, segundo a CEPAL, a especialização produtiva em produtos básicos, aumenta a exposição às condições e aos ciclos internacionais. Portanto, para entender a trajetória de crescimento do Brasil, é fundamental analisar a composição das pautas importadora e exportadora. Há muitos estudos recentes que mostram as mudanças nessas pautas para a economia brasileira, mas ainda é relevante estudar esses dados regionalmente, a fim de dar suporte a uma discussão mais acurada sobre o processo de mudança nas pautas de importação e de exportação. Neste trabalho buscou-se analisar os dados trimestrais de importação e exportação regionais, desde 2000 até 2014, divididos por "fatores agregados" (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados). Dessa forma é possível observar a evolução da participação de cada um dos fatores na exportação e importação de cada região do Brasil e relacionar tais dados ao crescimento nas respectivas regiões. Também se buscou analisar o efeito da alta de preços dos produtos básicos no mercado internacional a partir do ano 2003 sobre o crescimento regional, verificando a influência do cenário macroeconômico mundial sobre os ciclos econômicos das regiões do Brasil.

**PARTICIPANTES:**

HELENA RODRIGUES FERNANDES DE MORAIS, MARIA ISABEL BUSATO



ARTIGO: 1123

TÍTULO: FIRMAS DE ALTO CRESCIMENTO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

RESUMO:

Objetivo: O objetivo do projeto é investigar as principais características das firmas “gazelas”, ou seja, firmas que apresentem alto crescimento, definido como uma taxa de 20% ao ano, por três anos consecutivos. Ao cumprir este requisito, este tipo de firma se torna fonte da análise a ser realizada no projeto. Método: utilização da RAIS Os micro dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) são a base de dados utilizada onde as informações são inicialmente apresentadas. Para que a análise seja feita corretamente, o tratamento dos arquivos foi necessário de forma a adequar as variáveis e seus respectivos formatos para a resolução do trabalho. O arquivo inicialmente era composto de 60 variáveis, envolvendo os mais diversos aspectos das firmas em análise e de seus funcionários. A necessidade de uma adequação dos arquivos para otimizar sua análise, assim como sua eficiência, era evidente para dar objetividade ao projeto. Enquanto o arquivo final é constituído por 15 variáveis que influenciam o diagnóstico das firmas “gazelas” analisadas, sendo as principais: CNPJ (raiz e CEI – Cadastro Específico do INSS), número de funcionários, escolaridade (sendo esta dividida entre os que possuem ensino superior e ensino médio), tempo do vínculo empregatício, valores de remuneração, CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Os dados abordam o período de 2009 a 2014 de empresas brasileiras nos 26 estados e no Distrito Federal. Conclusão: identificação das principais características disponíveis na RAIS das empresas de alto crescimento neste período. A partir da análise realizada na base finalizada, o projeto identifica as principais características das firmas “gazelas”, compilando diversas informações a respeito das principais variáveis apresentadas na RAIS. As empresas de alto crescimento são o alvo de estudo, apresentando características singulares que serão analisadas para tornar possível a compreensão do fenômeno, com vistas à elaboração de políticas.

PARTICIPANTES:

MATHEUS SOARES, CARLOS FREDERICO ROCHA LEÃO

ARTIGO: 2868

TÍTULO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO À P&amp;D PARA O SETOR FARMACÊUTICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS FUNDOS SETORIAIS, SUBVENÇÃO ECONÔMICA E EMPRÉSTIMOS DO BNDES

RESUMO:

O setor farmacêutico é capaz de gerar inúmeras externalidades positivas à sociedade, através de medicamentos e melhora da qualidade de vida, o desenvolvimento de novas tecnologias ganha um caráter crucial. Além disso, novas tecnologias desenvolvidas em solo nacional geram uma menor dependência de empresas do exterior e podem ajudar a balança comercial, diminuindo a importação e/ou aumentando exportação de produtos farmacêuticos. O projeto tem como objetivo analisar os dados sobre os recursos alocados para pesquisa e desenvolvimento e inovação (P, D & I) no setor farmacêutico de 2006 até 2016 em três linhas de financiamento. A FINEP-Inovação e Pesquisa é responsável pela gestão de duas linhas, a primeira chamada de Fundos Setoriais (FS) e a segunda de Subvenção Econômica (SE). Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é responsável pela terceira linha, constituída principalmente de empréstimos feitos pelo banco para empresas do setor farmacêutico, inclusive os que fazem parte do programa Profarma, direcionado exclusivamente para o setor farmacêutico, porém com outros objetivos além da P, D & I. O processo de inovação é altamente dependente de financiamento, por isso torna-se necessário criar incentivos fiscais para o setor privado como a Lei do Bem ou mesmo linhas de crédito de longo prazo. Nesse sentido, as três linhas de financiamento analisadas no projeto desempenham um importante papel na evolução de P, D&I do setor farmacêutico, visto que cada uma contribui de um modo diferente na cadeia inovativa desse setor. Os dados para estudo dos FS e SE foram retirados de editais publicados pela FINEP, eventualmente em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), extraídos do site do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (antigo MCTI) e da base Aquarius. E os valores e contratos gerenciados pelo BNDES estão disponíveis no site do banco. O projeto mostrará que os valores empregados nos FS e SE são significativamente inferiores aos empréstimos do BNDES e, além disso, não apresentam uma disponibilidade contínua de recursos.

PARTICIPANTES:

JULIA PARANHOS, BRUNO FERREIRA DOS SANTOS FARINA DE SOUZA

ARTIGO: 3098

TÍTULO: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO NO BRASIL

RESUMO:

As políticas industriais e de inovação adotadas a partir de 2003 representaram a retomada da capacidade e interesse do Estado em intervir no processo de desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro após um longo período sem a implementação de políticas públicas estruturadas com tal objetivo. Nesse contexto, torna-se extremamente relevante a análise de tais políticas e de seus impactos na estrutura produtiva e inovativa da economia brasileira. O objetivo do presente trabalho é analisar os impactos da política industrial e de inovação no Brasil no período 2003-2015 na indústria de transformação, com ênfase nos setores farmacêutico e de equipamentos de telecomunicações. Serão apresentadas as políticas industriais e de inovação do país, e será feita uma análise sobre a evolução dos principais instrumentos utilizados, buscando avaliar sua efetividade, tendo em vista os objetivos propostos. Para isso, foram analisadas as publicações oficiais dos ministérios e agências governamentais responsáveis pelo desenho e implementação das políticas no período, visando sistematizar os objetivos das ações implementadas e os principais instrumentos utilizados, bem como publicações secundárias. Além disso, utilizou-se da base de dados da Pesquisa de Inovação - PINTEC, para a organização de gráficos que

nos possibilitaram complementar a observação dos resultados das políticas implementadas. Espera-se ainda utilizar a base de dados da PIA. De forma geral, observou-se a retomada da capacidade do Estado em intervir e estimular o processo de desenvolvimento industrial, tendo a inovação como um de seus principais eixos de atuação para estimular a competitividade do país. Apesar disso, observou-se uma influência do modelo linear de inovação na concepção das políticas formuladas, de forma que os instrumentos se voltaram majoritariamente para o apoio às atividades de P&D e para o estímulo à interação entre instituições de Ciência e Tecnologia e as empresas. Em relação à indústria de transformação, observou-se que em geral o desempenho inovativo não atingiu os resultados esperados. Houve um pequeno aumento da taxa de inovação, e, a partir das informações sobre os gastos nas diferentes atividades inovativas observou-se um perfil mais modernizador da indústria do que inovador, sugerindo a adoção de estratégias de inovação mais defensivas. Na indústria farmacêutica, por outro lado, os resultados encontrados sugerem que os instrumentos de políticas adotados no período produziram efeitos mais positivos. Houve um aumento significativo da taxa de inovação no setor, do montante dos gastos privados em inovação, e da cooperação entre as empresas. Os resultados em relação ao setor de equipamentos de telecomunicações ainda estão sendo discutidos, mas indicam impactos limitados das políticas implementadas.

**PARTICIPANTES:**

MARIA CHRISTINA VILAR TORRES, MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO, THAÍS RIBEIRA DE PAULA

**ARTIGO: 4852****TÍTULO: ESFORÇO DE REUNIÃO DOS ESTUDOS DE DIFERENTES TIPOS DE CATEGORIAS DE APLS****RESUMO:**

O trabalho é feito com todo o suporte e orientação dos membros da Redesist. O foco é reunir diversos estudos que resultem em uma análise de algum APL específico, ressaltar as dimensões que o conceito de arranjos produtivos locais (APL) possui e divulgar todos os trabalhos num mapa georreferenciado. Primeiramente o foco foram os estudos de membros da Redesist, ou com algum membro da mesma envolvido evitando muitas interpretações diferentes do que se é um APL. Com esse esforço já exaurido, abrimos o filtro para qualquer estudo que se referia a algum APL ainda não citado. O trabalho ainda está em curso mas já conta com mais de trezentos estudos para serem divulgados, e ainda falta a aprovação de divulgar de pelo menos oitenta autores. O mapa georreferenciado pretende trazer uma lista em seu lado esquerdo onde estão todos os APLs de acordo com o filtro aplicado e do lado direito o mapa em si com diversos marcadores vinculados cada um a determinado estudo. Ao final o resultado será uma enorme database de estudos de APLs com filtros específicos que facilitarão futuros trabalhos relacionados.

**PARTICIPANTES:**

LUCAS ALMEIDA, MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS

**ARTIGO: 1167****TÍTULO: INDÚSTRIA CULTURAL – TÉCNICA E DOMINAÇÃO. O CASO DO VIDEOGAME****RESUMO:**

O objetivo principal deste trabalho, que começou em setembro de 2016, é discutir possibilidades de representações contemporâneas da teoria da Indústria Cultural, de Theodor Adorno e Max Horkheimer. Em outras palavras, se a indústria cultural, da maneira pensada pelos autores, se limitava aos casos explicitamente expostos (cinema, rádio, música e televisão – junção dos dois primeiros) ou se a definição seria extensiva, podendo compreender outros elementos. Além disso, a partir do excerto “o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade” (Adorno, Horkheimer, 1947), pensar a atualidade desta afirmação: as mudanças na indústria cultural correspondem às mudanças de dominação socioeconômica, em especial nas relações de trabalho? Para tal fim, foi pensado o caso do videogame (jogos de vídeo, em tradução livre). Esta escolhe se deve tanto a características em comum que estes possuem com o cinema, como história, personagens, trilha sonora (inclusive existindo complementariedade entre eles – filmes de jogos e jogos de filmes) e outras próprias, sendo a principal delas não ter um passado que possa ser determinado como artístico. Pesou também na escolha a forte popularização dos jogos de vídeo pelo veículo dos smartphones. Resumidamente, a questão que se coloca é: será que as características da mídia em comum com o cinema e sua função no sistema socioeconômico são suficientes para caracterizá-lo como pertencente à Indústria Cultural? O procedimento metodológico adotado foi a leitura do texto original dos autores e de comentaristas destes, junto com pesquisa sobre as características do videogame. Os resultados preliminares obtidos foram a possibilidade de inclusão de novas mídias à definição de Indústria Cultural, em especial os videogames. A pesquisa tem, como próximos passos, o aprofundamento do estudo das relações sociais, tendo como marco metodológico a afirmativa de que a forma de dominação da técnica na indústria cultural reflete a forma da dominação socioeconômica.

**PARTICIPANTES:**

PEDRO RUBIN COSTA, ANGELA GANEM

**ARTIGO: 2493****TÍTULO: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DA CHINA HOJE****RESUMO:**

O Sistema de Educação na China passou por transformações importantes nas últimas décadas que mudaram não apenas seu tamanho, alcance e cobertura como a própria forma como a Educação é entendida hoje no país. O objetivo desse trabalho é integrar um esforço conjunto com outros pesquisadores do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China) de entender as características do regime de Bem-Estar Chinês e, particularmente no caso desse trabalho,

como a Educação se insere nessa perspectiva. Dessa forma, esse trabalho se concentra em grande parte num esforço empírico de resgatar e sistematizar os dados que se tem sobre a Educação no país, disponíveis no China Statistical Yearbook disponibilizado pelo National Bureau of Statistics of China, e tentar dar forma a esse objeto que parece passar despercebido pela maioria daqueles que estudam China hoje, que do ponto de vista dos autores é essencial para entender a Economia Política do país, sobretudo no que diz respeito à "Grande Muralha" que separa os economistas do desenvolvimento e do bem-estar. Além disso, o trabalho busca resgatar a principal bibliografia sobre o tema e sistematizar as visões que se tem sobre o assunto trazendo para o debate quais são as "Grandes Questões" que enfrenta a Educação na China hoje, sobretudo no que diz respeito aos elementos que se impõe como desafios mais atuais das Políticas Públicas para a Educação no país, em especial que contradições elas evidenciam na Economia Política Chinesa.

**PARTICIPANTES:**

JOÃO VICTOR GUIMARÃES COSTA, ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS

**ARTIGO: 4002****TÍTULO: OS DESAFIOS POR TRÁS DO PLANO DE DESINVESTIMENTO DA PETROBRAS****RESUMO:**

Resumo da Pesquisa: Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pela Petrobras no seu Plano de Desinvestimento. A implementação desse programa de reestruturação se deu em um contexto de forte endividamento da estatal com uma possibilidade concreta de não conseguir honrar seus compromissos. Sendo assim, a empresa se viu obrigada a mudar sua estratégia econômica e a priorizar a gestão da dívida. Dessa forma, a alienação de ativos foi escolhida como o principal modo de desalavancagem da companhia, no entanto, essa prática extremamente comum na indústria petrolífera vem sofrendo com as barreiras políticas e regulatórias. Pretende-se assim avaliar o impacto dos desafios, entre eles podemos citar riscos jurídicos e regulatórios, sobre a implementação do plano de desinvestimento. Isso será feito a partir da análise dos comunicados e dados disponibilizados pela Petrobras, de artigos publicados em mídias especializadas e de trabalhos acadêmicos. Conceitos analisados: Estratégia Econômica; Plano de Negócios e Gestão; Plano de Desinvestimento. Resultados: Elaboração de uma apresentação científica que demonstre as adversidades enfrentadas pela Petrobras em seu Plano de Desinvestimento a ser exposta na XXXIX Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Referências: PETROBRAS (2016). "Fato Relevante - Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão 2017-2021". Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/fato-relevante-plano-estrategico-e-plano-de-negocios-e-gestao-2017-2021> (Acessado em 30 de Maio, 2017) PETROBRAS (2017). "TCU autoriza a retomada do Programa de Desinvestimentos". Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/tcu-autoriza-a-retomada-do-programa-de-desinvestimentos.htm> (Acessado em 30 de Maio, 2017) TCU (2016). "TCU suspende cautelarmente alienação de ativos e empresas da Petrobras". Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-suspende-cautelarmente-alienacao-de-ativos-e-empresas-da-petrobras.htm> (Acessado em 20 de Abril, 2017) BLOG INFOPETRO (2016). "Controle de preços da Petrobras: chegou a hora de pagar a conta". Disponível em: <https://infopetro.wordpress.com/2016/03/28/controle-de-precos-da-petrobras-chegou-a-hora-de-pagar-a-conta/> (Acessado em 09 de Abril, 2017) STATOIL (2016). "Statoil e Petrobras ampliam parceria estratégica no Brasil". Disponível em: <https://www.statoil.com.br/pt/noticias/statoil-e-petrobras-ampliam-parceria-estrategica-no-brasil-.html> (Acessado em 31 de Maio, 2017)

**PARTICIPANTES:**

FERNANDA ALMEIDA RIBEIRO DE JESUS, EDMAR FAGUNDES DE ALMEIDA

**ARTIGO: 4318****TÍTULO: A INCLUSÃO SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CIEP****RESUMO:**

O presente trabalho identifica o sistema capitalista contemporâneo como altamente excludente e desigual. Considera a hipótese inicial de que a intervenção do Estado pode se tornar fundamental para atenuar as falhas sistêmicas e proporcionar melhores condições para os mais pobres. A pesquisa tem como objeto de estudo a política social do governo federal, lida no Programa Bolsa Família. Ela investiga o impacto do programa nas famílias dos estudantes do colégio CIEP, no município de São João de Meriti na região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da consolidação do programa em 2004 até o ano os dias de hoje. O objetivo é geral investigar de que forma esse programa de assistência social contribui para a redução da exclusão social. Os objetivos específicos são avaliar os efeitos do programa: 1) na vida das famílias beneficiárias; 2) no sistema educacional do CIEP; 3) na vida escolar dos estudantes de famílias beneficiárias. Através do Programa Bolsa Família, o Governo transfere mensalmente renda para famílias carentes, através da Caixa Econômica Federal. As famílias são selecionadas a partir do Cadastro Único, uma vez elegível ela entra como beneficiada do programa e o valor do auxílio varia segundo o grau de vulnerabilidade e a quantidade de membros da família. O objetivo é a retirada das famílias da extrema pobreza. A escolha do CIEP 175, como espaço da pesquisa, na periferia da região metropolitana do RJ, se justifica por apresentar uma população de baixa renda, e por sua associada a importância como centro de educação, no município de São João de Meriti. O que lhe confere a possibilidade de receber grande número de estudantes de diferentes bairros. Essas famílias de baixo poder aquisitivo enfrentam dificuldade para a manutenção de suas necessidades básicas. A pesquisa pode ser estruturada em dois eixos: 1) A política pública do programa bolsa família. 2) Os efeitos do programa, nos estudantes e nas famílias do CIEP. Do ponto de vista metodológico, será desenvolvida uma análise do objeto empírico. Atores, fatos e processos envolvidos no: Eixo 1 Levantamento da documentação do programa bolsa família Entrevistas junto a gestores do programa do município e da escola Indicadores socioeconômicos Eixo 2 Levantamento do aproveitamento dos estudantes beneficiados pelo programa Caracterização das famílias beneficiadas pelo programa. Entrevista junto as mães de família, professores e estudantes E desenvolver o objeto teórico, e identificar as teorias, os conceitos e os autores do campo das ciências sociais, que analisam a questão pobreza, exclusão social e transferência de renda. Os dados levantados

revelam que há impactos positivos de curto prazo do programa, Marcelo Nery ressalta que cada R\$ 1,00 transferido pelo programa, representa um incremento de R\$ 1,78 no PIB brasileiro. Dados da PNDU, houve menor evasão escolar em 19,6% das crianças beneficiadas e uma maior progressão escolar em 6%, em comparação com a crianças na mesma faixa etária.

**PARTICIPANTES:**

PEDRO PAULO GONÇALVES NETO, TAMARA TANIA COHEN EGLER, LALITA KRAUS

**ARTIGO: 4894****TÍTULO: ANÁLISE DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO A PARTIR DO MARCO ANALÍTICO DOS MODELO DE CRESCIMENTO KEYNESIANOS****RESUMO:**

O objetivo principal deste trabalho é incorporar, à luz de um modelo keynesiano simples, como o apresentado em Dutt (2010) ou Dos Santos e Zezza (2004), os principais efeitos do investimento em educação (ou a falta dele) sobre a taxa de crescimento do produto de longo prazo. A motivação para tal surge, assim, por duas vias distintas. A primeira relaciona-se ao fato de que, em que pesem os muitos desenvolvimentos e esforços teóricos levados a cabo pelas diversas correntes ditas keynesianas (e/ou heterodoxas) de um modo geral, no sentido de aprimorar os arcabouços analíticos para lidar com a complexidade da realidade, pouco se discute o papel da educação. Fato particularmente grave na medida em que esse aspecto tende a estar presente tão somente nos modelos ortodoxos de crescimento, ou, de modo mais preciso nesse caso, determinados pelos fatores estruturais da oferta, isto é, desde o modelo de Solow (1956). Se, por um lado, do ponto de vista teórico, a heterodoxia relegou ao segundo plano sua presença nesse debate, por outro, e este vem a ser a segunda via de motivação deste trabalho, do ponto de vista empírico, isso se faz particularmente relapso considerando os últimos 50 anos de história do capitalismo, em que vigorosos processos de crescimento, particularmente de catching up, foram acompanhados por significativa melhora nos níveis educacionais desses países, além, é claro, de diferenças de nível, isto é, maiores rendas per capita estão normalmente associadas a maiores níveis educacionais. Como se não fosse suficiente, se se é geralmente aceito, também pela heterodoxia, que o progresso técnico é um dos motores do crescimento, e este surge cada vez mais associado a elevados em investimentos em pesquisa e desenvolvimento, isto é, capital humano de altíssimo nível trabalhando longos períodos e em grandes números, como então que a qualificação desse contingente não é parte do arcabouço heterodoxo? O caminho a ser percorrido durante a pesquisa está da seguinte forma estruturado: 1) Discutir a importância da educação para o crescimento a partir da literatura; 2) Realizar a revisão bibliográfica dos principais modelos de crescimento, isto é, aqueles que figuram nos manuais, tanto ortodoxos, quanto heterodoxos, e.g.: Solow, Harrod, Kaldor, Robinson etc; 3) Partir de um modelo keynesiano simples e estável e adicionar a modelagem das hipóteses mais relevantes levantadas a partir da literatura, realizando testes para que o resultado final apresente ganhos analíticos.

**PARTICIPANTES:**

ANA CRISTINA REIF DE PAULA, PHILIP SCHLANGER

**ARTIGO: 5873****TÍTULO: BARREIRAS AO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL: UMA ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA****RESUMO:**

Autor: Fábio Bentz Maciel Orientador: Prof. João Felipe Cury Marinho Mathias Na década de 70, acreditava-se que o Brasil seguiria uma trajetória de crescimento semelhante aos tigres asiáticos. Hoje, quatro décadas depois, os tigres asiático estão muito na frente do Brasil em termos de desenvolvimento. Por quais motivos o Brasil parece ter estagnado enquanto os tigres mantiveram sua trajetória de desenvolvimento? Existe a hipótese de que o Brasil teria entrado na armadilha da renda média. Na década de 50, o mundo registrou taxas de crescimento nunca vistas antes, e ao longo dela muitos países conseguiram atingir o patamar de renda média. Entretanto, diversos fatores domésticos impediram a manutenção do crescimento econômico, entre eles: a falta de infraestrutura, alta informalidade, baixa inovação produtiva, baixa capacitação de mão de obra. Tais problemas são facilmente observados no Brasil, e aparentam ser causados por três fatores considerados determinantes pela literatura do desenvolvimento para a entrada na armadilha da renda média: Problemas na alocação de recursos, falta de coordenação entre os agentes econômicos e carência de boas instituições. (RIBEIRO, 2016). Na esfera internacional observa-se, desde a crise de 2008, grande dificuldade do mundo desenvolvido em atingir taxas expressivas de crescimento. Larry Summers, em 2013, trouxe para o debate acadêmico a hipótese da Estagnação Secular. Segundo ele, os agentes econômicos teriam reduzido suas propensões a investir e se tornado mais poupadores, fazendo assim com que a taxa de juros wickselliana que igualasse I e S ficasse negativa. Dentro desse escopo, as políticas monetárias convencionais teriam se tornado ineficientes para estimular o produto. Os principais Bancos Centrais mundiais tem feito políticas monetárias não convencionais para tentar aumentar a oferta de moeda, principalmente o "Quantitative Easing" (BALDWIN e TEULINGS, 14). Tal conjuntura é uma barreira para o desenvolvimento do Brasil, pois além de desvalorizar os termos de troca brasileiros, fenômeno causado pelo desaquecimento da demanda de commodities, a elevada oferta de moeda internacional cria uma tendência de valorização da moeda brasileira, afetando a competitividade da indústria nacional. Este trabalho pretende, através de ampla revisão da literatura acadêmica sobre as barreiras domésticas e internacionais ao desenvolvimento de um país renda média e da análise das séries históricas das principais variáveis macroeconômicas brasileiras, compreender a inserção do Brasil no contexto internacional, e suas principais barreiras ao desenvolvimento. Tal trabalho faz parte de uma agenda de pesquisa que pretende propor um modelo de desenvolvimento para o Brasil que seja sustentável tanto no âmbito social, quanto ambiental.

**PARTICIPANTES:**

FÁBIO BENTZ MACIEL, JOÃO FELIPPE CURY CURY MARINHO MATHIAS



ARTIGO: 1328

TÍTULO: NORTE FLUMINENSE: FINANÇAS MUNICIPAIS E DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO

RESUMO:

Título: Norte Fluminense: finanças municipais e dependência do petróleo INTRODUÇÃO: A partir de 1997, a região norte fluminense do ERJ, com destaque para Campos e Macaé, passou a receber um montante significativo de recursos de royalties e participações especiais vindos da exploração offshore das reservas de petróleo. Esses recursos crescem e atingem seu ápice em meados de 2010, porém, a partir de 2014 ocorreu um declínio acentuado da arrecadação de todos os municípios da região devido em grande parte à queda do preço internacional do barril de petróleo. Alguns autores ressaltam a falta de um projeto de diversificação econômica que pudesse “abrandar” os efeitos de uma dependência desses municípios em relação a esses royalties, considerando dois motivos: (1) por se tratar de um mercado flutuante em que a determinação do preço é exógena a esses municípios; e (2) por se tratar de um recurso não renovável, que por si só traria grandes incertezas às finanças municipais. OBJETIVOS: A pesquisa em questão visa analisar as finanças municipais dos municípios da região norte fluminense do Rio de Janeiro, identificando as principais mudanças na composição da receita, com ênfase nos municípios de Campos e Macaé. Mais especificamente, busca-se identificar o processo de dependência da receita dos royalties e participações especiais e os impactos da queda do preço do petróleo nas finanças municipais. METODOLOGIA: A metodologia consiste em comparar a situação dos municípios no período pré-1997 identificando as principais fontes de receita e comparar com o período subsequente à implementação da lei e com período do auge da arrecadação, por volta de 2010. Identificar o crescimento das cidades e de alguns indicadores como emprego municipal e a composição da renda. Com isso, pretende-se demonstrar o processo de aprofundamento da dependência (das receitas advindas do petróleo em relação a receita total, impostos municipais, transferências estaduais e federais).

PARTICIPANTES:

BERNARDO BRAND, HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

ARTIGO: 2069

TÍTULO: CRIPTOMOEDAS - FORMAS VIÁVEIS DE DINHEIRO? UMA BREVE ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES DA MOEDA COMPARADA ÀS MOEDAS ELETRÔNICAS

RESUMO:

Mudanças tecnológicas podem impactar significativamente a sociedade, e isso pode ser visto claramente nos últimos anos com a disseminação de smartphones e outros aparelhos eletrônicos. Uma das inovações que tem atraído muita atenção de especuladores e da mídia são as moedas eletrônicas, e entre elas a mais conhecida: o Bitcoin. Essas moedas, ou criptomoedas (nome derivado do fato da estrutura e dos canais que elas transitam serem baseados em criptografia), hoje assumem papel de ativo financeiro e tem uma capitalização de mais de 100 bilhões de dólares em apenas 9 anos de existência. Mas seriam elas efetivamente moedas? A tecnologia por trás delas já deixa claro que nem sempre. Muitas tem função semelhante a “ações” e sua precificação se dá baseada num projeto de empreendedorismo mas, com a liquidez mais alta e dinâmica, sendo totalmente capazes de serem utilizadas como meio de pagamento. Para aprofundar esse debate iremos analisar cada função e característica da moeda como nós conhecemos e comparar com as criptomoedas, dando destaque em alguns momentos ao bitcoin, que por ser a mais consolidada e mais antiga acaba tendo uma maior quantidade de dados para discussão. Bibliografia HAYEK, F. A. Desestatização do Dinheiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011. ULRICH, Fernando. Bitcoin: a moeda na era digital. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2014. NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin: a Peer-to-Peer Electronic Cash System, 2008. Disponível em: <<http://article.gmane.org/gmane.comp.cryptography.general/12588/>>. Acesso em: 02 mai. 2017 WRAY, L. Randall. Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Rio de Janeiro: UFRJ / Contraponto Editora, p. 37-58, 2003.

PARTICIPANTES:

PABLO DIEGO DE ALBUQUERQUE PEREIRA, DANIEL BARREIROS

ARTIGO: 3184

TÍTULO: AVALIAÇÃO DA ANÁLISE DE FUSÕES E AQUISIÇÕES NO BRASIL: A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS

RESUMO:

O presente trabalho é resultado do esforço de pesquisa realizado no âmbito do Projeto “Avaliação da análise de fusões e aquisições horizontais no Brasil” e tem a finalidade de avaliar a utilização dos métodos quantitativos utilizados na análise de efeitos concorrenciais de fusões e aquisições, sob o ponto de vista técnico, jurídico-institucional e da prática antitruste no Brasil. Na execução da política tem havido um progressivo aumento do uso de modelos quantitativos empregados para auxiliar na análise de possíveis efeitos anticoncorrenciais de um ato de concentração (AC). Dessa forma, a motivação para o trabalho decorre da própria evolução e estágio atual da política de defesa da concorrência no Brasil. Com a utilização mais assídua desse tipo de instrumental, é necessário um olhar crítico e acadêmico e que combine uma avaliação técnica dos modelos com a verificação sobre a capacidade desses de enfrentar os limites jurídico-institucionais e de persuasão. Como metodologia, recorreu-se a amplo levantamento de literatura sobre o tema. Além disso, realizou-se minuciosa pesquisa de AC’s julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no sítio do órgão, para identificar todos os casos em que teria havido o uso de algum método quantitativo para análise direta dos efeitos da operação, a partir do caso Nestlé/Garoto (2004). Para cumprir com o objetivo, o trabalho se estrutura da seguinte forma. A primeira seção descreve e avalia os principais modelos utilizados para a consideração sobre os efeitos de um ato de concentração. Na seção seguinte, discute-se a aplicação desses modelos, no que diz respeito às exigências para a admissibilidade como evidência econômica e às vantagens e desvantagens do seu uso na análise antitruste, sob enfoque jurídico-institucional. Por fim, é apresentado

um levantamento dos casos de AC julgados pelo Cade em que houve o emprego de algum método quantitativo, destacando-se as características do modelo, quem o elaborou e as repercussões sobre a decisão final da autoridade antitruste. Algumas conclusões preliminares podem ser encontradas. Em primeiro lugar, o uso de métodos quantitativos tem aumentado, em especial em decorrência da instituição, desenvolvimento do Departamento de Estudos Econômicos do Cade, e tem contribuído para enriquecer a análise dos AC's. O entendimento que parece estar se consolidando é que métodos quantitativos constituem importante ferramenta para avaliar possíveis efeitos concorrenciais da operação, mas devem sempre ser analisados em conjunto com evidências qualitativas. Dentre os principais métodos quantitativos, destacam-se os modelos de simulações de fusões, o método de experimentos naturais, e alguns testes ou índices, quais sejam: CPPI (Coordinated Price Pressure Index), UPP (Upward Pricing Pressure) e GUPPI (Gross Upward Pricing Pressure Index). Esses modelos foram utilizados em dezenove casos, conforme levantamento, ainda em estágio preliminar.

**PARTICIPANTES:**

CAMILA CABRAL PIRES ALVES, MARINA MARIA GUTIERREZ BONFATTI RIBEIRO

ARTIGO: 4314

TÍTULO: IMPACTOS DA DIFUSÃO DA INOVAÇÃO NA DINÂMICA ECONÔMICA

**RESUMO:**

Impactos da difusão da inovação na dinâmica econômica Aluno: Thiago Silva Moreira Orientadora: Prof. Julia Paranhos Objetivo: O projeto tem como objetivo discutir a diversidade de impactos que o processo inovativo pode provocar na economia. Pretende-se demonstrar a complexidade muitas vezes subestimada que o termo inovação carrega e como a literatura fragmenta-se na medida em que dá diferentes enfoques ao processo. Justificativa: O interesse em abordar o tema da inovação tem origem na participação do autor como bolsista no Grupo de Economia da Inovação, do Instituto de Economia da UFRJ. A partir das leituras feitas sobre o tema, constatou-se a existência de múltiplas interpretações acerca dos impactos da transformação tecnológica na dinâmica econômica. Esta diversidade de visões tem origem na própria complexidade do processo, na medida em que autores incorporaram em seus modelos processos com características distintas. Metodologia: Entende-se a dinâmica inovativa como um processo denominado por Schumpeter como Destruição Criadora, o qual tanto cria como destrói cadeias produtivas, transformando a economia. Os diferentes tipos de inovação serão classificados a partir de suas características em relação a seu comportamento sobre a demanda por trabalho e a seus impactos sobre a criação ou destruição de cadeias produtivas. Serão comparadas as diversas visões de autores que vêm trabalhando este tema e analisadas quais destas características estão presentes em cada abordagem. O trabalho será concluído com uma análise acerca dos impactos da inovação na dinâmica econômica.

**PARTICIPANTES:**

THIAGO SILVA MOREIRA, JULIA PARANHOS

ARTIGO: 4504

TÍTULO: O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO SETOR DE ELETRÔNICA BRASILEIRO

**RESUMO:**

O objetivo do trabalho é analisar as mudanças que ocorreram na indústria eletrônica brasileira do ano 2000 até o ano 2014, em comparação com a indústria eletrônica de outros países. São usadas informações em valor adicionado, calculadas a partir da base de dados WIOD. Em particular, deseja-se avaliar se houve um processo de desindustrialização desse setor produtivo no Brasil, comparando com o que ocorreu nessa indústria no resto do mundo. A cadeia eletrônica é definida como o valor agregado da produção brasileira de eletrônicos, destinada à demanda final, acrescida do valor agregado das atividades econômicas que direta ou indiretamente contribuíram para esta produção. O método de cálculo que permite estimar a soma dos valores adicionados destinados à produção para uma parcela da demanda final foi o desenvolvido por Leontief (1949). Em particular, recorre-se ao seu método de decomposição, a partir da equação:  $K = F(I-B)^{-1}C$ . A matriz B representa os coeficientes de insumos intermediários.  $(I-B)^{-1}$  é conhecida como a matriz inversa de Leontief e representa a quantidade de unidades necessárias de insumos diretos e indiretos para produzir uma unidade de produto de uma certa indústria. Ou seja, mostra as necessidades de insumos diretos e indiretos quando se deseja aumentar uma unidade monetária na demanda final pelas atividades. F é uma matriz diagonal com o valor agregado de cada indústria em relação à produção bruta dessa mesma indústria ( $VA_i/X_i$ ). Escolhemos o vetor de demanda final C, que se refere ao consumo de produtos produzidos pela indústria eletrônica brasileira, e obtemos o valor adicionado por todo trabalho e capital utilizado em qualquer estágio da produção desses eletrônicos em todos os setores de todos os países. Esse valor vem expresso na matriz de participação do valor agregado que mostra, para uma determinada demanda final da indústria brasileira de eletrônicos, o valor que cada indústria de cada país agrega como insumo para essa demanda final e é representada pelo vetor. Esses valores são os multiplicadores de valor agregado do vetor K e vão ser utilizados em nossa análise para comparar o valor adicionado à cadeia eletrônica brasileira. A partir da análise das tabelas, observamos que as exportações de eletrônicos brasileiros diminuiram no período de 2000-2014, a demanda pelo produto do setor se tornou mais interna. Houve também uma redução da importação de insumos para a produção de eletrônicos, nossa produção também está se tornando mais nacional. Os insumos que suprem nossa produção de eletrônicos estão se vindo cada vez mais de setores com baixa intensidade tecnológica. Também foi observado que nossas importações de eletrônicos passaram a vir cada vez mais de países em desenvolvimento (China, Coreia, leste asiático), ao invés de virem de países industrializados, como os europeus e os EUA. Acredita-se que a finalização do trabalho traga outros resultados relevantes.

**PARTICIPANTES:**

PAULA BEATRIZ PAGANI ARMBRUST, VICTOR PROCHNIK

ARTIGO: 5309

TÍTULO: REVISITANDO A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA DISCUSSÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

RESUMO:

O trabalho está sendo realizado dentro da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – RedeSist/IE/UFRJ. Desta maneira, parte do referencial analítico teórico de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, APLs. Este se baseia na análise sistêmica dos aglomerados produtivos, de forma a entender a influência do território e das relações que se constroem em tais espaços como necessárias para a compreensão da estrutura produtiva. Na Era do Conhecimento, tal referencial se justifica por trazer um novo olhar para propositores de políticas que objetivem inserir o Brasil em uma trajetória de desenvolvimento inovativo e socialmente justo. Este período está associado à ampliação do processo de globalização e a “desmaterialização” da economia o desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação). Conforme Lastres e Cassiolato “As novas tecnologias e sistemas introduzem também novas lógicas de evolução territorial, inclusive alargando a importância do espaço informacional. No entanto, ao mesmo tempo em que se observa uma aceleração em algumas dimensões do processo de globalização, assiste-se a uma revalorização da dimensão espacial e, particularmente, do espaço local, à medida em que se acentua a importância da diferenciação entre os lugares.” (LASTRES E CASSIOLATO, 2000) O presente trabalho faz parte de uma agenda de pesquisa do grupo Redesist, que visa dar maior foco à dimensão socioambiental nos estudos de APLs. Para tal, buscou-se primeiramente definir um parâmetro para definir o que seria sustentabilidade. Essa busca abriu uma discussão sobre os efeitos da globalização nos países periféricos, a relação centro-periferia e o debate entre ecodesenvolvimento e economia verde. Defende-se que o marco teórico do ecodesenvolvimento tem potencialidades que o aproximam do arcabouço teórico e analítico da Redesist. Busca-se então, explorar os pontos de convergência e de divergência entre ambas as abordagens de forma a subsidiar avanços no campo metodológico. O objetivo da pesquisa é propor avanços para o referencial de APLs de forma que passe a abranger em maior medida a dimensão da sustentabilidade nas análises dos arranjos. O trabalho é dividido em três partes. A primeira se refere ao papel da globalização e seus efeitos sobre o território. A segunda capta a discussão entre a Economia Verde e o Ecodesenvolvimento, prezando pelas proximidades teóricas da primeira com o pensamento neoclássico e do segundo com o conceito de território da Nova Geografia e os Arranjos Produtivos Locais. Por fim, a terceira parte visitou casos de APL buscando potencialidades e dificuldades em abranger a dimensão da sustentabilidade.

PARTICIPANTES:

ANA CAROLINA DE CASTRO ANDREATTA, JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO

ARTIGO: 956

TÍTULO: O INTERCÂMBIO MATERIAL AO LONGO DA EVOLUÇÃO HUMANA: DA COESÃO SOCIAL À GESTÃO DE RECURSOS ESCASSOS.

RESUMO:

Entre todas as variáveis que caracterizam o que conhecemos de economia, a troca entre indivíduos é a primeira a ser observada e questionada. Neste estudo buscamos encontrar evidências de que as relações de intercâmbio material existentes hoje na sociedade humana são fruto do processo evolutivo de sua linhagem, além de discutir as possíveis formas que levaram à criação e adoção do sistema de troca capitalista como principal meio de gestão de recursos escassos. Visando compreender melhor o comportamento social de chimpanzés, que são a espécie de primatas geneticamente mais próxima do ser humano, foram utilizados estudos atuais em primatologia com os quais elaboramos um modelo aproximado do último ancestral comum entre as duas espécies e, a partir de tais dados, projetamos as possíveis causas para o surgimento do intercâmbio material, partindo do pressuposto de que há pouca convergência evolutiva entre *Homo sapiens* e *Pan troglodytes* (chimpanzé-comum) e que há algum nível de constância no comportamento entre as espécies das duas linhagens desde que se separaram há 6 milhões de anos. As principais abordagens empregadas foram as da teoria da mente, que exprime a capacidade de um indivíduo compreender sentimentos, crenças e intenções em si e em terceiros, e da teoria do cérebro social, que propõe a correlação entre o tamanho do cérebro e o quantum de ligações sociais e hierárquicas que cada indivíduo é capaz registrar e analisar simultaneamente. As observações de chimpanzés em seu habitat natural demonstraram que as relações de troca entre estes possuem caráter de coesão social, semelhantemente à interpretação de Karl Polanyi em suas observações de sociedades não capitalistas, oposto aos fundamentos da Escola Clássica, no qual a troca surge como fruto do autointeresse humano. Pretendemos, assim, ser capazes de discutir, futuramente, os fatores que teriam levado as espécies da linhagem humana a mudar sua lógica de coesão social tendo por instrumento as relações de troca, em direção a uma outra lógica, essencialmente gestora de recursos escassos. GOMES, C. M.; BOESCH, C. "Reciprocity and trades in wild West African chimpanzees". *Behavioural Ecology and Sociobiology*, v. 65, p. 2183-2196, 2011. JENSEN, K. et al. "Chimpanzees are rational maximizers in an ultimatum game". *Science*, v. 318, p. 107-109, 2007. KABURU, S. S. K.; NEWTON-FISHER, N. E. "Trading or coercion? Variation in male mating strategies between two communities of East African chimpanzees". *Behavioural Ecology and Sociobiology*, v. 69, n. 6, p. 1039-1052, 2015. POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. WÖRSDÖRFER, M. "Animal behavioural economics: lessons learnt from primate research". *Economic Thought*, v. 4, n. 1, p. 80-106, 2015.

PARTICIPANTES:

DANIEL BARREIROS, BERNARDO NERY DUARTE SÁ

ARTIGO: 1464

TÍTULO: O IMPACTO DO PNAES NA RETENÇÃO DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL

RESUMO:

Sistemas de assistência estudantil são instituídos para auxiliar a permanência de alunos carentes no ensino superior. Apesar dos significativos recursos alocados para o apoio à permanência destes alunos, não se sabe a extensão dos efeitos para a efetiva retenção destes alunos. Os sistemas são criticados pelo gasto sem que se tenha clareza da extensão dos benefícios, visto que a retenção dos alunos passa por outros fatores como desempenho acadêmico que pode não ser influenciado pelo sistema. A questão central é: este sistema assistencial possui resultados positivos na retenção de alunos nas universidades? Quantos alunos em média deixaram de trancar a matrícula ou desistiram da faculdade por causa de bolsas de permanência? Quais são seus outros benefícios e como o programa poderia ser aprimorado? Os passos que levam até a apresentação do resultado é levantamento dos dados de matrículas das Instituições de Ensino Superior da base do Censo de Ensino Superior do INEP. Criação de métricas para identificação de trancamento e abandono de vaga, estimação do impacto de bolsas na diminuição de trancamento. O estudo se estruturará pela comparação entre grupos de controle e tratamento. O grupo de tratamento é o grupo de alunos que receberam a bolsa e o grupo de controle é o grupo de alunos que se candidataram ao recebimento do auxílio mas não foram aceitos. O método empregado será o “diferenças-em-diferenças”, onde o impacto real do recebimento da bolsa se descobre pela comparação da taxa média de permanência dos alunos que receberam o auxílio e dos que se deveria ter recebido mas por algum motivo não foram selecionados. Pretendemos atualizar uma empreitada semelhante a tomada por Saccaro, França e Jacinto (2016) que fizeram a estimação dos impactos do programa com os dados de 2009 a 2012. Eles conseguiram isso através de um método econométrico especial para deduzir quais alunos se encaixavam no perfil da bolsa mas não a obtiveram para serem usados como grupo de controle.

## PARTICIPANTES:

LUCAS CARVALHO DOS SANTOS, EDUARDO PONTUAL RIBEIRO

ARTIGO: 1536

TÍTULO: A ECONOMIA DA EDUCAÇÃO E O PLANO ESTRATÉGICO INTERNACIONAL: UMA PERSPECTIVA PARADIGMÁTICA

## RESUMO:

A Economia da Educação emerge após a Segunda Guerra Mundial, ensejada por uma ampla discussão sobre o desenvolvimento das economias ditas "atrasadas". A área, desde o início, sofreu com o ceticismo tanto do lado dos economistas quanto dos educadores, tendo os últimos exaltado o atraso dos primeiros em descobrir que a Educação faz parte integral dos planos de investimento nacionais há tempos. Contudo, é digno afirmar que a Economia da Educação está bem consolidada dentro do escopo da Ciência Econômica. Ao mesmo tempo, diversos foram os choques e tensões do ponto de vista político-econômico, fatos que geraram mudanças nas relações internacionais, no ambiente macroeconômico, na organização geopolítica, nos planos estratégicos nacionais e, também, na seara de estudos dos próprios economistas. Tais transformações, apesar de cada uma de suas particularidades, fomentaram sistematicamente diversos pontos de inflexão na história. Nesses termos, o presente trabalho busca entender como transformações internacionais, que incidiram sobretudo sobre os sistemas econômicos, afetaram a evolução do campo acadêmico da Economia da Educação. Para tal, três momentos foram selecionados: (i) o fim da Segunda Guerra Mundial e a fixação de instituições político-econômicas internacionais nos arranjos de Bretton Woods; (ii) o primeiro choque do petróleo e o desequilíbrio da economia estadunidense (1973); (iii) a consolidação da agenda neoliberal e o Consenso de Washington (1992). Para melhor entender as dinâmicas suscitadas, o estudo incorpora a temática de mudanças paradigmáticas de Thomas Kuhn, em busca da compreensão sobre como o ambiente externo internacional surtiu efeitos anômalos sobre o campo de pesquisa do economista, com respaldo direto na reorganização interna da área. Em paralelo, foram selecionados pontos de virada fundamentais no campo da Economia da Educação: (i) a Teoria do Capital Humano (TCH) de Schultz (1961) e Becker (1964); (ii) a Teoria de Screening de Stiglitz (1975); (iii) a reestruturação da TCH dos 1990s. A partir de tais marcos, almeja-se demonstrar como as quebras paradigmáticas no quadro internacional afetaram da mesma maneira o estudo da relação entre Economia e Educação do ponto de vista do economista. BLAUG, M. "Where Are We Now in Economics of Education?". *Economics of Education Review*, v. 4, n. 1, 1985, p. 17–28. GINSBURG et al. "National and World-System Explanations of Educational Reform". *Comparative Education Review*, v. 34, n. 4, 1990, p. 474-499. KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13ª ed. São Paulo: Editora Perspectiv, 2017. TEIXEIRA, P. N. "A Portrait of the Economics of Education, 1960-1997". *History of Political Economy*, v. 32, n. 5, 2000, p. 257-288.

## PARTICIPANTES:

VICTOR RABELLO AYRES, DANIEL BARREIROS

ARTIGO: 2944

TÍTULO: REESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS DE SAÚDE NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

## RESUMO:

Em setembro de 2015, economistas de 44 países assinaram a Declaração de Economistas em Favor da Universalização da Cobertura em Saúde, convocando os formuladores de política internacional a priorizá-la como base do desenvolvimento sustentável. A declaração foi publicada na revista médica britânica *The Lancet* e divulgada no jornal norte-americano *The New York Times*. O Brasil é um modelo para outros países em desenvolvimento no que concerne à institucionalização da cobertura universal de saúde. No entanto, o sistema enfrenta dificuldades diante da crescente carga de doenças crônicas, juntamente com os níveis continuamente elevados de doenças infecciosas. O Brasil apresenta um sistema de saúde pública que, constitucionalmente, garante gratuidade e cobertura universal. A fim de melhorar o acesso aos serviços de saúde pela população mais pobre, ao longo das últimas décadas, o sistema evoluiu de um modelo centralizado, estruturado em torno de hospitais públicos em grandes centros urbanos, para um modelo descentralizado, direcionado para a provisão de atenção básica em comunidades locais. Este projeto avalia o impacto de programas de saúde a nível familiar e comunitário nas taxas de mortalidade e hospitalização e na eficiência do sistema de saúde. Para isso, usaremos evidências do Programa Saúde da Família (PSF), criado pelo governo federal do Brasil em 1994. Houve um grande esforço no sentido de



compatibilizar dados administrativos e censitários em uma base de dados longitudinais georreferenciados - para o setor censitário ou nível hospitalar – e empregar a abordagem econométrica para avaliar o impacto da política. Trata-se de uma ampla aplicação de técnicas de assimilação de dados que nos permitirá apresentar novas evidências, com relevância direta para o desenho de políticas públicas no Brasil e potenciais aprendizados para outros países, dada a natureza genérica dos problemas subjacentes à organização da saúde pública. Nossos resultados apontam impactos significativos em indicadores de saúde populacional desde a redemocratização de 1988. Para identificarmos os efeitos causais do Programa Saúde da Família (PSF), principal via a partir da qual se expandiu o sistema de atenção básica, exploramos variações a nível do município na expansão do programa. Mostramos que a reestruturação e, sobretudo, a ampla expansão da atenção primária à saúde desde 1995 resultaram em declínios significativos e sustentados em mortalidade materna, fetal e infantil. Essas reduções foram mais acentuadas entre as mulheres de menor nível educacional. Evidenciam-se, ainda, declínios em fecundidade como resultado da expansão do programa.

**PARTICIPANTES:**

RUDI ROCHA, LIA LORENA KALE RIBEIRO BRAGA

**ARTIGO: 3326****TÍTULO: ESTRATÉGIAS DE PRIORIZAÇÃO DE PESQUISA EM SAÚDE: RECOMENDAÇÕES DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E EXPERIÊNCIAS DE PAÍSES EM SUBDESENVOLVIMENTO****RESUMO:**

Na atualidade o crescimento expansivo das despesas de P&D em saúde no mundo é comparável apenas com os gastos em P&D em defesa. Em 2009 o investimento global em P&D em saúde (público e privado) foi de US\$ 240 bilhões, dos que US\$ 214 bilhões foram investimentos de países de alta renda, 60% dos investimentos totais vieram do setor empresarial (Røttingen et al. 2013). O chamado "90/10 Gap" desenvolvido pelo Fórum Global de Pesquisa em Saúde tornou-se um símbolo deste desequilíbrio entre investimentos e necessidades de saúde. Uma Brecha que indica que ainda hoje, o 90% dos investimentos em P&D em saúde no nível mundial se destinam a problemas de saúde que afetam 10% da população. Neste contexto de desequilíbrio de agendas, desde a década de 80 vários grupos e organizações internacionais vem desenvolvendo recomendações e metodologias para guiar os processos de priorização. Em especial para dirigir os recursos e capacidades em ciência e tecnologia para atender as necessidades dos sistemas de saúde e das populações nos países em desenvolvimento. Entre elas se destacam a (i). Essential National Health Research (ENHR) do Council on Health Research for Development (COHRED), (ii). Child Health and Nutrition Research Initiative (CHNRI) e (iii). Combined Approach Matrix (CAM) e Three-Dimensional Combined Approach Matrix (3D CAM) do Global Forum for Health Research (GFHR). As definições de prioridades em pesquisa têm um caráter determinante para maximizar o impacto dos investimentos, ainda mais num cenário de recursos limitados. A priorização aparece, como uma ferramenta importante que facilita a resposta de demandas, orientando e direcionando os investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do sistema de saúde (Dechartres and Ravaud, 2015). Estas estratégias têm influenciado amplamente as metodologias de definição de prioridades usadas pelos países em desenvolvimento. Embora, desde estes países tem-se argumentado como a aplicação das estratégias não deve ser um processo prescritivo feito de forma automática, mas precisa ser adaptado à realidade de cada país e as necessidades de seus sistemas de saúde. Com esta base, o objetivo desta pesquisa é, em primeiro lugar, explorar as principais características das estratégias de priorização recomendadas pelas organizações internacionais. Em segundo lugar, apresentar dois casos de estratégias de priorização de pesquisa em saúde em países em desenvolvimento, procurando evidenciar quais são as particularidades destes países. Os casos apresentados são o da Tanzânia, mencionado pela literatura como um caso de sucesso na adaptação deste tipo de estratégias (Haan et al., 2015), e o caso do Brasil, a partir da definição da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPSS). Espera-se com este trabalho aportar informação sobre como os países em desenvolvimento têm adaptado as estratégias de priorização e como este tem fortalecido o diálogo entre seus sistemas de C&T e seus sistemas de saúde.

**PARTICIPANTES:**

MAIRA VARGAS, MARIA CECILIA TOMASSINI URTI, JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO

**ARTIGO: 3433****TÍTULO: MOBILIDADE URBANA E GÊNERO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO****RESUMO:**

O tempo gasto no transporte urbano é de interesse central para as políticas urbanas e de transporte por estar associado ao bem-estar das pessoas, sendo diretamente relacionado às distâncias percorridas e aos níveis de congestionamento das cidades. É considerado um ponto fundamental para tomada de decisão das pessoas e das empresas no que diz respeito à localização de residência e dos postos de trabalho, além de ser indicador relevante para análises de desigualdade. Esse projeto analisa as diferenças de gênero em relação ao tempo de deslocamento de casa ao trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro. A literatura internacional sobre essa questão aponta que as diferenças de gênero em viagens padrões são decorrentes da divisão de papéis no mercado de trabalho e na família, o que afeta as condições de emprego, níveis de renda e necessidades de mobilidade das mulheres [Maffii et al (2014), Uteng (2011), Crane e Takahashi (2009)]. No Brasil, a entrada nos anos 2000 foi marcada por um aumento generalizado no tempo médio de deslocamento de casa ao trabalho nas metrópoles brasileiras, conforme pode ser visto em Pereira e Schwanen (2013) e Pero e Stefanelli (2015). Nessa análise, o Rio de Janeiro se destaca como a metrópole com o maior tempo de deslocamento do país com tempo médio de deslocamento de 49,4 minutos. Segundo Fernandes (2015) é possível observar que houve uma relativa convergência do tempo de deslocamento médio de homens brancos e negros no Brasil. Já entre as mulheres, negras gastam mais tempo do que as brancas no trajeto casa-trabalho em todos os recortes. Assim sendo, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE de 2015, do Censo 2010, da Pesquisa Origem Destino Domiciliar (PODD) e da Pesquisa de Origem e Destino do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU) do Rio de Janeiro, o objetivo do trabalho é apontar as

principais características e questões de mobilidade urbana e gênero na região metropolitana do Rio de Janeiro. A partir dos dados da PODD, por exemplo, percebe-se que a taxa de viagens dos homens (2,07 viagens/hab.) é superior à das mulheres (1,93 viagens/hab.). As principais diferenças entre os modos utilizados pelos dois gêneros são que os homens realizam mais viagens de automóveis e de trem do que as mulheres, enquanto as mulheres utilizam mais o modo pé. Além disso, entre os residentes do Rio de Janeiro, os homens realizam um percentual muito maior de viagens de trabalho do que as mulheres (44,3% e 24,1%, respectivamente). Esses dados revelam padrões diferenciados das viagens e, por conseguinte, da mobilidade urbana entre homens e mulheres que serão analisados na pesquisa. Bibliografia FERNANDES, J.G. Mobilidade Pendular e Mercado de Trabalho: Diferenças de Gênero nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dissertação de Mestrado – PPGE/IE, UFRJ, 2015.

PARTICIPANTES:  
MARIANA RODEIO, VALÉRIA PERO

ARTIGO: 2261

TÍTULO: OS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA PESQUISA EMPÍRICA

RESUMO:

Os Serviços Intensivos em Conhecimento (SIC) envolvem atividades econômicas que têm como objetivo a criação, acumulação ou disseminação de conhecimento, cujas empresas especializadas prestam serviços a outras empresas e organizações. A literatura aponta que este setor pode contribuir significativamente para a geração de valor, devido ao seu potencial inovador. A pesquisa no qual este trabalho se insere busca contribuir para a identificação dos ambientes de inovação e fornecer subsídios para uma discussão da relação entre ambientes de inovação e arranjos institucionais no Rio de Janeiro, sendo a sua primeira etapa uma revisão de literatura sobre o segmento de Serviços Intensivos em Conhecimento, a delimitação do conceito de Serviços Intensivos em Conhecimento, e, posteriormente, a identificação dos setores relevantes para a análise do caso do Estado do Rio de Janeiro. A segunda etapa da pesquisa, a ser realizada no seu segundo ano, envolverá uma análise dos setores identificados para fundamentar a discussão sobre a contribuição dos SIC para a dinamização da economia do Estado do Rio de Janeiro (ERJ). O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados desta primeira etapa do projeto de pesquisa e propor uma classificação de Serviços Intensivos em Conhecimento para o Estado do Rio de Janeiro, fazendo assim uma caracterização, com base em fontes primárias e secundárias, dos setores intensivos em conhecimento no ERJ. A metodologia do presente trabalho foi desenvolvida em três etapas: a primeira etapa foi uma pesquisa bibliográfica usando o portal de periódicos da CAPES, a partir da busca e cruzamento de palavras chaves relacionadas aos Serviços Intensivos em Conhecimento, tais como: KIBS (sigla de SIC em inglês) inovação, empreendedorismo e desenvolvimento econômico. Desta maneira, foram selecionados diversos artigos para fazer a revisão bibliográfica. Na segunda etapa foi feita a revisão bibliográfica com os artigos selecionados, e assim foi feito um resumo para cada artigo selecionado, para servir de base para delimitação do conceito de SIC. Finalmente, a partir da delimitação do conceito de SIC feito a partir da revisão bibliográfica, a terceira etapa consiste em fazer uma pesquisa nas bases CNAE e RAIS, sites de associações, relatórios e artigos. A partir desta terceira etapa foi feita a identificação dos Serviços Intensivos em Conhecimento que serão utilizados para fazer a classificação no caso do Rio de Janeiro, e assim, portanto, concluir o objetivo desse trabalho, que é a caracterização dos setores intensivos em conhecimento no ERJ.

PARTICIPANTES:  
ELISAMA SILVA DE ALMEIDA, RENATA LÊBRE LA ROVERE, MICHELLE MALHER JORGE

ARTIGO: 4411

TÍTULO: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO NO BRASIL FRENTE A CRISE GLOBAL

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as diferentes estratégias de desenvolvimento adotadas no Brasil em relação às políticas econômicas e sociais em busca da retomada do crescimento econômico e da estabilidade financeira, como respostas à crise recente da economia mundial, que tem como marco inicial o ano de 2008. A discussão tem a intenção de compreender o objetivo das diferentes decisões políticas e as possíveis consequências dessas escolhas sobre a interação dos países na dinâmica da economia mundial. As políticas adotadas em relação às estratégias de desenvolvimento e inserção internacional tem diversas dimensões e possibilidades de análise. Porém, para evidenciar as diferenças entre as respostas dos países pode-se considerar a importância central tanto da política comercial, explicitando a evolução de importação e exportação entre os países, os acordos comerciais e decisões tributárias, como da política macroeconômica e fiscal, que observa as decisões de desoneração, e as políticas de austeridade, evidenciando o rumo do governo no sentido de buscar e manter suas metas de inflação, juros e câmbio. Além dessas, outra dimensão de análise importante é sobre as implicações em índices de competitividade, que se traduz em variáveis de inovação, infraestrutura, privatização, flexibilização do mercado de trabalho, entre outros. A análise dessas políticas evidencia diferentes estratégias que se dividem principalmente em dois blocos: há uma tendência de livre-comércio dos países periféricos, enquanto observa-se um movimento de contenção da dinâmica internacionalizante dos países centrais. De um lado é possível perceber políticas com caráter nacionalistas, protecionistas e, em alguns lugares, xenófobas, de países do centro e influenciadores do pensamento econômico dominante/ortodoxo. Porém, de outro lado, nos países periféricos, há um forte apelo às políticas de austeridade e a retomada do neoliberalismo comercial como resposta para a retomada do crescimento.

PARTICIPANTES:  
THAMIRIS CORNACCHIA, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 4507

TÍTULO: A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DE DADOS REGIONALIZADOS PARA OS ÚLTIMOS VINTE ANOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo a organização de uma base de dados regionais realizado pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – RedeSist/IE/UFRJ. Constitui-se de uma grande base de dados capaz de captar aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras entre 1995 e 2015. A motivação para tal projeto é o potencial de subsidiar pesquisas, estudos e análises sobre a questão regional no Brasil a partir da divulgação dos dados. A metodologia consiste na reunião de uma base de dados secundários coletados junto a fontes oficiais, composto por oito blocos: Emprego, Demografia, Setor Público, Infraestrutura, Atividade Econômica, Ciência e Tecnologia, Serviços Públicos e Pobreza e Desigualdade. Cada bloco contém tabelas e gráficos ilustrando indicadores, padrões de evolução, composição espacial e perfis setoriais, possibilitando a comparação entre as cinco regiões. A primeira etapa do trabalho consistiu de um exercício de reflexão em torno das informações disponíveis e sua relação em torno de temas conectados a agendas de pesquisa ligadas à questão regional e territorial. Antes de iniciar os trabalhos de agrupamento das estatísticas, foi necessária a leitura e compreensão de seus aspectos metodológicos, explicitados pelas fontes oficiais utilizadas. Já na obtenção desses resultados, foi demandada a realização de breves avaliações críticas, fazendo alusões a conjunturas e experiências de políticas como forma de checagem e validação. A colaboração com o processo de construção de indicadores também possibilitou a aplicação prática de alguns conteúdos aprendidos na graduação. Como resultado pessoal, a experiência proporcionou maior entendimento sobre aspectos analíticos, conceituais e metodológicos referentes às fontes de dados usuais, ampliando a capacidade de pensamento crítico sobre eles. De forma geral, o trabalho foi útil para enriquecimento intelectual da bolsista graças ao conhecimento de um conjunto amplo de bases de dados oficiais. Adicionalmente, o conteúdo coletado já se mostra eficiente em auxiliar trabalhos externos e internos da rede de pesquisa.

PARTICIPANTES:

AILA DE ARAUJO PEREIRA, MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS, ISRAEL SANCHES MARCELLINO

ARTIGO: 4703

TÍTULO: POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA NO BRASIL

RESUMO:

Tema e objetivos: As políticas de conciliação trabalho-família se inserem em um conjunto mais amplo de intervenções públicas centralizadas que definem o estado de bem-estar social. Dentre as medidas que podem facilitar a conciliação da vida laboral e familiar, serão focadas por este trabalho três dimensões: o cuidado infantil, as licenças (maternidade, paternidade e parental) e a flexibilização da jornada de trabalho. Trata-se de área da política social que vem ganhando força desde os anos 1990, mas cujas origens datam do fim do século XIX. Muitas razões contribuíram para trazer as políticas de conciliação trabalho-família para o centro do debate do welfare state: por um lado, se configurou a partir de tendências demográficas, econômicas, políticas e da estrutura familiar uma crise do cuidado; por outro, essas medidas podem promover igualdade de gênero, emprego feminino, taxas de fecundidade de reposição e formação de capital humano. Essas potencialidades, apesar de desejáveis em um contexto mundial de inversão da pirâmide etária, vigilância constante dos gastos dos estados de bem-estar social e de globalização, podem estar em tensão entre si. A crise do cuidado se instalou a partir da entrada maciça das mulheres na força de trabalho na segunda metade do século XX, enquanto não foi redistribuída a carga de trabalho de cuidado doméstico, ainda incidindo fortemente sobre elas. Outro fator que impulsionou o tema foi a emergência de um novo paradigma de welfare state: a perspectiva do investimento social, que busca compatibilizar uma política social produtivista com proteção contra os novos riscos sociais e a crise do cuidado. Diante da problemática apresentada, surge o objetivo de mapear as condições atuais da conciliação trabalho-família no Brasil, em termos do seu alcance, incluindo as políticas federais, a legislação e acordos coletivos que avancem em alguma das três dimensões. Metodologia: Para avaliar o avanço dessas políticas, será usada abordagem comparativa com países da Europa e da América Latina, que apresentam as intervenções mais desenvolvidas. O sucesso no cuidado infantil também será medido a partir das metas de frequência escolar estabelecidas pelo governo brasileiro. As variáveis de interesse são: a inserção feminina no mercado de trabalho, a jornada de trabalho remunerado e doméstico, a frequência em creche e pré-escola e o emprego doméstico, cujos dados serão extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE (2002 – 2015). Resultados preliminares: As políticas de conciliação no Brasil ainda são incipientes. A frequência de menores de seis anos em creches e pré-escolas é inferior à do Uruguai, e não alcançou as metas do Plano Nacional de Educação 2001 – 2010. Na comparação com a Escandinávia, o Brasil se distancia não apenas nas frequências bem inferiores como nas curtas licenças de cuidado e baixa flexibilização da jornada de trabalho. Quanto às intervenções federais, o Programa Empresa Cidadã ainda tem alcance baixo.

PARTICIPANTES:

LARISSA DOS SANTOS DOMINGUES, CELIA LESSA KERSTENETZKY

ARTIGO: 4816

TÍTULO: E-LIXO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL NO MUNDO

RESUMO:

A geração de resíduos é um problema mundial. Cada vez mais têm sido buscadas soluções para dar destinação aos resíduos produzidos pelo homem. A coleta seletiva é um caminho de consenso, mas nem sempre fácil de ser operacionalizado, especialmente em países menos desenvolvidos em termos econômicos e sociais. No mundo, pode-se verificar as

desigualdades, miséria e grupos de populações vivendo à margem da sociedade. Mesmo em países em desenvolvimento, existe grande parcela da população vivendo em estado de "exclusão" quase total, fazendo da reciclagem sua única fonte de renda. Com o desenvolvimento tecnológico surge a figura do lixo eletrônico, que vem tomando proporções cada vez maiores. Estimativas da ONU indicam que em 2017 serão produzidos mais de 50 milhões de toneladas de lixo eletrônico no mundo, com um crescimento previsto de 33% ao ano. Por outro lado, nota-se que ao redor do planeta, existem organizações, de diferentes naturezas, que vêm desenvolvendo ações que ultrapassam a mera preocupação com o seu resultado financeiro, voltadas a cumprir um papel de contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo. O objetivo desta pesquisa é entender as formas de atuação de organizações internacionais, que atuam de forma socialmente responsável, incluindo suas estratégias de reciclagem, em especial no que se refere ao lixo eletrônico. Pretende-se estabelecer parâmetros que sirvam de referência de boas práticas a serem reaplicadas no Brasil, contribuindo para indicar caminhos de solução para a reciclagem no país. Nesse sentido, é preciso identificar os atores dessas iniciativas, o que tem sido feito para tratar esta questão e como as práticas adotadas têm contribuído para a emancipação social das populações excluídas. A metodologia deste trabalho, quanto aos objetivos, é exploratória, com abordagens quantitativa e qualitativa. Quanto aos meios, estão sendo realizadas buscas bibliográficas, levantamentos documentais, via internet e bases de dados, bem como contatos diretos com os organismos, organizações e empresas, objetos desta pesquisa. Atualmente, o trabalho encontra-se em fase de levantamento dos dados sobre: Identificação dos atores em três níveis: Governamental, não governamental e privado; Volume, natureza, geografia do e-lixo Destinação e tratamento do e-lixo Perfil socio econômico e cultural das populações envolvidas com o e-lixo A partir dos resultados obtidos, será desenvolvido um panorama do e-lixo no Brasil e no Mundo e das melhores práticas de destinação destes resíduos, de forma a contribuir para a inclusão social da população envolvida. Referências: <http://hardplus.com.br/blog/responsabilidade-social-e-lixo-eletronico/> [http://ec.europa.eu/environment/resource\\_efficiency/news/up-to-date\\_news/14012014\\_en.htm](http://ec.europa.eu/environment/resource_efficiency/news/up-to-date_news/14012014_en.htm) <http://www.step-initiative.org/WorldMap.html>

## PARTICIPANTES:

ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO MAFRA, MAYRA GOMES RIBEIRO DUARTE DE AZEVEDO, ROMAN BERTOLDO, ROBERTO WESTENBERGER, RAFAEL VIEIRA WESTENBERGER, LAURITA HARGREAVES, GONÇALO GUIMARÃES

ARTIGO: 5294

TÍTULO: FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL: COMO E POR QUE A REDE GLOBO HEGEMONIZA A TEORIA ORTODOXA

## RESUMO:

Este projeto de pesquisa se propõe a analisar a financeirização no Brasil e como a Rede Globo utiliza de seu poder midiático para manter os altos rendimentos dos títulos públicos. Em primeiro lugar, será feita uma apresentação de diferentes escolas de financeirização, se apoiando em autores que fizeram análises tanto macro-setoriais quanto micro-setoriais. Em segundo lugar, será discutida a financeirização brasileira e será demonstrada a participação da taxa de juros e dos títulos públicos no fenômeno. Seguidamente será feita uma análise da empresa Rede Globo. Utilizando os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado dos últimos 8 anos (de 2009 a 2016, disponíveis publicamente), analisaremos a trajetória dos ativos e rendimentos financeiros da empresa. Após a análise, será feita uma rápida apresentação do poder da mídia, utilizando os conceitos de Indústria Cultural, e mais especificamente do poder da Rede Globo no Brasil. Também será feita um estudo sobre os economistas que têm espaço nos principais programas jornalísticos da Globo. Através dos estudos apresentados, será feita uma relação entre a principal teoria econômica que tem espaço na Globo e como isso beneficia a Globo, apontando que o discurso que defende a alta taxa de juros reais ajuda as empresas que detêm uma grande quantidade de papéis atrelados à Selic. Bibliografia preliminar: ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. BRUNO, M. et al. Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. Revista de Economia Política, vol. 31, no 5 (125), pp. 730-750, Edição especial/2011 Muito Além do Cidadão Kane. Direção: Simon Hartog, Produção: John Ellis. Reino Unido: Large Door Ltd., 1993. STOCKHAMMER, E. Financialization and the slowdown of accumulation. Cambridge Journal of Economics, n. 28, p. 719-741, 2004.

## PARTICIPANTES:

RENAN NONATO DA SILVA ARAÚJO, DENISE LOBATO GENTIL

ARTIGO: 1531

TÍTULO: A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL DA RESTRIÇÃO EXTERNA

## RESUMO:

A questão da restrição externa ao crescimento econômico, à qual os países do sistema internacional em geral, exceto os EUA, estão em diferentes graus submetidos desde o pós-guerra, é um obstáculo real ao desenvolvimento econômico. Sem possibilidades de obtenção por algum meio da moeda de referência internacional, compromete-se a capacidade de importação de um país e, com efeito, limitam-se severamente suas condições à transformação de suas forças produtivas e, portanto, uma trajetória sustentável de desenvolvimento econômico. O objetivo deste trabalho é refletir como a restrição externa, por conta de sua importância ao desenvolvimento econômico, tem sido utilizada como um instrumento da política externa dos EUA desde o final da 2ª Guerra Mundial. Para tanto, parte-se da tradição estruturalista do pensamento econômico a respeito da problemática da restrição externa ao crescimento a fim de se ter claro do que se trata, por um lado, e o seu uso como instrumento de política externa dá-se com base na perspectiva realista das relações internacionais, por outro. O trabalho se baseia na descrição de ações efetivas dos EUA em diferentes momentos históricos, dirigidas a um conjunto limitado de países com importância estratégica do ponto de vista de seus objetivos geopolíticos e de sua política externa. Mais especificamente, optou-se, dentro da metodologia proposta, pela observação analítica do Plano Marshall e da relação EUA-China em dois momentos históricos específicos, onde os EUA se valeram da questão da escassez de divisas para viabilizar ou não o sucesso do seu projeto político, de tal sorte que a análise dos casos poderá mostrar uma dinâmica de interação específica capaz de delinear aspectos evidentes da prática hegemônica dos EUA. Espera-se mostrar que a



problemática da restrição externa não é apenas um problema econômico relativo aos desafios do desenvolvimento em si, mas também um importante instrumento de política externa para o país emissor da moeda de referência internacional.

PARTICIPANTES:

CAIO JORGE PRADO, MAURICIO METRI

ARTIGO: 2494

TÍTULO: ENTRADA E SAÍDA DE EMPRESAS AO LONGO DO CICLO ECONÔMICO: BRASIL E UMA COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

RESUMO:

OBJETIVO: Estudar a interação das empresas com os ciclos econômicos, bem como os seus movimentos de entrada e saída de mercados.

1.1.1 Objetivos Específicos Analisar as taxas de entrada e saída de empresas no Brasil. Verificar se o comportamento das empresas corrobora a hipótese da destruição criativa ou a de choque setorial. Estabelecer um paralelo comparativo com os padrões observados no exterior. METODOLOGIA O projeto baseou-se em três pilares. A fase inicial consistiu na leitura da bibliografia disponível, visando entender os mecanismos por trás da criação e extinção de empresas. A segunda etapa foi a consulta de bases estatísticas, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por fim, a etapa final consistiu na análise desses dados, bem como da correlação entre eles, observando o comportamento das taxas de entrada e saída de empresas. RESULTADOS FINAIS Dividiu-se as taxas analisadas em dois grupos: filtradas, aquelas em que reentradas/saídas devido a fusões e saídas não confirmadas são interpretadas como sobrevivência da firma, e não filtradas. As taxas de entrada foram divididas em categorias conforme tabela abaixo. Categorias de Entrada Categoria Condição Entrada Firma ativa em t e inativa em (t-1) Entrada com Reentrada Ativa em (t-2) e t. Inativa em (t-1) Entrada com Nascimento de filial 8 primeiros dígitos CNPJ iguais. Estabelecimento ativo em (t-1). Entrada com nascimento de matriz Nascimento sem estabelecimento ativo em (t-1). CNPJ totalmente diferente. Calculou-se a correlação entre as taxas de entrada e saída e entre os diferentes tipos de mensuração das taxas de entrada, entre 2000 e 2009. Observou-se correlação moderada para as taxas não filtradas e forte para as taxas filtradas de entrada e saída. Entre as categorias de entrada, a correlação mais forte foi entre a taxa de entrada e a taxa de entrada com nascimento de matriz. Notou-se também um grau de associação alto entre entradas com nascimento de filial e entradas com nascimento de matriz. Já a correlação entre entrada com reentrada e entrada com nascimento de matriz mostrou-se fraca. Realizou-se também testes de hipótese para os coeficientes de correlação encontrados. Para as taxas não filtradas de entrada e saída, o teste indicou que não se pode afirmar que as taxas de entrada e saída possuem grau de associação. Porém, realizando-se o mesmo teste para as taxas filtradas, concluiu-se que as taxas de entrada e saída possuem influência uma sobre a outra. Além disso, como todos os coeficientes de correlação são valores positivos, foi possível afirmar que os resultados encontrados corroboram a hipótese da destruição criativa para explicar a dinâmica de entrada e saída de empresas no Brasil, refutando-se a hipótese alternativa de choques setoriais.

PARTICIPANTES:

AMANDA MAGALHÃES, EDUARDO PONTUAL RIBEIRO

ARTIGO: 3409

TÍTULO: O CENTRO REGIONAL AFRICANO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E A PROJEÇÃO AFRICANA DO BRICS NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO

RESUMO:

Brasil, Rússia, Índia e China são os países emergentes indicados por Jim O'Neil, em 2001, que juntos representavam uma parcela significativa da população e do crescimento econômico mundial, pois coletivamente seus PIBs ultrapassariam os dos países desenvolvidos do Ocidente em 40 anos. Em 2009, o BRICS estabeleceu uma associação informal de Estados, com o objetivo de contribuir para a reforma do sistema financeiro e monetário internacional. Em 2011 a África do Sul aderiu oficialmente ao grupo, que representa 43% da população mundial, 30% do PIB mundial e 17% do comércio global e que tem por objetivo ser uma plataforma em prol de desenvolvimento, buscando a democratização da governança global e o desenvolvimento sustentável no mundo cada vez mais globalizado. A decisão de propor a entrada da África do Sul no grupo baseou-se na sua relevância econômica, ação política construtiva global e cultura de inovação. A África do Sul, por sua vez, aderiu ao BRICS com base em três pilares: promover o interesse nacional; promover a integração regional e os programas de infraestrutura e fazer parcerias com grandes atores do Sul Global. Ademais o país mais desenvolvido entre Estados africanos representa a porta de entrada para o continente com um bilhão de consumidores potenciais e oferece estabilidade institucional, modernidade do mercado financeiro e uma eficiência regulatória que muitas empresas procuram para capitalizar suas operações no continente africano, além de ser o principal financiador da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Diante desse contexto, o presente trabalho visa analisar a projeção africana do BRICS no âmbito do grupo e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), assim como a influência do país no continente africano após a entrada no BRICS; analisar-se-á particularmente o papel do Centro Regional Africano do NBD, através das declarações oficiais das cúpulas anuais do grupo; relatórios governamentais e institucionais da África do Sul; Relatórios institucionais do banco e outros documentos internacionais. Embora a entrada da África do Sul tenha gerado certas críticas ao grupo, esta pesquisa tem por objetivo evidenciar o crescimento sul africano como líder regional e o seu desenvolvimento após a entrada no BRICS.

PARTICIPANTES:

LYCIA BRASIL, ALEXANDER ZHEBIT

ARTIGO: 711

TÍTULO: PORTO DE ITAGUAÍ E SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA FLUMINENSE

## RESUMO:

Desde os anos 1990, a economia fluminense tem passado por algumas mudanças, com a atração de alguns projetos de investimento em vários setores, com destaque para o portuário. Dentre esses, o projeto do Porto de Itaguaí, inaugurado no início da década de 1980, que recebeu aporte de recursos com o objetivo de aumentar sua capacidade e de fomentar o crescimento da região contígua ao Porto, concretizando um polo industrial na Baía de Sepetiba. A partir dos anos 2000, foram iniciadas operações do terminal de contêineres, que seriam indispensáveis para a dinâmica industrial fluminense no âmbito dos Distritos Industriais da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e do sul fluminense. OBJETIVO: Este projeto de iniciação científica pretende analisar os investimentos realizados no Porto de Itaguaí nas duas últimas décadas. Busca-se fazer uma análise sobre os dados de transporte e a composição de cargas, sendo o principal foco a movimentação de contêineres no terminal Sepetiba Tecon. Busca-se também estudar seus impactos no setor portuário e na economia fluminense a partir de 2010, com atenção especial para 2014 quando se iniciam as operações parciais do Arco Metropolitano, sendo esta a principal infraestrutura de transporte que viabiliza uma maior participação do Porto de Itaguaí no carregamento de contêineres. METODOLOGIA E FONTES: Será feito um levantamento de estudos bibliográficos sobre as mudanças recentes na economia fluminense, focando nos investimentos portuários realizados no Porto de Itaguaí. Também será feito um levantamento de dados sobre os dados de investimentos portuários, transporte e movimentação de contêineres. Importante fato a se considerar é a crise financeira estadual atual, que tende a afetar esses dados. Por isso, as taxas do volume de cargas serão comparadas ao PIB estadual do período. Com o auxílio bibliográfico e dos dados estatísticos, pretende-se fazer uma análise da participação do Porto de Itaguaí e compreender o sua atuação na economia fluminense. RESULTADOS PARCIAIS: O projeto encontra-se em fase inicial, porém, já foi constatado que o Porto de Itaguaí tem passado por importantes mudanças em sua estrutura. Com o aumento na movimentação de contêineres e dada a sua expressividade como um dos principais portos do Brasil, tem sido destino estratégico de grandes investimentos, com movimentação de cargas de diversos Estados.

## PARTICIPANTES:

ALEXANDRE ALVES DE MEDEIROS, HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

## ARTIGO: 1947

TÍTULO: "OPINIÃO LIBERAL": DEMANDAS LIBERAIS NA IMPRENSA FLUMINENSE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

## RESUMO:

A pesquisa sobre a história urbana do Rio de Janeiro, coordenada pela professora Fania Fridman, tem como um dos focos recuperar as ideias progressistas que circulavam na cidade durante a segunda metade do século XIX, utilizando periódicos de época como fonte primordial. No projeto "Espaço e Plano: Capítulos da Urbanização Fluminense - Continuação" dedico-me ao periódico "Opinião Liberal" que se encontra disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. "Opinião Liberal" foi um periódico de orientação liberal publicado aos sábados de 1866 a 1870, e impresso inicialmente na Typographia Progresso e depois na Typographia da Opinião Liberal. A partir da edição 95, de 29/10/1868, a folha passou a apresentar na primeira página as demandas que defendia, deixando evidente o posicionamento político de sua redação: "A redação desta folha professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude, propagando pelas seguintes reformas que julga mais essenciais na atualidade: Descentralização; Ensino Livre; Polícia eletiva; Abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; Extinção da judicatura da Polícia; Sufrágio direto e generalizado; Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; Presidentes de província eleitos pela mesma; Suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo; Magistratura independente (...) e a escolha dos seus membros fora da ação do governo; Proibição aos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; Os funcionários públicos, uma vez eleitos, deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional." Este posicionamento torna-se um exemplo de como o levantamento e leitura das edições da "Opinião Liberal" permitem analisar o papel da imprensa enquanto disseminadora de conceitos políticos, além de contribuir para o estudo do liberalismo brasileiro e da elite política durante o período imperial.

## PARTICIPANTES:

JULIANA COSTA DE ANDRADE, FANIA FRIDMAN

## ARTIGO: 2222

TÍTULO: AS DIFERENTES DIVISÕES REGIONAIS BRASILEIRAS

## RESUMO:

As diferentes divisões regionais brasileiras Sou Daniel Henrique Lourenço Pereira e minha pesquisa para o estágio de Iniciação Científica Ensino Médio – Cap/Ufrj sob a coordenação da professora Fania Fridman, diz respeito às diferentes divisões regionais propostas para o território brasileiro e também às instituições de planejamento a partir do período Vargas. Quanto às divisões regionais, procurei em sites do governo e em sites com conteúdo histórico para formar uma espécie de linha do tempo. Descobri a primeira divisão regional oficial do Brasil foi realizada pelo IBGE no final da década de 30, institucionalizada em janeiro de 1942, e que visava aspectos socioeconômicos e físicos. Porém, antes desta divisão ser oficializada, diversas outras já haviam sido propostas por diversos autores, como as de André Rebouças (1889); Elisée Reclus (1893); Said Ali (1905); Delgado de Carvalho (1913); Pierre Denis (1927) e, finalmente, Betim Paes Leme (1937). Dentre estas divisões, a de 1913 de Delgado de Carvalho, uma das mais importantes e vistosas, teve como objetivo ser utilizada no ensino da Geografia. "Os cinco brasis", como foi chamada, tinha como critérios puramente os aspectos físicos - clima, vegetação e relevo -, já que a natureza era considerada duradoura e as atividades humanas mutáveis. A divisão consistia nas regiões Setentrional, Norte Oriental, Oriental e Meridional. No fim da década de 1960 três novas divisões regionais foram propostas pelo Instituto. A primeira visando o planejamento econômico, a segunda procurando subsídios para a descentralização da ação administrativa estatal e uma terceira, mais abrangente, para fins estatísticos. Esta última

foi detalhada pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas em 8 de maio de 1969 e oficialmente publicada em novembro de 1970. Esta divisão, com algumas mudanças, é utilizada até os dias de hoje, e divide o Brasil nas atuais cinco “Grandes Regiões” como as conhecemos: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste.

**PARTICIPANTES:**

DANIEL HENRIQUE LOURENÇO PEREIRA, FANIA FRIDMAN

**ARTIGO: 2861****TÍTULO: A FREGUESIA DE SÃO JOAQUIM NO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX****RESUMO:**

Os dados obtidos nos Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Joaquim localizada no Município de Barra Mansa, encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, fornecem informações que foram transcritas para realização de um mapa conjectural das propriedades fundiárias na província do Rio de Janeiro em meados do século XIX. São as seguintes informações levantadas: tipo de apropriação, relação jurídica da propriedade, dimensões da terra, descrição dos limites e confrontações, se tem ou não cultura, e quem é o proprietário. A freguesia de São Joaquim foi fundada a partir de uma doação feita em 10 de janeiro de 1827 ao Patriarca São Joaquim pelo casal Joaquim José Pereira de Carvalho e Umbelina de Mendonça. No momento de sua criação, a freguesia pertencia ao Município de Valença, mas em 1844 foi incorporada à Barra Mansa, tornando-se o sexto distrito. No decorrer do século XIX, a freguesia tornou-se um local de passagem de tropas vindas de Minas Gerais e de outras localidades. Posteriormente, os fazendeiros ali instalados dedicaram-se à plantação de café com a utilização de mão de obra escrava. Em 1857, a pujança da região ocasionou a elevação de Barra Mansa à categoria de cidade. A pesquisa de levantamento de dados recolheu os 104 registros da freguesia de São Joaquim dos quais pude notar que algumas terras compreendem grandes extensões como os proprietários Boaventura Gonçalves Chaves e Francisco Rodrigues de Faria que obtiveram 800 e 220 alqueires respectivamente. Havia propriedades com meio alqueire como a de Frutuoso Ribeiro da Silva e de Theodoro Martins da Silva (2 alqueires) evidenciando a existência de grandes e pequenos proprietários na freguesia.

**PARTICIPANTES:**

GIOVANA CARDEAL DOS SANTOS, FANIA FRIDMAN

**ARTIGO: 3300****TÍTULO: VARIAÇÕES DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL****RESUMO:**

A presente pesquisa tem como tema o estudo da desigualdade de renda no Brasil, com o objetivo de analisar suas variações ao longo de 2001 a 2015. A metodologia utilizada é construída por meio de uma análise quantitativa dos dados, em que se estudou a evolução do decil do rendimento do trabalho principal, de pessoas ocupadas com idade igual ou superior a 10 anos de idade, no conjunto das principais Regiões Metropolitanas do Brasil. Nota-se que apesar de ter ocorrido uma pequena diminuição da desigualdade ao longo dos anos, a camada dos 20% mais ricos da população, ainda concentra grande parte da renda. Utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. O nível da desigualdade de renda no Brasil, observados nas principais metrópoles do país, não apresentou a mesma intensidade ao longo das últimas décadas, como foi possível observar nos anos que foram analisados no estudo, apresentando uma pequena queda. Toda a pesquisa tem sua justificativa com base na importância da avaliação sobre a situação da distribuição e do nível da renda no Brasil, e possíveis fatores que estariam relacionados ao processo.

**PARTICIPANTES:**

BRENO WILLIANS NEPOMUCENO MACHADO, MARCELO GOMES RIBEIRO

**ARTIGO: 3680****TÍTULO: A FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA NO MUNICÍPIO DE SÃO FIDÉLIS EM MEADOS DO OITOCENTOS****RESUMO:**

Na pesquisa “Espaço e plano: capítulos da urbanização fluminense” foram coletados dados nos Registros Paroquiais de Terras da freguesia de Santo Antônio de Pádua, localizada em São Fidélis na Província do Rio de Janeiro. As informações relativas à segunda metade do século XIX, referem-se aos nomes dos proprietários das terras, à localização, ao tipo de apropriação, à relação jurídica, à existência (ou não) de cultura, às suas dimensões e delimitações. O intuito do levantamento dessas informações é o de permitir a elaboração de um mapa conjectural das propriedades fundiárias. A freguesia de Santo Antônio de Pádua originou-se de parte do aldeamento de São Fidélis organizado no último quartel do século XVIII pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, cuja principal função era a catequização dos índios da região norte fluminense e de parte de Minas Gerais. O aldeamento era um modelo urbano que foi trazido pelos Jesuítas, no qual empregavam-se os nativos (em São Fidélis os índios puri-coroados) como mão de obra. Tornada em freguesia em 1843, sua principal característica era a produção de alimentos e a plantação de café. Em termos geográficos era cortada pelo Rio Pombo que foi importante tanto para o desenvolvimento da agricultura como para o transporte da região norte fluminense com as Minas Gerais. As informações recolhidas na pesquisa dos 113 registros da freguesia apontam que as maiores propriedades chegavam a mais de dois mil hectares. Em sua maioria, essas terras eram dedicadas ao plantio de café, em outras plantavam-se milho ou algum tipo de cereal. Listo alguns nomes dos maiores proprietários da freguesia: Pedro de Mello Pereira e Castro, Daniel Lucio Pereira, Joaquim Rodrigues Franco, Francisco da Silva de Oliveira e Maria Cherubina Costa de Almeida Alvim.

## PARTICIPANTES:

FERNANDO NICHOLAS DOS SANTOS DIAS, FANIA FRIDMAN

## ARTIGO: 912

TÍTULO: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A EFETIVIDADE DA ARTICULAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS EM NOVA HOLANDA E CIDADE DE DEUS

## RESUMO:

A pesquisa teve como objetivo analisar comparativamente a efetividade de acesso a rede de água e esgoto na Nova Holanda (uma das favelas do complexo da Maré), com a subárea Rocinha 2, localizada na favela Cidade de Deus, utilizando casos escolhidos de diferentes moradias. Analisou-se de maneira mais específica, a relação entre a implantação de água e esgoto e o espaço privado, o uso desses recursos e possíveis improvisos para a manutenção da higiene e alimentação com o exame de objetos correlacionados (pias, chuveiros, vasos sanitários, máquinas de lavar...). A metodologia do estudo foi qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica com entrevistas com os moradores, trabalhando suas percepções sobre as mudanças em suas moradias, nos arranjos internos e nas rotinas do cotidiano diante da questão do acesso a água e esgoto, tendo o morador usuário como o melhor avaliador de suas qualidades e impactos na casa em face de água e esgoto; contrastando essa percepção com observação técnica direta de campo. Como resultados podemos apontar que na Nova Holanda cada moradia tem uma especificidade por conta do abastecimento de água e esgoto. Em casas com mais de três andares, não há um abastecimento regular de água, pois em determinados horários não há água suficiente para os andares mais altos. Com esse problema, os moradores acabam optando por ações alternativas, como ter uma bomba d'água, guardar água, comprar galão ou até mesmo buscá-la em alguma área próxima. Em todas as moradias estudadas havia rede de água e esgoto, porém a pressão é intermitente e o abastecimento em determinados dias não é regular. A configuração interna das casas tem um padrão onde a sala está acoplada com cozinha, banheiro próximo a sala e/ou quarto, e uma área de serviço que pode estar na laje ou cobertura, ou próximo à entrada da casa. Na configuração externa das casas nota-se encanamentos de esgoto expostos. Já na Cidade de Deus se verificou casos de moradias diferenciadas – barracos improvisados, apartamentos em conjuntos habitacionais e casas de alvenaria - suas disparidades econômico-sociais e heterogeneidades das estruturas das casas, existindo irregularidades no abastecimento de água; residências sem caixa d'água permanecendo sem abastecimento regular durante o dia, ocasionando a utilização de água da chuva e reaproveitamento da água utilizada para lavar roupa para limpeza de quintal amenizando os efeitos desta defasagem e a coleta de esgoto apresenta falhas, especificamente em casas improvisadas, onde o esgoto corre a céu aberto ou é depositado em fossas. Concluímos que, embora, na Nova Holanda existam casas mais consolidadas que na Rocinha 2, na Cidade de Deus, se percebe, em ambas uma heterogeneidade nos arranjos internos das moradias e seus padrões de condições de vida, face à problemas de acesso e/ou precariedade de articulação com as redes de água e esgoto, com efeito nos arranjos internos das moradias e seus padrões de condições de vida.

## PARTICIPANTES:

JOÃO GABRIEL CACIANO, LETICIA ROSA DA SILVA, MAURO KLEIMAN

## ARTIGO: 2630

TÍTULO: O SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O RACISMO AMBIENTAL

## RESUMO:

Segundo Maria Angélica Maciel Costa (2013), dentro da perspectiva da ecologia política, defende-se a existência de um processo político ecológico, o qual é permeado por processos de urbanização e a adoção de políticas de desenvolvimento específicas. O ponto central aqui são as interações que sociedades mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos e a vinculação disso com as relações estruturais de poder. O conceito de desigualdade ambiental que permeia essa discussão pode ser entendido através de duas questões: a formação territorial e a distribuição desigual dos riscos ambientais. Nesse sentido, o debate referente a distribuição e acesso à água, tanto em quantidade quanto em qualidade, é realizado a partir das decisões de forças sociais, expressando fluxos de poder entre grupos sociais (SWYNGEDOUW, 2004). Trata-se das contradições socionaturais relacionadas ao uso e à conservação da água, mostrando a influência do funcionamento do capitalismo sobre isso, bem como explorar alternativas para a superação em contextos históricos e culturais específicos. Portanto, entra nessa análise sobre a gestão de recursos hídricos a identificação de responsabilidades coletivas entre os grupos sociais que interagem em um dado território (IORIS, 2010). O racismo ambiental é uma das caracterizações da distribuição desigual dos riscos, em que o fator raça/cor/etnia, quando presente, é utilizado para entender como essa distribuição se dá (BULLARD, 2004). Este conceito implica numa questão relacional presente na estrutura: para entender fenômenos envolvidos por racismo ambiental é fundamental o resgate de processos históricos de formação racial e trabalhar com a diversidade do racismo. Partindo desta bibliografia sobre o tema de distribuição e acesso à água nas cidades, a questão que cerca este trabalho é entender se é possível falar em racismo ambiental ao tratar de sistema de distribuição de água no Rio de Janeiro. Para tal, partirei do banco de dados do Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro, o qual registra, desde 1993, manifestações públicas coletivas que têm a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações. Utilizando a chave "tipo" (uma das categorias usada para registrar o conflito), duas classificações me interessam. São elas: "água, esgoto e drenagem" e "infraestrutura urbana". Ao sistematizar quais foram os conflitos referentes à distribuição e acesso à água registrados, onde e porque aconteceram, a próxima etapa é ir para os dados disponibilizados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a primeira, o objetivo é obter informações sobre a maneira como a distribuição e acesso à água são feitos por região/bairro. Já com o IBGE, é possível analisar a distribuição étnico-racial da população por região/bairro no Rio de Janeiro.

## PARTICIPANTES:

MARIA CLARA DE ALMEIDA CAMARGO, BRENO PIMENTEL CÂMARA, CARLOS BERNARDO VAINER



ARTIGO: 4024

TÍTULO: O REFLEXO DA DÉCADA DE 2000 NA DIVISÃO SÓCIO-ESPACIAL DO TRABALHO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESUMO:

A década 2000 representou para o Brasil um período marcado por uma nova estratégia de desenvolvimento, alavancada pela conjuntura econômica internacional, que teve como resultado o crescimento da economia, aumento dos investimentos e expansão do emprego formal. Viu-se no Estado do Rio de Janeiro uma localidade capaz de potencializar investimentos, dado a sua estrutura produtiva e recursos naturais. O setor secundário fluminense, principalmente a indústria extrativa e automobilística, recebeu um grande volume de investimentos, fato que nos faz atentar para os reflexos que se pode ter gerado nas condições econômicas e sociais do mercado de trabalho. O presente trabalho se apresenta com o objetivo de analisar os reflexos da conjuntura supracitada nas condições sociais do mercado de trabalho fluminense e sua divisão espacial no período de 2000 e 2010. A observância dos dados nos permitirá confirmar a hipótese que, apesar da conjuntura favorável, não houve mudanças na divisão sócio-espacial do mercado de trabalho fluminense. Para análise do mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro utilizamos os dados do Censo Demográfico obtidos no IBGE. Por meio desses dados, será realizada análise das categorias sócio-ocupacionais e a posição da ocupação, observando as mudanças metodológicas que ocorreram no Censo 2010.

PARTICIPANTES:

VITOR VILAR DRUMOND, LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO, MARCELO GOMES RIBEIRO

ARTIGO: 4147

TÍTULO: A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: PERCURSOS SOBRE O RECONHECIMENTO DE UM MÉTIER.

RESUMO:

A relação entre prostituição e poder público é marcada por diversas controvérsias, avanços e retrocessos. Seguindo uma lógica de análise baseada a partir de uma perspectiva sociológica do conflito, o presente trabalho tem como principal objetivo apresentar uma discussão muito além da já conhecida dinâmica histórica, elucidando uma nova reflexão crítica acerca do debate sobre as principais reivindicações deste movimento social, com ênfase no estudo das práticas adotadas e atividades elaboradas no campo acadêmico, em consonância com as iniciativas do legislativo e as atuações do executivo e judiciário em relação ao objeto em estudo. Foi pretendido, enfim, levantar algumas das questões que vêm sendo abordadas no âmbito dos desafios inerentes ao processo de formulação e implementação de ações e iniciativas destinadas à categoria, em especial aquelas concernentes ao processo de afirmação da existência dos sujeitos e, com eles, das mais fundamentais prerrogativas da "humanidade": a manifestação dos desejos, da dignidade, da autonomia pessoal e, por conseguinte, a existência da diversidade, evidenciando-os com os principais fatores, teóricos e empíricos, que norteiam os rumos deste complexo contexto de luta por cidadania e justiça. Iniciaremos assim as discussões em torno das demandas e representações do movimento brasileiro de prostitutas e o que estas permitem ressaltar sobre os avanços e retrocessos da democracia brasileira na atual conjuntura. A relevância desta proposta torna-se um importante instrumento para a produção do conhecimento, mas desde que este venha sempre acompanhado por uma reflexão crítica e, antes, de sua possibilidade.

PARTICIPANTES:

LUCAS BERNARDO DIAS, GUILHERME ALEF DA COSTA CARVALHO, SORAYA SILVEIRA SIMÕES

ARTIGO: 5023

TÍTULO: DESIGUALDADES URBANAS E SEGREGAÇÃO RACIAL

RESUMO:

DESIGUALDADES URBANAS E SEGREGAÇÃO RACIAL Luana Pape Silva Orientadores: Breno Pimentel Câmara Carlos Bernardo Vainer  
Como nos tem demonstrado a geografia urbana e a sociologia, as metrópoles são espaços organizados em hierarquias sociais que se manifestam diretamente no plano da distribuição de residências e serviços urbanos. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a distribuição espacial das residências buscando compreender a associação entre desigualdade urbana e segregação racial, tendo como foco dois bairros da cidade: Copacabana, situado na Zona Sul do Rio de Janeiro, que concentra 83% de indivíduos brancos e Bangu, na Zona Oeste, onde habitam mais de 60% dos indivíduos negros da cidade. Embora os estudos sobre segregação urbana e racismo tenham tido importante relevância nos últimos tempos, a segregação racial no Brasil, mesmo que significativa, pode não ser tão evidente, tendo em vista o paradigma do pensamento social brasileiro em que reconhecemos a existência do racismo, mas não o identificamos como estrutura. Além das bibliografias de estudos sobre questões raciais e segregação urbana, a pesquisa tem como fonte o banco de dados do Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro, que desde 1993, registra manifestações coletivas e suas diversas reivindicações acerca da cidade. O objetivo é obter informações sobre as reivindicações dos moradores de Copacabana e Bangu acerca dos serviços urbanos básicos e de segurança pública, observando principalmente as diferentes formas e objetos de manifestação dos coletivos mobilizados.

PARTICIPANTES:

LUANA PAPE, BRENO PIMENTEL CÂMARA, CARLOS BERNARDO VAINER

ARTIGO: 5348

TÍTULO: CONHECENDO O "ESCOLA SEM PARTIDO" ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

## RESUMO:

O objeto da presente pesquisa é analisar a política pública da Escola sem partido, do governo Michel Temer. Podemos ler nos documentos oficiais seu objetivo: "informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos". Essa política tem por objetivo fazer uma intervenção na prática pedagógica, para transformar o processo de ensino e aprendizagem, na medida em que define códigos de conduta do professor, perante a instituição escolar e perante os estudantes. Ao mesmo tempo, exclui da obrigatoriedade disciplinas das humanas, como artes, sociologia e filosofia. Podemos dividir o objeto de pesquisa em dois eixos: Eixo 1 Discurso a favor do programa Eixo 2 Discurso contra o programa. A nossa hipótese considera que tal ação pode intervir na capacidade de formar sujeitos críticos e de abordar temáticas relevantes do ponto de vista social, tais como, por exemplo, gênero, sexo e raça. Isto poderia determinar um sistema educacional limitado na sua capacidade emancipadora e de resposta a demandas sociais. O objetivo da pesquisa é investigar a ideológica do programa, lida nos documentos oficiais do governo e nos grupos sociais que se posicionam a favor, e outros grupos sociais que se posicionam contra o programa. A metodologia será realizada a partir da identificação do discurso enunciado pelos defensores e opositores do programa, para tanto será realizado um levantamento disponíveis nos documentos oficiais e nas redes sociais. Para tanto, será inicialmente analisado os projetos de lei nº 867/15 e nº 193/16, assim como o processo de consulta pública de 2016 sobre o projeto de lei nº 193/16. Será também desenvolvida uma análise do discurso presente nas redes sociais, como Twitter e Facebook, e portais, como do Senado. É nosso objetivo analisar o discurso oficial hegemônico que defende tal projeto, assim como o discurso contra hegemônico desenvolvido e divulgado pela sociedade nas redes.

## PARTICIPANTES:

LUCAS NONATO, TAMARA TANIA COHEN EGLER, LALITA KRAUS

## ARTIGO: 766

TÍTULO: DESIGUALDADE DE GÊNERO E USO DO TEMPO

## RESUMO:

O presente trabalho tem como objeto o estudo da persistente desigualdade de gênero estruturada na sociedade, elegendo o uso do tempo como fator fundamental para a manutenção dessa desigualdade, levando em conta particularidades que incidem sobre esse fator, como renda e cor da pele. A metodologia utilizada será a leitura de bibliografia sobre o tema e o uso de dados produzidos por instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a ONU Mulheres. Através das leituras realizadas, de forma preliminar, é possível constatar que existe uma grande diferença na destinação do tempo gasto por mulheres e por homens, seja com lazer, atividades domésticas não remuneradas, atividades de cuidado e trabalho remunerado. Como o trabalho doméstico e o de cuidado são comumente assumidos pelas mulheres, há uma desigualdade de tempo efetivo de trabalho entre homens e mulheres, quando consideradas todas as atividades realizadas por eles e elas. As famílias com maior poder aquisitivo reduzem essas diferenças contratando trabalho doméstico, comumente mal remunerado e, exercido, em sua maioria, por mulheres negras. Assim, mulheres negras e pobres tendem a suportar ainda mais tal desigualdade. Verificar como se operam essas desigualdades é o objetivo do trabalho. Referências: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política. 1º. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016. IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. Comunicados do Ipea, 2012. AGUIAR, Neuma. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. Revista de Ciências Sociais. n. 34, Abril, 2011.

## PARTICIPANTES:

THAISE ALBINO DA SILVA, MARIA APARECIDA AZEVEDO ABREU

## ARTIGO: 769

TÍTULO: EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

## RESUMO:

A história institucional do Ministério Público no Brasil está diretamente relacionada com as condições legais forjadas por diferentes regimes que aqui se estabeleceram. É possível encontrar referências às funções do Parquet desde a Colônia e Império, através da figura dos promotores públicos. Todavia, a instituição enquanto uma organização expressa, autônoma e dotada de garantias aparece explicitamente somente na Constituição de 1934, enquanto "órgão de cooperação nas atividades governamentais" (Capítulo VI, Seção I). Nas cartas constitucionais subsequentes observamos avanços e recuos no que tange a finalidade desta instituição, bem como suas atribuições e garantias. Neste contexto, a presente pesquisa, que se encontra em andamento, tem por objetivo recuperar os debates em torno das origens do Ministério Público, sua função social e suas modificações ao longo da História; bem como analisar o processo de introdução desta instituição no contexto brasileiro, sua paulatina expansão, até sua conformação nos dias de hoje. Para tal, empreendemos uma análise sistemática das constituições brasileiras desde 1934, observando o gradual alargamento (1946) e possível estreitamento (1969) político-institucional do Ministério Público, até a ampliação dos poderes delegados na nova ordem jurídica, e sua importância na defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (1988). Acresce a isso, a criação do chamado controle externo da instituição, o Conselho Nacional do Ministério Público-CONAMP, criado pela Emenda Constitucional 45/2004. Metodologicamente, utilizaremos os textos constitucionais, bem como a literatura produzida recentemente sobre o tema, a fim de analisar o desenho institucional do Ministério Público – finalidade, atribuições e garantias – e suas possíveis correlações com a ordem jurídica vigente em cada um dos períodos supracitados.

## PARTICIPANTES:

JESSICA FRADE DE MORAES, CHARLES FREITAS PESSANHA

ARTIGO: 3306

TÍTULO: RIO DE JANEIRO DE PEREIRA PASSOS: O PODER DA IMAGEM NA GESTÃO DA CIDADE

RESUMO:

O trabalho analisou o período de gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906) na cidade do Rio de Janeiro. Durante seu mandato, em conjunto com o poder executivo na figura do presidente Rodrigues Alves, houve uma das mais intensas Reformas Urbanas da história do Rio de Janeiro. Foi marcada por intervenções profundas na paisagem da cidade e orientada pela ideologia higienista. Através de um discurso racionalista, da política do "Bota Abaixo" e do ocultamento da questão social, a imagem de cidade colonial foi sendo modernizada nos moldes da belle époque. O papel da imagem no modelo de gestão do Rio de Janeiro no início do século XX veio de encontro aos interesses do Estado, como um instrumento de propaganda e um meio propício de legitimar as suas ações. Era preciso não apenas modificar a cidade colonial como transformar sua imagem, símbolo de atraso, em uma imagem de cidade moderna. Para tanto, o prefeito implantou projetos de modernização numa vasta área da cidade e utilizou fartamente a fotografia como instrumento de difusão de suas realizações. As fotografias realizadas no período da Reforma Urbana visam à criação de imagens-sínteses dessa nova cidade modificada. O objetivo geral é realizar uma análise crítica do período da gestão Pereira Passos em que a imagem da cidade é elevada a um dos elementos fundamentais da política urbana, com o propósito de fazer um paralelo entre a imagem de cidade colonial e a imagem de cidade surgida a partir da execução das obras de reforma urbana da época, com destaque particular para as mudanças ocorridas na área central do Rio de Janeiro. Situa como objetivos secundários a discussão do conceito de imagem e a imagem de cidade ambicionada na época, através da análise de imagens realizadas pelos fotógrafos contratados pelo Estado: Marc Ferrez e Augusto Malta. Além da pretensão de contribuir para o conhecimento do modelo de Gestão Pública realizado por Pereira Passos. A análise histórica do período da gestão Pereira Passos se justifica na medida em que observam-se, por um lado, as contradições socioespaciais que transparecem na cidade do Rio de Janeiro de hoje, marcada pela forte segregação espacial e, por outro, padrões de gestão que repetem o modelo adotado por Pereira Passos. Como ilustra o recente Projeto Porto Maravilha e a remodelação da cidade para sediar os megaeventos, como foi o caso da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016. É preciso retornar ao passado da formação do Rio de Janeiro como metrópole para compreender a complexidade do Rio de Janeiro contemporâneo. Foi em meio às contradições vividas naquele momento que foram criadas novas relações com o espaço, novas formas de ocupação e apropriação da cidade. Como resultado, tem-se a consolidação da segregação social no espaço urbano carioca originada pela gentrificação num processo que seria potencializado ao longo do século XX. O trabalho apresenta um resgate histórico pautado, entre outros autores, em Benchimol, Abreu e De Paoli.

PARTICIPANTES:

BÁRBARA CARVALHO ROSSI, MARIA JULIETA NUNES DE SOUZA

ARTIGO: 5293

TÍTULO: ANÁLISE ESTRUTURAL E FUNCIONAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

RESUMO:

O objetivo da pesquisa é a análise da contribuição do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para o processo de controle social.

Visando a descentralização na elaboração e execução de políticas públicas, a Constituição brasileira de 1988 instituiu a criação de conselhos municipais de saúde. De caráter permanente e deliberativo, os conselhos devem contar com representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários que atuam na formulação de estratégias, controle e execução da política de saúde.

O órgão responsável pelo poder executivo de cada município dependem, segundo a Constituição, da existência e do cumprimento dos critérios do conselho de saúde. Os recursos para tal área são originários do Fundo Nacional de Saúde e visa, entre outros destinos, arcar com despesas de custeio e de capital.

Inicialmente, a pesquisa iniciação científica buscou elencar os conselheiros e as organizações de onde estes últimos são pertencentes. Verificando-se assim, se o espaço do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro atende a um dos requisitos mínimos para o fomento da participação social, a pluralidade, respeitando e estimulando a presença das diferenças locais, econômicas e sociais de uma cidade rica em sua diversidade como o Rio de Janeiro.

Observados os conselheiros pertencentes e as organizações que cada membro faz parte, tornou-se necessário a análise do portal do Conselho Municipal de Saúde, dentro do site da prefeitura do Rio de Janeiro. Para tal pesquisa, questões como facilidade de acesso às informações do conselho, calendário de reuniões e atividades realizadas pelos órgãos foram tidas como principais. Além disso, toma-se como instrumento a cartilha "Orientação para Conselheiros de Saúde" do Tribunal de contas da União, onde temas como a disponibilização de informações de maneira fácil e interativa foram amplamente abordados.

A continuidade da pesquisa, por fim, visa aprofundar-se na análise por meio dos veículos de informação e de forma presencial a contribuição do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para o fomento do controle social e da participação social, intensificando o planejamento, a execução e o controle de políticas de saúde de forma participativa.

PARTICIPANTES:

GUSTAVO GOMES, FERNANDA SAUERBRONN

ARTIGO: 2171

TÍTULO: COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO SERVIÇO DE REFERÊNCIA DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE ENFERMAGEM: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESUMO:

Apresenta um estudo resultante de um trabalho de conclusão do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de

Informação sobre a competência em informação do bibliotecário de referência que atua nas universidades federais do estado do Rio de Janeiro, tendo como campo empírico as bibliotecas de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Destaca como justificativa a compreensão do aprendizado contínuo do bibliotecário de referência no campo da saúde lotados em Bibliotecas Universitárias e como eles lidam no cotidiano de sua carreira profissional com o processo de ensino-aprendizagem. Utiliza como referencial teórico a noção de Competência em informação e específica o âmbito do bibliotecário que atua na área da saúde (Elizabeth Adriana Dudziak), o serviço de referência (Jean-Philippe Accart e Denis Joseph Grogan), e biblioteca universitária (Murilo Bastos da Cunha). Desenvolve uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória nos procedimentos metodológicos com bibliotecários de referência das bibliotecas universitárias de Enfermagem de instituições federais de ensino do estado do Rio de Janeiro. Para isso, indica que a coleta de dados ocorreu por meio de questionário com perguntas fechadas e abertas. Aponta como resultados principais que as bibliotecárias participantes da pesquisa se mostram competentes em informação e que isso impacta na exigência de uma busca constante por conhecimento e atualização. Conclui que a atuação do bibliotecário para o desenvolvimento das suas competências em informação é realizada a partir de perspectivas institucionais, relacionadas às oportunidades oferecidas para qualificações pessoais relacionadas às percepções de aprendizagem continuada. Espera-se com este estudo o aprimoramento dos programas de competência em informação, programas institucionais de incentivo e apoio à capacitação profissional dos bibliotecários das unidades informacionais de saúde, estendendo-se a todos os bibliotecários de unidades universitárias.

**PARTICIPANTES:**

JULIANA MORAES DE SÁ, MARIANNA ZATTAR

**ARTIGO: 3716****TÍTULO: CONTRIBUIÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO DE ACERVO DE FIGURINO****RESUMO:**

O presente trabalho tem por objetivo definir um modelo de representação descritiva e temática para figurino de peças teatrais, baseado em padrões internacionais existentes, bem como contribuir com a construção de um vocabulário controlado no assunto. Para desenvolvimento do presente trabalho o tipo de pesquisa selecionado foi a pesquisa exploratória, isto porque, essa investigação debruça-se em um tema pouco explorado, ou seja, a representação descritiva e temática de acervo de figurinos teatrais. Pode-se concluir que os itens que compõem o acervo de figurino são extremamente minuciosos e não estão contemplados, e nem deveriam estar, no capítulo 10 do AACR2 e no MARC21, daí as adaptações que foram propostas para sua descrição minuciosa. Para tal, tem que se ter em mente que todo traje é idealizado de acordo com uma série de fatores que caracterizam o personagem de cada espetáculo, tais como: região, clima, cultura, historicidade, idade e características psicológicas. Logo, pode-se concluir que tais contribuições pode vir a servir de arcabouço para a representação documentária dos mais diversos tipos acervos de figurino.

**PARTICIPANTES:**

MARIA CECILIA JARDIM BARROS, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS, VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES LISBOA DA SILVEIRA GUEDES

**ARTIGO: 5756****TÍTULO: O EFEITO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS MIGRAÇÕES AMBIENTAIS TRANSFRONTEIRIÇAS****RESUMO:**

As migrações ambientais transfronteiriças ocorrem por conta do deslocamento de grupos de pessoas dentro ou para fora de seu país em decorrência de eventos climáticos recorrentes ou incomuns e a degradação natural fortificada pela ação humana no ecossistema. O reconhecimento e proteção legal dessa categoria é dificultado por conta da falta de crença de especialistas e organizações internacionais de que as mudanças climáticas seriam razões suficientes para gerar um movimento migratório nacional ou internacional. O objetivo do trabalho é mostrar que as alterações no clima causam impactos ambientais que forcem o movimento migratório de maneira direta por conta da destruição do local de vida das pessoas e que a solução para esses casos está na releitura das ações públicas e leis, além do replanejamento urbano. Para discutir o tema será apresentado o estudo de caso sobre as chuvas de monções, na Índia, que ocorrem anualmente entre julho e setembro, causando grandes prejuízos nas cidades e campos, forçando os moradores a se deslocarem para outras regiões, inclusive para países vizinhos. Essas chuvas vêm intensificando-se com o passar dos anos em decorrência da emissão de gases de efeito estufa pelos seres humanos e agropecuária intensiva em escala global que elevam a temperatura do solo, além de intensificar o derretimento das camadas de gelo das geleiras e montanhas, como no caso do Monte Everest. O sistema de aquecimento desenfreado na região indiana culmina em fortes tempestades que destroem casas, rodovias, sistemas de comunicação, plantações, indústrias, além de deixar centenas de mortos, forçando gastos extras do governo e do meio privado para reparações e reconstruções. O presente trabalho busca argumentar que a mitigação das mudanças climáticas e construção de infraestrutura adequada em cidades resilientes são chaves para evitar o aumento de casos de migrações ambientais (transfronteiriças) nas próximas décadas pelo mundo, bem como a redução do impacto do fluxo de pessoas no Estado de origem e de destino com criação de políticas públicas inclusivas.

**PARTICIPANTES:**

VICTOR CABRAL RIBEIRO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

**ARTIGO: 1824****TÍTULO: A PROTEÇÃO DO IDOSO COMO HIPERVULNERÁVEL NO ÂMBITO DA PUBLICIDADE****RESUMO:**



O presente projeto de pesquisa tem por objeto o estudo do idoso na condição de hipervulnerável nas relações de consumo, especialmente no que diz respeito a publicidade. O idoso no Brasil, recebe especial proteção do Estatuto do Idoso, em decorrência de sua idade avançada, possuindo uma vulnerabilidade inerente à sua condição, que é agravada quando se insere nas relações de consumo, merecendo uma tutela especial na condição de hipervulnerável, visto que todos os consumidores são vulneráveis às práticas do mercado, sejam informacionais ou técnicos. O objetivo da pesquisa é verificar quais as dificuldades encontradas pelos idosos nas relações de consumo especialmente em relação às informações recebidas através da publicidade. Para isso, utilizaremos os dados empíricos os julgados dos tribunais superiores (STJ e STF), que serão analisados quantitativamente e qualitativamente, a fim de se estabelecer como estes vem tutelando a proteção do idoso neste âmbito. Partindo da hipótese de que haverá tratamento diferenciado ao idoso como hipervulnerável na relação de consumo, a presente pesquisa tem como objetivo produzir a sistematização de um catálogo de direitos especiais do idoso, suas principais dificuldades no âmbito das relações de consumo e como os tribunais superiores vem julgando suas demandas. Ademais, pretende-se ver se a duração da tramitação do processo dos idosos é mais rápida comparada comparativamente à media dos demais, e se o direito de preferência de tramitação das ações judiciais é suficientemente ágil para tutelar o idoso a tempo

**PARTICIPANTES:**

GABRIEL CARNEIRO DE OLIVEIRA, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS, ALAN LOPES DE BARROS

**ARTIGO: 3899****TÍTULO: AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBSERVAÇÃO REALIZADA NA CENTRAL DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****RESUMO:**

A audiência de custódia é uma garantia fundamental que tem por finalidade assegurar à pessoa presa em flagrante delito o direito de ser apresentada pessoalmente, sem demora, a uma autoridade judicial, que deverá avaliar e decidir, a partir de prévio contraditório estabelecido entre a Acusação e a Defesa, sobre: a legalidade ou ilegalidade da prisão em flagrante; a necessidade de decretação de medidas cautelares pessoais alternativas ao encarceramento previstas em lei, e, excepcionalmente, da prisão preventiva; a adequação destas medidas cautelares aos fins a que se propõem; a proporcionalidade das medidas; e a possibilidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar. Esta audiência permite ainda que se identifique maus-tratos/tortura praticados por policiais durante o ato de prisão, e se tome as providências legais para sua apuração e punição dos responsáveis. A priori, esta garantia visa dar instrumentalidade e efetividade ao direito assegurado nos artigos 7.5 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e 9.3 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), ratificados pelo Estado brasileiro e incorporados ao direito interno do país em 1992. Ainda que a CADH e o PIDCP façam parte do ordenamento jurídico pátrio há mais de duas décadas, as audiências de custódia não faziam parte do cotidiano dos tribunais brasileiros até 2015, quando foram finalmente adotadas no país. Tendo em vista a hiperinflação carcerária, a sistemática violação de direitos humanos presente no sistema penitenciário nacional e o altíssimo índice de presos provisórios, a audiência de custódia é um instrumento destinado a sanar e evitar prisões provisórias ilegais, desnecessárias e arbitrárias. O trabalho visa expor os resultados da primeira etapa da pesquisa realizada no âmbito do “Observatório das Audiências de Custódia”, projeto que tem como objetivo a análise aprofundada desta garantia, especialmente através da observação das audiências realizadas na CEAC-TJ/RJ - Central de Audiência de Custódia da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Num primeiro momento (julho a setembro de 2016), foram realizados leituras e fichamentos de artigos e relatórios sobre o tema. Em seguida, nos meses de outubro e novembro de 2016, passou-se à pesquisa de campo, com inspiração etnográfica, através da observação das audiências e à elaboração de relatórios. Como conclusões/resultados parciais obtidos, pode-se sublinhar: o perfil de vulnerabilidade dos custodiados; a compreensão da dinâmica dos diferentes atores presentes nas audiências; a identificação de um perfil de decisão, de acordo com o juiz responsável e com a imputação; o baixo índice de relaxamentos de prisão; a potência da audiência de custódia como instrumento de efetivação de direitos em contraposição à cultura punitivista e encarceradora e à mecanização, impessoalidade e celeridade.

**PARTICIPANTES:**

JUNYA RODRIGUES BARLETTA, MANUELA GOMES SILVA CANDIDO, RAIANY DE SOUZA MACIEL

**ARTIGO: 40****TÍTULO: MINERAÇÃO DE DADOS: UM INVESTIMENTO VIÁVEL****RESUMO:**

**INTRODUÇÃO** As moedas digitais são pautadas na mineração de dados e no sistema ponto a ponto (peer-to-peer em inglês), permitindo assim que sejam moedas descentralizadas, ou seja, sem órgão emissor, como um banco central. Mineração de dados é o processo de explorar grandes quantidades de dados à procura de padrões consistentes e o sistema ponto a ponto faz com que cada ponto na rede seja tanto cliente como servidor. Em meio a criação de tantas moedas digitais com diversas utilidades, surgiu o Ethereum. Essa moeda usa um modelo similar ao das demais moedas digitais, mas enquanto cada aplicação anterior tinha uma função específica, o Ethereum veio com a unificação de todas as utilidades. A plataforma do Ethereum permite a unificação através de simples ou complexos códigos de programação para criar desde contratos digitais inteligentes à aplicações descentralizadas. Outro ponto interessante, é que incrementos feitos na rede ficam gravados permanentemente, diferente de outras moedas digitais que precisam criar aplicações externas para então conseguir usar a rede após atualizações. Segundo os desenvolvedores do Bitcoin, a mineração é o ato de verificar as transações através do processamento de informações, trazendo confiança e segurança. A mineração é algo fundamental para o funcionamento das moedas virtuais devido ao fato de serem programas descentralizados, é necessário que alguém valide as transações feitas na internet. O papel do minerador é fazer tais validações para que não ocorram

fraudes, por exemplo, um gasto duplo. O minerador é então recompensado pelo seu trabalho com as taxas de transação. Tendo em mente o exposto, busca-se nessa pesquisa avaliar a viabilidade de se ter uma mineradora de Ethereum. Por envolver diversas variáveis, sua avaliação envolve um esforço em identificar as variáveis chave (key drivers em inglês) desse negócio. A relevância do estudo está na dificuldade de decisão em utilizar moedas digitais por conta dos benefícios que se pode alcançar em contrapartida as desvantagens que se pode ter. Desta forma é necessário identificar as desvantagens e problemas especificamente do Ethereum para que se possa ajudar o usuário a fazer a sua melhor decisão e minimizando os riscos envolvidos. Os resultados sugerem que a mineração de Ethereum é viável desde que seja feito em um projeto de um ano e ao fim desse período se faça a venda das máquinas e equipamentos, sendo necessário a renovação destes e um novo projeto caso se queira continuar com a mineração de Ethereum.

## PARTICIPANTES:

YA SIN MGHAZLI, VINICIUS MOTHÉ MAIA

## ARTIGO: 4798

TÍTULO: QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ESTÍMULOS À DECISÃO: UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## RESUMO:

Este trabalho almeja analisar o processo decisório de contadores do estado do Rio de Janeiro para verificar se existe influência do ambiente e de estímulos em seus julgamentos que impactem a conteúdo informacional (e por conseguinte a qualidade) da informação contábil. A influência do ambiente e dos estímulos foi analisada com base na Teoria do Condicionamento Operante de Skinner (1938). Tal teoria preconiza que a decisão dos indivíduos acontece em decorrência das consequências desta ação, e dos próprios estímulos anteriores a ela, como indicadores do que pode acontecer. Como metodologia, foram aplicados dois tipos de questionários, com três questões cada, um que apresentava as questões com algum estímulo, e outro que exibía as questões sem nenhum incentivo, apenas com a pergunta técnica. Os respondentes receberam um convite de participação por email enviado pelo CRC/RJ. Em um dos tipos de questionários, existia um estímulo diferente por questão, que induziria o respondente a opção mais favorável a ele. Já no questionário sem estímulos, em tese, os contadores não hesitariam em marcar a opção mais adequada, em termos de representação econômica, que revelaria uma informação contábil de maior qualidade. Ao todo, 278 contadores aceitaram o convite enviado, sendo que, por critérios de seleção, a amostra se compõe de 236 respondentes. Também foram coletadas as variáveis: gênero, idade, tempo de profissão, formação acadêmica e atuação profissional. Os resultados finais demonstraram que os contadores não foram impactados pelos estímulos descritos nas três questões, ou seja, os estímulos apresentados não foram capazes de impactar a qualidade da informação contábil. Na primeira e terceira questões, a opção mais adequada (que mostrava uma decisão que geraria uma informação contábil de maior qualidade) foi marcada pela maioria dos respondentes nos dois questionários, havendo um aumento, não estatisticamente significativo, do questionário sem incentivos para o com incentivos. Na segunda questão, apesar de não significativa, houve maior tendência de inversão de preferências por causa do incentivo. Em relação ao gênero, idade e tempo de profissão, os grupos também não se mostraram impactados. Ressalta-se, apenas, que os contadores através dos comentários, descreveram um ambiente de submissão no trabalho e um hiato entre a decisão mais adequada e a realizada, que pode mostrar certa influência do ambiente e dos estímulos na qualidade da informação contábil. Sugere-se o aperfeiçoamento deste modelo de pesquisa para uma captação mais efetiva dos estímulos existentes no ambiente organizacional, para verificar de forma "menos simulada" a realidade do contexto do processo decisório. 1) Dias, L., et al.. (2009). A Teoria Comportamental de Skinner Aplicada às Informações Contábeis: Um Estudo no Município de Castanhal-PA. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, 4 (1), 38-54. 2) Skinner, B. F. (1938). The Behavior of Organisms. New York: Appleton-Century-Crofts.

## PARTICIPANTES:

MARCELO ALVARO MACEDO, LUÍS ANTÔNIO GIÓIA ETTORRE, MARCIA DA SILVA CARVALHO CARVALHO

## ARTIGO: 5488

TÍTULO: A CONTABILIDADE NO INVESTIMENTO EM STARTUP

## RESUMO:

A contabilidade já tem seu papel bem consolidado para as grandes empresas, mas e para os pequenos negócios, os nascentes, das startups financiadas pelo investimento na sua modalidade mais pessoal, o Investimento Anjo? Como a contabilidade pode participar dessa relação? Como está o desenvolvimento da contabilidade para novas áreas de atuação onde a velocidade e simplicidade é de suma importância? As empresas startup tem de mais forte a inovação. Mudando a maneira de dar carona e remunerar o motorista, de uso de seguro do carro com botão liga desliga, conectando negócios similares via nuvem, as possibilidades são inúmeras tanto quanto são as ideias. Porém toda execução tem seu preço. E para financiar esses empresários com planos de inovação tem o Investidor Anjo. Normalmente pessoa física, investindo sozinho ou em grupo, participando inclusive do dia a dia da empresa com sua experiência e network. A legislação brasileira anteriormente enxergava o Investidor Anjo como sócio, dado o volume de capital aportado nas startups. Com isso um investimento subia consideravelmente de risco, visto que a responsabilidade por ele era muito maior que só a perda do valor investido. Em 2016 a legislação mudou e além de inserir essa modalidade de investimento no simples, criou uma nova modalidade de contrato, o contrato de participação. Onde através deste instrumento o investidor aporta capital, mas não recebe parte da empresa, não é também uma modalidade de empréstimo, terá uma contabilização diferenciada ou adaptada. O objetivo deste trabalho é estudar essa nova situação entre startup e investidor anjo dentro deste novo instrumento jurídico e as consequências para a contabilidade. Neste processo investigar também como está a situação da própria contabilidade no ramo das startups.

## PARTICIPANTES:

23<sup>a</sup>  
29<sup>a</sup>  
OUT



**8<sup>A</sup> SEMANA DE INTEGRAÇÃO  
ACADÊMICA DA UFRJ**

14º CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ  
39ª JORNADA GIULIO MASSARANI DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA,  
ARTÍSTICA E CULTURAL  
9ª JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO  
DO CAMPUS UFRJ - MACAÉ  
4ª JORNADA DE FORMAÇÃO DOCENTE  
PIBID/UFRJ  
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA – SNCT/UFRJ | 2017

EDUARDO MENDES BATISTA, ALESSANDRA DE LIMA MARQUES